



PAULO CÉSAR MARTINEZ Y ALONSO
HILTON ESTEVES BERREDO
ADRIANO ROSA
MARIA GERALDA DE MIRANDA

AGENDA 2030 DA ONU PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – SEPEI USU



UNIVERSIDADE
SANTA ÚRSULA



**SEPEI
USU**

Simposio de Pesquisa, Pós-
Graduação, Extensão e Inovação
da Universidade Santa Úrsula


Editora

Paulo César Martínez y Alonso
Hilton Esteves Berredo
Adriano Rosa
Maria Geralda de Miranda
Organizadores

AGENDA 2030 DA ONU PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
SEPEI USU

1ª Edição



Rio de Janeiro – RJ
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A265

Agenda 2030 da ONU para o desenvolvimento sustentável – SEPEI USU [livro eletrônico] / Organizadores Paulo César Martinez y Alonso... [et al.]. – Rio de Janeiro, RJ: Epitaya, 2023.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-87809-73-1

1. Educação. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Políticas ambientais. I. Martinez y Alonso, Paulo César. II. Berredo, Hilton Esteves. III. Rosa, Adriano. IV. Miranda, Maria Geralda de.

CDD 363.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Epitaya Propriedade Intelectual Editora Ltda
Rio de Janeiro / RJ
contato@epitaya.com.br
<http://www.epitaya.com.br>


epitaya
Editora

Paulo César Martínez y Alonso
Hilton Esteves Berredo
Adriano Rosa
Maria Geralda de Miranda
Organizadores

AGENDA 2030 DA ONU PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
SEPEI USU



Rio de Janeiro – RJ
2023

CONSELHO EDITORIAL

EDITOR RESPONSÁVEL	Bruno Matos de Farias
ASSESSORIA EDITORIAL	Helena Portes Sava de Farias
ASSISTENTE EDITORIAL	Milene Cordeiro de Farias
MARKETING / DESIGN DIAGRAMAÇÃO/ CAPA	Maria Geralda de Miranda
REVISÃO	O texto é de responsabilidade dos autores

COMISSÃO ORGANIZADORA

Prof. Dr. Paulo César Martinez y Alonso - Reitor da USU
Prof. Dr. Hilton Esteves Berredo - USU
Prof. Dr. Adriano Rosa – USU
Prof. Dra. Maria Geralda de Miranda – USU/ICTIM/UNISUAM
Prof. Dra. Marcia Cavalcanti - USU
Prof. Me. Thiago Thielmann de Araújo -USU

COMITÊ CIENTÍFICO

Prof. Dr. Felipe Asensi Dutra – UERJ/USU
Prof. Dr. Reis Friede – UNIRIO/USU
Prof. Dra. Natalie Freret Meures – USU
Prof. Dr. Heitor Romero Marques – UCDB-MS
Prof. Dr. Bruno Matos de Farias – UNISOSIESC
Prof. Dra. Jacqueline Lima - UNESA/UENF
Prof. Dr. Ricardo Pimenta - IBICT/UFRJ
Prof. Dra. Katia Eliane Santos Avelar - FIOCRUZ/UNISUAM

APOIO INSTITUCIONAL

Thamyres de Lima Oliveira - Marketing
Letícia Borlido - Marketing
Wagner Garcia Gomes – TI

PALAVRAS INICIAIS

Na qualidade de Reitor da Universidade Santa Úrsula (USU), gostaria de saudar os organizadores do Simpósio de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão, SEPEI-USU, evento acadêmico-científico híbrido, realizado nos dias 26 e 27 de outubro de 2022. Nossas saudações também a todos os palestrantes, professores, pesquisadores e estudantes da comunidade interna e externa à USU, pelo engajamento, participação e publicação de seus trabalhos no presente livro de Anais.

Idealizado e coordenado pela Professora Dra. Maria Geralda de Miranda, o SEPEI-USU foi um evento que discutiu a problemática do Desenvolvimento Sustentável, com várias mesas-redondas e palestras, apresentações de comunicações orais e pôsteres, de modo que o seu alcance foi bastante plural e amplo. Todos os trabalhos apresentados, mais de 3 dezenas, agora publicados neste livro digital, versam sobre a temática dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Mas por que elegemos o tema da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) para debater no decorrer do SEPEI-USU? A resposta é muito simples, uma vez que vivemos em um momento que requer que a universidade, juntamente com o Poder Público e outros setores da sociedade encontrem soluções inovadoras para os problemas de nosso tempo. Como se sabe, em setembro de 2015, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável foi adotada por 193 Estados membros da ONU, dentre eles o Brasil, dando continuidade à Agenda de Desenvolvimento do Milênio (2000-2015), ampliando seu escopo, devido à emergência de novos desafios. (KRONENBERGER, 2019).

A Agenda 2030 é composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), 169 metas e 232 indicadores, além da Declaração (visão, princípios e compromissos compartilhados). Abrange temas ligados às dimensões ambiental, social, econômica e institucional do desenvolvimento sustentável. (KRONENBERGER, 2019). Vale, entretanto, ressaltar que vários chefes de estado reconhecem problemáticas como mudanças climáticas, diminuição da biodiversidade, pobreza ou aumento das epidemias tropicais como fatores limitantes do desenvolvimento em países periféricos.

Todavia, tais “problemas são vistos, geralmente, de forma isolada, como adversidades ambientais ou sociais, sem a real compreensão de que suas causas estão ligadas a modificações nos sistemas ecológicos e sociais, isto é, problemas de sustentabilidade” (DJONÚ ET AL, p. 1).

Essa maneira incompleta de enxergar os problemas acaba gerando uma “percepção insuficiente das causas básicas e resulta em uma subestimação da magnitude de seus desafios, incluindo a continuidade de práticas de gestões insustentáveis que intensificam o declínio sistemático do potencial dos sistemas ecológicos e sociais.” (DJONÚ ET AL, 2018, p. 2). A Agenda 2030 parte de uma análise bastante abrangente e contundente dos desafios para a humanidade neste início do século XXI, concluindo que a sobrevivência de muitas sociedades e dos sistemas biológicos do planeta está em risco. Diz um trecho do texto da Agenda 2030:

Bilhões de cidadãos continuam a viver na pobreza e a eles é negada uma vida digna. Há crescentes desigualdades dentro dos e entre os países. Há enormes disparidades de oportunidades, riqueza e poder. A desigualdade de gênero continua a ser um desafio fundamental. [...] O esgotamento dos recursos naturais e os impactos negativos da degradação ambiental, incluindo a desertificação, secas, a degradação dos solos, a escassez de água doce e a perda de biodiversidade acrescentam e exacerbam a lista de desafios que a humanidade enfrenta. A mudança climática é um dos maiores desafios do nosso tempo e seus efeitos negativos minam a capacidade de todos os países de alcançar o desenvolvimento sustentável. (ONU, 2015 p. 6)

Entendemos que a universidade tem um papel fundamental na reflexão, nos estudos e pesquisas com vistas ao cumprimento da Agenda 2030, uma vez que forma pessoas, os trabalhadores e gestores de hoje e do futuro. Assim, compreender o papel de cada instituição nesse mundo globalizado e de cada cidadão é tarefa ética de cada um. A função da universidade, por seu turno, é educar para a sustentabilidade, para que possamos viver, como disse o Papa Francisco, mais sadios e felizes em nossa Casa Comum (LAUDATO SI, 2015), chamada Planeta Terra.

A USU, nesse contexto, reitera o seu compromisso com a formação para a sustentabilidade, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, e vê o potencial da Educação Ambiental para transformar práticas nocivas ao ambiente (seja ele natural ou construído) em atitudes benéficas para toda a

sociedade. Como afirma Sidarta Ribeiro (2022) “mantido o rumo atual, o futuro é impossível. [...] Precisamos reaprender a sonhar”

Convido os leitores deste livro para sonharmos juntos o sonho de um Brasil mais justo, próspero e sustentável.

Prof. Paulo César Martinez y Alonso
Reitor da Universidade Santa Úrsula

Rio de Janeiro 21 de dezembro de 2022

REFERÊNCIAS

CARTA ENCÍCLICA LAUDATO SI' DO SANTO PADRE

FRANCISCO SOBRE O CUIDADO DA CASA COMUM. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. Acesso: 21 dez. 2022.

DJONÚ, Patricia Et al. Objetivos do desenvolvimento sustentável e condições de saúde em áreas de risco. Ambiente e Sociedade, 2018. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc0091r1vu18L3TD> . Acesso: 21 dez. 2022.

KRONEMBERGER, Denise Maria Penna. Os desafios da construção dos indicadores ODS globais. Cienc. Cult. vol.71 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2019. Disponível em http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252019000100012. Acesso: 21 dez. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. [acessado 2020 nov 03]. Disponível em: <https://brasil.un.org/>
<https://brasil.un.org>

RIBEIRO, Sidarta. Sonho Manifesto. São Paulo: Companhia das Letras, 2022

PREFÁCIO

A Universidade Santa Úrsula (USU) conquistou no século XX um lugar de destaque na graduação e em programas de pós. Ao chegar o século XXI, porém, um novo ambiente de negócios na área educacional oferecia novos desafios aos quais as ursulinas não estavam preparadas para responder. Parece incrível diante do que vemos hoje, mas em 2011 a USU era pouco mais que um aglomerado de prédios abandonados em um campus em visível decadência, habitado por uns poucos e bravos heróis, alimentados apenas pelo amor a este lugar. Entre eles, o incansável Calafate, parte essencial do “barato da USU”.

Em 2012 se iniciou um processo de reconstrução da instituição e nesses 11 anos, recadastramos nossos cursos de graduação e construímos e submetemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) propostas de Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu*. Não temos medido esforços para manter e ampliar a pesquisa, a pós-graduação e a extensão na IES.

O grupo de pesquisa com animais silvestres da USU identificou um déficit desse perfil profissional, não apenas no estado do Rio de Janeiro, mas também no Brasil, iniciando uma pós-graduação *latu senso* na área de conservação de animais silvestres, recebendo alunos do Sul, Nordeste e Sudeste do Brasil assim confirmando o interesse e escassez de PPGs na área o que justifica a apresentação de uma proposta de mestrado e doutorado, como foi encaminhada à CAPES.

Por sua vez, o Curso de Direito da USU, em parceria com a Biotecnologia da IES irmã PROMOVE, identificou a oportunidade de uma proposta de mestrado interinstitucional examinando a evolução legislativa e regulatória da prestação de serviços em saúde. A proposta resultante trata do Direito e da Biotecnologia aplicados à Saúde visando a pesquisa dos direitos e deveres da prática profissional dos profissionais da saúde diante dos avanços da biotecnologia. Um pressuposto importante da proposta é que o exercício devido da prática contribui para reduzir a judicialização da saúde, o que corrói a verba do SUS, com parte destinada a custear prestações de saúde, multas e indenizações.

Destacamos também a proposta interdisciplinar de mestrado e doutorado, feita por um grupo de pesquisadores da USU e associados, sobre a temática do desenvolvimento. Do amadurecimento de seus estudos, de nossa parceria com o Morro Azul e da nossa unidade na Mangueira, surgiu a

proposta de um APCN em Desenvolvimento e Periferia, voltado para a compreensão dessa realidade.

Nesse sentido, com um movimento gradual, mas firme, a USU busca se reposicionar no mercado e no contexto do ensino, da pesquisa e da extensão. Com relação à extensão, temos pela frente a tarefa de promover e organizar a documentação dos diversos projetos em atividade de modo a podermos curricularizar, conforme Resolução 7/2018 do MEC, dentre outras as ações extensionistas desenvolvidas pelos cursos de arquitetura, odontologia, e agora enfermagem no nosso vizinho Morro Azul. Essas ações estão em sintonia com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Não foi fácil chegarmos aqui aonde estamos, mas reconstruir um Colosso é realmente uma tarefa colossal. E uma Universidade não é um simples agrupamento de cursos bem-sucedidos. É mais bem mais que um campus. É, na verdade, um compromisso com o ensino indissociável da pesquisa e da extensão na interação com a sociedade. Isso só pode se dar pela busca da solução de problemas reais e seu compartilhamento com a sociedade do saber gerado nesse processo, além da formação fundada na cidadania crítica e responsável que oferece a seus alunos.

O Simpósio de Pós-graduação, Extensão e Inovação (SEPEI)/USU dá continuidade a esse processo de fortalecimento e expansão da Universidade. Tal evento é parte dessa reconstrução, agora liderada com muito afinco e habilidade pelo Reitor Paulo Alonso. O SEPEI-USU se propôs a reunir parte da resposta da comunidade acadêmica aos desafios colocados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos pela ONU para serem atingidos até 2030. Com este Simpósio colocamos em ação um diálogo interdisciplinar essencial para o futuro da humanidade.

Vale ressaltar que alguns ODS são focos centrais de ações extensionistas das graduações da USU, acrescentando-se um número expressivo de projetos de pesquisa do Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho para a Qualidade do Ambiente Construído igualmente pertinentes aos objetivos da ONU. Entre as produções e atividades destacam-se as que visam a contribuir para atingirmos os ODS relativos à: Fome zero; Saúde e bem-estar; Educação de qualidade; Água potável e saneamento; Vida na água; Vida terrestre; Inovação, Cidades sustentáveis, entre outros.

O SEPEI-USU, realizado nos dias 26 e 27 de outubro de forma híbrida, teve como eixo temático os ODS. Buscou elaborar reflexões que demonstrassem a vinculação das ações universitárias em pesquisa, ensino e extensão relacionados às metas da agenda 2030. Contou com a participação de professores, gestores e discentes de graduação e pós-graduação. Esse

livro digital é fruto da qualidade e diversidade da produção acadêmica e profissional desses profissionais.

Desejamos a todos uma ótima leitura e que possam usufruir ao máximo, mesmo que de forma indireta, das perspectivas suscitadas neste evento, na esperança de que aqui se estabeleçam laços duradouros e produtivos que fortaleçam e estimulem o potencial da pesquisa, extensão e inovação universitária, associada e aplicadas às necessidades e interesses da sociedade.

Hilton Esteves Berredo
Diretor de Pesquisa da Universidade Santa Úrsula

Adriano Rosa
Coordenador do Programa de
Pós-Graduação em Gestão Do Trabalho Para a Qualidade
do Ambiente Construído do Ambiente Construído

APRESENTAÇÃO

O Simpósio de Pós-graduação, Extensão e Inovação (SEPEI)/USU continuará reverberando também no formato escrito por meio deste livro de Anais, com o conteúdo das palestras, mesas-redondas e comunicações orais. O livro está dividido em 2 partes: Palestras e Mesas-redondas e Comunicações orais, sendo que esta última está dividida em 3 subpartes: artigos completos, resumos expandidos e resumos simples das mais de 3 dezenas de trabalhos submetidos.

Nesta oportunidade, os organizadores do SEPEI-USU agradecem aos professores Doutor Jerson Lima, Presidente da Federação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ); Eduardo Winter, Coordenador da Área Interdisciplinar da Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Javier Berná, da Universidade de Murcia, Espanha; à Arlinda Cantero Dorsa, da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB); ao Ricardo Pimenta, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT); à Katia Avelar da Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ) e do Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM), à Jacqueline Lima e Stella Pedrosa da Universidade Estácio de Sá (UNESA), que abrilhantaram o simpósio com suas palestras, projetos, estudos e pesquisas.

Não poderíamos deixar de agradecer também ao nosso Reitor Paulo Alonso e aos professores e pesquisadores da USU, que contribuíram com o evento, sejam por meio de palestras, coordenação de mesas, sejam por meio de apresentação de trabalhos: professores Adriano Rosa, Hilton Berredo, Rodrigo Mariath, Paulo Henrique Cordeiro, Cintia Moreira, Marcia Cavalcanti e Mariangela Rebelo Maia, entre outros. Agradecemos também em nome de Wagner Garcia Gomes e de Leticia Bordilo aos funcionários da TI e do Marketing, que foram fundamentais na realização do evento.

Professora Dra. Maria Geralda de Miranda
Coordenadora do SEPEI-USU

SUMÁRIO

PALESTRAS E MESAS REDONDAS

EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA E INOVAÇÃO..... 17
Javier Corbalán Berná

A PESQUISA COMO PROCESSO E A ESCRITA COMO SISTEMATIZAÇÃO
DO CONHECIMENTO NA ACADEMIA.....23
Arlinda Cantero Dorsa

AS HUMANIDADES EM VIAS DE DESTRUÇÃO NA SOCIEDADE DA
INFORMAÇÃO OU EM RECONSTRUÇÃO? E COMO O TEMA
“EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO” SE RELACIONA COM
ISSO..... 33
Ricardo M. Pimenta

VERDADES E “VERDADES” NO JÚRI: ANÁLISE DO PROCESSO DE
CONSTRUÇÃO DAS VERSÕES CONTADAS AOS JURADOS.....37
Natália Tomás Ribeiro Bispo; Adriano Rosa da Silva

INOVAÇÃO E AMBIDESTRIA: TENSÕES ENTRE EXPLORATION E
EXPLOITATION..... 43
Octavio Amaranto Magalhães; Eduardo Winter; Maria Geralda De Miranda

A RELAÇÃO DO NEOLIBERALISMO COM ACCOUNTABILITY NA
EDUCAÇÃO..... 75
Paulo Maurício Pimenta Pereira Leite; Jacqueline de Cassia Pinheiro Lima

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - ODS
14..... 83
Rodrigo Mariath Varela da Costa

ANÁLISE DAS OPORTUNIDADES E DAS AMEAÇAS RELACIONADAS À
PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO NO
BRASIL..... 86
Paulo Henrique Chaves Cordeiro

A CONTRIBUIÇÃO DA ESCOLA COM A AGENDA 2030: DIFUSÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS PARA O APROVEITAMENTO DE ALIMENTOS.....89

Rosana Zeitune; Kátia Eliane Santos Avelar

A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E SUA IMPORTÂNCIA SOCIOAMBIENTAL..... 99

Flavio Francisco Gonçalves; Maria Geralda de Miranda

COMUNICAÇÕES ORAIS

ARTIGOS COMPLETOS

A CIDADE DE BARBALHA, NO CARIRI: CONTEXTUALIZAÇÃO..... 113

Cicero Santos da Silva; Maria Geralda de Miranda

RESÍDUOS SÓLIDOS E A RESPONSABILIDADE AMBIENTAL SOLID WASTE AND ENVIRONMENTAL RESPONSIBILITY..... 122

Elisabeth de Almeida Figueiredo; Lucio Fabio Cassiano Nascimento

A IMPORTÂNCIA DO ECOTURISMO EM ÁREAS DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL..... 140

Marcos Antonio Diniz; Maria Geralda de Miranda

RESGATE DA MEMÓRIA DA COMUNIDADE DO MORRO AZUL: VÍDEO "EU E O MORRO AZUL" 156

Cíntia Mariza do Amaral Moreira; Marcos Francisco Linhares; Mauro Guarany

A VULNERABILIDADE DO CONSUMIDOR NAS RELAÇÕES CONTRATUAIS EM CASO DE VÍCIO DOS PRODUTOS..... 167

Gilberto Bergamini Vieira; Cintia Mariza do Amaral Moreira

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: ANÁLISE DOS INSTITUTOS JURÍDICOS E URBANÍSTICOS NA ÓTICA DO PROJETO ROCINHA MAIS LEGAL..... 180

Roberta Bernardi Athayde; Cíntia Mariza do Amaral Moreira

NOVAS TECNOLOGIAS, TRABALHO E EMPREGO: UMA ANÁLISE QUALITATIVA SOBRE O CONTEXTO DA INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÕES..... 188
Ricardo Martins da Silva; Marcelle Rossi de Mello Brandão; Ana Carolina de Gouvêa Dantas Motta

SARS-COV-2: ESTRATÉGIAS BIOTECNOLÓGICAS USADAS NO DESENVOLVIMENTO VACINAL E INOVAÇÕES TERAPÊUTICAS.....210
Rachel Siqueira de Queiroz Simões

RESUMOS EXPANDIDOS

PROCESSO CIVIL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: CONTRAPONDO O IDEAL DA IGUALDADE DE ACESSO À JUSTIÇA.....216
Rodrigo Rachid de Souza, José Antônio Sena do Nascimento

MEDIAÇÃO PARAPROCESSUAL NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO: IMPLICAÇÕES E MUDANÇAS NO TRATAMENTO DOS CONFLITOS.....220
Thiago Libanio Silva; Adriano Rosa da Silva

PENSÃO ALIMENTICIA E SUAS TRATATIVAS DE RESOLUÇÃO PERANTE O CEJUSC.....228
Ione Ferreira Nunes; Adriano Rosa da Silva

LINGUAGEM SIMPLES - UM MOVIMENTO SOCIAL PELA CIDADANIA E ACESSIBILIDADE.....232
Heloísa Tavares Martins; Adriano Rosa da Silva; Márcia Teixeira Cavalcanti

DIFERENCIAIS ESTRATÉGICOS DE ORGANIZAÇÕES DE IMPACTO SOCIAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA.....240
Giovanna Morelli Araújo; Marcelle Rossi de Mello Brandão; Fábio dos Santos Gouvêa

VIVÊNCIA DO COTIDIANO DE UMA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA EM TEMPOS PANDÊMICOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.....246

Lauer Marinho Sardenberg; Adriano Rosa da Silva; Márcia Teixeira Cavalcanti; Márcia Valéria de Souza Almeida

MEDICINA TRADICIONAL CHINESA E SUA INTERFACE COM AS PRÁTICAS DE ENSINO NA ENFERMAGEM: QUEBRANDO PARADIGMAS.....254

Paulo Matheus Loureiro Costa; Thalita Vitorino dos Santos; Katy Conceição Cataldo Muniz Domingues

RESUMOS SIMPLES

AVALIAÇÃO DO PERFIL HEMATOLÓGICO DE ATOBÁS-MARROM (*Sula leucogaster*) ATENDIDOS NA UNIDADE DE ESTABILIZAÇÃO DO RIO DE JANEIRO NO PERÍODO DE 2019 A 2021.....261

Nina Basaldella Gonçalves, Marina Molinas Alcalá, Maíra Duarte Cardoso, André Luiz Medeiros de Souza

PROMOÇÃO DE SAÚDE BUCAL NA ESCOLA: CONSTRUINDO AMBIENTES SAUDÁVEIS.....262

Marília Domingues Alves; Mariangela Rebelo Maia

EFICIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO ENTRE O PROFISSIONAL E PACIENTE DE HARMONIZAÇÃO OROFACIAL.....263

Lidyane Caldeira Leal de Faria; Adriano Rosa da Silva; Rodrigo Chaves

A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA.....264
Ludimila Carolina Bonfim de Sousa; Marcelle Rossi de Mello Brandão

A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO AMBIENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS.....265
Alexandra Bonfim de Sousa; Márcia Teixeira Cavalcanti

ALERGIA À PROTEÍNA DO LEITE DE VACA E A SUA RELAÇÃO COM SISTEMA IMUNOLÓGICO DAS CRIANÇAS.....267
Yasmin de Sousa Ribeiro da Cunha; Débora Rocha Afonso Silva; Renata Madureira Polinati; Jaqueline Lepsch da Costa

ANÁLISE COMPARATIVA DAS RESOLUÇÕES SOBRE O TELETRABALHO DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DO CENTRO-OESTE COM O USO DA MATRIZ SWOT.....268
Tatiane Pinheiro de Sousa Alves; Marcelle Rossi de Mello Brandão



EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Javier Corbalán Berná
Universidad de Murcia (Espanña)

INTRODUÇÃO

La educación es el gran reto del siglo XXI. En el siglo XX se produjo un desarrollo exponencial de la humanidad, gracias a la educación. Pero, todavía quedan muchos ámbitos a los que llegar, como el Tercer y el Cuarto Mundos.

Y también, muchas metodologías que mejorar: desarrollo On-line, que sea más Práctica, más Humanizada, más Accesible a todo tipo de personas.

Comencemos reflexionando: “Un pensamiento de tipo lineal empieza a perder significado en un mundo en cambio exponencial”. Y por otra parte: “No es el más fuerte ni el más inteligente el que sobrevive sino el que mejor se adapta a los cambios”.

Y entonces, podemos preguntarnos: ¿Qué es un “pensamiento no lineal”? y también: ¿Qué significa “adaptarse a los cambios”?

El pensamiento no lineal implica salir del encuadre que los acontecimientos parecen darle. Adaptarse a los cambios es poder dar respuestas a las situaciones y retos que de manera inusitada la vida nos presenta. Comencemos con una historia.

Circula por Internet una historia acerca de un cazador que va al África y lleva consigo a su perrito Foxterrier para no sentirse solo.

Un día, ya en África, el perrito, mientras va persiguiendo mariposas, se aleja y se extravía, comenzando a vagar solo por la selva. En eso, ve a lo lejos que viene una pantera enorme a toda carrera. Al percatarse de que la pantera lo quiere devorar, piensa rápidamente sobre qué puede hacer. Es entonces cuando repara en un montón de huesos de un animal muerto y se pone tranquilamente a mordisquearlos. Cuando la pantera está a punto de atacarlo, el perrito dice:

- “¡Ah!!! ¡Qué rica estaba esta pantera que me acabo de comer!”

La pantera lo escucha y frenando en seco, gira y huye despavorida, pensando: “Ese perro salvaje del demonio... ¡Por poco, me come a mí también!”.

Un mono que andaba trepando en un árbol cercano y que había visto y oído toda la escena, sale corriendo tras la pantera para contarle cómo le había engañado el perrito... Pero el perrito consigue entender lo que hacía el mono chivato...

Después que el mono contó a la pantera lo que había visto, ésta, muy enojada, le dice al mono:



–“Súbete a mi espalda y busquemos al perro ése, ¡a ver quién se come a quién!” Y salen corriendo a toda velocidad a buscar al Foxterrier.

El perrito ve a lo lejos que vuelve la pantera, ahora con el mono chivato encima... “Y ahora... ¿Qué hago?”, se pregunta. En lugar de salir corriendo, se queda allí sentado, dándole la espalda, como si no los hubiera visto. Cuando la pantera está a punto de atacarlo, el perrito dice:

–¡Maldito mono estúpido!... ¡Hace media hora que lo mandé a traerme otra pantera y todavía no ha aparecido! ...”

La historia, al parecer, terminó bien para el Foxterrier, que supuestamente logró zafarse de su depredadora. Ahora bien, analizando el asunto desde nuestra perspectiva, resulta obvio que debió de echar mano de una potente capacidad creativa para resolver su dramática situación. Pero también hemos de reconocer que, además, hizo gala de una impresionante “sangre fría” para poder afrontar el reto. Y podríamos preguntarnos: ¿Cuál fue la clave para que se pudiera resolver felizmente este asunto? ¿La fecunda imaginación creativa del perrito? ¿O su serena determinación para salir del lance?

Una pregunta repetida alrededor de las personas más creativas es, si “eso” que se observa en ellos, tiene más que ver con un modo de resolver problemas o más bien con una manera de situarse ante el mundo. ¿Se trata de una aptitud o una actitud? Y, en realidad, parece como si ambas explicaciones tuvieran cabida (Alonso Monreal, 2000).

Los comportamientos creativos obviamente suponen una manera de resolver problemas: arrancan de situaciones que no terminan de estar cerradas y necesitan ser abordadas para poder ser comprendidas, o para que puedan funcionar, o para alcanzar su expresión final. Pero es también una realidad que la manera en que la creatividad caracteriza a quienes destacan en ella, les hace ser vistos, generalmente, como con una disposición peculiar, no convencional, ante los hechos; con una especie de tendencia a “presentar batalla” a la realidad y a no darla por buena sin más. ¿Se trata, entonces de una aptitud, de una actitud, o de un juego en el que ambas, inteligencia y personalidad, participan apasionadamente y emergen configurando la conducta final de la persona?

Así pues, ¿Qué es un “pensamiento no lineal”? ¿Qué significa “adaptarse a los cambios”?

Pues... en ambos casos se trata de... Un pensamiento CREATIVO.

Y... ¿Qué entendemos por un pensamiento creativo?

Pues, siguiendo a Joy Guilford (1977), podemos identificarlo básicamente con el concepto de “PENSAMIENTO DIVERGENTE”.

Éste se define por contraposición al concepto de “pensamiento convergente”, que es el que generalmente conduce a soluciones convencionales y correctas. Éste es el que utilizamos habitualmente en el medio escolar para “acertar” las respuestas de un examen; es al que recurrimos ante todo tipo de deducciones lógicas, ya sean filosóficas o



matemáticas, etc.; y es el que indispensablemente utilizamos para resolver los tests de inteligencia, pues con ese fin están diseñados.

En cambio, el PENSAMIENTO DIVERGENTE se define como el proceso de generar muchas ideas alternativas. Se trata del recurso cognitivo central en la resolución de problemas con “solución abierta”, aquellos en los que no hay una “solución verdadera o única”, a la que haya que llegar tras desechar infinitas que son falsas: estas últimas son propias del pensamiento convergente (Corbalán y Limiñana, 2010). El genio en una botella. El test CREA, las preguntas y la creatividad. Anales de Psicología, 26(2), 197-205. El pensamiento divergente se ocupa, por tanto, de proponer múltiples soluciones posibles, más o menos viables, más o menos ajustadas, pero que pueden considerarse alternativas ante un problema que no se resuelve hallando la respuesta verdadera, sino buscando, concibiendo, creando, muchas respuestas posibles. Es el pensamiento que se desarrolla en un universo donde no se reconocen límites ni exclusiones.

Pero el pensamiento divergente no se conceptualiza solo, sino que otro pequeño conjunto de variables viene a completar la descripción más detallada del funcionamiento de la mente durante la actividad creativa. Cada una con mayor o menor peso, según la persona y los requerimientos de la tarea.

Así, junto a otros recursos cognitivos, como conocimientos, memoria, evaluación y también algo de producción convergente, ese sería el grupo de sumandos que, en cooperación estrecha, generan un estilo creativo de trabajo. Son las siguientes (Corbalán, 2022):

- Originalidad, que se refiere a la novedad y la singularidad de las ideas generadas. Se conceptualiza como una expresión de la flexibilidad adaptativa y considera que es la condición más excepcional y propia del individuo creador. Implica facilidad para ver las cosas de forma única y diferente.

- Fluidez, que se refiere al número de ideas producidas. La podemos encontrar en diferentes modalidades: figurativa, verbal, de ideas, de asociación, o de expresión. Recoge aspectos como la capacidad de disponer de diferentes tipos de contenidos, de relacionar ideas u otros contenidos unos con otros, y de dar con las formas expresivas adecuadas a los propios pensamientos. Supone un acercamiento a aspectos más cuantitativos del pensamiento divergente, tratando de identificar cómo y cuánto de accesibles son los contenidos y esquemas de una persona. Conlleva ser capaz de producir ideas y asociaciones de ideas sobre un concepto, objeto o situación.

- Flexibilidad, que es indicativa del cambio de categorías conceptuales al producir ideas. Puede darse como espontánea, que permite al individuo reestructurar por sí mismo los datos de que dispone; o de adaptación, cuando la situación viene con indicaciones adicionales. Implica poder adaptarse rápidamente a las situaciones nuevas o a los obstáculos



imprevistos, acudiendo a nuestras experiencias previas y adaptándolas al nuevo entorno. Se suele utilizar como indicador cualitativo de la producción divergente.

- Elaboración, que denota la cantidad de detalles incluidos en la salida ideacional, tanto en producción cuantitativa como cualitativa. Se trataría de la capacidad de tratar algo cuidadosa y minuciosamente.

Junto a estas dimensiones, está nuestra propia investigación que se concreta en el test CREA, de Javier Corbalán, Fermín Martínez, Danilo Donolo, Carlos Alonso, María Tejerina y Rosa Limiñana (2003), que obtuvo en el VII Premio TEA Ediciones de I+D., y que, además de una propuesta teórica, supone una original propuesta para la evaluación de la “Inteligencia Creativa”, mediante la formulación de preguntas. “Las preguntas se relacionan con la creatividad; son a la vez un indicador de capacidades creativas, tal como se sostiene en el CREA, y recursos para la enseñanza creativa. Mucho de la creatividad tiene que ver con cuestionar, indagar y buscar problemas y respuestas. Numerosos interrogantes siguen abiertos respecto de las relaciones entre la creatividad y preguntas. Interrogantes que indican posibilidades de más creatividad, aprendizajes y conocimientos” (Elisondo y Donolo, 2018, p. 47). “El Test CREA, de manera simple y económica, ofrece indicadores acerca de un proceso básico de la creatividad: formular problemas. El CREA no se ocupa de acciones o logros en diferentes contextos, sino del proceso que subyace a la producción creativa. Crear problemas o preguntas es el puntapié inicial del juego de la creatividad. Luego, el partido se configura de diferentes maneras y culmina con resultados impredecibles” (p.46).

Y, adicionalmente. en referencia a la creatividad en la educación, podemos decir, siguiendo a Sir Ken Robinson (2006), en su reflexión acerca de la relevancia de la creatividad educativa y de si las escuelas acaban con ella: “Así pues, quiero hablar de educación y de creatividad. Mi opinión es que ahora la creatividad es tan importante en educación como la alfabetización... Y deberíamos darle el mismo estatus.” “El problema del sistema educativo radica en su tendencia a castigar el error. Según él: “Los niños se arriesgan; si algo no saben, le buscan una salida. No les asusta equivocarse. Equivocarse no significa ser creativo, pero es necesario estar preparado para equivocarse, para poder idear algo original”.

Considerando todo ello, lancemos el siguiente mensaje para los responsables educativos de la Agenda 2030 (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável).

La creatividad es y fue la clave que nos convirtió en humanos y nos permitió abandonar las cavernas. La creatividad es la fuerza que construyó la escritura, los números, el alfabeto y los libros. La creatividad nos trajo el vapor, la electricidad, la velocidad y los viajes espaciales. La creatividad se



llevó las hambrunas y las infecciones, la mortalidad infantil y gran parte de la miseria.

No es la lucha de clases, no es la economía, no es el capitalismo. Detrás de todo avance social humano está la creatividad, que es la verdadera potencia humana, aunque también pueda generar problemas. Pero, sustancialmente, es constructora de todo lo que entendemos como “nuestro”; es la piedra clave del arco de la humanidad.

Pues bien, dado que la Educación es el recurso y la institución encargada de la generación y la transmisión del conocimiento en sus grandes cifras, la Educación no puede ser y no es ajena al universo de la creatividad.

Y así, aunque desde los Despachos y Cátedras se suele insistir, ante estudiantes y entre investigadores, principalmente en el rigor científico o el bienestar psicológico, dimensiones sin duda muy relevantes e igualmente cruciales del saber; no es menos cierto que la creatividad es el indispensable complemento de éstos.

Sin el rigor, la Educación sería como un gran taller de alquimia o una logia de curanderos y opinadores; pero sin la creatividad, la Educación languidecería de reiteración, y no sería más que una fotocopiadora de lo sabido en un cierto momento de la historia. La Educación se debe a la creatividad (Corbalán y García-Peñas, 2021).

Y esta dependencia no debe ser más una especie de verdad sabida, subyacente, pero no explícita. La Educación ha de expresar y promover desde el concepto mismo de creatividad, hasta sus técnicas y estrategias. La Educación necesita retornar con cariño a la que es una de sus grandes fuerzas impulsoras y determinantes, ha de hacerse la gran anfitriona de la creatividad.

Como indicaba un *graffiti* en una calle de mi ciudad, Murcia, España: “Yo creo (en) un mundo mejor” ... A lo que añadimos: “Bravo por lo que implica ese paréntesis”.

REFERÊNCIAS

Alonso Monreal, C. (2000). *Qué es la creatividad*. Biblioteca Nueva.

Corbalán, J. (2022). *Creatividad. Desafiando la incertidumbre*. Biblioteca de Psicología. el País. PRISA NOTICIAS COLECCIONES y EMSE EDAPP, S.L. En portugués: #45. *Criatividade. Desafiar a incerteza* (Correio da Manhã 10-12-2022) <https://www.cmjournal.pt/>

Corbalán, J. y Limiñana, R. M. (2010). El genio en una botella. El test CREA, las preguntas y la creatividad. *Anales de Psicología*, 26(2), 197-205.



Corbalán, F. J., Martínez, F., Donolo, D., Alonso, C., Tejerina, M., y Limiñana, R. M. (2003). CREA. Inteligencia creativa. *Una medida cognitiva de la creatividad*. TEA Ediciones.

Corbalán, J. y García-Peñas, V. (2021). Creatividad, un recurso crucial para la formación universitaria del siglo XXI. En R. Pérez del Viso y B. Guerci de Siufi (Eds.). *Docentes Innovadores para Alumnos Diversos*. EDIUNJU Universidad Nacional de Jujuy.

Elisondo, R. C., & Donolo, D. (2018). Preguntones y creativos: discusiones y evidencias. *Psicodebate. Psicología, Cultura y Sociedad*, 18(1), 35-50.

Guilford, J.P. (1977). *La naturaleza de la inteligencia humana*. Buenos Aires. Paidós.

Robinson, K. (2006). *Las escuelas matan la creatividad*. Conferencias TED. https://www.ted.com/talks/sir_ken_robinson_do_schools_kill_creativity?language=es



A PESQUISA COMO PROCESSO E A ESCRITA COMO SISTEMATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO NA ACADEMIA

Arlinda Cantero Dorsa
PPGDL-UCDB; PPGDL-UNISUAM

RESUMO

A universidade deve ser considerada como um espaço de produção, circulação e socialização do conhecimento. Neste sentido, a pesquisa é vista como atividade básica da ciência e base do processo e a escrita como sistematização do conhecimento adquirido. O presente artigo versa sobre o processo e sistematização da pesquisa e da escrita na construção de conhecimento objetivando focalizar a pesquisa, o papel da leitura na produção científica e na arte do uso das citações nos textos elaborados. Trata-se de pesquisa com abordagem qualitativa, que emprega o método indutivo, e, quanto aos objetivos, caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, por meio de revisão bibliográfica e documental. A pesquisa abre possibilidades para o aprofundamento desse estudo e permite concluir ainda que parcialmente que os resultados de uma pesquisa torna-se depositária e continuadora de uma herança científica que permeou o trabalho realizado e ela se constrói na responsabilidade e no reconhecimento da autoridade acadêmica que serviu de base para a construção dos novos conhecimentos.

Palavras-Chaves: Pesquisa. Produção textual científica. Leitura. A arte da citação.

INTRODUÇÃO

Trilhas Iniciais

A comunidade científica é percebida como um espaço de produção, circulação e de socialização de conhecimentos. Nela, um conjunto de professores e pesquisadores (e seus discípulos) desenvolvem suas atividades acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão) nas instituições de educação superior e nas instituições de pesquisa.

Os periódicos científicos representam o principal canal de divulgação de informações da ciência. A partir deles, os cientistas ou pesquisadores podem registrar publicamente o produto de suas pesquisas e consultar os resultados de trabalhos desenvolvidos pela comunidade científica.

De acordo com o grupo *Web of Science* (2019), em um relatório intitulado “A Pesquisa no Brasil: Promovendo a excelência” endereçado a CAPES, é importante refletir que o nosso país com relação à indexação de



produção de artigos e revisões de pesquisa ocupa a 13ª posição mundial, ou seja, em 2018, pesquisadores brasileiros publicaram cerca de 50.000 artigos.

Um dado que chama a atenção, ainda segundo o relatório, é que as universidades públicas são a principal fonte de publicações de pesquisa no Brasil pois cerca de 15 universidades com maior produção de pesquisa, todas públicas, produzem mais de 60% da produção total de pesquisa.

Neste contexto, as demais universidades que não fazem parte desse restrito grupo, precisam sair de sua 'torre de marfim' para que possa fazer parte desse universo de pesquisadores que divulgam a produção científica brasileira. Sobre esta temática, debruça-se este artigo objetivando apresentar a questão do processo e sistematização da pesquisa e da escrita na construção de conhecimento.

Justifica-se a relevância da discussão em face das experiências vivenciadas pela pesquisadora em sua vida docente em diferentes disciplinas e que lhe permite discutir alguns enfoques importantes tanto relacionados à relevância da pesquisa e conseqüentemente, o texto científico, como molas propulsoras para a visibilidade e divulgação da escrita acadêmica.

As trilhas da pesquisa como processo de construção de conhecimento

Na última década, o Brasil registrou um crescimento considerável em sua pesquisa, mantendo seu status como um dos países do BRICS, ao lado da Rússia, Índia, China e África do Sul, e como uma economia emergente, demonstrando um rápido crescimento da produtividade e influência científica medida através da bibliometria.

Se pensarmos então em continuidade a este crescimento, o papel das universidades é fundamental com relação às precisões existentes na comunidade científica. De acordo com Serrano (2011, p.9):

Pesquisar é algo que se aprende. Não basta querer, é preciso saber. É necessário, portanto, aplicar um conjunto de conhecimentos e de habilidades que requerem aprendizado e preparação. Uma pesquisa nunca é fruto de inventio. Temos que nos apetrechar com um dispositivo válida, aceitável e calculada que no âmbito da ciência, recebe o nome de método.

A ciência pode ser conceituada seguindo alguns referencias de acordo com Volpato, (2015) e abrange os seguintes aspectos: i) a forma como construímos o conhecimento; ii) o conjunto de conhecimentos que conseguimos produzir. Reforça o autor que esta construção científica precisa: a) de uma sustentação de base empírica; b) esta base precisa ser universal de forma que possa ser obtida por qualquer cientista da área; c) há necessidade que haja conexão do conhecimento produzido com a rede de



conhecimento científico existente, seja de forma a corroborar, refutar ou eliminar o que for importante.

Para Volpato (2015, p 30), “Estes preceitos distinguem o método científico como ferramenta para solução de problemas pontuais em relação ao seu uso para a construção do conhecimento”.

É necessário também que haja por parte dos docentes, principalmente nos programas de pós-graduação o incentivo para que seus mestrandos e doutorandos, assim como graduandos de iniciação científica participem de um grupo de pesquisa como o princípio básico para que possam ampliar o seu processo de leitura, assim como o aprendizado na troca de conhecimentos com seus pares.

Outro aspecto importante por parte dos docentes e discentes é a participação em eventos científicos com apresentação de trabalhos além da submissão e publicação em revistas indexadas, ainda que estes resultados comportem riscos, pois pesquisar comporta riscos, decepções, desesperanças. Pesquisa comporta correções, emendas, refutações que caminham com certeza para ampliações e resultados positivos.

A pesquisa e consequentemente a elaboração de um texto científico envolve alguns desafios e dentre eles as fronteiras resistentes quanto ao diálogo internacional, para Volpato (2017, p. 29), “as conclusões científicas podem ser avaliadas e criticadas por pessoas de várias nacionalidades”, sendo assim, as revistas científicas têm uma função de comunicar os resultados como também de indicar os critérios avaliativos, consolidar as áreas e subáreas de conhecimento, garantindo assim a prioridade autoral e a memória científica. ((ROSA; CHACHAMOVICH, 2003, p.255).

Reforça também Serrano (2011, p.17), que o valor da pesquisa é a “sua presumível função social e sua capacidade de gerar conhecimentos” que vai muito além das pretensões acadêmicas, para que por fim, busque o duplo objetivo da validade científica e da utilidade social.

A pesquisa implica ao final a construção de novos conhecimentos que precisam ser validados na idoneidade da pesquisa, comprovados e muito bem fundamentados e acima de tudo valer para a ciência.

Se pesquisar é um processo reflexivo, sistemático, controlado e crítico a partir da descoberta de novos fatos, é importante refletir que é pesquisando que se aprende a pesquisar!!!! Sendo assim, qual a relação da pesquisa com a leitura seletiva e dirigida e consequentemente com a escrita?

Este questionamento merece um olhar aos princípios iniciais de uma pesquisa sólida e com bons resultados e que implicam alguns aspectos essenciais: i) Precisão – o aprofundamento temático exige ausência de dispersão; ii) Exaustão – as obras que forem lidas precisam passar por um processo de revisão, contextualização das informações coletadas, anotação das referências seguindo as normas da ABNT; iii) Clareza – a pesquisa realizada precisa ser acessível e inteligível na elaboração do texto a ser



elaborado e iv) Exterioridade- é sempre importante guardar certa distância do objeto focalizado.

A elaboração de um documento científico também depende e muito, de uma cultura de leitura frequente no campo das ciências, nesse sentido, a leitura deve ser proativa, objetiva e bem focalizada visando ao aguçamento da curiosidade, formulação de perguntas e busca de respostas lógicas pelo raciocínio.

Devemos ficar atentos na redação científica, pois há uma combinação das duas abordagens: revisão bibliográfica seguida de experimentos, levantamentos ou análise-crítico-avaliativa das informações constantes de livros e artigos científicos editados.

Além da pesquisa requerer imaginação criadora, iniciativa, persistência, originalidade e dedicação, ela torna o pesquisador mais solidário e comprometido, mais ativo socialmente, desde que tenha como princípio básico de vida a humildade da ignorância e querer saber sempre o que não sabe ou seja, lançar-se a uma árdua tarefa da arte de pesquisar.

A trilha da produção textual científica: pontuações reflexivas

Ainda que parte dos alunos traga para os bancos da universidade, um acervo de conhecimentos advindos de suas experiências pessoais, seja ele graduando, mestrando ou doutorando, como produtores textuais há um desconhecimento dos requisitos principais de textualidade e qualidades textuais.

No caso dos graduandos, muitos não vivenciaram essas práticas necessárias ao longo do ensino médio ou na graduação, com exceção dos alunos que vieram de Iniciação científica e adentraram no mestrado e conseqüentemente no doutorado.

Por que há tantas dificuldades na escrita de trabalhos científicos como artigos, monografias, dissertações e teses? Percebe-se no ambiente acadêmico, que raramente os alunos recebem orientações de como escrever um trabalho científico, ainda que utilizem aparelhos científicos, análise de dados estatísticos, conduzam experimentos e leiam escritos de ciência.

Com relação à utilização do discurso científico precisamos estar atentos, segundo Perrotta (2004, p. 4), aos seguintes aspectos fundamentais:

Neste texto, não cabem simplificações, ideias de senso comum, pois estamos na ordem da complexa tarefa de construção de saberes. Devemos observar formas de organização do enunciado já legitimadas e estabelecidas pelas finalidades dessa esfera de atividade humana para efetivarmos o diálogo com o leitor. Não devemos abdicar da nossa expressividade, do nosso próprio estilo de articulação, a palavra é neutra, isolada, estando ao serviço do usuário, assumirá um ponto de vista, um



posicionamento. Não pode o autor ligar o piloto automático utilizando-se de formas consagradas quando o seu texto pede inovação, cabe a cada um ser ativo nas suas articulações.

Neste contexto, a conceituação do texto científico vai além, portanto, de uma escrita tratada de forma científica, por envolver a necessidade de raciocínio lógico, a aplicação de método e de técnica, a valorização do conteúdo e o domínio da estrutura formal e organização textual.

Com relação às qualidades textuais, estas vão além da estrutura formal inerentes e envolvem a clareza, concisão, precisão vocabular, a correção gramatical a coerência e coesão. A clareza deve ser vista na capacidade que permite a organização e exposição do pensamento, sem ambiguidade e observada na construção dos parágrafos formando um texto progressivo e coerente, obedecendo assim a uma lógica de pensamento.

Com relação à concisão precisa atender à receptividade do leitor à comunicação instaurada, a partir da transmissão de um máximo de informações com um mínimo de palavras. Lembrando sempre que a concisão aumenta a probabilidade de se obter uma leitura positiva do texto, a partir do corte de palavras inúteis, de redundâncias, de passagens que nada acrescentem ao que já foi dito

A precisão vocabular cuida da ausência de duplo sentido nas palavras ou expressões pois tudo que tiver sido escrito deve ser perfeitamente compreensível pelo leitor. A língua escrita deve ser mais formal do que a linguagem oral, pela necessidade de ser mais exata e de ter precisão, para isso, deve-se ter cuidado com as regras gramaticais e com a pontuação.

A correção gramatical busca evitar o uso excessivo de orações subordinadas em único parágrafo ou excesso de parágrafos; a ausência de formalidade linguística; o uso sistemático e inadequado dos sinais de pontuação, os desvios em relação à sintaxe, ao uso de ambiguidade e de conjugações verbais inadequadas

Considerada referência na escrita de um texto científico a coerência evita o aparecimento de afirmações que sejam contraditórias sobre algo que foi defendido anteriormente pois o texto não deve destruir a si mesmo. Ao depender do contexto no qual o texto está inserido, a coerência necessita da ativação de fatores extralinguísticos, ou seja do conhecimento partilhado, do conhecimento de mundo assim como de experiências cotidianas e inferências.

A coesão se constrói a partir de elementos que sinalizam relações entre os componentes da superfície textual, demonstrando assim que as palavras estejam ligadas entre si dentro de uma sequência por meio do uso correto de conjunções, pronomes, preposições, sinônimos, nominalizações, advérbios e conectivos.



A escrita da redação científica se manifesta na elaboração final de uma monografia, dissertação ou tese; na resposta escrita de um trabalho ou de uma questão de prova; na elaboração de um projeto de pesquisa ou de um relatório; na elaboração de uma proposta de estudo ou tema para pesquisa e por fim, na escrita de um artigo científico.

Nesse sentido, as qualidades textuais precisam estar presentes nestas atividades relacionadas a uma escrita científica, seja ela por meio da linguagem escrita ou da linguagem oral, em congressos, aulas, palestras, rodas de conversas ou atualmente em *lives* voltadas à divulgação de pesquisas científicas, na apresentação de trabalhos.

É fundamental nestes contextos diversos existentes, que o redator de textos científicos deva procurar fazer uma comunicação eficiente e correta, eliminando erros, defeitos, equívocos e tudo aquilo que possa interferir negativamente no seu texto, seja ele artigo, projeto, relatório, notas de leitura, dissertação ou tese a ser defendida.

Ao refletirmos então sobre a escrita científica, percebemos que os componentes essenciais são a forma e o conteúdo. A forma como a composição e natureza do documento, composta dos elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais, dependentes do tipo de publicação científica.

O conteúdo representa a mensagem científica que necessita ser expressa de forma clara, concisa, correta e precisa para converter descobertas particulares em verdades universais, pois é considerado um difusor de informações geradoras de novos conhecimentos.

A compreensão e entendimento da natureza da forma e do conteúdo e sua importância na redação científica, evita assim, a elaboração de textos confusos e caóticos ao exporem oralmente ou por escrito a escrita acadêmica, além de uma imagem espetacular de desorganização na exposição do pensamento.

A obra científica é uma obra fechada e que fundamentalmente demanda aos seus usuários um período relativamente longo de aprendizado e prática, o que acaba por ser um dos fatores que vai validar o “saber competente”. (APOLINÁRIO; GIL, 2013, p.63)

Refletindo sobre o pensamento dos respectivos autores, reforça-se que há necessidade do apoio no saber formal para que possa haver a validação dos pares

Com relação a este apoio formal, vale a pena refletir que os manuscritos entregues aos professores para avaliação são feitos normalmente em sequências de tentativa e erro, assim como de inúmeros retornos para correções. As consequenciais negativas são várias por parte do redator por ocorrerem: frustrações, baixa estima, elevação das dificuldades e criação de verdadeiras barreiras, isto é, bloqueios “mentais e psicológicos”. Muitas vezes a dificuldade/impossibilidade de redigir



monografia, dissertação ou tese, dentro dos prazos definidos remete a uma situação mais grave: O desperdício de uma vocação para pesquisa científica.

Já por parte dos docentes é normal o surgimento do stress motivado por uma angústia, pelo senso de responsabilidade docente, pela busca de descobrir caminhos viáveis para melhorar esta problemática e assim poder cumprir com a missão de orientar o aluno a uma boa publicação.

Com relação aos benefícios da redação científica, elas se voltam à identificação das carências na fundamentação científica, motivando o autor a aprofundar a sua revisão bibliográfica; outro aspecto que merece ser citado é o papel da revisão bem elaborada que possibilita a participação de processo de seleção para ingresso em cursos mais avançados, submissão de artigos em periódicos científicos e finalmente um potencial empregador na busca de uma vaga profissional.

Cuidado com a utilização de uma linguagem hermética, rebuscada, truncada e equivocada, feita com a ideia de convencer pela exibição de um vasto conteúdo teórico e que não estabelece nenhum vínculo com a prática ou com a teoria necessária

Podemos concluir então que existe, portanto, uma estreita e contínua ligação entre a atividade de pesquisa e o relato escrito do que foi observado.

Trilhas da arte da citação: novas pontuações

A atividade de leitura ou escrita é a realização de um ato de citação, sendo esta não somente a prática primeira textual por implicar uso e ação, como também o fundamento básico da leitura e escrita acadêmica.

De acordo com Compagnon (1996, p.47), “toda prática do texto é sempre citação” e reforça seu pensamento ao afirmar que “a citação não tem sentido em si, porque ela só se realiza em um trabalho, que a desloca e que a faz agir”. (COMPAGNON, 1996, p.47).

Amplia esta discussão Apolinário e Gil (2013) quando sustentam que com relação ao texto científico, a sua origem vem das diferentes leituras elaboradas a partir de outros textos e isto pressupõe que o ato de escrever neste contexto precisa demonstrar competência e conhecimento.

A reflexão importante sobre a arte da citação é de que quem escreve não escreve no vazio, pois um texto não surge do nada ele está sempre nascendo de ou em outro texto pois a escrita se torna a habilidade adquirida de forma crítica e criativa de utilizar-se de outros textos, na escrita pessoal. Ler, portanto, de forma inteligente torna-se uma situação privilegiada como forma de apropriação de ideias ou recursos de expressão já existentes.

A disponibilidade para ler, estudar e conhecer outros autores permite que a partir deles, possamos demonstrar como há diferenciações, possibilidades de refutações, afinidades, ou referências que podem ser superadas em alguns aspectos, forma de demonstra que a leitura realizada e presente em outro artigo pode contribuir na construção de novos saberes.



A inserção do texto no arsenal de conhecimento, exige um momento reflexivo: estudar autores diversos, diferenciá-los, demonstrar afinidades de pensamento ou práticas, tanto para refutá-los, como para referendá-los ou superá-los em cada aspecto.

É importante de acordo com Perrotta (2004), o desafio de não perder de vista a teoria e prática compostos de forma orgânica em um movimento ininterrupto, as contradições, as idas e vindas.

Adverte, no entanto, Mello (2017) que o ato de citar ou seja, creditar as ideias e descobertas alheias em outro trabalho, exige uma postura relacionada à honestidade científica, pois não se apodera das ideias dos outros como se fosse de quem está escrevendo.

Para Humberto Eco (2008, p.23), “Citar é como testemunhar num processo. Precisamos estar sempre em condições de retomar o depoimento e demonstrar que é fidedigno. Por isso a referência deve ser exata e precisa [deve-se dizer o autor e a página].”

Um cuidado constante que a escrita acadêmica deve ter é evitar o uso de excesso de citações, muito comum em escritores iniciantes ou incompetentes assim como ter sempre a preocupação de trazer sempre após uma informação a citação autoral e o respeito à referência presente também no texto escrito.

Outro cuidado que deve sempre ser tomado é com relação às citações feitas de forma errada, quando se coloca o texto original de forma deturpada, prejudicando assim a credibilidade do texto escrito.

Uma das qualidades textuais que devem estar presentes na escrita acadêmica é a capacidade de relacionar autores nas citações de forma a articular criativamente as ideias escritas e ser capaz de apresentar discordâncias, contraposições de ideias, concepções ou visões de mundo a partir dos autores lidos. Complementa este pensamento Perrotta (2004) ao ponderar que “nessas horas é que nos afirmamos com nossos dizeres, assumindo o risco de fazer escolhas.”

Pontuações finais ainda que parciais

Ao término da escrita de seu TCC, artigo, projeto, relatório, resumo, resenha, dissertação, tese, você poderá responder a estas questões: O tema está bem abordado? Você leu diversas obras sobre ele? Realizou as pesquisas de forma adequada? Selecionou o material a ser analisado? Discutiu? Tirou conclusões? Referendou ou não os outros estudos sobre o tema? Contribuiu para o debate de ideias?

É importante reforçar que a redação do texto científico, independente do gênero utilizado: artigo, dissertação, tese, monografia, palestra, representa a expressão escrita de todo processo argumentativo utilizado e que foi fruto de uma pesquisa bem fundamentada, de uma sustentação



teórica em permanente diálogo entre os autores selecionados a partir de uma leitura aprofundada, reflexiva e criativa.

É esse ambiente textual argumentativo que pode nos levar a novas descobertas interessantes para a comunicação científica, produto de um pensamento estratégico feito por meio da lógica e de um pensamento criativo.

É importante, no entanto, termos bastante discernimento sobre a falta de ética com a autoria tem sido problema na academia. Independente de número de autores que formos citar, o importante é definirmos o autor e as coautorias.

Como reflexão final, há também uma responsabilidade autoral com o processo de citação e referenciamento em nossos textos, sendo assim, devemos ter muito cuidado e responsabilidade com este processo.

REFERÊNCIAS

APPOLINARIO, Fábio. **Como escrever um texto científico**. São Paulo: Trevisan Editora Universitária, 2013

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BIANCHETTI, Lucídio L; ZUIN, A. S; FERRAZ, O. **Publique, apareça ou pereça: produtivismo acadêmico, pesquisa administrativa**MSalvador, EDUFBA, 2018. Ed.

CAPES-InCitesReport-Final.pdf Adams J. and King C. (2009) Global Research Report: Brazil - Research and Collaboration in the New Geography of Science. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/17012018>. Acessado em 11 de dezembro de 2022.

COMPAGNON A. **O trabalho da citação**. 2ª ed. Trad. de Cleonice P. B. Mourão. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

Eco, Umberto, 1932- . **Como se faz uma tese**. tradução Gilson Cesar Cardoso de Souza. - Silo Paulo: Perspectiva, 2008. 21. ed. - (Estudos; 85)

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. **Ler e Compreender: os sentidos do texto**. 3 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

MELLO, A. R. **Sobrevivendo na ciência**: um pequeno manual para a jornada do cientista. Amazon, 2017.



UNIVERSIDADE
SANTA ÚRSULA



SEPEI
USU

Simpósio de Pesquisa, Pós-
Graduação, Extensão e Inovação
da Universidade Santa Ursula

*Agenda 2030 da ONU para o
desenvolvimento sustentável – SEPEI USU*

PERROTTA, Claudia. Um texto pra chamar de seu: Preliminares sobre a produção do texto acadêmico. São Paulo: Martins Fontes, 2004

ROSA, Antonio Marques; CHACHAMOVICH da Rosa Júlio. **O que faz a excelência de uma revista científica**. R. Psiquiatr. RS, 25'(2): 253-256, mai./ago. 2003.

SERRANO FRANCISCO Perujo. **Pesquisar no labirinto: a tese de doutorado, um desafio possível**. São Paulo: Parábola editorial, 2011



AS HUMANIDADES EM VIAS DE DESTRUIÇÃO NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO OU EM RECONSTRUÇÃO? E COMO O TEMA “EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO” SE RELACIONA COM ISSO

Ricardo M. Pimenta

Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia - IBICT
Rio de Janeiro/RJ - Brasil

INTRODUÇÃO

As pautas que compõem as reflexões, debates e ações em torno de temáticas como educação, tecnologia e inovação *lato sensu* representam uma inclinação à uma gradual aceleração sociotécnica das práticas educacionais e de acesso à informação. E tendem a acompanhar o mercado seja pelo setor da prestação de serviços (no caso das instituições de ensino), seja pela crescente indústria de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e seus produtos.

A inovação comumente é palavra de destaque nesse cenário. Ela representa o conceito de “destruição criativa” cunhado por Joseph Alois Schumpeter em “Capitalismo, Socialismo e Democracia” (1984) e que desde meados dos anos 1950 passou a representar adequadamente o paradigma econômico do Capitalismo cuja a ideia de estabilidade seria, portanto, algo contraditório a sua condição natural na visão de Schumpeter.

Na perspectiva Schumpeteriana, a inovação é a condição proveniente do esgotamento, seja de ideias, recursos, práticas e técnicas, seja de tecnologia, público ou mercado, na direção criativa de substituição daquilo então ultrapassado ou em vias de se tornar por algo que assegure continuidade e de maneira nova propõe alguma mudança em contraposição ao que era o *statu quo*.

Na atualidade, marcada pela aceleração das experiências e pelo crescente volume de informações e de dados que trafegam na rede mundial de computadores, o capitalismo ganha contornos do que Gilles Lipovetsky e Jean Serroy chamaram de “capitalismo artista” (Lipovetsky; Serroy, 2015), onde o “hiperconsumo” constitui-se como novo paradigma da vida digital. Mais ainda, o pensamento *grosso modo* precisou ser comprimido, pois sua recepção parece também ser cada vez mais acelerada. Pensamentos em forma de *tweets* parecem representar bem o que pessoas têm a dizer, assim como o que se é dito tem métrica e tempo pré-definido sobre o risco de não caber, de não se ler, de não se ver e, assim, de não se saber.

Mesmo no campo do conhecimento, em sua economia, parece-me correto afirmar que a produção do conhecimento também foi alvo de uma perspectiva “inovadora” e consumista. Estudo, formação, conhecimento, para que? Se não for claramente aplicável? É como se entendêssemos que o



pensamento crítico, o pensamento humanístico, precisasse ser objetivamente empregável para o retorno de lucro, likes ou bens de consumo materiais para poder ser viável nos dias atuais.

O pensamento filosófico, por exemplo, é comumente compreendido na dimensão do mercado capitalista como algo que “não serve para nada”. Ele é naturalmente contra o modelo pragmático da vida capitalista, sem aplicabilidade concreta e imediata. Pensar humanisticamente é interpor ao ritmo da vida digital um “freio”, um contrapé, à aceleração das experiências, dos negócios, da produção e do consumo. É contrapor-se à ideia inicial de destruição criativa para a proposição de construção elaborativa cuja criação está ligada à edificação de um pensamento que se desenvolve e que também pode se contrapor em uma perspectiva dialética, crítica, mas que continua seu processo: mais lento, sem aplicabilidade pré-definida.

As Humanidades são alvo e campo desse frutífero e lento processo. Seu desenvolvimento na contemporaneidade, entretanto, acaba por depender de novos predicados. O desenvolvimento de competências. De letramento digital é fundamental. O acesso aos TIC, pela sociedade da informação não deveria ser índice de desenvolvimento se essa mesma sociedade não exerce olhar crítico sobre tais tecnologias e suas respectivas aplicações. Para tal, cada vez mais é preciso “desacelerar” no sentido do que o mercado nos impõe e nos incita a desejar. A perspectiva freireana (1998) aponta que o processo de conscientização é caminho para a liberdade e ferramenta para o olhar crítico sobre os meios que comunicam em prol das ações, e seus respectivos atores, comunicantes. O desenvolvimento de uma competência crítica em informação faz criar o espaço para tal. Mas esse espaço nada mais é que a permissão para o exercício do pensamento humanístico, do questionamento filosófico, do equacionamento entre os elementos socioeconômicos, políticos e culturais implicados em esse ou aquele fenômeno.

Mas a quem serve não haver Humanidades, ou não haver tempo e espaço para exercício do pensamento crítico?

Em 2015 o Ministério da Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia do Japão propôs às universidades públicas do país que cursos de Humanidades deveriam ser extintos com o objetivo de adequar aquelas instituições ao cenário mais dinâmico e de maior eficiência em que se encontravam. O dito dinamismo não atendia a uma necessidade epistemológica ou mesmo política. Foi ditado pela “termômetro” do mercado internacional e o paradigma “destrutivo criador” de uma economia nacional débil.

O esforço em desmontar cursos formadores de recursos humanos destas respectivas disciplinas representa claramente a materialidade do desmonte em torno de áreas do conhecimento como Filosofia, História, Sociologia, entre outras. Para que investir em algo que, além de não prover retorno a curto prazo, pode colocar atores sociais e práticas, assim como



produtos, em xeque ao expor suas contradições? Tal desmonte também pode ser identificado na condição de dissimulação. Este caso é ainda mais sofisticado. E visível quando obtemos notícias de *bigtechs* como Google ou Amazon contratando cientistas sociais ou antropólogos para fundamentarem suas estratégias para raciocinar melhor sobre como o engajamento pode ser mais eficaz ou como pode ser possível um dado aprimoramento nos mecanismos de captura de atenção — que hoje representam um expressivo *incoming* de capital aos que dela tiram lucro. Há aí uma clara reificação do valor das Humanidades pois nesse olhar o que há é um emprego do seu conhecimento em prol de uma estratégia de mercado.

Ainda assim não há dúvida de que os ensinamentos de Paulo Freire são mais do que atuais. Seu construtivismo crítico proposto para a relação de ensino aprendizagem composta pelos sujeitos sociais professor e aluno é perfeitamente aplicável no dia-a-dia onde aprendemos, nos comunicamos, nos informamos e reproduzimos informação e conhecimento a partir daquilo que outrora tivemos acesso. As relações informacionais digitalmente mediadas sejam em escalas locais, globais ou glocais produzem uma forma de realidade social, cultural, política e sociotécnica que representam em grande medida apenas as primeiras camadas de estruturas e correlações de maior complexidade e de extensa exploração, degradação e consumo.

É urgente construir para si competências de ordem digitais e informacionais, não apenas para compartilhar desinformação ou dar *likes* em conteúdos minimamente duvidosos, mas sim para compreender os reais jogos de vetores que estão implícitos e opacos pelos recursos visuais e de recompensas em termos de acesso e circulação da informação. E não há caminho desprovido do senso crítico. Não há ponto de chegada sem um problema fundador bem elaborado e balizado em questões de ordem humanísticas.

Vigilância, gênero, sexualidade, discriminação, questões raciais, movimentos sociais, violência, classe, privacidade, memória, passado, presente, esquecimento, silêncio, censura, liberdade, religião, política, patrimônio e cultura não são questões ultrapassadas e tampouco precisam ser “destruídas” para as repensarmos de maneira inovadora.

Uma outra possibilidade é tangível. Formas de pensar aquilo que entendemos como inovação de maneira mais disruptiva e sustentável parece ser um caminho conforme Bernard Stiegler em *“The Age of Disruption: Technology and Madness in Computational Capitalism”* (2019). A fala de Stiegler, preocupada e incrédula quanto ao que ele chama de capitalismo computacional — termo que resume muito bem o cenário que brevemente tentei abordar aqui como terreno no qual o pensamento humanístico e suas respectivas disciplinas se encontram em ameaça —, precisa encontrar a esperança em Paulo Freire (1993) para a construção da autonomia que liberta. Não há caminho fácil nisso. Nem autonomia integral. Mas há o caminho. Há o percurso de construção e não de destruição, onde inovar pode



significar lutar pela manutenção daquilo que aparentemente “não serve para nada”. As Humanidades nunca foram tão fundamentais para construirmos nosso caminho cotidiano.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2015.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

STIEGLER, Bernard. ***The Age of Disruption: Technology and Madness in Computational Capitalism***. UK: Polity Press, 2019.



VERDADES E “VERDADES” NO JÚRI: ANÁLISE DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS VERSÕES CONTADAS AOS JURADOS

Natália Tomás Ribeiro Bispo
Universidade Santa Ursula
Adriano Rosa da Silva
Universidade Santa Ursula

RESUMO

O Tribunal do Júri tem como objetivo julgar os crimes dolosos contra a vida, cito, o homicídio, o infanticídio, o aborto, o auxílio ou o induzimento ao suicídio, tais crimes são levados ao povo, que analisando as verdades apresentadas pela acusação e defesa irão construir sua própria versão, condenando ou absolvendo. O povo, no Plenário, é representado por sete pessoas escolhidas dentre vinte e cinco nomes previamente convocados, que possuem idoneidade moral, ou seja, nunca foram condenados ou responderam a processo criminal. O julgamento não é técnico, mas moral. Os jurados são comuns, foram ensinados a viver conforme o padrão social aceitável; a partir do momento em que uma pessoa não atende aos padrões de normalidade, ela passa a ser estigmatizada, passa a ser considerada uma espécie de sub-humano. É nesse cenário que o Júri se desenvolve, enquanto o Conselho de Sentença é formado pelos "normais", o réu é tido como o anormal, aquele que fugiu ao padrão imposto e por isso deve ser contido. O julgamento passa então a ser não só uma análise das provas, mas uma apreciação dos estigmas, padrões de comportamento e normalidade. Entender o processo de construção das versões apresentadas aos jurados e como a moralidade é explorada pelos profissionais é o objetivo deste artigo. A metodologia foi a revisão bibliográfica, partindo da idéia de Tribunal do Júri como uma fábula (Mariza Corrêa), as três formas de construção da verdade no processo penal (Kant de Lima), tendo como referência o fato social de Durkheim e a realidade como construção social apresentada por Berger. Ao final verificou-se que a verdade real não existe, mas que as hipóteses apresentadas são construídas em partes desde o inquérito policial até o Plenário, sendo as verdades construídas a partir da manipulação de preconceitos, estigmas e padrões de normalidade apresentada não só pelas testemunhas, mas também pela exploração da biografia do réu e da vítima.

Palavras-Chaves: Tribunal do Júri; construção social; verdade; realidade; estigma.



INTRODUÇÃO

O Tribunal do Júri encontra-se previsto na Constituição Federal, como garantia fundamental e cláusula pétrea, ou seja, não pode ser abolido. Sua competência é para o julgamento de crimes dolosos contra a vida, cito, homicídio, Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação, infanticídio e aborto tanto provocado pela gestante, quanto provocado por terceiro. Esses crimes não são julgados pelos juízes profissionais, mas são levados ao povo para analisar os fatos apresentados pela acusação e defesa e proferir o veredicto.

Contudo, ao fazer uma análise da forma como esses fatos são apresentados como verdades, é possível perceber a existência de uma construção, formada por múltiplas versões, estigmas e padrões de normalidade, na medida em que a verdade real não existe, é uma utopia, e o julgamento pelo povo é moral.

Entender a forma como essas verdades são construídas e como isso afeta o julgamento dos jurados é o objetivo deste artigo.

A motivação dessa temática surgiu quando no desenvolvimento da dissertação sobre as motivações do Júri me deparei com a possibilidade de compreender que a realidade é multifacetada, havendo a possibilidade de diversas verdades, construídas por interesses e contradições, podendo ser até manipulada, o que coloca sobre o ombro dos jurados a árdua missão de escolher a hipótese mais crível.

MÉTODOS

A metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa foi a revisão bibliográfica. Iniciei partindo das ideias desenvolvidas por Mariza Corrêa de que no Tribunal do Júri há uma construção de uma Fábula; e Kant de Lima de que no processo penal há três formas de Construção da verdade: a policial, a judicial e a do Tribunal do Júri.

Com os conceitos de fato social apresentados por Durkheim e a concepção de Berger de que a realidade/verdade é uma construção social, busquei entender como os padrões de normalidade da sociedade são construídos, e quais as consequências de ser considerado um anormal.

Por fim, já no último capítulo, tendo por base estudos de antropologia sobre o Tribunal do Júri, busco entender e identificar quais as práticas no Plenário que os atores jurídicos se utilizam para construir as hipóteses (verdades) a serem apresentadas aos jurados.

RESULTADOS

Mariza Corrêa (1983) adotando o termo fábula para se referir ao processo, pontua que não há como reviver os fatos por meio do processo,



fazendo uma caminhada inversa, chegando aos fatos reais; mas o processo é a conjunção de múltiplas versões, originadas pelos mesmos fatos; sendo o todo composto de várias partes, de maneira fragmentada e estilizada. Ou seja, o processo é uma construção.

Ao reconstruir os fatos os manipuladores técnicos (advogado, promotor e juiz) preenchem os espaços em branco conforme os objetivos pretendidos, transformando o real específico em uma realidade manipulável e flexível.

Essas opções deixadas aos jurados, versões de realidade, se inicia no inquérito policial e finda no Tribunal do Júri, por estarem hierarquizadas, é permitido que uma desqualifique às outras, surgindo um verdadeiro mosaico de “sistema de verdade” (Kant de Lima, 2011).

Não podendo ignorar que a mídia, por meio de matérias sensacionalistas e discursos punitivistas, propagam a cultura do medo e a sensação de insegurança, dando ao crime características de dramaturgia, construindo uma verdade capaz de influenciar os jurados.

O Tribunal do Júri encontra sua origem na oposição à decisão dos déspotas, permitindo aos pares julgar seu semelhante, tirando da mão dos juizes corruptos e vinculados ao interesse do soberano o poder de decisão e colocando na mão do povo.

Esse Instituto desembarcou no Brasil em 1922, vindo da Europa, e até hoje permanece em nossa Constituição, tendo como Princípios o sigilo das votações, a plenitude de defesa e a soberania dos veredictos.

A composição do Júri é formada pelo juiz togado e 7 cidadãos, juridicamente leigos e idôneos, sorteados de uma lista de 25 cidadãos previamente alistados, formando assim o Conselho de Sentença.

Segundo Durkheim (2014), quando crianças somos ensinados a uma certa maneira de viver, somos obrigados a comer, dormir, beber em horários regulares, trabalhar, vestir, estudar, comunicar-se, rir, danças, etc, conforme regras próprias do meio social em que vive, com um tempo passa-se a sensação de obrigação e acaba se tornando um hábito; a criança então encontra-se inserida na sociedade, reproduzindo comportamentos, modo de pensar e sentir dos membros dos grupos dos quais participam.

Somos educados a desempenhar papéis sociais conforme os compromissos assumidos, cumprindo os deveres definidos socialmente de pais, filhos, cônjuges, profissionais, estudantes, etc, tendo esse modo de agir sido repassado por intermédio da educação, a qual nos ensinou a reconhecer e respeitar as crenças e práticas sociais.

Quando alguém não se enquadra nas regras sociais, não atendendo ao padrão de normalidade é tido como um desviante, passando a ser estigmatizado, sendo considerado uma espécie de sub-humano, imperfeito e desacreditado. (Goffman, 2008)

É nesse contexto de padrões de normalidade e comportamentos aceitáveis que o júri se desenvolve. Uma vez ocorrido o crime o inquérito



policial se inicia, o primeiro a ter contato com a cena, as testemunhas e vai produzir a primeira verdade é a polícia. O inquérito policial é a base da acusação, que tem por finalidade fornecer ao Ministério Público elementos para a propositura de uma ação penal.

Em uma definição apresentada por um Delegado de Polícia o inquérito policial é um “*procedimento do Estado contra tudo e contra todos para apurar a verdade dos fatos*” (Kant de Lima, 2011, p. 179)

O problema é que no processo penal “tudo” pode entrar nos autos, permitindo ao juiz da causa analisar tanto provas como elementos de informação para proceder seu veredicto, o que no caso do Tribunal do Júri não é motivado.

O inquérito policial (IP) tem presença dominante na formação da culpa de um suspeito, numa etapa em que o Ministério Público e a defesa ainda não estavam presentes, uma vez que o contraditório é exercido após a finalização do inquérito; essa presença dominante decorre do peso da fé pública da transcrição dos procedimentos e conclusões; e ainda que para os elementos informativos alcancem o status de prova seja necessário sua ratificação em juízo, as “armas” para o exercício do contraditório e ampla defesa são retiradas dos depoimentos do IP.

Encerrado o IP, a Denúncia é oferecida, sendo as testemunhas e réu levados à frente do juiz para dizer o que presenciaram ou ouviram falar. No júri, após a instrução, o juiz não irá proferir uma sentença condenatória ou absolutória, mas irá aceitar ou não a acusação, determinando a realização do Júri, por meio da Sentença de Pronúncia.

Essa Sentença tem função garantidora, evitando que um acusado vá a Júri sem que haja a certeza quanto à existência do crime doloso contra a vida (materialidade) e que haja probabilidade quanto à autoria. Contudo, sob o argumento de necessidade de proteção da sociedade, de que as leis não têm conseguido reduzir a criminalidade, se utilizando o famigerado Princípio do *In dubio pro societate* (na dúvida em favor da sociedade), o sistema acusatório, instituído pela Constituição Federal, vem sendo mitigado, tendo as leis e a Jurisprudência admitindo cada vez mais restrições a direitos e garantias fundamentais em nome da maior segurança, protegendo a sociedade ao invés do indivíduo. (TOMBINI, 2019)

Já no Plenário do Júri o réu será julgado por seus pares, que ao serem selecionados e vestirem passam de pessoas comuns para juizes de fato.

Testemunhas são chamadas para fazer uma impossível “factografia” do que se viu e/ou ouviu. Ainda que busca apresentar uma visão isenta, o depoente irá apresentar os fatos com base em sua observação, interpretações e impressões, não podendo se desvincular de questões subjetivas (razão, emoção, experiências vividas) e objetivas (condições de tempo, lugar e iluminação). (Seger e Lopes Jr, 2011)



O réu ao ser interrogado poderá ficar em silêncio sobre os fatos, mas será questionado sobre sua residência, meios de vida, a residência, meios de vida ou profissão, oportunidades sociais, lugar onde exerce a sua atividade, vida pregressa, notadamente se foi preso ou processado alguma vez e, em caso afirmativo, qual o juízo do processo, se houve suspensão condicional ou condenação, qual a pena imposta, se a cumpriu e outros dados familiares e sociais.

Iniciados os debates, acusação e defesa irão trabalhar um verdadeiro script, explorando o senso comum, o modelo básico de sociedade contra ou a favor do réu, permeados de estigmas a serem reiterados ou combatidos, traçando uma verdadeira biografia da vida do réu, se ele teve atitudes positivas, no decorrer do tempo, como trabalhar, estudar, constituir família, a ocorrência criminal é uma exceção, podendo-se desconfiar da autoria; caso contrário, se acumulou más condutas no decorrer do tempo, a acusação em julgamento se torna quase uma ocorrência esperada; a vida do acusado é resumida e reapresentada pela existência de marcas criminais ou sua ausência. (Schritzmeyer, 2011).

Os jurados então acabam por conhecer o processo formado há anos pela boca e visão de outros, sendo chamados a dar o veredicto sem o conhecimento aprofundado dos fatos, influenciados por discursos realizados por profissionais que possuem interesses estratégicos e não demonstram os acontecimentos de forma neutra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo o que foi posto, a verdade real não existe, o que se apresenta no Tribunal do Júri é uma construção de hipóteses (verdades) permeadas por interesses estratégicos dos profissionais que apresentam a “realidade” fundada em achismos, estigmas e padrões sociais, na busca pelo convencimento do jurado. Sendo fato que essas construções dificulta sobremaneira a decisão dos jurados, que inundados por informações contraditórias, impressões de terceiros, discursos construídos com objetivos prévios, mas constroem uma verdade própria, baseada em conhecimentos superficiais e parciais dos fatos, utilizando a intuição, a sensação e a hipótese mais crível para sanar eventuais dúvidas.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, Marisa. Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983

DA FONSECA SEGER, Mariana; LOPES JR, Aury. Prova testemunhal e processo penal: a fragilidade do relato a partir da análise da subjetividade



perceptiva e do fenômeno das falsas memórias. **XII Salão de Iniciação Científica PUCRS**. Porto Alegre: PUCRS, p. 1-3, 2011.

DURKHEIM, Émile. O ESTUDO DOS FATOS SOCIAIS E O MÉTODO DA SOCIOLOGIA. In: CASTRO, Celso (org.). **Textos Básicos de Sociologia**: de Karl Marx a Zygmunt Bauman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2014. p. 28-40.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Ltc, 2008. 158 p.

LIMA, Roberto Kant de. **Ensaio de Antropologia e de Direito**: acesso à justiça e processos institucionais de administração de conflitos e produção da verdade jurídica em uma perspectiva comparada. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. 289 p.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. **Controlando o poder de matar**: uma leitura antropológica do tribunal do júri - ritual lúdico e teatralizado. 2001. 284 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-31082007-095427/en.php>. Acesso em: 16 jun. 2022.

TOMBINI, Christian Penido. **A prova necessária e suficiente para a decisão de pronúncia ante a constituição federal**. 2019. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.



INOVAÇÃO E AMBIDESTRIA: TENSÕES ENTRE EXPLORATION E EXPLOITATION

Octavio Amaranto Magalhães

PPGDL-UNISUAM

Eduardo Winter

CAPES / INPI / PPGDL-UNISUAM

Maria Geralda De Miranda

PPGDL-UNISUAM / USU / ICTIM

RESUMO

O Objetivo do Desenvolvimento Sustentável de número 9, ODS 9, da Agenda da Organização das nações Unidas, ONU, prevê, até 2030, construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação. A meta 9.4 prevê modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente adequados. No Brasil, um dos principais desafios enfrentados pelas empresas atualmente é a necessidade de aproveitar e beneficiar-se de recursos e capacidades existentes e, simultaneamente, proporcionar inovações suficientes para competir e sobreviver em um ambiente marcado pela concorrência acirrada, constantes mudanças e transições tecnológicas. Esse artigo tem como objetivo discutir o conceito de inovação e ambidestria organizacional, seus tipos e modelos, bem como as tensões envolvidas. Os autores apresentados para ajudar na reflexão foram escolhidos a partir de profunda revisão literária. Os resultados indicam que é justamente da capacidade da empresa em competir, por meio de tecnologias difundidas e estabelecidas, em mercados em que a eficiência, o controle e as melhorias incrementais são diferenciais competitivos valorizados; e de forma simultânea e equilibrada, também conseguir competir com destaque e relevância, por meio de inovações e novas tecnologias, em mercados em que a flexibilidade, autonomia e experimentação são fundamentais para obtenção de vantagens competitivas.

Palavras-Chaves: Inovação; Ambidestria, Exploitation; Exploration; Tensões.

INTRODUÇÃO

Capacidades Dinâmicas é a capacidade da empresa para integrar, reconfigurar, renovar e recriar recursos e capacidades, bem como reconstruir suas capacidades centrais, visando obtenção de vantagem competitiva (WANG; AHMED, 2007). A capacidade para integrar, construir e configurar competências internas e externas deve-se à rápida mudança existente no



ambiente competitivo. Para tanto, é preciso desenvolver novos produtos e processos com a finalidade de responder às demandas do mercado, bem como criar, implantar e projetar ativos intangíveis que suportem o desempenho superior da empresa no longo prazo.

Dentro deste contexto, as organizações necessitam desenvolver estruturas organizacionais que atendam às demandas divergentes, muitas vezes de forma simultânea uma vez que o ambiente interno requer práticas gerenciais que podem divergir do ambiente externo, e vice-versa. Na tentativa de dirimir esse paradoxo de interesses, surge o conceito de Ambidestria Organizacional que compreende a habilidade e competência da firma para explorar e gerar novas oportunidades com a mesma destreza para o ambiente interno e externo

Este artigo, por meio de pesquisa bibliográfica, buscou refletir sobre os tipos e modelos de inovação, bem como as tensões envolvidas entre exploitation e exploration em organizações, que buscam na ambidestria uma forma de se diferenciarem no mercado.

INOVAÇÃO E SEUS TIPOS

Um dos principais problemas na discussão do tema inovação é a grande variedade de definições e interpretações que as pessoas atribuem ao termo, muitas vezes confundindo inovação com invenção. No seu sentido mais amplo, o termo vem do latim - inovare -, que significa "fazer algo novo" (TIDD, BESSANT & PAVITT, 2005). Revisando o conceito de inovação, Canongia e Santos (2004) expressa ser algo que engloba não somente a excelência de desempenho ou eficiência técnica das empresas ou produtos; compreende, também, a capacidade de desenvolver processos sistemáticos de busca por novas oportunidades e superação de obstáculos técnicos e organizacionais via produção e aplicação de conhecimento.

Drucker (1985), define a inovação como sendo a ferramenta específica e o meio pelo qual os empresários exploram a mudança, gerando uma oportunidade para um negócio ou serviço diferente. O mesmo autor completa dizendo que a inovação pode ser apresentada como uma disciplina, capaz de ser aprendida e praticada. Nessa mesma linha, Porter (1990), destaca o papel fundamental da inovação para que as empresas consigam alcançar vantagem competitiva. O autor trata a inovação em sentido mais amplo, incluindo a exploration de novas tecnologias, a capacidade de criar conexões e a capacidade para detectar e explorar novas oportunidades.

A inovação já era apontada por Schumpeter (1934) como essencial para o desenvolvimento econômico, vista como o motor que regeria o sistema capitalista, sendo tratada por Chen, Dultra-de-Lima e Martins (2012) como um pilar estratégico das organizações que buscam constante evolução associado a competitividade onde as expectativas sejam atendidas e o lucro alcançado. O Manual de Oslo, criado pela OCDE com o objetivo de



padronizar a captação de dados sobre inovação para torna-los confiáveis e comparáveis, define inovação como “a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas” (MANUAL DE OSLO, 2006 p. 55-56).

Conforme identificado na literatura, a complexidade de definições de inovação, seu caráter multidimensional e o atual estágio do tema sugerem a execução de trabalhos que integrem conhecimentos de diversas áreas em modelos cada vez mais sistêmicos. Com vasta discussão, o quadro abaixo tem como objetivo a apresentação e alinhamento dos principais autores ao caracterizar o que é inovação.

AUTORES	CONCEITUAÇÃO
BESSANT E TIDD (2009)	É a habilidade de produzir novos procedimentos com a finalidade de sustentar os mercados já estabelecidos ou a abertura de novos mercados.
CANONGIA E SANTOS (2004)	É capacidade de desenvolver processos sistemáticos de busca por novas oportunidades e superação de obstáculos técnicos e organizacionais via produção e aplicação de conhecimento
DORNELAS (2008)	É mudanças, realizada através de tarefas de maneiras diversificadas, invenções de um novo produto e modificação do ambiente no qual o produto ou serviço está introduzido.
DRUCKER (2003)	Ferramenta que explora a mudança como uma oportunidade para diversos negócios da empresa. Novo produto ou serviço que intencione o lucro.
MANUAL DE OSLO (OCDE,1997).	Inovação é a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas.
MATTOS E GUIMARÃES (2005)	É a capacidade de aprimorar seus produtos e serviços, gerando novas demandas ou novas maneiras de explorar um mercado já estabelecido.
PORTER (1990)	É a exploração de novas tecnologias, a capacidade de criar novas conexões e a capacidade para detectar e explorar novas oportunidades

Tabela 01: O que é Inovação

Fonte: Adaptado de Gonçalves (2015)



Diversos autores classificam os tipos de inovação de diferentes maneiras. De acordo com o Manual de Oslo (1997), diferenciam-se quatro tipos de inovação: de produto, de processo, de marketing e organizacional. Inovação de produto: é a introdução de um bem ou serviço novo ou significativamente melhorado no que concerne a suas características ou usos previstos. Incluem-se melhoramentos significativos em especificações técnicas, componentes e materiais, softwares incorporados, facilidade de uso ou outras características funcionais. A inovação de processo: é a implementação de um método de produção ou distribuição novo ou significativamente melhorado. Incluem-se mudanças significativas em técnicas, equipamentos e/ou softwares. Já a inovação de marketing: é a implementação de um novo método de marketing com mudanças significativas na concepção do produto ou em sua embalagem, no posicionamento do produto, em sua promoção ou na fixação de preços. Por fim, inovação organizacional: é a implantação de um novo método organizacional nas práticas de negócios da empresa, na organização do seu local de trabalho ou em suas relações externas.

Tidd, Bessant e Pavitt (2005) dividem os tipos de inovação em quatro “p’s” da inovação. Na inovação de produto/serviço: mudança nas coisas (produtos/serviços) que uma empresa oferece; Inovação de Processo: mudanças na forma em que os produtos/serviços são criados e entregues; Inovação de Posição: mudanças no contexto em que os produtos/serviços são introduzidos; Inovação de Paradigma: mudanças nos modelos mentais subjacentes

Um ponto importante é que a análise da literatura sobre inovação refere-se aos diferentes critérios de classificação, dos quais o grau de novidade é um dos mais debatidos pelas suas implicações em termos de processo de implementação, alcance de resultados e alinhamentos com as estratégias da empresa. Segundo Davila, Epstein e Shelton (2007), verificar características tecnológicas e do modelo de negócio possibilita uma nova classificação: as radicais, as semi- radicais e as incrementais.

As inovações semi-radicais são maiores que as inovações incrementais e pretendem modificar de forma significativa o modelo de negócio ou a tecnologia utilizada pela empresa (DAVILA, EPSTEIN, SHELTON, 2007). Com isso, pode-se classificar a inovação em: Inovação incremental, Intermediário, Inovação Radical.

Assim, apesar de a inovação radicalmente nova desempenhar um papel primordial na geração de novas opções, também é considerado inovação melhorias feitas em produtos e processos já existentes.

Davila, Epstein e Shelton (2007) discorrem mais detalhadamente a respeito dos tipos de inovação, apresentando uma diferença primordial no estágio intermediário. Além disso, os autores analisam as perspectivas da inovação dentro do contexto empresarial, ressaltando que nem todas as



inovações são criadas da mesma forma, apresentam os mesmos riscos e geram os mesmos retornos. Com isso, eles conceituam três tipos de inovação como:

A Inovação incremental: leva a melhorias moderadas nos produtos e processos de negócio em vigor, sendo a forma predominante de inovação na maioria das empresas, e recebendo mais de 80% do investimento total das companhias em inovação. Ela é uma maneira de extrair o máximo valor possível de produtos e serviços existentes sem a necessidade de fazer mudanças significativas ou grandes investimentos, sendo fundamental para as empresas.

Já a Inovação semi-radical: envolve mudança substancial no modelo de negócios ou na tecnologia de uma organização – mas não em ambas – alcançando mudanças e resultados que seriam inviáveis pela inovação incremental. As duas áreas no espaço da inovação semi- radical são inter-relacionadas, e ocorre frequentemente que inovações criadas em uma área geram importantes e novas oportunidades na outra.

A Inovação radical: é o conjunto de novos produtos e/ou serviços fornecido de maneira inteiramente nova. É representada por uma mudança significativa que afeta tanto o modelo de negócio quanto a tecnologia de uma empresa. Elas significam mudanças fundamentais no cenário competitivo de um setor de atividade, podendo alterar significativamente as posições de liderança de determinado segmento.

Mattos e Guimarães (2005) também classificam inovação nas categorias dos produtos, processos e serviço, sendo inovação de produto a introdução de um novo item ou a melhoria de um item já introduzido; a inovação de processos as melhorias ocorridas nas formas de produção, reduzindo custos, melhorando a qualidade de um produto existente ou um novo processo para produzir um novo produto ou um produto melhorado; e inovação de serviços quando a empresa passa a oferecer novos serviços desenvolvidos à seus clientes (MATTOS e GUIMARÃES, 2005).

Schumpeter (1961) classifica a inovação radical como mudanças drásticas nos produtos, serviços e processos consideravelmente distintos, trazendo um novo paradigma e possibilitando a criação de mercados oferecendo uma novidade.

Dentro dos mesmos parâmetros, Chesbrough e Teece (1996), consideram que a inovação se divide em autônoma e sistêmica, sendo a primeira independente de outras inovações como, por exemplo, inovar partes de um produto ou a transformação total de um produto. Já a inovação sistêmica, só pode ser realizada em conjunto com outras inovações associadas e integradas, como o desenvolvimento de produtos totalmente novos com outras concepções, tecnologias ou o uma caracterização extremamente diferente de um produto já existente.

Albagli e Lastres (1999) definem que a inovação incremental objetiva aperfeiçoar em pequena escala produtos, serviços ou processos já



elaborados, ou realizar melhorias que aumentem as vantagens competitivas da empresa, como diminuir os custos ou o tempo de fabricação, enquanto a inovação radical modificaria completamente um produto ou serviço.

Tidd, Bessant e Pavitt (2005) contribuem afirmando que existem níveis diferentes de melhorias nos produtos e processos que vão desde mudanças incrementais até modificações radicais que transformam a maneira como observamos e utilizamos os produtos, podendo influenciar somente os elementos ou o subsistema ou interferir no todo de uma produção.

Mattos e Guimarães (2005) também classificam a inovação em três tipos, sendo a inovação incremental as pequenas melhorias nos produtos, processos ou serviços da empresa que melhoram o desempenho da categoria em questão e que são perceptíveis aos consumidores. Já a inovação radical as melhorias em grande escala, alterando completamente as percepções anteriores do produto. Por último, na inovação fundamental, o impacto da inovação criada torna possível a criação de novas formas de inovação.

Também segmentando as oportunidades de inovação em três categorias, Dornelas (2008) classifica as oportunidades inovadoras em um modelo semelhante aos utilizados para o gerenciamento do desenvolvimento de produtos. As ideias derivadas, primeira categoria, seriam os tipos de inovação que surgem de produtos já oferecidos pela empresa, uma nova versão com redução de custos, porém por apresentarem pouco risco também apresentam pouco retorno, por não surpreender nas vendas. As inovações classificadas como nova plataforma, segunda categoria, estão associadas com produtos ou serviços ainda desconhecidos para a organização, possuem um alto risco para a organização, mas em contrapartida, uma capacidade de retorno considerável.

Enquanto as ideias derivadas podem ser facilmente aprovadas pela administração, a nova plataforma envolve modificações nos processos, produtos e serviços que serão oferecidos. Mais radical que as outras duas, a modalidade avançada de inovação, terceira categoria, requer muito mais dedicação, tempo e recursos da empresa para ser implementada, e apesar de serem mais arriscados que os anteriores por envolver produtos e serviços totalmente novos podendo criar mercados totalmente inéditos, é a com maior potencial de retorno para organização (DORNELAS, 2008).

Além desses três principais, Davila, Epstein e Shelton (2007) apresentam o conceito de inovação radical de fachada, que é a conjugação de duas inovações semi-radiciais para criar uma inovação grandiosa capaz de gerar um efeito semelhante ao da inovação radical no segmento ao qual foi inserida, e de tecnologias disruptivas, que é um tipo de inovação tecnológica semi-radical, produzidas por meio da mudança da base tecnológica, mas não do modelo de negócios, concentrando-se em um dos



efeitos da inovação, especificamente a alteração por ela provocada no mercado concorrente.

Existe, portanto uma variedade de formas de se atingir vantagem competitiva, mas para que se possa alcançar esse objetivo é necessário que a empresa selecione uma delas e justifique a escolha. Considerando a inovação como um eixo, qualquer tipo de inovação pode ocorrer, desde uma mudança incremental até uma mudança radical (BESSANT e TIDD, 2009).

Nota-se que há uma múltipla caracterização dos tipos de inovação. Neste sentido, buscou no quadro a seguir apresentar os autores e suas caracterizações em relação aos tipos de inovações.

Autores	Tipos
Manual de Oslo (OCDE, 1997)	Mudanças no produto ou serviço, no processo, no método organizacional e mudanças de estratégias de Marketing.
Schumpeter (1984)	Produtos, processos e serviço.
Porter (1990)	
Mattos e Guimarães (2005)	
Tidd, Bessant e Pavitt (2005)	4p's da inovação – Mudanças no produto ou serviço, no processo, na posição ou de paradigma.

Tabela 02: Tipo de inovação

Fonte: Adaptado de Gonçalves (2015)

Por fim, desta mesma forma, como se pode verificar na literatura, um dos aspetos primordiais à diferenciação da inovação é seu grau de “novidade”. O quadro abaixo traz a visão dos autores aqui abordados.

Autores	Classificação
Chesbrough e Teece (1996)	Autônoma e Sistêmica
Lastres e Albagli (1999) Tidd, Bessant e Pavitt (2005), Dornelas (2008)	Incremental e radical
Mattos e Guimarães (2005)	Incremental, rarical e Fundamental



Davila, Epstein e Shelton (2007)	Incremental, Semi-radical e radical
----------------------------------	-------------------------------------

Tabela 03: Classificação da inovação
Fonte: Adaptado de Gonçalves (2015)

Modelos de avaliação

O modelo de avaliação do horizonte das incertezas de Terwiesch e Ulrich (2009), mostrado na figura 04, relaciona o conhecimento da tecnologia com o conhecimento do Mercado por parte da empresa, com destaque para três grandes áreas, chamadas de Horizontes de Oportunidades, que caracterizam situações distintas.

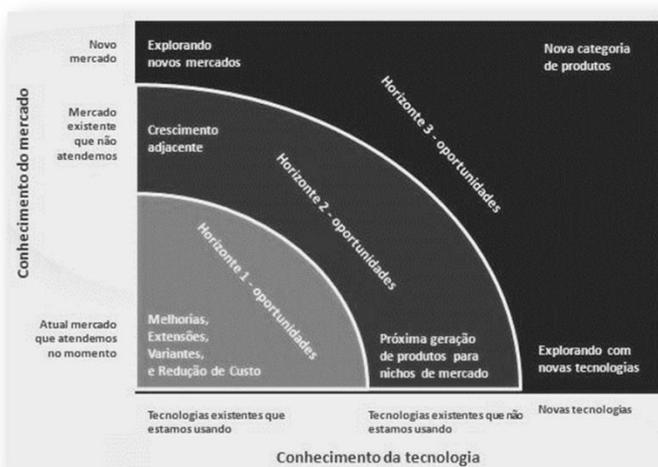


Figura 01: Modelo de avaliação do horizonte das incertezas
Fonte: Terwiesch e Ulrich (2009)

No horizonte 1 - tecnologias existentes (e já em uso pela empresa) versus o mercado atual (já conhecido pela empresa). Nesse Horizonte 1, as Inovações se caracterizam por serem melhorias ou extensões e são, potencialmente, de baixo risco. No horizonte 2 - tecnologias existentes (mas ainda não usadas pela empresa) versus mercado existente (já conhecido pela empresa). Aqui, as Inovações seriam tecnológicas, mas como o mercado é conhecido, temos um horizonte 2, de risco potencial médio; e no horizonte 3 - novas tecnologias versus novos mercados, definem esse horizonte de risco potencial, que pode variar de alto a muito alto. (TERWIESCH E ULRICH, 2009)

Nesse modelo, o gradiente de risco para cada horizonte é avaliado pelo afastamento ou aproximação em relação aos eixos: o eixo horizontal -



conhecimento da tecnologia e o eixo vertical - conhecimento do mercado. A “região” de mais de mais alto risco seria, portanto, o quadrante superior direito, onde a empresa não conhece o mercado e nem domina a tecnologia. Com base nesse modelo, é possível avaliar previamente inovações possíveis, e permite que se minimize o risco mantendo as inovações “próximas” aos eixos horizontal e/ou vertical.

O modelo de Rogers (1983), visto na figura 02, caracteriza a adoção de inovações em função do perfil de seus adotantes e pode ser utilizado para complementar a avaliação de riscos e o processo de prospecção sistemática.

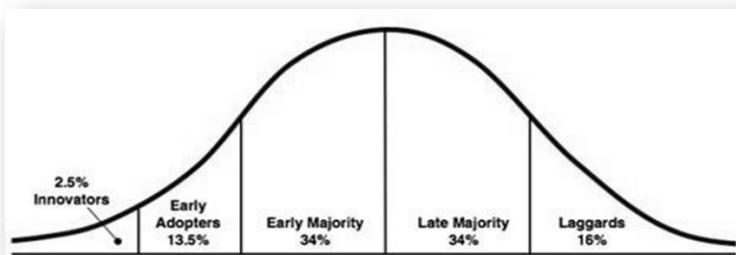


Figura 02: Modelo de avaliação do horizonte
Fonte: Rogers (1983)

O modelo apresenta um conjunto de fatores qualitativos, que podem ser considerados para uma estimativa do potencial de adoção e, muito importante, do “tempo” de adoção de uma Inovação. Esses 5 (cinco) fatores seriam:

O primeiro é a Vantagem Relativa: quão melhor é a inovação em relação às alternativas em uso? Essas vantagens precisam ser grandes no início, para estimular sua adoção pelos usuários inovadores e adotantes precoces. Com o tempo, e a adoção por um número crescente de clientes, pode ser possível uma redução dos custos, que se refletida nos preços, pode ampliar a visão das vantagens percebidas pelos clientes que ainda não adotaram a inovação, aqui chamados de clientes relutantes. É possível estimar esse tempo e avaliar a reação dos concorrentes. (ROGERS, 1983)

O segundo é a Visibilidade: quão fácil é para os usuários relutantes perceberem as vantagens que estão sendo obtidas pelos inovadores e adotantes precoces? Quanto mais visível for essa percepção, menor será o tempo e mais fácil será a conquista de novos usuários. O terceiro é a Experimentabilidade: quão simples e fácil é para um potencial usuário experimentar a Inovação? Se exigir muito esforço, sacrifício, habilidades especiais para experimentar e investimento (custo), a probabilidade de



adoção é menor e maior tempo de adoção pode ser esperado. Experimentar elimina a incerteza, nós sabemos! (ROGERS, 1983)

O quarto é a Simplicidade: a funcionalidade da Inovação é óbvia? Os benefícios são imediatos e aparentes? Infelizmente, algumas Inovações não são simples, embora extremamente úteis. E o quinto a Compatibilidade: a Inovação vai mudar muitos aspectos da vida do adotante? A inovação pode ser adotada como uma ação simples e independente? Ou depende da adesão por outros grupos, terceiros etc. (ROGERS, 1983)

Como podemos ver pelo Modelo de Rogers (1983), o tempo é o grande desafio para as Inovações caracterizadas como sendo do Horizonte 3. Tempo esse que pode ser aproveitado pelos concorrentes para lançar produtos semelhantes ou iguais. Além do tempo, outro grande desafio é o custo. Apostar no lançamento de uma Inovação de alto risco e custo é de alto risco. Exige que a capacidade financeira da empresa inovadora seja muito grande, de forma a permitir os movimentos estratégicos de correção que inevitavelmente serão necessários. Para empresas menores, estratégias de alto risco podem ser fatais. A elas, recomenda-se a alternativa da criação de um “portfólio” de Inovações, onde exista uma de altíssimo risco e outras de baixo ou médio risco. Essa estratégia de “portfólios” também é recomendada para grandes empresas.

Gestão da inovação

Com o mundo globalizado e o fluxo de informações cada vez mais intenso, o ambiente é favorável para o desenvolvimento de inovação. Em meio a tanta competição não há mais espaço para imitações, o que tem incentivado cada vez mais as grandes empresas a padronizarem seus processos de inovação, e preocupado as pequenas e médias empresas que tem procurado desenvolver novos produtos e serviços (MATTOS e GUIMARÃES, 2005). Tidd, Bessant e Pavitt (2005) compreendem que a sorte tem o seu papel no processo de gestão da inovação, muitas vezes resultando em sucesso para a organização. Mas o sucesso de fato se concretiza quando se consegue repetir o ato. Para isso é fundamental compreender e gerenciar o processo de forma que o sucesso não seja pontuado ao acaso, renovando os produtos e/ou serviços que a empresa oferece e as formas com que são fabricados e vendidos. Bessant e Tidd (2009), o processo para que ocorra a inovação se baseia em geração de novas ideias, seleção das melhores e implementação (BESSANT e TIDD, 2009). De acordo com os autores, genericamente, a empresa deve gerenciar quatro fases obrigatórias visando a concretização de seu processo de inovação:

Esquadrinhar e pesquisar seus cenários, interno e externo, para identificar e processar sinais potenciais de inovação; selecionar, estrategicamente, dentre esse conjunto de gatilhos potenciais para inovação, aquelas



coisas que a organização mobilizará recursos para alcançar; fornecer recursos para opção – produzir recursos de conhecimento necessários para explorá-la (sejam criados por meio de P&D ou adquiridos através de transferência de tecnologia); implementar a inovação, amadurecendo-a desde a simples ideia, através de vários estágios de desenvolvimento, até o produto final e refletir (numa fase opcional) sobre as anteriores e revisar experiências de fracasso e sucesso. (BESSANT e TIDD, 2009)

Nesse contexto, segundo os autores, a gestão da inovação nas organizações consiste em “aprender a encontrar a solução mais apropriada para o problema de gerenciar o processo de maneira eficaz, e fazê-lo pelos meios mais indicados, dadas as circunstâncias em que a empresa se encontra”. Entretanto, eles ressaltam é improvável que se encontre “uma melhor forma” genérica de gerenciar a inovação, já que as empresas diferem em termos de oportunidades tecnológicas e mercadológicas, e os fatores específicos de cada empresa reduzem as opções gerenciais.

Para COTEC (1998), o gerenciamento da inovação envolve todas as atividades que capacitam uma organização a fazer o melhor uso da ciência e da tecnologia, quer ela tenha sido gerada interna ou externamente. Este conhecimento levará a organização para a valorização de sua capacidade inovadora de uma forma que a ajudará a promover a eficiência e a efetividade para sua vantagem competitiva. Nesse sentido, cinco pontos fundamentais devem ser gerenciados (COTEC, 1998 apud SOUZA, 2003):

Prospecção tecnológica (scan): busca por sinais internos e externos de potenciais inovações; foco (focus): comprometimento dos esforços na aplicação dos recursos no alvo escolhido; recurso (resource): aquisição dos conhecimentos e tecnologias necessárias à aplicação na produção do produto inovador; Implementação (implement): processo de materializar o produto (ou processo interno) inovador, desde a idéia até seu lançamento no mercado ou em métodos internos de produção otimizada; e aprendizagem (learn): quinto elemento reflexivo dos demais, recipiente dos conhecimentos tácitos internos relacionados ao processo de aprendizado com falhas ou com sucessos, para melhor gerenciamento dos processos.

Nesse modelo proposto pela COTEC (1998), os cinco elementos acima devem ser integrados no processo de gestão da inovação. Essa integração se dá em quatro grupos de gestão de negócios, os quais demonstram como uma organização pode incrementar seu desempenho e sua eficiência, são eles: estratégia tecnológica, aquisição tecnológica, desenvolvimento de novos produtos e inovação de processos. Esses quatro processos de gestão devem ser trabalhados juntos e integrados para que uma maior efetividade seja alcançada (SOUZA, 2003).



De forma semelhante, Kaplan e Norton (2004) resumem a gestão na inovação em quatro processos, sendo os processos de identificar oportunidades de novos produtos e serviços, gerenciar o portfólio de pesquisa e desenvolvimento, projetar e desenvolver novos produtos e serviços e lançar novos produtos e serviços no mercado (KAPLAN e NORTON, 2004).

Ao encontro dessa ideia, Davila, Epstein e Shelton (2007) afirmam que não existe mágica, fórmula secreta ou estrutura para a inovação que funcione em todas as organizações. Mesmo assim, pesquisa realizada pelos autores demonstrou que existem maneiras claras pelas quais as empresas podem melhorar os resultados da inovação, criando valor e progredindo. Entretanto, os autores ponderam que essa execução da inovação é algo muito mais difícil que outras atividades de gestão, como a produção ou o controle financeiro. Contudo, muitas meias-verdades e mitos em torno da inovação fazem com que ela pareça mais complicada do que realmente é.

Nesse sentido, Davila, Epstein e Shelton (2007) concluem que administrar o modelo de inovação e definir a estratégia são fundamentais para o sucesso da empresa a curto e longo prazos; contudo, conservar os elementos benéficos da cultura predominante na empresa e mudar os desagregadores constitui a chave para o sucesso a longo prazo.

AMBIDESTRIA E ESTRATÉGIAS DE INOVAÇÃO

Diversas são as iniciativas a serem adotadas pelas organizações a fim de se manter competitivas no mercado, mas uma que vem conquistando cada vez mais notoriedade é a ambidestralidade. Embora a ambidestria organizacional seja um tema relativamente incipiente, seu conceito e paradigmas têm sido cada vez mais discutidos e recebido contribuições de diversos fluxos de pesquisa. Para Tushman e O'Reilly III (2004) as organizações ambidestras são as que conseguem obter vantagens competitivas operando simultaneamente no curto prazo enfatizando a eficiência e, no longo, as inovações de maior vulto e que envolvem maiores riscos. Esses autores apontam a importância fundamental da cultura interna dessas organizações.

O conceito de ambidestralidade já vinha sendo estudado há tempo, como o trabalho seminal de March (1991) pelo qual as expressões *exploration* e *exploitation*, usadas no ambiente da *exploration* de recursos naturais, passaram a ser usadas no ambiente da gestão estratégica das inovações. Diversas correntes na literatura contribuíram para a discussão sobre ambidestria organizacional, mas a crescente variedade de pesquisas e trabalhos, que inicialmente focavam o debate nas organizações ambidestras, vem tornando esse tema bastante complexo e desconexo (Raisch & Birkinshaw, 2008). A falta de uniformidade e transparência na utilização do termo e principalmente a grande diversidade de abordagens do mesmo fenômeno levaram Raisch & Birkinshaw (2008) a proporem um framework



abrangente (figura 03), com a finalidade de classificar as pesquisas em função dos antecedentes, dos moderadores e dos resultados da ambidestria organizacional. As contradições entre exploitation e exploration, bem como a necessidade de conciliar as duas orientações, foram discutidas em contextos como aprendizagem organizacional, inovação tecnológica, adaptação organizacional, gerenciamento estratégico e design organizacional.

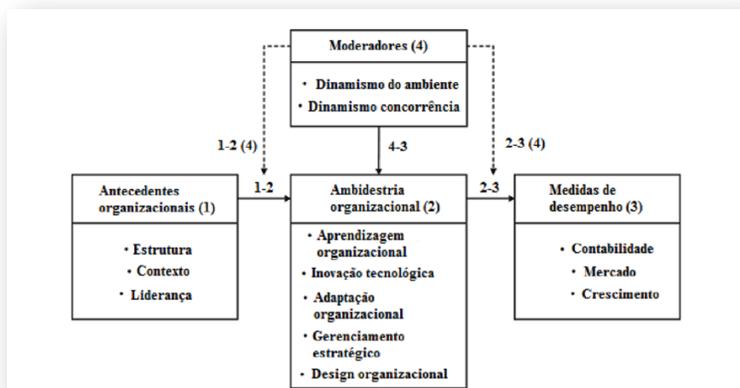


Figura 03: Framework para entendimento das pesquisas relacionadas à ambidestria
Fonte: adaptado de Raisch, S.; Birkinshaw, J. (2008)

As linhas teóricas voltadas para a aprendizagem organizacional sugerem que o sucesso no longo prazo requer equilíbrio organizacional entre continuidade e mudança (Volberda, 1996). As organizações de sucesso, portanto, não só enfatizam a exploitation e o alinhamento durante períodos de mudança evolutiva (ou incremental), mas também buscam a exploration por meio da inovação e transformação em períodos de mudança revolucionária (TUSHMAN & O'REILLY, 2011). Na mesma linha, Jansen et al. (2005) relacionam a capacidade de adaptação de uma organização, a sua habilidade em equilibrar a necessidade de implementar mudanças e a necessidade de manter as operações diárias. Hamel & Prahalad (1993) defendem que a tensão entre alavancagem e alongamento - a necessidade de explorar as capacidades existentes e a busca de novas - é um desafio estratégico fundamental para a criação de vantagem competitiva.

Estudos da área de gestão estratégica enfatizam que processos estratégicos para a exploitation e para exploration competem pelos recursos da organização, sendo os líderes da empresa os responsáveis pelo balanço entre eles (BURGELMANN, 2002). Já o trabalho de Volberda, Baden-Fuller & Van den Bosch (2001) identifica a relação entre o nível de atuação da gerência e o tipo de estratégia adotada para lidar com o ambiente em constante mudança. Os estudiosos da teoria da organização há muito



discutiram o desafio de maximizar a eficiência e flexibilidade dos recursos organizacionais. Em seu trabalho seminal, Burns & Stalker (1961) argumentam que as estruturas mecanicistas - aquelas caracterizadas pela padronização, centralização do processo decisório e forte hierarquia - ajudam a eficiência, enquanto as estruturas orgânicas - com seus altos níveis de descentralização e autonomia na tomada de decisão - reforçam a flexibilidade. A partir dessa perspectiva, ambidestria pode ser definida como a capacidade de uma empresa em operar complexos projetos organizacionais que forneçam eficiência no curto prazo e inovação no longo prazo (JANSEN et AL., 2005; O'REILLY & TUSHMAN, 2008).

Alcançar o status da ambidestralidade não é tarefa fácil, porém não é algo ilusório ou impossível e se mostra como um caminho promissor para aqueles que buscam se destoar em meio a tanta concorrência. Ambos os tipos de atividades são essenciais para a aprendizagem organizacional e a prosperidade, mas implicam contradições inerentes que precisam ser gerenciadas.

Atingir o ápice no processo ambidestro não se limita simplesmente na divisão da organização em duas. Koryak et al. (2018) acreditam que é essencial que haja aprendizado, melhoria contínua e capacitação em busca de novos conhecimentos. Já O'Reilly e Tushman (2004) mostram que é preciso estabelecer uma forte presença e influência de escalões superiores sobre as equipes seniores, estimulando os indivíduos a entregarem resultados de alta performance, o que os tornarão mais responsáveis a medida em que percebem o apoio e a confiança de sua liderança, complementa Ghoshal e Bartlett (1999), sendo fundamental que estes indivíduos enxerguem oportunidades além dos limites de suas atribuições, sendo capazes de executar multitarefas, que prezem pela colaboração e que busquem a cooperação com toda a equipe, construindo assim, laços internos harmoniosos e duradouros (BIRKINSHAW; GIBSON, 2004).

As inovações tecnológicas estão relacionadas à ideia de ambidestria organizacional por meio dos conceitos que envolvem inovações incrementais e radicais. A inovação incremental representa adaptações relativamente menores de produtos e serviços que já fazem parte do portfólio da empresa. Em contrapartida, a inovação radical (ou disruptiva) refere-se a mudanças fundamentais que levam à criação de produtos, serviço ou modelos de negócios completamente novos (CHRISTENSEN et AL., 2015; O'REILLY & TUSHMAN, 2004). O trabalho realizado por March (1991) deu início à discussão na literatura sobre exploitation e exploration, sob a perspectiva de atividades associadas à aprendizagem. Essa corrente teórica, conhecida como aprendizagem organizacional, sugere que a exploitation refere-se à aprendizagem adquirida a partir de pesquisa local, refinamento de processos, seleção e reutilização de rotinas previamente existentes. Enquanto a exploration refere-se à aprendizagem adquirida da experimentação planejada e aplicação de novas rotinas e processos orientados a novas práticas.



Os executivos possuem um duplo desafio, o de perseguir o sucesso da organização no mercado atual, aumentando o alinhamento entre estratégia, estrutura, cultura e processos organizacionais, enquanto simultaneamente prepara a organização para enfrentar situações inevitáveis de descontinuidade, causadas por mudanças ambientais (O'REILLY & TUSHMAN, 2004). Isso requer habilidades organizacionais e gerenciais para competir em mercados maduros, em que o custo, eficiência e inovações incrementais são elementos-chave, e desenvolver novos produtos e serviços, em que a inovação radical, a velocidade e flexibilidade são pontos críticos (JANSEN ET AL., 2005). Os gerentes precisam ser capazes de executar, ao mesmo tempo, uma estratégia voltada para conservar e desenvolver as vantagens competitivas atuais, assim como manter em curso um plano claramente focado na sustentabilidade do negócio no longo prazo, o que pode ser resumido em estratégias de inovação (O'REILLY & TUSHMAN, 2011; VOLBERDA et AL., 2001).

Quase todas as organizações de sucesso evoluem por períodos relativamente longos de mudanças incrementais, pontuados alternadamente por alterações ambientais e mudanças revolucionárias. Essas descontinuidades, ou processos disruptivos, podem ser impulsionadas por mudança de tecnologia, concorrentes, novas leis e mudanças significativas nas condições econômicas ou políticas. Ao longo do tempo, a adaptação e adequação da estratégia, estrutura, cultura e capacidades organizacionais evoluem para refletir mudanças no mercado e na tecnologia. Quando essas mudanças acontecem, os executivos precisam realinhar suas organizações para refletir seus novos desafios estratégicos (O'REILLY & TUSHMAN, 2008).

A vantagem competitiva é o resultado da capacidade da firma em realizar eficientemente combinações entre produtos e mercados (liderança de custos, diferenciação e focalização). A estratégia nesse modelo, intimamente ligada ao conceito de exploitation, consiste em posicionar a empresa em seu ambiente e, especialmente, na sua indústria, visando proteger a firma da ação das forças competitivas (VOLBERDA et AL., 2001). Tendo em vista que os concorrentes procuram imitar e suplantam os inovadores introduzindo outras inovações (destruição criativa), gerando novos arranjos econômicos e, conseqüentemente, causando o desequilíbrio do mercado, esse desequilíbrio passa a ser um estado permanente, e não um fenômeno transitório. Para que uma firma possa manter uma rentabilidade elevada, ela deve basear-se em estratégias de inovação permanente, ou seja, exploration de produtos e serviços de difícil imitação por parte dos concorrentes (SCHUMPETER, 1934).

As organizações que objetivam ações ambídestras devem conceber seu planejamento estratégico e implementar mecanismos específicos de integração em diferentes níveis hierárquicos, e a estrutura organizacional deve refletir a estratégia adotada (JANSEN et AL., 2005).



O ciclo de vida de um produto ou serviço obedece basicamente a transição gradativa a partir de três estágios de crescimento: inovação, diferenciação e maturidade. Cada um desses estágios requer diferentes competências, estratégias, estruturas, culturas e habilidades de liderança. Essas mudanças e adaptações necessárias ao longo de cada estágio é que direcionam a performance e os resultados da organização. Empresas de sucesso aprendem o que funciona bem e incorporam isso às suas operações (TIDD et AL., 2005). Isso é o que significa aprendizagem organizacional, utilizar as respostas do mercado para continuamente refinar a organização para obter cada vez melhores resultados.

Com mudanças incrementais os executivos conseguem gradativamente mudar suas organizações. Dado que as mudanças são relativamente pequenas, as incongruências e perturbações provocadas pelas mudanças são controláveis. O processo de realizar mudanças incrementais é bem conhecido e as incertezas inerentes ao processo de mudanças ficam dentro de limites “toleráveis” pelas pessoas envolvidas. E finalmente o sistema se adapta de forma geral, mas não é transformado. Quando feito de forma efetiva, as mudanças incrementais são parte crucial para o sucesso no curto prazo. Mas uma questão pouco discutida é a existência do “lado negro” do sucesso.

À medida que a empresa cresce, ela desenvolve novas estruturas e sistemas que são inter-relacionados, e cada mudança proposta se torna cada vez mais difícil de ser aceita, novas mudanças são mais onerosas e requerem mais tempo para serem implementadas (O'REILLY & TUSHMAN, 2008; VOLBERDA, 1996). Isso é resultado do que ficou conhecido como “inércia estrutural” – a resistência à mudança com raízes no tamanho, complexidade e interdependência nas estruturas, sistemas, processo das organizações. Também se tem a chamada “inércia cultural”, que é construída ao longo do tempo, fundamentada no acúmulo de histórias de sucesso. À medida que a empresa envelhece, parte do seu aprendizado é internalizada e as expectativas compartilhadas por todos de como as coisas devem funcionar, são orientadas por normas informais e valores que evoluíram ao longo do tempo (BURGELMAN, 2002; HENDERSON & CLARK, 1990).

Ambidestra e tensões

Em períodos de mudanças acelerada na indústria, as organizações devem estar preparadas para romper as barreiras da inércia estrutural e inércia cultural, pois muitas vezes serão obrigados a tomar decisões difíceis, arriscadas e até mesmo impopulares, como “canibalizar” seus próprios produtos. Isso significa ter que lançar um novo produto que, em vez de ampliar a base de mercado atual da empresa ou penetrar em um novo segmento, acabará rivalizando e reduzindo a participação de mercado dos



produtos existentes (Benner & Tushman, 2003; Henderson & Clark, 1990). Esse é um conceito de simples compreensão, mas essas verdadeiras transformações organizacionais são muito difíceis de serem implementadas na prática.

São claros os benefícios da estratégia de antecipação e mudanças proativa, mas apenas uma minoria de organizações visionárias são as que iniciam o processo de mudança disruptiva antes de perceber declínio na performance. O motivo que leva as organizações a decidirem por manter a situação atual e alocar exclusivamente esforços para manter vantagens competitivas atuais vem do receio dos gestores em assumir os riscos da decisão de mudança (Christensen et al., 2015; Keizer & Halman, 2007).

Diante dos conflitos e dilemas presentes nessa situação em que é necessário equilibrar e harmonizar perspectivas antagônicas, surgem tensões que irão permear todo o processo de tomada de decisão estratégica (Andriopoulos & Lewis, 2009; O'Reilly & Tushman, 2013). O framework proposto por Andriopoulos & Lewis (2009), apresentando na figura 4, tem como objetivo auxiliar os líderes a identificar as tensões envolvidas no processo decisório e indicar alternativas para gerenciar e mitigar os efeitos negativos dessas tensões. Esse modelo apresenta, dentro de cada uma das dimensões agregadas - objetivo estratégico, foco no cliente e gestão de pessoas -, um desdobramento em categorias de classificação para as tensões, que em última análise representa a dicotomia existente entre exploration e exploitation.

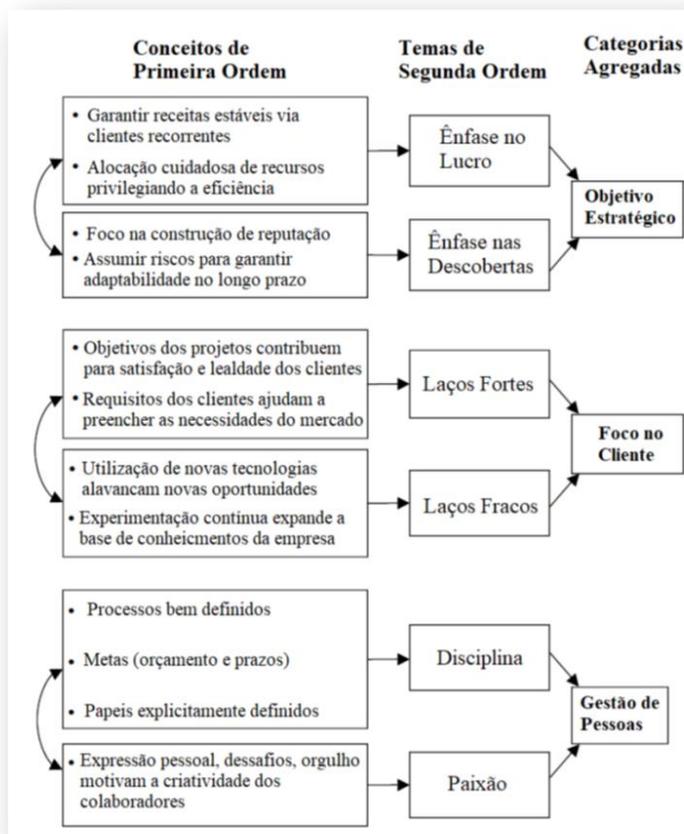


Figura 04: Framework para categorização das tensões.

Fonte: adaptado de Andriopoulos, C., & Lewis, M. W. (2009).

No processo decisório são incorporados vieses de natureza pessoal, frutos da formação de hábitos e padrões comportamentais automáticos, que são resultado da repetição e aprendizagem associativa e refletem a aversão humana à mudança. A inércia e procrastinação são manifestações de uma forma de propensão das pessoas para permanecerem no status quo (Day, 2007). Essa aversão ao risco é explicitada na Figura 9, em que fica clara a preferência pela seleção de projetos de baixo risco no portfólio de inovação, ou seja, uma tendência a privilegiar as inovações incrementais (exploitation) em detrimento à inovação radical (exploration). A preferência natural é para que as coisas permaneçam as mesmas, com a tendência a não mudar o comportamento, a menos que o incentivo para fazê-lo seja suficientemente forte (Day, 2007; Henderson & Clark, 1990).



O desenvolvimento e manutenção da ambidestria como uma capacidade organizacional não é tarefa trivial e passa pelo constante ajuste das diversas variáveis que influenciam no processo de formação e implementação da estratégia. O gestor deve manter sempre em vista a necessidade de perfeito equilíbrio entre a estratégia deliberada e emergente. Além do ambiente externo, o interno também tem forte influência sobre a ambidestria organizacional (Jansen et al., 2005).

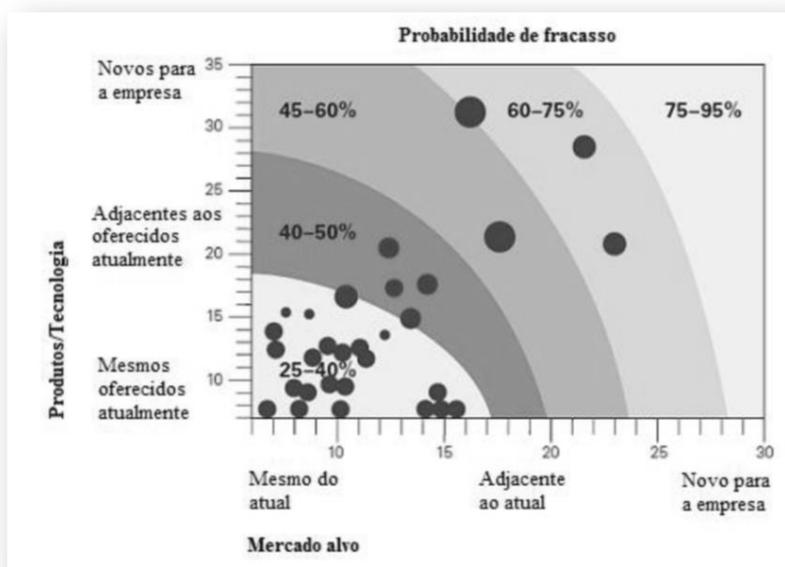


Figura 5: Risco e inovação.
Fonte: adaptado de Day, G. S. (2007).

Tipos de ambidestria

Ambidestria sequencial

A ambidestria sequencial é uma das abordagens para implantação de estratégias ambidestras. Ela faz uso da separação temporal; ou seja, a organização realiza mudanças sequenciais na sua estratégia de inovação; alternando entre um período com maior foco na exploração e novo ciclo com mais ênfase na exploração (JANSEN et AL., 2005; O'REILLY & TUSHMAN, 2004). Em 1976, Duncan foi o primeiro autor a utilizar o termo ambidestria organizacional. Nesse trabalho seminal, a abordagem sequencial foi justamente a sugestão apresentada por ele para que as organizações pudessem acomodar os conflitos gerados pela necessidade de implementar



estratégias focadas em inovação e eficiência. Para Duncan, as empresas precisariam modificar os seus processos e a sua estrutura ao longo do tempo, com o objetivo de conseguir maior alinhamento com a estratégia (citado em O'REILLY & TUSHMAN, 2013).

A ambidestria sequencial se destaca como resposta estratégica em ambientes caracterizados pelo equilíbrio temporal; ou seja, longos períodos de estabilidade pontuados por mudanças revolucionárias curtas. Sob essa perspectiva, a estrutura organizacional alternaria entre uma estrutura predominantemente mecanicista (centralizada) e uma estrutura orgânica (descentralizada) à proporção que a organização passa por fases com ênfase na exploration e exploitation, respectivamente (O'REILLY & TUSHMAN, 2004). Do ponto de vista estritamente teórico, é fácil sugerir a modificação da estrutura organizacional em função do foco estratégico de inovação; mas na prática, essa transição estrutural se mostra um processo altamente complexo para a organização (O'REILLY & TUSHMAN, 2013). De modo geral, essa abordagem propõe que a ambidestria sequencial é mais adequada para ambientes estáveis e com uma dinâmica de mudança tecnológica menos intensa; assim como para as empresas menores e que não possuem recursos suficientes para implementar estratégias de ambidestria paralela ou simultânea (ROSENKOPF & NERKAR, 2001).

Ambidestria simultânea ou estrutural

Diante de mudanças rápidas, a ambidestria sequencial pode ser ineficaz e as organizações precisam explorar e explorar de forma simultânea. Isso pode ser conseguido estabelecendo-se subunidades autônomas, com estruturas separadas; uma mais voltada para a exploitation e outra para a exploration. Cada uma dessas subunidades contaria com seu próprio alinhamento de pessoas, estrutura, processos e culturas; mas a organização permitiria certo nível de integração, para garantir melhor aproveitamento de recursos e capacidades (O'REILLY & TUSHMAN, 2008).

A estratégia da inovação incremental normalmente cria uma rivalidade em relação à inovação radical, uma vez que ambas competem internamente por recursos escassos, seguem os mesmos processos e devem obedecer à mesma estrutura organizacional. Por esse motivo, a abordagem da ambidestria simultânea recomenda a criação de unidades exploratórias pequenas, descentralizadas e com processos mais flexíveis, em contraste com as unidades de exploitation, que são maiores, centralizadas e com processos mais rígidos e bem definidos (BENNER & TUSHMAN, 2003). Os executivos do nível mais alto da corporação devem gerenciar as tensões que surgem em virtude da tentativa de conciliar exploitation (estratégia de inovação incremental) e exploration (estratégia de inovação radical), e essas respostas de alto nível são necessárias para promover a integração entre unidades estruturalmente separadas, assegurar a coerência estratégica



comum e garantir a alocação equilibrada de recursos (O'REILLY & TUSHMAN, 2004).

Ainda no âmbito da ambidestria simultânea, Raisch & Birkinshaw (2008) também destacam o uso de estruturas paralelas como alternativa à separação estrutural espacial. As estruturas paralelas se manifestam na forma de estruturas secundárias, como equipes de projeto ou redes; permitem que as organizações troquem de estrutura de acordo com as necessidades de exploitation ou exploration, no contexto de uma única unidade de negócios.

Abordagem contextual

Tanto a ambidestria estrutural quanto a ambidestria sequencial se propõem a administrar as tensões entre exploitation e exploration por meio da estrutura organizacional, mas alguns autores defendem uma abordagem alternativa, denominada ambidestria contextual (O'REILLY & TUSHMAN, 2013). Segundo essa abordagem, as organizações podem se tornar ambidestras, disponibilizando recursos, criando e desenvolvendo capacidades que permitam aos indivíduos decidir como dividir seu tempo entre as atividades com foco na inovação radical e as tarefas de melhoria contínua.

Nessa visão contextual, a ambidestria é alcançada a partir da construção de um conjunto de processos e sistemas desenhados para encorajar os próprios indivíduos a realizarem julgamentos sobre como dividir seu tempo entre demandas conflitantes (GIBSON & BIRKINSHAW, 2004). A capacidade necessária para equilibrar a exploitation e a exploration é tratada em um âmbito organizacional caracterizado por interações de disciplina e confiança e cabe à gerência de alto nível a importante função de moderar os conflitos entre funcionários (Güttel & Konlechner, 2009). Embora seja conceitualmente fácil imaginar como a ambidestria contextual possa operar em determinado mercado, com um cenário tecnológico mais estável, é difícil conceber como essa abordagem permitirá que uma empresa se ajuste às inovações disruptivas (GILBERT, 2005). As mudanças descontínuas nas tecnologias e nos mercados requerem reestruturação e realocação significativa dos recursos. E tais decisões não podem ficar a cargo dos funcionários, pois requerem a anuência de gerentes de nível sênior para fornecer recursos, aprovar investimentos e dar legitimidade a decisões estratégicas de adotar, ou não, uma nova tecnologia ou modelo de negócios (O'REILLY & TUSHMAN, 2004).

Ambidestria e capacidades dinâmicas

As capacidades dinâmicas são definidas como a habilidade de a empresa integrar, construir e reconfigurar competências internas e externas



para enfrentar ambientes em rápida mudança (TEECE ET AL., 1997). O modelo de capacidades dinâmicas tenta formular uma teoria da formação das competências organizacionais em ambientes de alta complexidade e mudança constante. Com a alteração das condições em ambientes hipercompetitivos e turbulentos, mudam também os recursos essenciais para garantir a sobrevivência e a performance econômica diferenciada das firmas. É a antecipação dessas transformações nos portfólios de recursos que garante às empresas a possibilidade de continuação da vantagem competitiva. Ao contrário do que afirmam alguns pesquisadores, o conceito de capacidade dinâmica não é tautológico, e a falta de compreensão do conceito faz com que muitos afirmem que capacidades dinâmicas são “rotinas para aprender rotinas”, quando na verdade capacidades dinâmicas são idiossincráticas, particulares a cada empresa, cada realidade e cada mercado (EISENHARDT & MARTIN, 2000).

Em mercados relativamente estáticos, as capacidades dinâmicas manifestam comportamento mais linear, relacionado às rotinas e procedimentos. Já em ambientes mais dinâmicos, o comportamento é não linear, experimental e não analítico. O conceito de capacidades dinâmicas está estreitamente relacionado à capacidade de perceber, até certo ponto antecipar, mudanças no ambiente e recombina o conhecimento e experiências, seja entre os departamentos internos da firma e redes de relacionamentos ou até mesmo pela aquisição de conhecimento, configuração de arranjos cooperativos e parcerias.

As empresas não necessitam apenas de habilidades para desempenhar atividades operacionais e realizar projetos relacionados ao seu nível de conhecimento atual. Elas também precisam demonstrar habilidade para reutilizar e reconfigurar os seus recursos, além de poder mudar a sua estrutura a fim de se adaptarem ao ambiente em rápida mudança. Nesse ponto de vista, as capacidades dinâmicas compõem habilidades específicas que ajudam no planejamento estratégico, auxiliando a gerência na identificação dos pontos fortes, das oportunidades, das ameaças e das suas fraquezas e reutilizar seus componentes. Essas habilidades incluem competência em processos, estratégias, cultura e estruturas organizacionais. Assim, para serem bem-sucedidas no mercado global, dinâmico e extremamente competitivo, as empresas devem ser capazes de se adaptarem ao mercado em rápida mudança, ao mesmo tempo em que coordenam e aperfeiçoam os aspectos internos (TEECE ET AL., 1997).

Vários estudos encontrados na literatura defendem que as capacidades dinâmicas são o reflexo das decisões tomadas pelos mais altos níveis da organização, que representam a materialização do posicionamento estratégico que visa reconfigurar recursos existentes e desenvolver novas habilidades para mitigar ameaças e capitalizar novas oportunidades (TEECE ET AL., 1997). As capacidades necessárias para que as empresas obtenham



sucesso na implementação de estratégias ambidestras, segundo a classificação proposta por Teece (2007), são:

Sense, que está relacionada a capacidades para monitorar e identificar oportunidades. Essa capacidade requer equilíbrio entre controle centralizado e descentralizado e, sobretudo, o comprometimento do nível gerencial sênior para garantir a alocação necessária de tempo e recursos financeiros para investimento em inovações, alinhadas com estratégias de mais longo prazo relacionadas à exploration; Seize, que corresponde à habilidade para avaliar as capacidades e possíveis investimentos. Essa capacidade requer líderes dispostos a elaborar e implementar estratégias que garantam, por meio da alocação de recursos, o equilíbrio adequado entre exploitation e exploration e Reconfiguring, que traduz a capacidade para criar, estender e modificar a base de recursos quando a empresa cresce e o mercado muda. (TEECE, 2007).

Modelos de inovação ambidestro

De acordo com Vasconcellos (2015), o meio Inovador Interno apresenta as seguintes características: gestão participativa, as decisões são transparentes e tomadas levando em conta os implicados; as pessoas percebem que são valorizadas; o desempenho é coletivo e não há punição para quem estiver abaixo da média; a aprendizagem é estimulada e percebida pelo pessoal; o clima é de confiança e as pessoas sabem que podem expressar livremente suas opiniões sem medo de represália por parte dos dirigentes e supervisores; os problemas e conflitos são enfrentados abertamente e entendidos como parte das soluções. Tais características tornam a empresa um bom lugar para trabalhar, sustentando a motivação que favorece o florescimento contínuo de iniciativas de inovação de todo tipo e de qualquer magnitude com chances reais de sucesso. Nesse ambiente um programa de sugestões de alto desempenho capta, além de inovações incrementais, ideias que podem originar inovações radicais.

O modelo de inovação desenvolvido por Clark e Wheelwright, 1993, um dos mais populares no ambiente empresarial, embora baseia-se em uma abordagem linear de acordo com o modelo de 2ª geração, é apropriado para captação de inovações radicais (Figura 06).

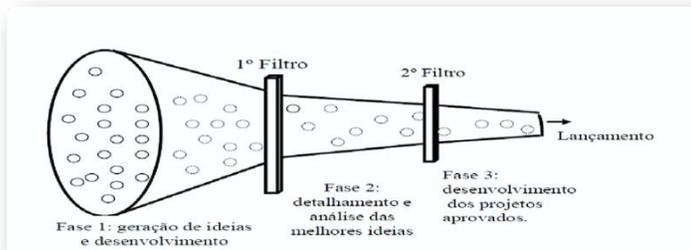


Figura 06: Modelo do funil de inovações
Fonte: CLARK; WRIGHT, W. (1993)

O modelo do funil contém filtros que selecionam apenas as ideias que atendem os critérios de seleção estabelecidos pela direção da empresa, que normalmente levam em conta o retorno do investimento no novo projeto. O funil permite a entrada de muitas ideias, e a saída de poucas. Essa configuração não é apropriada para as inovações incrementais realizadas conforme o conceito de melhoria contínua kaizen, assim, Barbieri e Alvares (2014) realizaram adaptações, mostradas na Figura 2.7 compondo um Modelo de Inovação Ambidestro capaz de captar ideias tanto de inovações incrementais como radicais.

No kaizen toda ideia que traga alguma melhoria, por mais insignificante que seja, será considerada e quanto mais ideias, melhor. Isso ocorre porque essas melhorias exigem investimentos pequenos, muitas vezes nenhum investimento, o que reduz significativamente o risco. Por isso, em vez de um funil, o modelo é representado por um tubo, cuja seção da saída principal é minimamente menor do que a de entrada, pois se espera implementar uma porcentagem elevada das ideias geradas (Figura 07, canal A). Todas as ideias sugeridas pelos funcionários passam por um único filtro que as separa em três tipos de ideias:

I. Ideias aproveitadas: formam o fluxo principal de ideias, elas se transformam em melhorias, devendo, portanto, representar um percentual significativo - canal A; II. Ideias especiais: ideias que sugerem novidades importantes seguem um caminho semelhante a um processo de inovação convencional, pelo qual são avaliadas em termos de benefícios, custos e oportunidades operacionais e mercadológicas - canal B; III. Ideias descartadas: ideias repetidas, ou não pertinentes a nenhuma situação da empresa - canal C (BARBIERI; ALVARES, 1983)

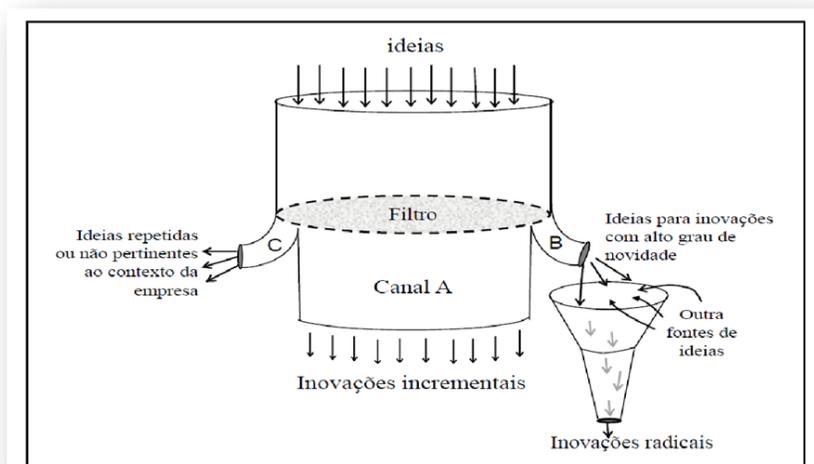


Figura 07: Modelo para captação de inovações incrementais e radicais
Fonte: BARBIERI; ALVARES (1983)

O canal A, o principal, é o vertedouro de inovações incrementais, e o B, de inovações radicais. Esse canal representa a retirada, para análise minuciosa daquelas ideias que, por apresentarem alto grau de novidade, tecnológica e/ou mercadológica, implicam em investimentos e riscos elevados. Essas ideias poderão ou não ser aprovadas, porém vão adentrar no funil típico das inovações. Se forem aprovadas, receberão recursos financeiros, materiais e humanos específicos, serão implementadas por equipes especiais e passarão por outros filtros.

Embora o modelo tenha como foco as inovações incrementais, não raro surgem ideias que servem como insight para inovações radicais e radicais tipo B, que são encaminhadas às áreas de P&D (BARBIERI; ALVARES, 2014). Trata-se de um modelo de inovação ambidestro que capta ideias de todas as pessoas da organização (Inovação Horizontal) tanto incrementais como radicais.

Fatores chave de sucesso

Os fatores chave ou críticos, são identificados como sendo os pontos que definem o sucesso ou fracasso da reestruturação. A literatura os apresenta como condições essenciais a serem seguidos. Rockart (1979) e Porter (1996) afirmam que os fatores críticos de sucesso (FCS) são áreas limitadas em qualquer organização, processo, nos quais os resultados se satisfatórios garantirão um desempenho competitivo superior. De acordo com



O'Reilly e Tushman (2004), o sucesso de uma reestruturação em que se adote o método ambidestro, dependerá dos seguintes fatores:

Estreitamento da comunicação entre o nível gerencial e operacional; Compartilhamento de recursos (financeiros, pessoas, clientes e assim por diante) entre as unidades, partindo dos gestores; Separação estrutural que assegure que cada modelo de negócio caminhe segundo seus próprios processos, cultura e características, de modo que ao mesmo tempo ambas desenvolvam atividades voltadas para inovação incremental e disruptiva. (O'REILLY e TUSHMAN, 2004)

Especificamente sobre este último fator, a exploitation e exploration se mostram com conceitos e atividades tão díspares, que integrá-los levanta questões práticas relacionadas com processos de alocação de recursos (CHRISTENSEN, 2016; CHRISTENSEN; RAYNOR, 2003) e desenho organizacional. Para O'Reilly e Tushman (2011), para potencializar as chances de tornar a ambidestria bem-sucedida, cinco são as condições.

Uma estratégia convincente que justifique a importância em atuar de modo exploitation e exploration; As unidades focais em exploitation e as focais em exploration devem possuir uma visão e valores comuns, de modo que juntas proporcionem uma identidade comum; Possuir uma equipe sênior, capaz de estabelecer um método de recompensas e ainda que saiba explicitamente navegar pelas estratégias que envolvem a exploitation e a exploration, promovendo uma comunicação eficaz e indispensável não somente na unidade como entre as unidades; Apesar da separação física (cada qual com seu modelo de negócio, estrutura, incentivos, métricas e culturas) ambas as unidades devem manter uma integração direcionada no nível sênior e tático, aproveitando da melhor maneira os ativos organizacionais; A separação tende a gerar tensões, cabendo a liderança sênior desenvolver habilidade e capacidade de tolerar e resolvê-las da melhor forma possível (O'REILLY E TUSHMAN, 2011, p.5).

Tais fatores e condições se mostram como os direcionadores para que a organização possa iniciar sua reestruturação organizacional, de maneira que a torne preparada para enfrentar e superar os desafios trazidos, principalmente, pela nova era digital e todo esse novo conceito de consumo, que ao mesmo tempo exige melhoria e novidade.

O objetivo primário deste capítulo foi descrever os conceitos, tipos e modelos de inovação, bem como a conceituação e tipos do que é ambidestria.



O capítulo demonstrou que as atuações ambidestras de empresas vêm acontecendo com mais frequência ao longo dos últimos anos e precisa ser acompanhada pelas demais organizações, pois podem definir um novo e amplo cenário de atuação, contribuindo para a montagem de portfólios de projetos de médio e longo prazos que minimizam os riscos e aumentam a competitividade das empresas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As empresas não necessitam apenas de habilidades para desempenhar atividades operacionais e realizar projetos relacionados ao seu nível de conhecimento atual. Elas também precisam demonstrar habilidade para reutilizar e reconfigurar os seus recursos, além de poder mudar a sua estrutura a fim de se adaptarem ao ambiente em rápida mudança. Nesse ponto de vista, as capacidades dinâmicas compõem habilidades específicas que ajudam no planejamento estratégico, auxiliando a gerência na identificação dos pontos fortes, das oportunidades, das ameaças e das suas fraquezas e reutilizar seus componentes. Essas habilidades incluem competência em processos, estratégias, cultura e estruturas organizacionais. Assim, para serem bem-sucedidas no mercado global, dinâmico e extremamente competitivo, as empresas devem ser capazes de se adaptarem ao mercado em rápida mudança, ao mesmo tempo em que coordenam e aperfeiçoam os aspectos internos.

Conforme mencionado anteriormente, a *exploitation* refere-se à estratégia direcionada para o sucesso de curto prazo, com foco na eficiência, inovação incremental e contínua. E a *exploration* exige uma estratégia de longo prazo com ênfase na flexibilidade e adaptabilidade. Embora a *exploitation* e a *exploration* sejam dimensões aparentemente antagônicas e incompatíveis, as organizações precisam de ambas, e isso significa que elas devem investir em estratégias que garantam o resultado no curto prazo, usando para isso o conhecimento existente alinhado a uma perspectiva baseada em serviços e produto que já fazem parte do portfólio atual da empresa. Ao mesmo tempo, precisam executar estratégias de inovações radicais como requisitos de adaptabilidade para sobreviver às mudanças do mercado no longo prazo.

REFERÊNCIAS

ANDRIOPOULOS, C., & LEWIS, M. W. **Exploitation-exploration tensions and organizational ambidexterity**: Managing paradoxes of innovation. *Organization Science*, 20(4), 696-717 (2009).

ALBAGLI, H.; LASTRES, E. S. **Informação e Globalização na Era do Conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.



BARBIERI J.C. & ALVARES A.C.T. **Modelo de Inovação Contínua**; exemplo de um caso concreto SIMPOI FGV/EAESP. 2014

BENNER, M. J., & TUSHMAN, M. L. **Exploitation, exploration, and process management**: The productivity dilemma revisited. *Academy of Management Review*, 28(2), 238-256. 2003.

BESSANT, J.; TIDD, J. **Inovação e Empreendedorismo**. Tradução de Gabriela Perizoto e Patricia Lessa Flores da Cunha Elizamari Rodrigues Becker. Porto Alegre: Bookman, 2009. 512 p.

BIRKINSHAW, J.; GIBSON, C. **Building Ambidexterity into an Organization**. *MIT Sloan Management Review*, 45, 4, 47-55, 2004.

BURGELMAN, R. A. **Strategy as vector and the inertia of coevolutionary lock-in**. *Administrative Science Quarterly*, 47(2), 325-357. 2002

BURNS, T. E., & STALKER, G. M. **The management of innovation**. University of Illinois at Urbana-Champaign's. *Academy for Entrepreneurial Leadership Historical Research Reference in Entrepreneurship*. 1961

CANONGIA, C.; SANTOS, D.; ZACKIEWICZ, M. **Foresight, Inteligência Competitiva e Gestão do Conhecimento**: Instrumentos para a Gestão da Inovação. *Gestão da Produção*, v. 11, n. 2, 2004.

CHEN, Y.; DULTRA-DE-LIMA, R. G.; MARTINS, V. F. **Processo de Inovação**: Análise sob a Ótica dos Elementos Organizacionais - Revisão Literária Estruturada e Implicações para Pesquisas Futuras. *Revista Organizações em Contexto*, v. 8, n. 16, p. 91-119, Jul. 2012.

CHESBROUGH, H. W.; TEECE, D. J. **Organizing for Innovation**: When is Virtual Virtuous. [S.l.]: *Harvard Business Review*, 1996.

CHRISTENSEN, C. M. **The Innovator's Dilemma**: When New Technologies Cause Great Firms to Fail. Boston: *Harvard Business Review Press*. 2016.

CHRISTENSEN, C. M.; OVERDORF, M. **Meeting the challenge of disruptive change**. *Harvard Business Review*, 78(2), 66-77. 2000

CHRISTENSEN, C. M.; RAYNOR, M. **The Innovator's Solution**: Creating and Sustaining Successful Growth. Boston: *Harvard Business School Press*. 2003.



CHRISTENSEN, C. M.; RAYNOR, M.; MCDONALD, R. **What Is Disruptive Innovation?** Harvard Business Review, v. 93, n. 12, p. 44-53, Dez. 2015.

CLARK, K. B. & WHEELWRIGHT, S. C. **Managing new product and process development:** text and cases. New York, The Free Press. 1993.

COTEC. TEMAGUIDE: **A guide to technology management and innovation for companies.** Madrid: European Communities, 1998.

DAVILA, T.; EPSTEIN, M. J.; SHELTON, R. **As Regras da Inovação: Como gerenciar, como medir e como lucrar.** Porto Alegre: Bookman, 2007.

DAY, G. S. **Is it real? Can we win? Is it worth doing.** Harvard Business Review, 85(12), 110-120 (2007).

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo Corporativo:** Como ser empreendedor, inovar e se diferenciar na sua empresa. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

DRUCKER, P. F. (1985). **The discipline of innovation.** Harvard Business Review, 63(3), 67-72.

EISENHARDT, K. M., & MARTIN, J. A. **Dynamic capabilities:** what are they?. Strategic Management Journal, 1105-1121. 2000.

GHOSHAL, S.; BARTLETT, C. A. **The Individualized Corporation: A Fundamentally New Approach to Management.** New York: Harper Business. 1999.

GIBSON, C. B., & BIRKINSHAW, J. **The antecedents, consequences, and mediating role of organizational ambidexterity.** Academy of Management Journal, 47(2), 209-226. 2004.

GILBERT, C. G. **Unbundling the structure of inertia:** Resource versus routine rigidity. Academy of Management Journal, 48(5), 741-763. 2005.

GÜTTEL, W. H., & KONLECHNER, S. W. **Continuously hanging by a thread:** Managing contextually ambidextrous organizations. Schmalenbach Business Review, 61(2), 150-172. 2009.

HAMEL, G., & PRAHALAD, C. K. **Strategy as stretch and leverage.** Harvard Business Review, 71(2), 75-84. 1993.



HENDERSON, R. M., & CLARK, K. B. **Architectural innovation**: The reconfiguration of existing product technologies and the failure of established firms. *Administrative Science Quarterly*, 9-30. 1990.

JANSEN, J. J., VAN DEN BOSCH, F. A., & VOLBERDA, H. W. **Managing potential and realized absorptive capacity**: how do organizational antecedents matter? *Academy of Management Journal*, 48(6), 999-1015. (2005).

JANSEN, J. J., VERA, D., & CROSSAN, M. **Strategic leadership for exploration and exploitation**: The moderating role of environmental dynamism. *The Leadership Quarterly*, 20(1), 5-18. (2009).

KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. **Mapas estratégicos - Balanced Scorecard**: convertendo ativos intangíveis em resultados tangíveis. 15ªed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

KEIZER, J. A., & HALMAN, J. I. **Diagnosing risk in radical innovation projects**. *Research-Technology Management*, 50(5), 30-36 (2007).

KORYAK, O. et al. **Disentangling the antecedents of ambidexterity**: Exploration and exploitation. *Research Policy*, v. 47, p. 413-427, Mar. 2018.

MARCH, J. G. **Exploration and exploitation in organizational learning**. *Organization Science*, 2(1), 71-87. 1991

MARTINS, E. S., ROSSETTO, C. R., & Añaña, E. S. **Ambidestria, exploração ou exploração e seus efeitos no desempenho organizacional de vinícolas brasileiras**. *Revista em Agronegócio e Meio Ambiente*, 7(3), 707. 2014.

MATTOS, J. R. L. D.; GUIMARÃES, L. D. S. **Gestão da Tecnologia e Inovação**: Uma abordagem prática. 1ª.ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

O'REILLY III, C. A., & TUSHMAN, M. L. **The ambidextrous organization**. *Harvard Business Review*, 82(4), 74. 2004.

O'REILLY III, C. A., & TUSHMAN, M. L. **Ambidexterity as a dynamic capability**: Resolving the innovator's dilemma. *Research in Organizational Behavior*, 28, 185-206. 2008.



O'Reilly III, C. A., & Tushman, M. L. **Organizational ambidexterity in action:** How managers explore and exploit. *California Management Review*, 53(4), 5-22. 2011.

O'REILLY III, C. A., & TUSHMAN, M. L. **Organizational ambidexterity:** Past, present, and future. *The academy of Management Perspectives*, 27(4), 324-338. 2013.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Manual de Oslo:** Diretrizes para Coleta e Interpretação de Dados sobre Inovação. 3. ed. Finep. 1997. Disponível em <<http://www.finep.gov.br/images/apoio-e-financiamento/manualoslo.pdf>>. Acesso em 19 janeiro 2020.

PORTER, M. E. (1990). **The competitive advantage of nations.** *Harvard Business Review*, 68(2), 73-93.

PORTER, M. **Vantagem Competitiva:** Criando e Sustentando um Desempenho Superior. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

RAISCH, S., & BIRKINSHAW, J. **Organizational ambidexterity:** Antecedents outcomes and moderators. *Journal of Management*, 34(3), 375-409. 2008.

ROCKART, J. F. **Chief Executives Define their Own Data Needs.** *Harvard Business Review*, v. 57, n. 2, p. 81-93, Mar./Abr. 1979.

ROGERS, E.M. **Diffusion of Innovations.** New York: Free Press. SORIA, Túlio; CEO da Mother Gaia. 1983.

ROSENKOPF, L., & NERKAR, A. **Beyond local search:** boundary-spanning, exploration, and impact in the optical disk industry. *Strategic Management Journal*, 22(4), 287-306. 2001.

SCHUMPETER, J. A. **The theory of economic development.** Cambridge, MA: Harvard University Press. 1934.

SOUZA, D. L. O. **Ferramentas de gestão de tecnologia:** um diagnóstico de utilização nas pequenas e médias empresas industriais da região de Curitiba. Curitiba: CEFET-PR, 2003.

TEECE, D. J. **Explicating dynamic capabilities:** the nature and microfoundations of (sustainable) enterprise performance. *Strategic management journal*, 28(13), 1319-1350. 2007.



TEECE, D., PISANO, G., & SHUEN, A. **Dynamic capabilities and strategic management**. Strategic Management Journal, 18, 509-533. 1997.

TERWIESCH, C; ULRICH, K. **Innovations Tournaments** – creating and selecting exceptional opportunities. Boston: Harvard Business Press, 2009.

TIDD, J.; BESSAT, J.; PAVITT, K. **Gestão da Inovação**. 4º. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

VASCONCELLOS M. A. **Gestão da Inovação**. FNQ – Fundação Nacional da Qualidade 187. 2015.

VOLBERDA, H. W. **Toward the flexible form**: How to remain vital in hypercompetitive environments. Organization Science, 7(4), 359-374. 1996.

VOLBERDA, H. W., BADEN-FULLER, C., & VAN DEN BOSCH, F. A. **Mastering strategic renewal**: Mobilising renewal journeys in multi-unit firms. Long Range Planning, 34(2), 159-178. 2001.

WANG, C.; AHMED, P. **Dynamic capabilities: a review and research agenda**. International Journal of Management Reviews, 2007.



A RELAÇÃO DO NEOLIBERALISMO COM ACCOUNTABILITY NA EDUCAÇÃO

Paulo Maurício Pimenta Pereira Leite

Doutorando PPGE/UNESA – CAPES

Jacqueline de Cassia Pinheiro Lima

PPGE/UNESA – PGCL/UENF

RESUMO

No neoliberalismo o Estado e as instituições são controlados sob a égide e força do mercado. Esse controle exercido atinge também aos indivíduos e suas relações consigo mesmo, através da concorrência, pelo qual se tornam empreendedores de si mesmos. Cabe então aos indivíduos a busca pela diferenciação por meio da intensificação do seu desempenho. Desse modo parece ser tão simplório que desde cedo os indivíduos estejam imersos na forma de vida e governabilidade neoliberal. A educação por sua vez muda o seu sentido de formação e preparação para vida cidadã e para o mundo do trabalho, para uma participação da veridicção do mercado. Logo a competitividade, flexibilidade e empreendedorismo passam a serem funções do campo educacional. Além disso, é preciso manter reserva de recursos humanos. Desse modo, o campo da educação agregou-se a noção de accountability, como política de responsabilização, prestação de contas e avaliação, afim de promover melhor qualidade e eficácia. A avaliação, em larga escala, ganha papel de destaque, pois é utilizada como referência de qualidade e prestação de contas, que revela as melhores escolas e a possibilidade de sucesso dos alunos que as ingressam. Por outro, lado a responsabilidade em prestar contas pode gerar ônus para o não cumprimento dos parâmetros e resultados esperados para quem ocupa cargo. A política de avaliação aliada a responsabilização vem promove o enfraquecimento da função avaliativa de diagnóstico. Ou seja, além de esvaziar o processo pedagógico o accountability justifica a garantia de qualidade educacional, através do resultado obtido no processo avaliativo externo.

Palavras-Chaves: Neoliberalismo; Accountability; Avaliação.

INTRODUÇÃO

Na visão neoliberal, a economia é o resultado de uma harmonia de interesses gerada por trocas entre indivíduos livres e autônomos. O ideal liberal tem por objetivo a igualdade de oportunidades, através do esforço individual, que vai conduzir ao sucesso. O Estado é apenas o garantidor dessa ordem espontânea gerada pelo mercado. Nessa linha de pensamento admite-se a existência de um mercado totalmente livre da tutela estatal, onde



é aceito, apenas como tarefa do Estado, segundo Afonso (2009), aquelas que se restringem as funções de proteção contra a violência, o roubo e a fraude e também as funções que permitam o cumprimento de contratados.

A economia liberal era entendida como o conjunto de saberes de uma gestão otimizada dos recursos para a sobrevivência do ser humano, onde todos devem participar. Porém, como num jogo, a competição estará presente na economia. Nessa lógica o mercado deixa de ser uma troca natural e passa a ser compreendido como um jogo competitivo entre desiguais, com participação universal. Foucault (2010, p.182) vai explicar que “o neoliberalismo não vai, portanto, se situar no signo do *laissez-faire*, mas, ao contrário, sob o signo de uma vigilância, de uma atividade, de uma intervenção permanente.” O sucesso e o fracasso estão relacionados a competência, dedicação, interesse e vontade de cada pessoa. Ou seja, na sociedade neoliberal ninguém deve ser idêntico, sendo necessário a competição entre os seus membros, principalmente onde a igualdade de resultados não faz parte do ideário econômico e social. Para Foucault (2010, p.7) a economia política e as instituições do mercado nos permitem determinar o valor de bens e serviços, a estrutura essencial do Estado e da sociedade e finalmente definir a natureza humana e seu comportamento, isto é, desde o amor e do casamento ao crime e a morte.

Para o autor, na prática o mercado e as suas instituições são locais onde a verdade se forma e se manifesta, ou seja, qualquer intervenção destinada à influência ou à modificação dos resultados é um erro, na verdade a origem de todos os erros. É por referência aos preços livres, determinados pelo mercado que se classifica o governo como correto ou incorreto. O governo deve acompanhar a economia de mercado. Porém, a economia de mercado nada retira do governo, pelo contrário, indica todas as ações governamentais. Foucault (2010) descreve que a intervenção estatal é o estabelecimento de uma economia de mercado. Como tal tem lugar num momento prévio ao funcionamento do mercado.

O mercado deixando de ser natural e regido pela mão de Deus, estabelece uma relação entre economia e política, gerida pelo homem através de acordos, acertos, disputas, consensos e dissensos. O Estado passa a ser o principal encarregado de alimentar esse modelo de mercado, criando cenários para completa atuação da economia, que por sua vez coloniza e coloca o Estado a seu serviço. Veiga Neto (2018 p.40) denomina o mercado como “tribunal econômico permanente perante as políticas governamentais”. Ou seja, no neoliberalismo o mercado atinge o estatuto de veridicção, que vai fazer com que o bom governo já não seja apenas um governo justo, onde um bom governo, deva funcionar com verdade. governamental.

O mercado deve dizer a verdade, deve dizer a verdade relativamente à prática governamental. É o seu papel de veridicção que vai agora, e de uma forma apenas



secundária, comandar, ditar, prescrever os mecanismos jurisdicionais ou a ausência de ou a ausência de mecanismo jurisdicionais sobre os quais se deverá articular. (FOUCAULT, 2010, p. 60)

Sendo assim, no neoliberalismo o Estado e outras instituições (empresas, educação etc.) são controlados sob a égide e força do mercado, incluindo sua perversidade sobre tudo e todos. Esse controle exercido pelo mercado atinge também aos indivíduos e suas relações consigo mesmo, através de situações de concorrência, pelo qual se tornam empreendedores de si mesmos. Cabe então aos indivíduos a busca pela diferenciação por meio da intensificação do seu desempenho. Neste sentido, sua liberdade se converte em obrigação de performance (ou desempenho? Ou produtividade?) para além do econômico, metas profissionais, resultados financeiros e o lazer. Desse modo parece ser tão simplório que desde cedo os indivíduos estejam imersos na forma de vida e governabilidade neoliberal.

Então para os neoliberais o interesse na educação desloca do sentido de formação e preparação de mão de obra e consumidores, para a incorporação de uma racionalidade de valores, práticas, princípios e conhecimentos comuns a todos e estimulados pelo Estado. A incorporação referida assume o papel decisivo na existência do neoliberalismo, pois prepara todos para participar da verificação do mercado de melhor forma possível, conhecendo as regras e respeitando-as. Logo sem educação não pode haver neoliberalismo que necessita de uma educação inclusiva que prepare os indivíduos para competição, para flexibilidade, que sejam empreendedores, resilientes, endividados e despolitizados. E por fim precisa manter reserva de recursos humanos.

A implementação da lógica de mercado, pela agenda política estatal para a educação, introduz o mecanismo de accountability, que associa avaliação e a ideia de qualidade, através do gerenciamento de mercado. Assim sendo é necessário relacionar e identificar os conceitos neoliberalismo e o accountability seu emprego na educação do Brasil.

O termo Accountability é significado por Campos (1979) como sinônimo de responsabilidade ou obrigação de resposta de algo. Essa responsabilidade de uma pessoa ou organização perante uma outra pessoa, fora de si mesma, por alguma coisa ou por algum tipo de desempenho. E essa autora continua: "Quem falha no cumprimento de diretrizes legítimas é considerado irresponsável e está sujeito a penalidades" (CAMPOS, 1979, p.33). Macedo (2017, p. 511) ressignifica accountability como estratégias de obtenção de resultados dos sistemas escolares através de políticas educacionais, tendo como pilares a avaliação, a prestação de contas e a responsabilização". Os governos ao adotarem o accountability propõem um processo de modernização da gestão pública, informando e justificando suas ações através do atendimento das demandas sociais por qualidade, transparência e controle social.



A diversidade de conceitos ou interpretações sobre accountability, sugere a disputa de significado por diferentes grupos, de acordo com seus interesses. Para Afonso (2012) accountability é significado como prestação de contas que, pelo menos implicitamente, contém e dá ênfase a consequências ou imputações negativas, as quais, não raras as vezes, consubstanciam formas autoritárias de responsabilização das instituições, organizações e indivíduos. Isto é, promover concepções mais refinadas de objetivos ou metas para uma melhoria na qualidade da educação. Já para Richter (2015) accountability aponta como característica importante o processo externo que envolve a interação social e intercâmbio, da parte do responsabilizante, e direitos de autoridade e resposta, por parte do responsabilizado. Para Santos (2019), este conceito, tem tido vasta utilização no campo da Educação, o que permitiu a migração da sua aplicabilidade também para o espaço público. Nessa lógica os governos devem informar e justificar suas ações.

Na política baseada em accountability, a eficiência das escolas e de seus professores passa a ser medida pela pontuação nas avaliações externas. Então, tendo em vista que todo aprendizado precisa ser demonstrável por demanda e reconhecível de antemão, não há espaço para o surgimento do inesperado.

A política de accountability acredita na mobilização para melhoria da educação, assim como na pressão dos pais e da comunidade sobre a escola. Essa mobilização/pressão utilizaria os seguintes parâmetros, segundo Afonso (2012): avaliação externa baseada em provas estaduais e/ou nacionais; explicações privadas para superar déficits da escola pública; publicização dos resultados e rankings escolares; responsabilização das escolas e dos gestores; avaliação e responsabilização de professores fortemente conectadas com os resultados acadêmicos dos alunos.

O poder de regulação do Estado é retomado através de um currículo centralizado, em que a avaliação é o suporte do processo de responsabilização ou da prestação de contas relacionado aos resultados educacionais, passando a ser mais importante que o próprio processo pedagógico. Em conformidade com a agenda mundial, as avaliações ganham destaque, com objetivo de promover a qualidade na educação. O Estado passa a utilizar dados extraídos das avaliações, como base para decisões de responsabilização, que envolvem recompensas e punições para escolas e seus profissionais, conforme atinjam as metas de desempenho (OLIVEIRA; MENEGÃO, 2012).

Para Afonso (2009), a avaliação, centrada na eficiência e na produtividade sob controle direto do Estado regido pela de veridicção do mercado, possibilitou a conquista de alguns objetivos decisivos: controlar as despesas públicas, mudar a cultura do setor público e alterar as fronteiras e a definição de atividade pública e privada. O Estado passa e permitir a predominância de formas de avaliação da educação escolar congruentes com



o mercado. A avaliação passa a promover os valores neoliberais baseados na comparação dos indivíduos e na competição do mercado.

A política dos testes estandardizados na lógica meritocrática torna-se a base para a prestação de contas e a responsabilização. Sem embargo, a avaliação pode servir à injustiça quando a prestação de contas e a responsabilização são orientadas por princípios meritocráticos, discriminatórios e excludentes, especialmente quando associada a prêmios e sanções. No Brasil, a associação das condições de trabalho nas escolas e a cobrança das metas das avaliações em larga escala tem provocado responsabilização e pressão sobre os docentes.

MÉTODOS

Essa pesquisa foi utilizada como teoria metodológica o pós-estruturalismo. Essa teoria questiona o privilégio o da consciência humana e a sua possibilidade de autonomia e autoconhecimento, onde a valorização da linguagem é uma construção social e a cultura em termos simbólicos e linguísticos (LOPES, 2013, p. 12). Apesar de apresentar uma característica antirrealista e anti-positivista, o pós estruturalismo não se constituiu em um movimento com doutrinas comuns, onde a crítica ao cientificismo das ciências humanas é baseada na linguística.

A pesquisa nessa teoria metodológica não é neutra, pois todo saber é político fundado no poder (CARVALHO, 2010, p. 21), além de ser envolvido na produção, que é imediata e não fixa. Logo todo o conhecimento é um discurso conectado ao poder, onde a verdade é estabelecida por prática do ser humano, deixando de ser universal e se tornando mutável.

A metodologia da pesquisa foi realizada através da revisão de literatura processo vital do processo de investigação, que consiste na definição do problema e uma ideia precisa sobre o conhecimento e lacunas. Evidentemente que não se trata de uma compilação das referências pesquisadas e selecionadas, mas uma seleção criteriosa do que é mais relevante. Isto é, após a leitura e escolha, deve-se: questionar, especular, avaliar, repensar, e sintetizar o que lê (BENTO, 2012).

A importância da revisão literária é a possibilidade de apresentar uma nova direção histórica e acadêmica por apresentar uma nova direção e encaminhamento. Pois esses estudos podem apontar para evolução das teorias e aportes metodológicos, que favorecem a compreensão em diferentes contextos. Isso acontece pela real possibilidade de comparação e análise de pesquisas sobre a mesma temática ou relacionada. Também não se pode desprezar a tendência de novas abordagens das práticas educativas.

A revisão de literatura ou revisão bibliográfica teria então dois propósitos (ALVES-MAZZOTTI, 2002): análise de possibilidades na literatura pesquisada e consultada e a contextualização construída para o objeto a pesquisado. Como o volume de produção pode ser grande, é comum



delimitar o período a ser pesquisado e estabelecer a fonte de dados, como artigos científicos, teses e autores clássicos, o que ocorrerá neste projeto (VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em educação o termo *accountability* oscila na sua adequação conforme o interesse da sociedade civil, organizações internacionais e o dos regimes políticos e respectivos governos, sem deixar de estar associado a veridicção do mercado. Desse modo é preciso perceber, compreender e elucidar os seus três pilares: da avaliação, da prestação de contas e da responsabilização, que se combinam, conectam e interagem.

A falta de qualidade do ensino, avaliada sobretudo por provas estandardizadas em comparações internacionais, passou a ser um argumento mais utilizado para imputar a responsabilidade pela crise econômica aos sistemas de educação pública, transformando-os em bodes expiatórios, afirma Afonso (2012). Os resultados aquém das metas estipuladas, nas avaliações externas nacionais, passaram a ser adotadas políticas de *accountability* como forma de promoção de

Koslinski e Bartholo (2020) descrevem que as escolas são resultado de vários processos de autosseleção e por isso os grupos se diferenciam de forma que não se pode mensurar de apenas uma única forma. O motivo é que a composição do corpo discente e suas habilidades diferem por diversos fatores, o que por sua vez deveria oferecer métodos de avaliação diferenciados e sem vieses de seleção. Sem deixar de contar que fatores relacionados ao ambiente escolar como infraestrutura, localização geográfica, fatores climáticos (sol e chuva), gestão escolar e metodologia de ensino também interferem no processo de ensino-aprendizagem dos alunos.

A educação é fortemente impactada pela desigualdade social, sendo enfatizada a cada etapa de escolarização. Busca-se então identificar fatores que sejam capazes minimizar ou ajudar a reduzir as desigualdades de desempenho entre os alunos de origem distintas socioeconomicamente. A política de *accountability* evidencia, apresenta e indica a persistência das desigualdades de oportunidades na aprendizagem e no desempenho, quando utiliza apenas os resultados das avaliações externas como referência de qualidade educacional.



REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. **Para uma conceitualização alternativa de accountability em educação**. Disponível em: <<https://tinyurl.com/a3ff4v25>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

AFONSO, Almerindo Janela. **Nem tudo o que conta em educação é mensurável ou comparável**. Crítica à accountability baseada em testes estandardizados e rankings escolares. Disponível em: <<https://tinyurl.com/u8na53n8>> Acesso em: 15 nov. 2019.

AFONSO, Almerindo Janela. **Mudanças no Estado-avaliador: compativismo internacional e teoria da modernização revisitada**. Disponível em: <<https://tinyurl.com/tpp9uj74>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação Educacional: Regulação e Emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional: fundamentos e políticas da educação básica e superior**. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5f8uefm3>>. Acessado em: 17 jul. 2021.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. **A “revisão de literatura” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis – o retorno**. In: BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. (Org.). A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações. São Paulo: Cortez, 2002, p. 25-44.

BENTO, Antonio V. **Como fazer uma revisão da literatura: Considerações teóricas e práticas**. Disponível em: <<https://tinyurl.com/3mkbddhx>>. Acessado em: 24 jun. 2022.

CAMPOS, Anna Maria. **Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português?** Disponível em: <<https://tinyurl.com/ya5wtz7j>>. Acessado em: 26 out. 2019.

CARVALHO, Jante Magalhães. **A visão de ciência e de metodologias de pesquisa em diferentes perspectivas e/ou “escolas filosóficas”**. Disponível em: <<https://tinyurl.com/3k3wvr4d>>; Acessado em: 29 mar. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. Lisboa: Edições 70, 2010.

KOSLINSKI, Mariane Campelo; BARTHOLO, Tiago Lisboa. **Desigualdades de oportunidades educacionais no início da trajetória escolar no**



contexto brasileiro. Disponível em: <<https://tinyurl.com/kuf6ab59>>
Acessado em: 07 out. 2021.

LOPES, Alice Casimiro. **Terias pós-críticas, política e currículo.** Disponível em: <<https://tinyurl.com/2p87dps9>>. Acessado em: 25 mar.2019.

MACEDO, Elizabeth. **As demandas conservadoras de movimento escola sem partido e a base nacional curricular comum.** Disponível em: <<https://tinyurl.com/2w58faxd>> Acessado em: 29 set. 2019.

MACEDO, Elizabeth. **Mas a Escola não tem que ensinar?:** Conhecimento, reconhecimento e alteridade na teoria do currículo. Disponível em: <<https://tinyurl.com/43z87t63>> Acessado em: 21 ago. 2019.

MAZZOTI, Alba Judith Alves; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais:** Pesquisa Quantitativa e Qualitativa. 2 ed. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2004.

OLIVEIRA, Sara Brada de; MANAGÃO, Rita de Cássia Silva Godoi. **Vida e morte do grande sistema escolar americano:** como os testes padronizados e modelo de mercado ameaçam a educação. Disponível em: <<https://tinyurl.com/776wk78t>> Acessado: em 01 out 2019.

RICHTER, Leonice Matilde. **Trabalho docente,** políticas de avaliação em larga escala e accountability no Brasil e em Portugal. 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

SANTOS, Sandra Regina Toledo dos. **O Estado-Avaliador no financiamento do Ensino Fundamental:** um olhar sob enfoque da Accountability aplicada à educação em municípios do Corede Produção/RS. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2019.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Neoliberalismo e educação:** os desafios do precariado. In: RESENDE, Haroldo (Org.). Michel Foucault: A arte neoliberal de governar e a educação. São Paulo: Intermeios, 2018.

VOSGERAU, Dilmeire Sant’Anna Ramos, ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Estudos de Revisão:** implicações conceituais e metodológicas. Disponível em: <<https://tinyurl.com/3k3wvr4d>>. Acessado em: 23 jul. 2022.



OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - ODS 14

Rodrigo Mariath Varela da Costa
Professor Doutor do Curso de Biologia da USU

INTRODUÇÃO

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Para isso, a ONU e seus parceiros no Brasil estão trabalhando para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (daqui em diante ODS). São 17 objetivos ambiciosos e interconectados que abordam os principais desafios de desenvolvimento enfrentados por pessoas no Brasil e no mundo. Cada ODS possui metas e indicadores para o acompanhamento do progresso dos países rumo a solução eficaz e definitiva para problemas globais.

Com o objetivo de entendermos o progresso do Brasil, a Universidade Santa Úrsula promoveu, no dia 27/10/2022, o Simpósio de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Inovação. Durante este evento, na mesa-redonda “A emergência da agenda 2030 da ONU”, abordamos as ODS dando um foco especial na 14 sobre a vida na água que possui sete metas, dentre essas fiz um especial aprofundamento nas metas um, dois, três e cinco. O objetivo dessa ODS é a conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável. Com o intuito de explicar como a ciência estabelece os impactos gerados por diferentes pressões sobre os oceanos, alguns artigos acadêmicos, os quais tenho autoria, foram utilizados.

A meta 14.1 objetiva, até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes. O Brasil manteve essa meta sem alterações. Como indicadores é utilizado índice de eutrofização das águas costeiras e índice de densidade de detritos plásticos flutuantes.

Para entender os impactos da eutrofização sobre comunidades marinhas em ecossistemas de costão rochoso foi apresentado o artigo “Short-term ecophysiological and biochemical responses of *Cystoseira tamariscifolia* and *Ellisolandia elongata* to environmental changes”. Neste estudo, foram testados parâmetros fisiológicos e bioquímicos em duas espécies de algas dominantes nesses ambientes, em relação aos efeitos independentes e/ou interativos de radiação ambiente e disponibilidade de nutrientes. De fato, variáveis ambientais que atuam em formas aditivas são poderosos fatores de estresse que podem levar a redução da cobertura dessas espécies e consequente perda de serviços ambientais fundamentais para a manutenção da biodiversidade desses ecossistemas.



A meta 14.2 objetivou, até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos. O Brasil manteve essa meta sem alterações. Como indicadores foi utilizada a Proporção da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) nacional gerenciada com base no uso de abordagens ecossistêmicas.

Para explicar essa meta foram apresentados os artigos “Carbonate Production by Benthic Communities on Shallow Coralgal Reefs of Abrolhos Bank, Brazil” e “Spatial and temporal dynamics of the abundance of crustose calcareous algae on the southernmost coral reefs of the western Atlantic (Abrolhos Bank, Brazil)”. Esses artigos apresentam impactos sobre o complexo recifal do banco dos abrolhos, o maior hotspot de biodiversidade marinha do Brasil. Entre as conclusões pudemos verificar a morte por sufocamento dos principais corais construtores dos recifes seja pelo crescimento de algas filamentosas oportunistas sobre eles, após eventos extremos de aumento da temperatura da água do mar, ou pelo crescimento de algas calcárias incrustantes conhecidas como matadoras de corais.

A meta 14.3 objetivou minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive por meio do reforço da cooperação científica em todos os níveis. O Brasil manteve essa meta sem alterações. Como indicadores foi utilizada a acidez média marinha (pH) medida num conjunto representativo de estações de coleta.

Para explicar essa meta foram apresentados os artigos “A novel in situ system to evaluate the effect of high CO₂ on photosynthesis and biochemistry of seaweeds” e “Acidification-induced cellular changes in *Symbiodinium* isolated from *Mussismilia braziliensis*”. Ambos artigos demonstram a redução da eficiência fotossintética em algas sujeitas a água do mar acidificada, tanto aquelas construtoras de ambientes quanto as microalgas simbiotes de corais, o que leva a perda da biodiversidade e o branqueamento dos corais, respectivamente.

A meta 14.5 sobre a criação de áreas de conservação na zona costeira marinha também foi abordada. Especialmente nessa meta, já cumprida pelo Brasil, aumentamos os 10% de áreas protegidas sugeridos para 25%. Dessa forma, procuramos não apenas apresentar os objetivos, metas e indicadores da ODS 14 como também explicar os motivos pelos quais devemos cobrar das autoridades competentes e da sociedade como um todo maior engajamento para solucionarmos nossos desafios no Brasil e no mundo.



REFERÊNCIAS

P.S.M. CELIS-PLÁ, B. MARTÍNEZ, E. QUINTANO, M. GARCÍA-SÁNCHEZ, A. PEDERSEN, N.P. NAVARRO, M.S. COPERTINO, N. MANGAIYARKARASI, R. MARIATH, F.L. FIGUEROA & N. KORBEE. Short term ecophysiological and biochemical responses of *Cystoseira tamariscifolia* and *Ellisolandia elongata* to environmental changes. *Aquatic Biology* (Print), 22: 227-243, 2014.

N. KORBEE, N.P. NAVARRO, M. GARCÍA-SÁNCHEZ, P.S.M. CELIS-PLÁ, E. QUINTANO, M.S. COPERTINO, A. PEDERSEN, R. MARIATH, N. MANGAIYARKARASI, Á. PÉREZ-RUZAFÁ, F.L. FIGUEROA & B. MARTÍNEZ. A novel in situ system to evaluate the effect of high CO₂ on photosynthesis and biochemistry of seaweeds. *Aquatic Biology* (Print), 22: 245-259, 2014.V.M.

REIS, C.S. KAREZ, R. MARIATH, F.C. de MORAES, R.T. de CARVALHO, P.S. BRASILEIRO, et al. Carbonate Production by Benthic Communities on Shallow Coralgal Reefs of Abrolhos Banck, Brazil. *PLoS ONE* 11(4): e0154417, 2016. Doi: 10.1371/journal.pone.0154417

AMADO-FILHO, G. M. ; BAHIA, R. G. ; MARIATH, R. ; JESIONEK, M. B. ; MOURA, R. L. ; BASTOS, A. C. ; PEREIRA-FILHO, G. H. ; FRANCINI-FILHO, R. B. . Spatial and temporal dynamics of the abundance of crustose calcareous algae on the southernmost coral reefs of the western Atlantic (Abrolhos Bank, Brazil). *ALGAE*, v. 33, p. 85-99, 2018.

Lilian J. Hill, Wladimir C. Paradas, Maria Julia Willemes, Miria G. Pereira, Paulo S. Salomon, Rodrigo Mariath, Rodrigo L. Moura, Georgia C. Atella, Marcos Farina, Gilberto M. Amado-Filho, Leonardo T. Salgado. Acidification induced cellular changes in *Symbiodinium* isolated from *Mussismilia braziliensis*. *PLoS ONE* 14(8): e0220130. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0220130>



ANÁLISE DAS OPORTUNIDADES E DAS AMEAÇAS RELACIONADAS À PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO NO BRASIL

Paulo Henrique Chaves Cordeiro
Professor do Curso de Biologia da USU

INTRODUÇÃO

Essa composição busca trazer à luz as oportunidades e as ameaças associadas ao planejamento estratégico de projetos acadêmicos que busquem soluções inovadoras para problemas contemporâneos, desenvolvendo uma análise restrita ao âmbito dos programas de graduação e pós-graduações brasileiras.

Preliminarmente, é imperativo perceber o momento em que tema está sendo discutido, e contextualizar os desdobramentos das políticas públicas e das iniciativas privadas contemporâneas. O principal agente de mudança, a novidade que desloca e redireciona o foco das atenções é, sem dúvidas, a promulgação da Lei Complementar Nº 182, em 1º de junho de 2021. A nova regulamentação altera outros dispositivos correlatos de grande importância, como a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – que normatiza a atuação das sociedades anônimas, sobretudo das companhias, *startups e fintechs*; e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 – que normatiza o funcionamento das microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Materializa-se com isso, um novo ecossistema de empreendedorismo inovador no Brasil, com todas as gritantes oportunidades, mas também com diversas não tão óbvias ameaças.

A luz do exposto, a partir do marco legal das *startups*, estabeleceram-se as bases jurídicas que disciplinam inequivocamente o ambiente de negócios. O setor experimentou um grande impulso, resultando no surgimento e no crescimento de inúmeras empresas de inovação. Por exemplo: o aporte de capital no setor em 2021 foi 165% maior que o período anterior, e o crescimento do mercado de inovação nesse período foi de 300% no Brasil; resultando em geração de empregos e criação de riqueza (DISTRITO, 2021).

Por outro lado, como a economia mundial ainda rastejando, consumida pelos reflexos da prolongadíssima crise sanitária e de conflitos armados que pipocam *ad aeternum* pelo mundo, além da instabilidade política mundial – inclusive sendo ano de eleição no Brasil; o ano de 22 foi marcado por forte alta na taxa de juros e grande incerteza nos setores produtivos, legando uma desaceleração das atividades econômicas que levou a uma diminuição parcialmente de investimentos em inovação (MONITOR, 2022).

Ainda nesse contexto, o componente acadêmico – de onde deveriam vir as ideias – não vem descrevendo uma trajetória muito auspiciosa no mesmo intervalo de tempo (DISTRITO, 2022). As instituições de pesquisa e



de ensino superior, componentes indispensáveis para o funcionamento de qualquer sistema de promoção e produção de novos produtos, não apresentou o mesmo desempenho, permanecendo em standby, em relação às principais iniciativas do mercado relacionadas ao tema.

Isso pode ser facilmente verificado com rápido passar de olhos nas estatísticas dos últimos dez anos indicativas da produção de novidades para a indústria, registros de patentes e criação de soluções para a sociedade; disputamos os últimos lugares na América Latina, dos países desenvolvidos não é necessário nem falar e em relação aos BRICS, estamos abaixo da média (WEB OF SCIENCE, 2019). Um ponto positivo na cena não muito agradável de observar é a distribuição geográfica dos nossos recursos. Segundo ABSTARTUPS & DELOITTE mais de 50% das empresas de inovação estão concentradas na região sudeste; e o mesmo é observado para a produção científica, o que demonstra uma clara sobreposição espacial dos dois atores, só falta alguém querer atuar!

Uma explicação fácil para a divergência entre os caminhos pode ser analisada pela ótica do investimento público que diminuiu sensivelmente nos últimos anos – dados do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Ministério da Economia (SIOP, 2022) – o que a princípio parece ter impactado a política de incentivo à inovação. Como falam por aí: *“se para um bom entendedor um pingo é letra”*, dá para desconfiar que a universidade pública não vai dar conta do recado, não está dando a tempos... Essa parece ser então uma oportunidade para a iniciativa privada. Com a dissonância entre as instituições de pesquisa públicas e a evolução do cenário empreendedor em inovação, sobra espaço para uma maior participação das instituições de ensino e pesquisa do setor privado.

Outro aspecto que amplia os horizontes para a parceria entre os “unicórnios” e o desenvolvimento de soluções de problemas é o menor custo. Os resultados proporcionais dos investimentos em novas tecnologias quando desenvolvidas por instituições privadas são otimizadas, ou seja: as soluções são mais baratas, e os ciclos de vida dos projetos mais curtos, entregando resultados mais rapidamente. Um exemplo claro disso pode ser identificado nas *“healthtechs”* ou *startups* da área da saúde – segmento de maior crescimento e também de maior investimento em 2021 – que são predominantemente desenvolvidas pelo capital privado, com crescente aumento inclusive na participação como financiadoras privadas de projetos de desenvolvimento e inovação na área (JÚNIOR, 2022).

As peças estão sendo distribuídas e o tabuleiro se reorganiza de maneira absurdamente dinâmica. De um lado, todos estão em busca de soluções que progridam para negócios bem-sucedidos e “rentáveis”. Do outro, apenas por meio de um caminho bem escolhido logra-se chegar ao sucesso. Os gestores das instituições privadas de educação estarão na posição de modular a aceleração com que seus quadros se colocarão no mercado. Certamente o impacto dos desdobramentos das parcerias entre



produtores e consumidores de inovação vai se refletir nos planos de negócios das empresas de educação e conhecimento, e quando isso vai impactar na satisfação dos seus principais clientes: os alunos. Qual será a leitura da sociedade acadêmica e seus tomadores de decisão, frente a essa oportunidade (ou ameaça)?

REFERÊNCIAS

ABSTARTUPS & DELOITTE, Mapeamento do Ecosistema Brasileiro de Startups, 2021. Disponível em <https://abstartups.com.br/mapeamento-de-comunidades> (acesso a mídia *online*, em 09/12/2022).

DISTRITO, Corporate Venture Capital Report 2021. Disponível em <https://distrito.me> (acesso a mídia *online*, em 09/12/2022).

DISTRITO, Corrida dos unicórnios, 2022. Disponível em <https://distrito.me> (acesso a mídia *online*, em 09/12/2022).

JÚNIOR, José Roberto Sardelari et al. A gestão de processos de negócios aplicada às startups: benefícios e obstáculos. *Brazilian Journal of Development*, v. 8, n. 2, p. 9470-9481, 2022.

MONITOR, Global Entrepreneurship. Global entrepreneurship monitor 2021/2022 global report: Opportunity amid disruption. Global Entrepreneurship Monitor, London, 2022.

SIOP, Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – Ministério da Economia, 2022. Disponível em <https://www1.siop.planejamento.gov.br> (acesso a mídia *online*, em 09/12/2022).

WEB OF SCIENCE, A Pesquisa no Brasil: Promovendo a excelência, 2019. Disponível em: <https://propp.ufms.br/files/2019/09/Pesquisa-no-Brasil.pdf>. (acesso a mídia *online*, em 09/12/2022).



A CONTRIBUIÇÃO DA ESCOLA COM A AGENDA 2030: DIFUSÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS PARA O APROVEITAMENTO DE ALIMENTOS

Rosana Zeitune

Mestranda em Desenvolvimento Local pelo Centro Universitário Augusto Motta, UNISUAM, Rio de Janeiro, RJ.

Kátia Eliane Santos Avelar

Doutora em Ciências pela UFRJ. Pesquisadora em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora do CNPq. Docente e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local no Centro Universitário Augusto Motta, UNISUAM, Rio de Janeiro, RJ.

RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de trazer à tona a questão das perdas e desperdício de alimentos que a sociedade contemporânea enfrenta, destacando o aproveitamento integral dos alimentos como estratégia para diminuir os impactos ambientais e o papel da escola na formação de um sujeito ecológico capaz de protagonizar ações sustentáveis. A narrativa perpassa por uma abordagem no aspecto ambiental e social constatando a necessidade de uma ação integrada entre escola e comunidade local, a fim de proporcionar uma aprendizagem significativa e o sentimento de pertencimento entre os atores do processo ensino aprendizagem.

Palavras-Chaves: Desperdício de alimentos, aproveitamento integral de alimentos, educação ambiental, escola, sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea tem como desafio, o enfrentamento de diversas questões socioambientais, entre elas o desperdício de alimentos. De acordo com a “Food and Agriculture Organization of the United Nations” (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) (FAO, 2021), aproximadamente um terço de todos os alimentos que são produzidos no mundo para o consumo humano são perdidos ou desperdiçados. O desperdício de alimentos no Brasil é alto, chegando a 26 milhões de toneladas ao ano, o que poderia alimentar 35 milhões de pessoas (EMBRAPA, 2017).

Além disso, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) regulamentada pela Lei nº 12.305/10 (BRASIL, 2010), organiza a forma com que o país lida com o lixo. Já os ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável) propostos na Agenda 2030 da ONU (Organização das Nações Unidas) têm seus princípios baseados no desenvolvimento sustentável e na ecoeficiência (ONU, 2015), no ODS 12, que trata do consumo e produção responsáveis, cuja meta 12.3 visa até 2030, reduzir pela metade o



desperdício de alimentos per capita mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita. Neste sentido, uma maneira de diminuir o índice do desperdício é o aproveitamento integral do alimento, ou seja, fomentar o hábito do consumo das partes não aproveitadas e/ou elaborar receitas que utilizem folhas, talos e sementes de frutas e hortaliças, assim como as sobras de comida, enriquecendo a culinária diária com mais nutrientes na dieta alimentar da população.

Alinhados à ideia em questão, a escola se apresenta como referência concreta de transformação e aquisição de hábitos sociais saudáveis, trazendo ferramentas para o planejamento de ações transversais, transdisciplinares e permanentes, envolvendo de maneira ativa toda a comunidade escolar no processo de conscientização de cada indivíduo e seu papel como cidadão crítico nas questões ambientais.

CONTEXTO HISTÓRICO

O aumento populacional expressivo no nosso planeta e as ações antrópicas são evidências a serem discutidas e repensadas a cada geração. O advento da Revolução Industrial e suas tecnologias trouxeram vários benefícios para a sociedade mundial, entre eles o aumento na produção de alimentos, e a livre circulação de gêneros alimentícios durante todo o ano. Entretanto, os novos hábitos de consumo deflagraram severas consequências socioambientais e, também, para a saúde humana.

O crescente número de habitantes requer uma demanda de recursos para sua sobrevivência, entre eles água e nutrientes, além de energia e saneamento básico. Diante dos hábitos de consumo da sociedade moderna destaca-se como fator de preocupação e mobilização mundial a questão do desperdício de alimentos e o elevado volume de resíduos sólidos produzidos. Dados da FAO apontam que 1,3 bilhão de toneladas de alimentos é jogado fora por ano (FAO, 2021).

Além dos prejuízos econômicos, este índice poderia garantir um cenário mais promissor ao que se refere à segurança alimentar e nutricional da população. O desperdício de alimentos também proporciona graves consequências negativas ao meio ambiente devido a forma inadequada que os resíduos orgânicos são descartados. Grande parte deles são conduzidos aos aterros e lixões que, em contato com o solo atraem vetores de doença, gera odor desagradável em virtude da putrefação da matéria orgânica e acarreta a formação do chorume. O chorume é um líquido escuro de composição físico-química variada que infiltra no solo e contamina os lençóis freáticos atingindo mananciais naturais (EMBRAPA, 2017).

Os resíduos orgânicos descartados diariamente incluem cascas, folhas, talos e sementes de frutas e hortaliças, assim como as sobras de comida. Tais elementos poderiam estar sendo utilizados integralmente ou na



criação de novas receitas, contribuindo com o consumo de partes do alimento de grande valor nutricional, além de promover uma diminuição significativa no volume de resíduos gerados e melhoria da economia doméstica (EMBRAPA, 2017).

Diante do cenário supracitado, se faz necessário inserir a escola neste contexto, como ferramenta transformadora da sociedade, avaliando as temáticas trabalhadas e as perspectivas para contribuir com soluções para minimizar esses problemas. O tema “desperdício de alimento”, nesse momento histórico da sociedade contemporânea em que essa discute questões relevantes como desmatamento, mudanças climáticas, a excessiva produção de lixo entre outros, exige de cada indivíduo e da escola, novas formas de agir e pensar. Assim, este trabalho tem como objetivo refletir a relação entre a escola e o aproveitamento integral dos alimentos como ferramentas para construção de uma sociedade mais sustentável.

PERDAS E DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS NA CADEIA PRODUTIVA

Oferecer produtos agrícolas de qualidade, ao consumidor, é um processo que envolve diversas etapas que vão desde uma criteriosa escolha do local de plantio, clima, e a seleção das espécies mais adaptadas à região e ao mercado ao qual se destinam, até as boas condições de transporte, armazenamento, distribuição e comercialização. A Cadeia de Suprimento Alimentar (CSA) geralmente consiste em diferentes tipos de atores, como fornecedores, produtores, distribuidores, revendedores e consumidores (DELIBERADOR et al., 2018) que são responsáveis pela produção e distribuição dos alimentos.

Sendo assim, se faz necessária a escolha de técnicas pós-colheita adequadas que sejam compatíveis com a logística de toda a cadeia produtiva. Segundo Rosa et al. (2018), o índice de perdas nas hortaliças e frutos, por exemplo, é extremamente elevado e pode chegar a mais de 50%, o que resulta em graves consequências econômicas e sociais. Entretanto, nos países em desenvolvimento, como o Brasil, as principais perdas são durante o manuseio, o transporte, a distribuição pós-colheita e a não utilização da “cadeia do frio”.

As perdas podem ser quantitativas e/ou qualitativa, diminuindo o valor comercial ou nutritivo dos produtos envolvidos no processo e vão desde pequenas lesões até o seu descarte completo, podendo ser causadas também por danos mecânicos como: manuseio, transporte e armazenamento inadequados, além de grande tempo de exposição no varejo.

O manuseio dos produtos se inicia no campo, no momento da colheita, e deve ser feito de forma que minimize possíveis danos mecânicos. O cuidado com que as hortaliças e frutas são retiradas da terra ou da planta mãe, a forma como são colocadas nas caixas e nos sacos de colheita, como os produtos são transferidos das caixas de campo para os contêineres e a



quantidade correta que é colocada em cada recipiente, todas essas etapas devem ser cuidadosamente realizadas.

Para Rosa et al. (2018, p. 497), cada pequena queda ou impacto é cumulativo e contribui para a redução da qualidade final da hortaliça-fruto; por isso, além da manipulação mais cuidadosa, é de extrema importância que seja reduzida a frequência com que o produto é manuseado”. Sendo assim, a colheita manual, quando é feita por funcionários capacitados e, sobretudo, bem treinado, pode representar uma boa opção, uma vez que, embora leve um tempo maior quando comparado ao trabalho mecânico, a primeira pode ser feita com uma pré-seleção permitindo a melhor escolha dos frutos que atingiram o ponto de colheita.

O processo de preparo dos frutos para a comercialização inclui etapas que eliminam elementos indesejáveis, garantindo os critérios determinados pelos estabelecimentos comerciais.

Na casa de embalagem, a seleção inicial é complementada, eliminando-se frutos que apresentam defeitos graves como podridão, manchas, danos por insetos, ferimentos, cortes, queimadura por sol ou excesso de cicatrizes além daqueles com má formação, muito maduros, murchos, amassados ou com tamanho fora do padrão comercial.

Durante a etapa de classificação, também se faz presente a eliminação de alguns elementos. Os produtos agrícolas são caracterizados por determinados atributos como, por exemplo, tamanho, peso, forma, cor, entre outros. Classificar é separar o produto em diferentes categorias de qualidade, de acordo com suas peculiaridades, comparando-o aos padrões estabelecidos.

Com base nos defeitos, os produtos que não se enquadram nos padrões são desclassificados. A classificação de produtos hortícolas é fixada por lei. O decreto nº 3.664, de 17/11/2000, regulamenta a lei nº 9.972 de 25/05/2000, que determina a obrigatoriedade, em todo o território nacional, da classificação de produtos vegetais, seus produtos e resíduos de valor econômico, quando destinados diretamente para alimentação humana (ROSA et al., 2018, p. 501).

A escolha da embalagem precisa ser feita de forma minuciosa a fim de garantir a integridade do produto. Para tal, a embalagem adequada deve ser capaz de proteger o elemento a ser transportado e deve também auxiliar no transporte e operação de carga e descarga, colaborando desta forma com a diminuição das perdas. Dessa maneira, se faz necessário estar atento a fisiologia do produto, assim como dimensão e formato da embalagem e suas especificidades. A forma como os produtos serão guardados também é relevante, lembrando que para se evitar danos por impacto deve-se fazer o enchimento cuidadoso e colocar algum material protetor no fundo das caixas



e pontos de impacto. Embalagens muito profundas são propícias a um enchimento exagerado trazendo risco a danos por compressão e por isso devem ser evitadas.

O transporte dos produtos agrícolas deve ser planejado para que sua carga chegue ao consumidor a tempo e sem perder qualidade. O seu sucesso está relacionado a inúmeras variáveis como, por exemplo, a forma como os produtos são acondicionados, o tempo de transporte e condições das estradas. As perdas pós-colheita são elevadas e uma logística inadequada de transporte pode aumentar essas estatísticas. A melhoria na eficiência do transporte pode reduzi-las consideravelmente.

No Brasil, o sistema mais comum de transporte é o rodoviário, responsável por mais de 60% das cargas transportadas, o que resulta em altos custos com frete, além de problemas com as más condições das estradas, o que compromete bastante a qualidade do produto em trânsito. A temperatura é a principal condição ambiental que influencia a qualidade dos produtos. Temperaturas altas irão acelerar a respiração e a perda d'água, causando redução da qualidade por murcha e amolecimento prematuro. Por outro lado, em condições de transporte refrigerado, a temperatura excessivamente baixa causará dano por frio (chilling) ou congelamento (ROSA et al., 2018, p. 505).

Os produtos agrícolas passam regularmente pela etapa de armazenamento para atender as necessidades de variação de mercado entre a colheita e a comercialização. As condições ideais para isso variam de acordo com as especificidades de cada produto visando manter a qualidade e reduzir perdas. Vale lembrar que a temperatura é um dos principais fatores que acelera as perdas pós-colheita, ou seja, quanto mais elevada for a temperatura, menor deve ser o tempo de armazenamento. Para que a temperatura se mantenha ideal em todo o ambiente de armazenamento, deve haver a circulação de ar no local de maneira que sua passagem seja homogênea em toda a sua extensão. Para tal, as embalagens devem conter aberturas para circulação de ar, não devem ser depositadas diretamente no chão e, também, não deve haver contato com a parede ou teto.

O cenário que se apresenta nas Centrais de Abastecimento, nos Centros de Distribuição dos varejistas e nos supermercados geralmente são de infraestrutura precária e equipe de pessoal com treinamento inadequado. Além disso, nos locais de comercialização dos produtos, as câmaras de armazenamento não apresentam condições de higiene e quando esses são vendidos à granel verifica-se que são dispostos de maneira amontoada ou empilhada, favorecendo mais uma vez condições para as perdas e desperdício.



Por fim, e não menos importante, os hábitos de compra do consumidor é também um fator relevante nessa trajetória. As donas de casa, ao selecionarem os produtos expostos, costumam levar um tempo significativo fazendo suas escolhas. O hábito de manusear as frutas e legumes pode trazer prejuízos físicos que contribuem para aumento nos índices de perdas e desperdício. Já nas residências, o desperdício de alimentos se dá por fatores comportamentais envolvendo diferentes etapas: na compra excessiva com a intenção de estocagem, no preparo abundante acarretando sobras diárias, no consumo ineficiente com rejeição as sobras, além da conservação inapropriada dos produtos já preparados ou não.

Na prática, as perdas são invisíveis para os agentes econômicos, e seus custos diluem-se em toda a sociedade. A perda é simplesmente um produto que não chega ao mercado, mas o seu custo de produção é rateado entre todos os outros produtos remanescentes (BELIK, 2018).

OS IMPACTOS DAS PERDAS E DESPERDÍCIOS DE ALIMENTOS

Os impactos refletidos na sociedade pelos números elevados de perdas e desperdícios gerados ao longo da cadeia produtiva se apresentam sobre os aspectos econômico, social e ambiental, trazendo à tona o tripé da sustentabilidade. Esse último, no entanto, passou a ser um trilema, uma vez que se torna um desafio, conciliar três aspectos sem causar danos na ecosfera. Reduzir o desperdício de alimentos é fator preponderante para se preservar os recursos naturais de forma mais (DELIBERADOR et al., 2018).

O investimento perdido ao longo de cada etapa interfere diretamente no bolso do consumidor, além dos impactos ambientais que são perceptíveis, como por exemplo, desperdício dos recursos naturais, impactos nas áreas destinadas ao plantio e necessidade de novas áreas de descarte dos produtos perdidos. O alimento que vai para o lixo enterra junto com ele todos esses recursos que foram consumidos durante o seu processo de produção e causa alteração na atmosfera e na biodiversidade.

No âmbito, social isso pode trazer sérias consequências no orçamento familiar e automaticamente interfere na segurança alimentar e na saúde do consumidor. Segundo dados da Embrapa, além de US\$ 1 trilhão de custos econômicos por ano, a FAO estima que os custos ambientais e os custos sociais do desperdício de alimentos alcançam US\$ 700 bilhões e US\$ 900 bilhões, respectivamente. Na somatória da tríade de custos - econômicos ambientais e sociais, a estimativa total do desperdício de alimento gira em torno de US\$ 2,6 trilhões por ano, o que equivale ao PIB do Reino Unido - quinta maior economia do mundo (EMBRAPA, 2017).



O APROVEITAMENTO INTEGRAL DOS ALIMENTOS

O aproveitamento Integral dos alimentos se constitui hoje em uma estratégia notadamente eficaz no que diz respeito à diminuição do lixo orgânico, assim como no âmbito do cuidado com a saúde humana.

Considerando o aumento na produção de lixo orgânico como um problema real para o ambiente, e os impactos que traz a sociedade, se faz necessário repensar soluções alternativas para essa questão. Já no aspecto da saúde humana, o aproveitamento integral dos alimentos, aumenta de forma significativa a ingestão nutricional, garantindo melhor qualidade de vida (EMBRAPA, 2017).

O aproveitamento de partes de frutas, legumes e verduras que não são consumidas, como por exemplo, as cascas, sementes e talos podem ser utilizados para a produção de novas receitas. Este hábito pode causar estranhamento em um primeiro momento, entretanto se consolida em saborosas receitas que enriquecem o cardápio na mesa da família brasileira. Assim acontece com bolos, geleias e sucos que aproveitam partes que normalmente são descartadas.

As informações nutricionais dos alimentos não é algo amplamente divulgado, desestimulando muitas vezes, o aproveitamento de partes nutritivas que trazem benefícios à saúde, em detrimento ao seu descarte que faz aumentar o desperdício e a produção do lixo orgânico.

Outro ponto que deve ser ressaltado é o descarte das sobras de tudo aquilo que é produzido para as refeições familiares. A cultura da fartura na mesa dos brasileiros leva a nossa sociedade a descartar comidas que estão em bom estado e que poderiam se transformar em novas receitas. Esta prática desmistifica a ideia de “resto de comida” e possibilita o acesso de um número maior de pessoas a uma alimentação saudável.

Mudar a realidade do desperdício de alimentos perpassa por uma transformação de valores sociais e educacionais pressupondo novos hábitos no preparo e no descarte do alimento a nível institucional e familiar.

O PAPEL DA ESCOLA NA DIFUSÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

Refletindo sobre as relações interpessoais que a escola possibilita, envolvendo o âmbito local e comunitário, contexto político e pedagógico percebe-se nesse espaço a vivência de experiências extremamente relevantes na formação do cidadão com identidade ecológica e comprometido com uma sociedade sustentável.

Cabe à escola oferecer possibilidades, estratégias e ações de Educação Ambiental, fomentando a participação permanente de todo o corpo escolar, assim como da comunidade em que está inserida, sendo este o maior desafio frente ao modelo de sociedade que se vive. A grade curricular, assim como o Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, deve contrapor seus



muros para além de conteúdos teóricos, evitando temáticas descontextualizadas e desvinculadas à realidade local. É imprescindível que o papel da escola diante de sua comunidade seja o de cooperar com a formação de indivíduos que protagonizem soluções para os problemas ambientais que assolam o planeta e a humanidade.

Segundo Carvalho (2013, p. 3):

A educação é, em todas as suas modalidades, uma prática formativa. E a escola, por sua vez, é o espaço institucional por excelência onde essa formação transcorre de forma planejada e intencional na sociedade moderna, cujo ideal é a educação como um direito universal. Assim, embora a formação do sujeito ecológico tenha lugar em todas as experiências que nos forma durante a vida, a escola toma parte entre essas experiências como um elo vital deste ambiente-mundo em que se vive.

Hoje, sabe-se que a aprendizagem se torna mais significativa quando vem acompanhada, não só de textos, registros, avaliações e aulas expositivas, mas somada a isso, que venha associada a aulas práticas que possam ser aplicadas no cotidiano de cada indivíduo. Melhor ainda, que cada um dos que tiverem essa oportunidade possa se tornar um multiplicador de boas práticas ecológicas, para que o maior número possível de pessoas seja atingido com o conhecimento, uma vez que, para haver a mudança de paradigma que tanto se faz necessário, é preciso um engajamento coletivo, não uma ação individual.

Partindo desse pressuposto, se amplia a possibilidade da formação de indivíduos críticos, conscientes e protagonistas na construção de uma sociedade ambientalmente sustentável. Este estudo buscou contribuir com a Agenda 2030, mais especificamente com o ODS 12, por meio da difusão de práticas capazes reduzir o desperdício de alimentos, nos níveis de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade contemporânea se encontra diante de um grande desafio em busca da redução nas perdas e desperdício de alimentos, sobretudo com o elevado crescimento da população mundial. A desigualdade entre as práticas de desperdício e a pobreza alimentar gira em torno da dimensão ética e moral de desperdiçar alimentos (GALLO, 2018). O cenário atual é reflexo da ineficiência de todo o sistema.

A proposta para solução deste problema perpassa necessariamente por ações coletivas e integradas, que vão desde a capacitação dos



trabalhadores em todas as etapas de produção, até a conscientização e formação da população.

Uma estratégia simples e eficaz no combate ao desperdício seria o aproveitamento integral dos alimentos. Para tanto é necessário maior esclarecimento sobre esta prática afim de fomentar novos hábitos para a construção de uma sociedade sustentável.

Faz-se necessário pensar em políticas públicas que viabilize o investimento em infraestrutura e logística no setor de produção, pressupondo que tal atitude trará benefícios para economia, qualidade de vida e preservação dos recursos naturais.

Por fim, não se pode deixar de mencionar o processo educativo como ferramenta primeira para a compreensão da situação, para a eficiência de ações que evitem as perdas e desperdício e para formação de protagonistas multiplicadores de boas ações neste campo, evitando os impactos sociais, econômicos e ambientais refletidos em nosso planeta, como proposto nos ODS da Agenda 2030 da ONU.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Diário Oficial [da] República Federativa do BRASIL, Brasília, DF, 03 ago. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12305.htm>. Acesso em: 07 jun. 2021.

BELIK, W. Rumo a uma estratégia para a redução de perdas e desperdício de alimentos. In: ZARO, M. Orgs. Desperdício de alimentos: velhos hábitos, novos desafios. Caxias do Sul, RS: Educs, 2018, p. 9-20. ISBN 978-85-7061-917-4. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/e-book-desperdicio-de-alimentos-velhos-habitos.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

CARVALHO, I. C. M. O sujeito ecológico: a formação de novas identidades na escola. In: PERNAMBUCO, M.; PAIVA, I. (Org.). Práticas coletivas na escola. 1. ed. Campinas: Mercado de Letras, v. 1, p. 115-124, 2013.

DELIBERADOR, L. R.; BATALHA, M. O.; FREIRE, C. D.; FONTENELLE, A. O.; SABADINI, F. C. Perdas e desperdícios de alimentos ao longo da cadeia de suprimentos. Uma análise de regiões desenvolvidas e em desenvolvimento. South American Development Society Journal, v. 4, n. 1, p. 11-27, 2018. Disponível em: <http://www.sadsj.org/index.php/revista/article/view/174>. Acesso em: 10 jun. 2021.

EMBRAPA. NOTÍCIAS. 2017. Os desperdícios por trás do alimento que vai para o lixo. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/>



/noticia/28827919/os-desperdicios-por-tras-do-alimento-que-vai-para-o-lixo. Acesso em: 10 jun. 2021.

FAO. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. Escritório Regional da FAO para a América Latina e o Caribe. Perdas e desperdícios de alimentos na América Latina e no Caribe. Disponível em: <http://www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/239394/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

GALLO, J. M. A. S. Avaliação da percepção de participantes do Banco de Alimentos da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo sobre o processo de irradiação de alimento. Divulgação do tratamento de alimentos por radiação ionizante: desenvolvimento de questionário e análise sensorial. Tese (doutorado). Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN). Autarquia associada a Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 245 f., 2018. Disponível em: <http://repositorio.ipen.br/handle/123456789/29624>. Acesso em: 09 jun. 2021.

ONU. Organização das Nações Unidas, 2015. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2021.

ROSA, C. I. L. F.; MORIBE, A. M.; YAMAMOTO, L. Y.; SPERANDIO, D. Pós-colheita e comercialização. In: BRANDÃO FILHO, J. U. T.; FREITAS, P.S.L.; BERIAN, L.O.S.; GOTO, R. Hortaliças-fruto. Maringá: EDUEM, 2018, p. 489-526. ISBN: 978-65-86383-01-0. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/bv3jx/pdf/brandao-9786586383010-17.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.



A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E SUA IMPORTÂNCIA SOCIOAMBIENTAL

Flavio Francisco Gonçalves

Mestre em Desenvolvimento Local pelo PPGDL-UNISUAM e Subsecretário de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro.

Maria Geralda de Miranda

Professora e Pesquisadora da USU e da UNISUAM e Pesquisadora da Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá/RJ.

RESUMO

De acordo com o estudo da Global Footprint Networking (2018), a biocapacidade total do planeta Terra já não seria mais suficiente para atender toda a demanda das nações, caso utilizássemos o Brasil como referência. Se todos os povos consumissem igualmente aos brasileiros, seriam necessários 1,8 planetas para suprir este propósito. Esses dados seriam ainda mais catastróficos se usássemos os Estados Unidos da América, EUA, como parâmetro, pois neste caso seriam necessários cinco planetas Terra, de acordo com o mesmo estudo. Neste trabalho buscou-se refletir sobre a Lei nº 12.305/10 e outras legislações ambientais brasileiras, com o intuito de conhecê-las e refletir sobre elas, com vista à implantação de políticas públicas voltadas para o gerenciamento de resíduos sólidos. Metodologicamente, optou-se por revisão de literatura e os resultados indicam principalmente a fragilidade técnica e dificuldade financeira como protagonistas pela demora na implementação dos municípios daquilo que se encontra bastante claro e evidente na letra das leis que constroem um arcabouço de soluções objetivando a destinação ambientalmente correta para os resíduos sólidos urbanos gerados pela onda crescente de consumo.

Palavras-chave: Meio ambiente. Sustentabilidade. Agenda 2030.

INTRODUÇÃO

Atualmente, o Planeta Terra possui 7,7 bilhões de habitantes no mundo, devendo alcançar até 2050, a marca populacional de 9,7 bilhões. O Brasil ocupa a sexta posição no ranking populacional do planeta com 211 milhões de habitantes, ficando atrás apenas do Paquistão 5º (216,5 milhões), Indonésia 4º (270,6 milhões), Estados Unidos da América 3º (329 milhões), Índia 2º (1,3 bilhão) e China 1º (1,4 bilhão), segundo o relatório da Organização das Nações Unidas, ONU (WORLD POPULATION PROSPECTS, 2019). A divisão territorial brasileira consiste em 27 unidades federativas, sendo 26 estados e um Distrito Federal e, geograficamente,



como diz a quinta estrofe do hino nacional brasileiro: “gigante pela própria natureza.”

Sabe-se que o crescimento populacional potencializa a geração de resíduos. No Brasil, os resíduos sólidos urbanos (RSU) são definidos na Política Nacional de Resíduos Sólidos como material, substância, objeto ou bem descartado, resultante de atividades humanas em sociedade, no estado sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d’água, ou que exijam para isso soluções técnicas ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível (BRASIL, 2010).

No presente estudo, refletiu-se sobre a Lei nº 12.305 e outras legislações ambientais brasileiras, com o intuito de conhecê-las e discuti-las, com vista à implantação de políticas públicas voltadas para o gerenciamento de resíduos sólidos.

A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS, LEI Nº 12.305/10

Foram necessárias mais de duas décadas para que o Congresso Nacional pudesse, após diversas intervenções e proposições, aprovar a lei que regulamenta os resíduos sólidos no Brasil. Em 1989, foi apresentado o PL nº 354/89 ao Senado Federal sobre acondicionamento, coleta, tratamento, transporte e a destinação final dos resíduos de saúde.

No entanto, com a tramitação e aperfeiçoamento para uma proposta mais abrangente, transformou-se no Projeto de Lei nº 203/91 (BRASIL, 1991) na Câmara dos Deputados, e mais à frente ganharia a sua versão final do PL nº 1991/2007 (BRASIL, 2007). Mas somente em 10 de março de 2010, o Plenário da Câmara dos Deputados votou este Projeto de Lei e o encaminhou logo em seguida para votação no Senado Federal, que o aprovou em regime de urgência em julho de 2010. Finalmente sancionada pelo Presidente da República em 02 de agosto de 2010, a Lei nº 12.305/10 (BRASIL, 2010), instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e no mesmo ano da sua sanção, foi também aprovada a sua regulamentação por meio do Decreto Federal nº 7.404/10.

Pode-se considerar que os objetivos desta lei (PNRS) são: a proteção à saúde pública e a qualidade ambiental; a redução da produção de resíduos sólidos; o reconhecimento dos resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis como um bem econômico e de valor social agregado; o descarte em vazadouros credenciados e devidamente licenciados apenas dos rejeitos; a promoção do trabalho, a renda e principalmente da cidadania.

Considerada um importante mecanismo de diretrizes aplicadas na gestão integrada, no gerenciamento de resíduos sólidos nas responsabilidades dos geradores e do poder público, a PNRS organiza a maneira de como o país trata o seu “lixo”, incentivando a reciclagem e a



sustentabilidade. A lei apresenta em seu Art.1^o seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluindo os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e os instrumentos econômicos aplicáveis (BRASIL, 2010).

A PNRS além de definir conceitualmente resíduos sólidos urbanos também os classifica quanto a sua origem e à sua periculosidade.

Quanto à origem: resíduos domiciliares; resíduos de limpeza urbana; resíduos sólidos urbanos; resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços; resíduos de serviços públicos de saneamento básico; resíduos industriais; resíduos de serviços de saúde; resíduos da construção civil; resíduos agrossilvopastoris; resíduos de serviços de transportes; e resíduos de mineração.

Quanto à periculosidade classifica os resíduos como sendo aqueles que, em razão de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade, apresentam significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental, de acordo com lei, regulamento ou norma técnica (Brasil, 2010, art. 13).

Entretanto, se faz necessário entender o funcionamento dos planos de resíduos sólidos, previstos na Lei n.º 12.305/2010 (BRASIL, 2010) que traz em seu conteúdo as premissas dos planos nacional, estadual e municipal. Para os objetivos deste trabalho, serão destacados os planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos, conforme previsto no Art. 18 da Lei 12.305/2010 (BRASIL, 2010), que menciona que estes devem ser elaborados como condição para o Distrito Federal e os Municípios terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para ser beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.

Há previsão ainda no mesmo artigo que o acesso aos recursos da União será priorizado aos municípios que optarem por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos, ou ainda implementarem a coleta seletiva inserindo as cooperativas e outras formas de associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

A lei deixa claro que a implementação do plano, além de ser condicionante para os municípios obterem aporte financeiro da União, também menciona o conteúdo mínimo que o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos deve conter, entre eles estão: o diagnóstico da situação dos resíduos sólidos gerados no respectivo território; a indicação para áreas favoráveis para disposição final ambientalmente adequada de rejeitos; a possibilidade de implantação de soluções consorciadas ou compartilhadas com outros Municípios; a identificação dos resíduos sólidos e



dos geradores sujeitos a plano de gerenciamento específico ou sistema de logística reversa; os procedimentos operacionais específicos incluindo indicadores de desempenho e regras de transporte; os programas e ações de capacitação técnica para sua implementação e operacionalização; os programas e ações de educação ambiental; a inserção das cooperativas e associações de catadores. (BRASIL, 2010, art. 19).

A PNRS prevê também como condicionante para os municípios: a fomentação de economias e fontes de negócios a partir da valorização dos resíduos sólidos; os sistemas de cálculo dos custos e sistema de cobrança da prestação de serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos; as metas visando à redução da quantidade dos rejeitos encaminhados para disposição final; a regulamentação da participação do poder público local na coleta seletiva e logística reversa e também na fiscalização; a identificação de passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos e ações corretivas e preventivas; e a periodicidade de sua revisão (BRASIL, 2010, art. 19).

Os agentes envolvidos e suas respectivas responsabilidades estão também previstos no Art. 25 da referida lei, onde é ressaltado que o Poder Público, o setor empresarial e a coletividade são responsáveis pela efetividade das ações voltadas para assegurar a observância da PNRS e das diretrizes e demais determinações. Inclusive o seu Art.30 aborda a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, abrangendo desde os fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, até os consumidores e os titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

A responsabilidade compartilhada se estende nos artigos do Capítulo III, Seção II, abrangendo toda a cadeia produtiva e todos que dela participam de maneira direta ou indireta, atrelando em cada etapa do ciclo de vida do produto, razões para reduzir o seu impacto ambiental que vão desde estímulos aos agentes econômicos e sociais, passando por rearranjos em processos empresariais e mercadológicos que busquem estratégias mais sustentáveis.

Do art.31 ao art.36, observamos que o termo logística reversa resume tudo neste trecho da lei no que se refere a relevância e mecanismo propulsor para o sucesso de toda a implementação da PNRS, pois apresenta uma série de atribuições, recomendações, obrigações (resíduos perigosos) e práticas que envolvem a coleta seletiva, compreendendo desde fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores e o Poder Público, num esforço de comunhão com regras claras e definidas, e muitas vezes estabelecidas por meio de termos de compromisso e acordos setoriais referentes às responsabilidades pós-consumo.

A PNRS reserva em seu capítulo IV, art. 37 uma abordagem acerca dos Resíduos perigosos, quanto à obrigatoriedade no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos, a elaboração do plano de gerenciamento



de resíduos perigosos além de outras condicionantes que devem constar em sua licença ambiental para liberação da atividade. A referida Lei também prevê incentivos econômicos para pessoas jurídicas que em seus processos produtivos apliquem a prevenção e redução de resíduos sólidos, que desenvolvam produtos que reduzam os impactos a saúde humana e ao meio ambiente durante o seu ciclo de vida útil, que estimulem e fomentem cooperativas de catadores, que estruturam sistemas de coleta seletiva e logística reversa, desenvolvam a recuperação de áreas contaminadas e também pesquisas voltadas para tecnologias limpas aplicáveis aos resíduos sólidos entre outras ações que envolvem inclusive consórcios públicos (BRASIL, 2010, art. 42).

Em seu capítulo VI, art. 47, são previstas proibições relacionadas à destinação ou disposição final dos resíduos sólidos ou rejeitos in natura a céu aberto em qualquer tipo de corpo hídrico, a queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para esta finalidade, assim também como a proibição de atividades e catadores em locais de vazadouros. Este mesmo Capítulo ressalta a proibição à importação de resíduos sólidos perigosos e rejeitos, bem como resíduos sólidos, cujas características causem dano ao meio ambiente, à saúde pública e animal e à sanidade vegetal, ainda que para tratamento, reforma, reuso, reutilização ou recuperação (BRASIL, 2010, ART. 49).

Embora a Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelecesse em seu Art. 54 a implantação, em até quatro anos, da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, atualmente, por meio da Lei nº 14.026 de 15/07/2020 (BRASIL, 2020), foi estabelecida uma nova redação para o artigo mencionado anteriormente¹.

¹Ficando assim a composição dos novos prazos: Art. 54. A disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos deverá ser implantada até 31 de dezembro de 2020, exceto para os Municípios que até essa data tenham elaborado plano intermunicipal de resíduos sólidos ou plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos e que disponham de mecanismos de cobrança que garantam sua sustentabilidade econômico-financeira, nos termos do art. 29 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para os quais ficam definidos os seguintes prazos:

I - Até 2 de agosto de 2021, para capitais de Estados e Municípios integrantes de Região Metropolitana (RM) ou de Região Integrada de Desenvolvimento (Ride) de capitais;

II - Até 2 de agosto de 2022, para Municípios com população superior a 100.000 (cem mil) habitantes no Censo 2010, bem como para Municípios cuja mancha urbana da sede municipal esteja situada a menos de 20 (vinte) quilômetros da fronteira com países limítrofes;

III - Até 2 de agosto de 2023, para Municípios com população entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes no Censo 2010; e

IV - Até 2 de agosto de 2024, para Municípios com população inferior a 50.000 (cinquenta mil) habitantes no Censo 2010.

§ 1º (VETADO).

§ 2º Nos casos em que a disposição de rejeitos em aterros sanitários for economicamente inviável, poderão ser adotadas outras soluções, observadas normas técnicas e operacionais estabelecidas pelo órgão competente, de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais. (BRASIL, 2020)



Por fim, toda esta concepção trazida pela lei que rege nacionalmente as questões de gerenciamento dos resíduos sólidos precisará ainda de algum tempo para que todos os municípios brasileiros tenham condições técnicas e financeiras para sua implementação. Porém, não bastam apenas leis se não houver uma mudança comportamental da sociedade e para tanto é necessário programas, políticas e campanhas de Educação Ambiental, visando à sustentabilidade ambiental.

A AGENDA 2030 E A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

A Agenda 21 é um importante documento resultante da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizado no Rio de Janeiro, no ano de 1992. Com a participação de 179 países, representantes da Organização das Nações Unidas (ONU), acordaram e assinaram a Agenda 21 Global. É um documento que contém 40 capítulos que constituem a mais abrangente tentativa de promover em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento, denominado “Desenvolvimento Sustentável”.

Também a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, realizada em 2012, na cidade do Rio de Janeiro, teve papel importante na ratificação do Desenvolvimento Sustentável. A Rio+20 foi assim conhecida porque marcou os vinte anos de realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) e contribuiu para definir a agenda do desenvolvimento sustentável para as próximas décadas. (RIO+20)

A Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento, ONU, possui 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, ODS, e 169 metas que apontam diretrizes para os estados no sentido de alcançar a sustentabilidade até 2030. Entre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) a serem alcançados, encontra-se o de número 12, que prevê a mudança nos padrões de consumo e produção. Tais mudanças se configuram como medidas indispensáveis na redução da pegada ecológica sobre o meio ambiente. Essas medidas são a base do desenvolvimento econômico e social sustentável. (AGENDA 2030, ONU, 2015)

As metas do ODS 12 visam à promoção da eficiência do uso de recursos energéticos e naturais, da infraestrutura sustentável, do acesso a serviços básicos. Além disso, o objetivo prioriza a informação, a gestão coordenada, a transparência e a responsabilização dos atores consumidores de recursos naturais como ferramentas chave para o alcance de padrões mais sustentáveis de produção e consumo. (AGENDA 2030, ONU, 2015)

A meta 12.5 prevê reduzir até 2030 consideravelmente a geração de resíduos, por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso. A meta 12.4, objetiva o manejo ambientalmente adequado dos produtos químicos e de todos os resíduos, ao longo de todo o seu ciclo de vida, e reduzir



significativamente a sua liberação para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente. (AGENDA 2030, ONU, 2015)

Já a meta 12.3 prevê até 2030 reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, em nível de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita. A meta 12.2 prevê até 2030 alcançar gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais.

Como se vê, a PNRS, ao prever o gerenciamento eficiente dos resíduos sólidos compartilhados e a forma de descarte de lixo tóxico e poluentes, bem como a logística reversa, é de fato um importante instrumento para o Brasil alcançar as metas da Agenda 2030 no âmbito dos resíduos sólidos urbanos.

A PNRS também estimula a educação ambiental, o que leva a pensar em políticas públicas que estimulem indústrias, setor privado e consumidores a reciclar e reduzir o desperdício. Grande parte da população mundial consome menos do que o necessário para atender as necessidades básicas. Reduzir o desperdício global per capita de alimentos, tanto dos distribuidores como dos consumidores, é importante para criar cadeias de consumo mais eficientes. Isso pode ajudar na segurança alimentar e garantir uma economia mais sustentável. (AGENDA 2030, ONU, 2015)

No que se refere ao arcabouço de leis ambientais brasileiras, o grande avanço foi com a Constituição de 1988. A Carta Magna faz menção à proteção ambiental em diversos artigos. Destaca-se aqui como competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, o seu artigo 23, Inciso VI. Outra norma importante da mesma lei é o artigo 24 (inciso VI), que cita a responsabilidade sobre o dano ao meio ambiente.

Já o artigo 225 da mesma Constituição Federal de 1988 prevê que o meio ambiente, que por ser considerado um bem difuso, deve ser protegido por todos, garantindo o seu equilíbrio ecológico para que as presentes e futuras gerações possam usufruí-lo, conforme redação a seguir: artigos 23 e 24 da Carta Magna, que são atinentes ao meio ambiente: Art. 23: é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas. (BRASIL, 1988, p.14). Art. 24. compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. (BRASIL, 1988, p.15)

Pode-se também considerar que a Política Nacional de Saneamento Básico se tornou um documento base para a lei 12.305/2010 (PNRS), e um artigo que ilustra este embasamento é o Artigo 2º, Inciso III, da Lei n.º 11.445/2007, que preconiza o manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente, conforme se lê no art. 2º: os serviços públicos de saneamento básico serão prestados



com base nos seguintes princípios fundamentais: “III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente.” (BRASIL, 2007, p.1)

Outra importante lei², que remete historicamente à proteção ao meio ambiente no Brasil, como o novo marco legal do saneamento básico é lei nº 14.026/2020, baseada na Medida Provisória, MP, n.º 868/2018. Este dispositivo³ prorroga o prazo para o fim dos lixões, facilita a privatização de estatais do setor e extingue o modelo atual de contrato entre municípios e empresas estaduais de água e esgoto. Além disso, transforma os contratos em vigor em concessões com a empresa privada que vier a assumir a estatal. O texto também torna obrigatória a abertura de licitação, envolvendo empresas públicas e privadas.

Esse novo marco possui como principal objetivo universalizar e qualificar a prestação dos serviços no setor. Possui como alguma das metas, por exemplo, alcançar a universalização até o ano 2033, contemplando 99% da população com acesso a água potável e ainda estabelece que 90% dos brasileiros tenham também seu esgoto tratado e coletado.

A Política Estadual de Resíduos Sólidos do Estado do Rio de Janeiro (Lei 4.191/2003) também está em conformidade com a Lei n.º 12.305/2010, traz como princípio em seu artigo 12, Inc. IV, a garantia de qualidade de vida das populações atuais sem comprometer a qualidade de vida das gerações futuras.

² Como o regulamento da saúde pública, através do Decreto nº 16.300/23, a proteção à flora, através do Código Florestal, Decreto nº 23.793/34, ou ainda o Código das Águas, Decreto-lei nº 852/38, o Código de Pesca, Decreto nº 794/38, a proteção ao solo e o subsolo, Decreto nº 1.985/40, conhecido como Código de Minas, e a proteção à fauna pelo Código de Caça, Decreto nº 5.894/43. Já no início dos anos 80, a principal legislação se deu através da Lei nº 6938/81, que criou a Política Nacional do Meio Ambiente. Mais adiante, em 1998, elaborou-se a Lei dos Crimes Ambientais, de nº 9605/98. E, no ano de 2012, o Novo Código Florestal Brasileiro, Lei nº 12.651.

³ Art. 1º. Esta Lei atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para instituir normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico; a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos e Saneamento Básico; a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal; a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País; a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar de prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos; a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação a unidade regionais; e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados. (BRASIL, 2020)



O seu artigo 13, Inc. I, reflete sobre a preservação da saúde pública e a proteção do meio ambiente, garantindo seu uso racional, conforme art. 12: Ficam estabelecidos os seguintes princípios no tocante a atividades de geração, importação e exportação de resíduos sólidos: IV - a busca da garantia de qualidade de vida das populações atuais sem comprometer a qualidade de vida das gerações futuras. Já o art. 13 pontua: São objetivos da Política Estadual de Resíduos Sólidos: I - Preservar a saúde pública e proteger o meio ambiente, garantindo seu uso racional. (RIO DE JANEIRO, PERS, 2003)

O estudo da PNRS e da legislação ambiental em nível estadual e municipal demonstram preocupações de legisladores e governantes brasileiros com as questões ambientais. Há preocupações e cuidados com a exploração e uso dos recursos naturais existentes em nosso território, como as águas, a fauna, a flora, o solo, entre outras questões fundamentais.

De acordo com o Panorama da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE, 2018-2019), o montante coletado de Resíduos Sólidos Urbanos no ano de 2018 foi de 72,7 milhões de toneladas no país, registrando um índice de cobertura de coleta de 92% para o país, evidenciando que 6,3 milhões de toneladas de RSU não foram coletados, consequentemente tendo seu destino de maneira inadequada.

No que tange à disposição final destes resíduos coletados, o mesmo relatório aponta que 59,5% foram dispostos em aterros sanitários, o restante, correspondente a 40,5%, foram despejados em locais inadequados por 3.001 municípios brasileiros, totalizando 29,5 milhões de toneladas de resíduos em lixões ou aterros controlados, ou seja; locais onde não existe nenhum sistema de proteção ambiental dos impactos causados diretamente pela disposição irregular destes resíduos.

Segundo estudo da ONU (2013), nas três últimas décadas, a geração de resíduos sólidos urbanos aumentou três vezes mais rápido que o tamanho da população mundial. Sete bilhões de seres humanos produzem anualmente 1,4 bilhão de toneladas de RSU, uma média de 1,2 quilogramas por dia per capita. Curiosamente, a metade gerada por menos de trinta países, sendo eles, os mais desenvolvidos do mundo. Dados da Associação Internacional de Resíduos Sólidos (ISWA, 2013) informam que na África, Sudeste Asiático e a América Latina a coleta é mais deficiente.

Teixeira (2014) aponta que o relatório do Banco Mundial traz em seu índice per capita de geração de resíduos nos países mais ricos, um aumento de 14% desde 1990, e 35% desde 1980, gerando um elevado custo ambiental e financeiro. Além disso, os estudos da ONU (2013) preconizam que entre 20% e 30% dos orçamentos municipais já estão comprometidos com a coleta e a destinação desses resíduos. (TEIXEIRA, 2014, p. 48-49)

O consumo consciente é um grande desafio para a sociedade atual, que também precisa de políticas públicas mais eficientes para combater o



desperdício de recursos naturais, já que os resíduos sólidos urbanos ainda são tratados de forma incorreta em escala nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As organizações mundiais estão cada vez mais atentas aos problemas ambientais, a Organização das Nações Unidas (ONU), por meio de sua Agenda 21, trouxe importantes diretrizes e estudos sobre a devida coleta e destinação dos Resíduos Sólidos Urbanos. Um dos exemplos é o aumento em relação ao comprometimento das finanças municipais com os resíduos.

Todavia, a ONU trouxe um dado preocupante sobre a produção de resíduos por parte da população mundial, uma vez que ela tem gerado três vezes mais resíduos do que o tamanho dela, nas últimas três décadas.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e os ODS da Agenda 2030 precisam ser efetivados pelos estados. O crescimento econômico, de acordo com tal Agenda, deve ser inclusivo e sustentável, o que certamente precisa trazer mudança ao modo que produzimos e consumimos bens e recursos.

No que tange à legislação vigente, recentemente o Ministério do Meio Ambiente abriu consulta pública sobre o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PLANARES), que é um importante instrumento da Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei 12.305/2010 (BRASIL, 2010), conforme previsto no artigo 8º, Inc. I; e artigo 14, Inc. I da referida lei. Uma das principais metas do Planares é a extinção de todos os lixões existentes no país até 2024 e a universalização da coleta do lixo até o ano de 2036.

É ainda meta do PLANARES aumentar o acesso à segregação dos resíduos sólidos urbanos, promovendo desta forma, a coleta seletiva e o reaproveitamento energético a partir do Biogás, oriundo da decomposição de produtos orgânicos. Há metas associadas a inclusão social, tais como, à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. (PLANARES, 2020)

Essas ações serão essenciais para que o país potencialize o gerenciamento dos Resíduos Sólidos Urbanos. Uma informação relevante é que no Brasil, aproximadamente 35% de todo o resíduo produzido, é passível de reciclagem. Sendo atualmente 2,2%, devidamente reciclados, ou seja, os resíduos estão sendo inadequadamente descartados.

A Lei 12.305/2010 (BRASIL, 2010) traz consigo todo aparato necessário, conforme citado anteriormente; dispo de princípios, objetivos e instrumentos relativos à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos urbanos, bem como, as responsabilidades dos geradores e do poder público, além da aplicabilidade dos instrumentos econômicos envolvidos no processo.

Por fim, a articulação e a interconectividade com os diversos agentes e diferentes esferas do poder público, com o terceiro setor e os setores



empresariais, objetivando o cumprimento da legislação aqui percorrida, certamente poderá favorecer a implantação de políticas ambientais, onde as premissas sejam: a: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final adequada dos rejeitos, e ainda aplicação de novas tecnologias que proporcionem a recuperação energética dos resíduos sólidos urbanos.

Com base nos estudos aqui trazidos, identificou-se que a adequação das políticas públicas voltadas ao Meio Ambiente, no que tange aos Resíduos Sólidos Urbanos ainda se encontram em um estágio precário, já que alguns municípios possuem problemas estruturais, como a baixa disponibilidade orçamentária e a incapacidade de se gerirem institucionalmente. Porém, isso está mudando com a nova realidade ambiental da sociedade contemporânea, através de iniciativas e tendências que despertem a consciência ecológica do indivíduo.

Conforme se observou ao longo do presente artigo, as legislações ambientais demonstram preocupação de legisladores e de alguns governantes brasileiros com as questões ambientais. Se essas leis fossem efetivadas, certamente, teríamos menos problemas relacionados ao meio ambiente.

Essa reflexão leva inclusive a pensar que não é necessária a elaboração de mais leis. Todavia não há como implantar e implementar uma política pública como um plano de gerenciamento de resíduos sólidos em um município se não for por meio de um instrumento legal. Obviamente que se o plano ficar somente no papel, entrará na mesma seara das leis existentes sem eficácia.

REFERÊNCIAS

BRUMATI, Gabriela. Planeta esgota hoje (29/07) todos os recursos que tinha para o ano de 2019. G1, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/terra-da-gente/noticia/2019/07/29/planeta-esgota-hoje-2907-todos-os-recursos-que-tinha-para-o-ano-de-2019.ghtml>> Acesso em: 23/11/2020 às 11:15h.

TEIXEIRA, João Carlos. Rumo a 4 bilhões de toneladas por ano. SENADO FEDERAL, Revista “Em discussão!”, n.22, Ano 5, p.48-49. Resíduos Sólidos – Lixões Persistem. Brasília, 2014. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/emdiscussao/edicoes/residuos-solidos/@_@download/arquivo_pdf/residuos-solidos.pdf> Acesso em: 15/10/2020 às 15:36h.



DOCUMENTOS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS (ABRELPE). Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento. Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2018/2019. Disponível em: <<https://abrelpe.org.br/download-panorama-2018-2019/>>. Acesso em: 06/06/2020 às 15:35h.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (ISWA). ISWA Report 2013. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1-f3acC5h_heXeNFDomgDcW3bCc6TrXI7/view?usp=sharing> Acesso em: 30/09/2020 às 13:35h.

INSTITUTO ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO. Municípios e Saneamento, 2019. Disponível em <https://www.aguaesaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/rj/belford-roxo>. Acesso: 10 set. 2012.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Consulta Pública Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Planares). Proposta do Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em: <<http://consultaspublicas.mma.gov.br/planares/wp-content/uploads/2020/07/Plano-Nacional-de-Res%C3%ADduos-S%C3%B3lidos-Consulta-P%C3%ABlica.pdf>> Acesso em: 30/09/2020 às 14:35h.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). World Population Prospects 2019. Disponível em: <https://population.un.org/wpp/Publications/Files/WPP2019_Highlights.pdf> Acesso em: 15/10/2020 às 15:32h.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). UNEP – Guidelines for National Waste Management Strategies – Moving from Challenges to Opportunities - 2013. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1ihwH6LtiDLe3RtpjeglQgqWIX3ql7Fn9/view?usp=sharing>> Acesso em: 15/10/2020 às 15:40h.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Consumo e Produção Responsáveis ODS 12 - 2020. Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals/goal-12-responsible-consumption-and-production.html>> Acesso em: 15/10/2020 às 15:45h.

UNCED - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), Ministério do Meio Ambiente. Agenda 21 Global, Capítulo 11, Disponível em:



<https://drive.google.com/file/d/1h3gVxGc0A_rwocl7F3N2ksn9HyxABc8t/view?usp=sharing> Acesso em: 16/10/2020 às 14:25h

UNCED - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), Ministério do Meio Ambiente. Agenda 21 Global, Capítulo 21, Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1h3gVxGc0A_rwocl7F3N2ksn9HyxABc8t/view?usp=sharing> Acesso em: 16/10/2020 às 14:30h.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal: Coordenação de Edições Técnicas, 2020, 401p.

BRASIL. Lei n. 11.445, de 05 de Janeiro de 2007. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/L11445compilado.htm>. Acesso em: 30/09/2020 às 11:23h.

BRASIL. Lei n. 12.305, de 02 de Agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 30/09/2020 às 11:30h.

BRASIL. Lei n. 14.026, de 15 de Julho de 2020. Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14026.htm>. Acesso em: 20/11/2020 às 15:30h.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei n. 4.162, de 02 de Agosto de 2019. Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/140534/pdf>> Acesso em: 30/09/2020 às 11:55h.

RIO DE JANEIRO. Lei n. 4.191, de 30 de Setembro de 2003. Dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos e dá outras providências. Disponível em:



<<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/b24a2da5a077847c032564f4005d4bf2/cf0ea9e43f8af64e83256db300647e83?OpenDocument>> Acesso em: 30/09/2020 às 11:41h.

BELFORD ROXO. Lei nº 1.555, de 17 de agosto de 2017. Dispõe sobre a Política Municipal de Saneamento Básico.

Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B6jcN0epIMGwNUJCQ3J4OG5MWTQ/view>> Acesso em: 30/09/2020 às 10:40h.

BELFORD ROXO. Lei Complementar nº 208, de 25 de maio de 2017. Institui o Código Ambiental Municipal – CAM, contendo a Política e o Sistema Municipal de Meio Ambiente de Belford Roxo, e dá outras providências. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1AmOvFXIaOzTG2ikj2sjmjrVi6dYcZUg_/view?usp=sharing> Acesso em: 30/09/2020 às 10:28h.

LIVROS

HEBER, Florence; SILVA, Elvis M. D. Institucionalização da Política Nacional de Resíduos Sólidos: dilemas e constrangimentos na Região Metropolitana de Aracaju (SE). *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 4, p. 913-937, jul./ago. 2014.

PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino & GAVAZZI, Sigrid (orgs). Texto e discurso: mídia, literatura e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.



A CIDADE DE BARBALHA, NO CARIRI: CONTEXTUALIZAÇÃO

Cícero Santos da Silva

Doutorando no PPGDL-UNISUAM

Maria Geralda de Miranda

PPGDL-UNISUAM / USU / ICTM

RESUMO

Este artigo tem como objetivo contextualizar a cidade de Barbalha, inserida na região metropolitana do Cariri, no Nordeste brasileiro, bem como sua situação geográfica, demográfica e social, uma vez que o projeto da pesquisa Educação Fiscal e Ambiental: Caminho para o desenvolvimento sustentável, onde foi inserida a presente pesquisa, foi lá desenvolvido. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, realizada em sites oficiais do IBGE, da Prefeitura e de outros órgãos da cidade e de artigos científicos da base de dados google acadêmico. Concluiu-se que a cidade de Barbalha é uma importante cidade da Região Metropolitana do Cariri, que tem crescido muito nos últimos anos e junto com o crescimento surgem os problemas urbanos, que precisam ser enfrentados por meio de políticas públicas de inclusão social, visando principalmente renda, uma vez que a média salarial é baixa e há um número grande de pessoas desempregadas. A cidade ainda apresenta sérios problemas ambientais sobretudo os relativos ao saneamento básico.

Palavras-Chaves: Região do Cariri. Crajubar. Barbalha. Geração de renda.

INTRODUÇÃO

A cidade de Barbalha, localizada na Região Metropolitana do Cariri, mesorregião do Sul cearense, segundo dados do Instituto de Geografia e Estatística, IBGE (2020) possui uma população de 61,662 habitantes.

Esta pesquisa foi desenvolvida junto ao Projeto Educação fiscal e ambiental: Caminho para o desenvolvimento sustentável, e atuou no Distrito de Estrela, na área periurbana próxima ao Centro de Educação Integrada, CIEC, por meio das rodas de conversas com moradores, com o intuito de sensibilizá-los para a criação de uma minifábrica para processar produtos alimentícios, entre eles, frutas de época desperdiçadas nos quintais das famílias e outros produtos, como bolos, doces, geleias etc., com vistas à melhoria na renda das famílias. Foi um trabalho no âmbito da cidadania e do empreendedorismo.

A minifábrica foi instalada no CIEC e já se encontra em funcionamento na produção de pães, bolos, pizzas etc., aguardando as frutas de época para transformá-las em polpa.



A CIDADE DE BARBALHA

Barbalha está situada aos pés da Chapada do Araripe, a uma latitude de $7^{\circ} 18' 18''$ S e longitude de $39^{\circ} 18' 7''$ W. Junto com as cidades de Crato e Juazeiro do Norte, compõe o triângulo Crajubar na região do Vale do Cariri. Tem ao seu redor a Floresta Nacional do Araripe, FLONA. Trata-se de uma região, cujo processo de formação sociopolítico e territorial sempre encaminhou para uma autonomia política, manifesta em várias circunstâncias, porque traduzia os anseios das lideranças regionais e locais para que o Cariri pudesse vir a ocupar uma posição mais privilegiada no que tange as relações de poder na escala macrorregional. (QUEIROZ, 2014)

Figura 1: Região do Cariri.



Fonte: Governo do Estado do Ceará, 2015)



Conforme Queiroz (2014, p. 94), pensar numa metrópole fora do eixo remete à perspectiva de o aglomerado urbano “Crajuubar¹ ser concebido como sendo de caráter metropolitano, apesar das possíveis e previsíveis disposições em sentido contrário. Afinal, quando confrontada com aquelas realidades do país já consolidadas e reconhecidas na literatura nacional como espaços metropolitanos, essa posição parece um tanto descabida de sentido.” Todavia, Firkowki (2002) ao analisar a profusão de regiões metropolitanas instituídas no país por força de lei, no âmbito dos estados, adverte que a maioria dessas aglomerações pode bem ser qualificada como regiões, porém, sem serem, de fato, metropolitanas.

Ainda seguindo Queiroz (2014), a percepção do processo de conurbação revela-se não apenas no tecido urbano do Crajuubar, mas, sobretudo, no seu arranjo urbano-regional. O crescimento verificado nas cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, sobretudo nas últimas décadas, bem como a expansão das atividades e fluxos de caráter regional concorreram para reforçar ainda mais o processo de integração socioeconômica do Crajuubar.

A Região Metropolitana do Cariri, RMC, criada pela Lei Complementar Nº 78 de 2009, localiza-se ao Sul do estado do Ceará no Nordeste brasileiro e é constituída pelos municípios de Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Jardim, Missão Velha, Caririáçu, Farias Brito, Nova Olinda e Santana do Cariri. (NASCIMENTO & CHACON, 2016)

A área do Crajuubar, situada na bacia do Araripe, região do Cariri, é onde estão os melhores aquíferos do estado do Ceará, com as maiores reservas de água subterrânea, quase sempre de boa qualidade. Tais aquíferos abastecem os três municípios (Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha) através de poços tubulares e/ou fontes. O abastecimento público de água nas cidades de Juazeiro e Barbalha é feito através de água subterrânea, complementado por fontes no município do Crato; contando com 74.139 ligações e uma oferta d’água de 4.369 m³/h. (VERÍSSIMO & CAVALCANTE, 2000, p. 2)

No século XVII, chegaram as Entradas para as terras localizadas às margens do Riacho Salamanca, habitadas pelos índios Kariri, que deram nome à região, no decorrer deste século, a busca pelo metal precioso, nas ribanceiras do Rio Salgado, trouxe para a região a colonização e em consequência a doação de sesmarias, o que permitiu o surgimento de lugarejos e vilas. Deste contexto surge Barbalha, um núcleo urbano que cresce ao redor da Capela Santo Antonio, fundada nas terras de Francisco

¹ O termo CRAJUBAR, utilizado pelos habitantes da região, serve para designar a área limítrofe dos três mais importantes municípios que são: Crato (CRA), Juazeiro do Norte (JU) e Barbalha (BAR). Veríssimo, L. S., & Cavalcante, I. N. (2000). AS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS DO CRAJUBAR, REGIÃO DO CARIRI - ESTADO DO CEARÁ - BRASIL. Águas Subterrâneas. Recuperado de <https://aguassubterraneas.abas.org/asubterraneas/article/view/23450>. Acesso 03 jun. 2022.



Magalhães Barreto e Sá, descendente de Men de Sá, terceiro Governador-Geral do Brasil. (LANDIM, 2019)

O distrito de Barbalha foi criado em 30 de agosto de 1838, pela lei provincial nº 130, subordinado ao município do Crato. A sua emancipação à condição de Vila ocorreu em 1846, pela lei provincial nº 374. Em 1876 foi elevada à categoria de cidade pela lei nº 1740, altura em que contava apenas com o distrito sede, Barbalha. (LANDIM, 2019) O nome da cidade, Barbalha, segundo Landim (2019) é alusivo ao nome de uma moradora da região, cuja casa servia de albergue para tropeiros de gado que traziam os rebanhos de Pernambuco para passarem os períodos de estiagem na região da Chapada do Araripe. E que por ser proprietária do principal ponto de apoio e hospedagem da região, tornou-se bastante conhecida por sua hospitalidade. Tal fato contribuiu para que a lugar herdasse seu nome.

A denominação original da cidade era Freguesia do Santo Antônio de Barbalha e desde 1838, Barbalha.

Figura 2: Barbalha antiga.



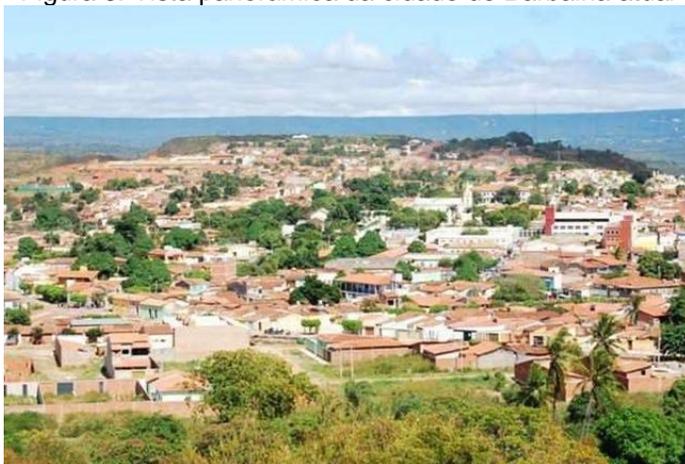
Fonte: Landim (2019)

Mas em razão de ato estadual, de 15 de setembro de 1904, foi criado o distrito de Cajazeiras, que foi anexado ao município de Barbalha. Tal distrito recebe nova denominação em 30 de dezembro de 1943, pelo decreto-lei estadual nº 1.114, passando a denominar Arajara. Em divisão territorial datada de 1º de julho de 1950, o município passou a ser constituído de dois distritos: Barbalha e Arajara, permanecendo desta maneira até 1991, quando foi criado pela lei municipal 1147 o Distrito de Estrela, onde o projeto desenvolve as suas atividades. Em 2007, o município de Barbalha passou a ser constituído de quatro distritos: Barbalha, Arajara, Caldas e Estrela. (PREFEITURA DE BARBALHA, 2022)



A região atravessa uma acentuada fase de crescimento econômico e demográfico, e, conseqüentemente, de mudanças sociais e ambientais. O principal deles é a desigualdade social, o desemprego e pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza. Daí a importância de implantação de políticas públicas e de projetos sociais, sobretudo voltados para o aumento da renda das famílias.

Figura 3: Vista panorâmica da cidade de Barbalha atual



Fonte: TripAdvisor, 2015.

A renda média salarial da cidade, conforme dados do IBGE, era de 1.7 salários- mínimos em 2020. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 17.9%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 45 de 184 e 14 de 184, respectivamente. (IBGE, 2020). Já o Índice de Desenvolvimento Humano era em 2010 era de 068, a sétima posição no estado do Ceará. (IBGE, 2010).

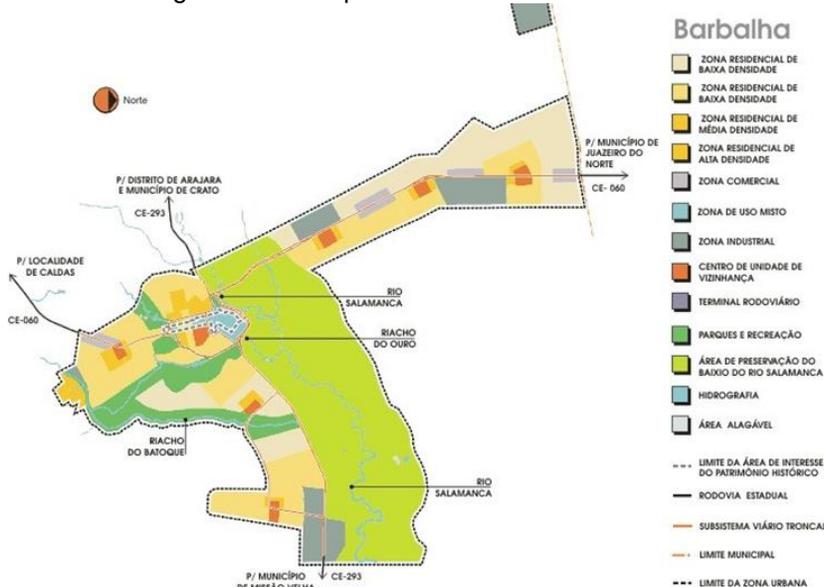
Também de acordo com dados do IBGE (2010), a taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 6.26 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 2 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 146 de 184 e 45 de 184, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 3602 de 5570 e 1545 de 5570, respectivamente. (IBGE, 2022)

A área territorial de Barbalha é 608,158 km² (IBGE, 2021). Quanto às condições ambientais, a cidade apresenta somente 17.8% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, mas 94.7% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 8.9% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição



87 de 184, 54 de 184 e 36 de 184, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 3803 de 5570, 961 de 5570 e 2924 de 5570, respectivamente. (IBGE, 2020)

Figura 4: Hierarquia viária oficial de Barbalha



Fonte: Barbalha wik, 2022.

Barbalha sedia uma unidade regional da Central de Abastecimento do Ceará S/A (Ceasa-CE), que acolhe para comercialização frutas e hortaliças como macaxeira, batata doce, feijão verde, pimentão, cebola, jerimum, alface, cebolinha, chuchu, batata inglesa, cenoura, beterraba, repolho, pepino, berinjela e coentro, pera, uva, maçã, abacate, laranja, banana, tomate, mamão, melancia, manga, melão, abacaxi, goiaba, tangerina, maracujá e morango. Observa-se grande desperdício desses produtos por parte dos comerciantes sendo, em sua grande maioria, destinados para alimentação animal ou vai para o lixo.

No momento em que uma fruta não é consumida é posta no lixo, vai também pelo lixo o trabalho do agricultor e com isso os nutrientes e recursos naturais que poderiam alimentar famílias, gerar renda e desenvolvimento para os produtores dos quintais produtivos locais.

O grande desperdício contrasta com a grande necessidade de aumentar a renda por parte dos moradores da região, cuja média salarial da cidade, conforme dados do IBGE, era de 1.7 salários-mínimos em 2020. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 17.9%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições



45 de 184 e 14 de 184, respectivamente. (IBGE, 2020). Já o Índice de Desenvolvimento Humano era em 2010 era de 0,683 a sétima posição no estado do Ceará. O Produto Interno Bruto em 2019 era de 17.347,60. (IBGE, 2010).

Por outro lado, Barbalha é conhecida nacionalmente por sua riqueza folclórica, uma vez que possui uma das maiores festas juninas do Brasil: a Festa do Pau da Bandeira. A cidade tem como padroeiro, Santo Antônio, o casamenteiro, que a festa rende homenagens. As homenagens ao santo renderam a cidade o título de “Terra de Santo Antônio”.

A cidade também possui um considerável número de prédios e locais históricos e um bom potencial turístico. Por estar situada na encosta da Chapada do Araripe, há uma vasta área de floresta nativa repleta de fontes de água mineral e trilhas ecológicas.

CONCLUSÃO

A cidade de Barbalha é uma importante cidade da região do Cariri e junto com outras duas (Crato e Juazeiro do Norte) que juntas formam a região urbana do Crajubar. É uma cidade que está crescendo cada vez mais e junto com o crescimento há uma necessidade de políticas públicas, principalmente de renda, uma vez que a média salarial é baixa e há um número grande de pessoas desempregadas.

O problema dos baixos salários pagos na região e certamente o desemprego puxam o IDH para baixo, uma vez que os outros dois indicadores formadores do IDH (escolaridade e longevidade) estão na média brasileira. A mortalidade infantil também é considerada alta, o que também pode estar relacionado ao fator renda.

Outro problema preocupante na cidade de Barbalha e quiçá em toda a região do Crajubar é o ambiental, em razão da falta de saneamento básico. Na cidade de Barbalha somente 17.8% de domicílios encontram-se com esgotamento sanitário adequado, o que é muito grave, uma vez que o sistema de fossa pode contaminar o lençol freático, contaminando assim a água consumida na região, proveniente de aquífero, que ainda hoje é boa qualidade.

O Projeto de pesquisa Educação fiscal e ambiental: Caminho para o desenvolvimento sustentável foi além da cidadania ao promover renda para famílias carentes da periferia do município de Barbalha, no entorno do CIEC, que é uma entidade promotora de atividades de Educação Fiscal e Cidadania e que serviu de espaço para aplicabilidade deste projeto de pesquisa.



REFERÊNCIAS

BRASIL. IBGE. Cidade De Barbalha. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/barbalha/panorama>. Acesso: 20 jun. 2022.

BRASIL. IBGE. Censo de 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/barbalha/panorama>. Acesso: 20 jun. 2022.

PREFEITURA DE BARBALHA. Histórico. Disponível em: <https://barbalha.ce.gov.br/historico/>. Acesso: 20 jul. 2022.

QUEIROZ, Ivan da Silva. **Região Metropolitana Do Cariri Cearense: a metrópole fora do eixo**. Mercator (Fortaleza) 13 (3) • May-Aug 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.4215/RM2014.1303.0007>. Acesso: 10 jun. 2022.

FIRKOWSKI, Olga Lúcia C. Por que as Regiões Metropolitanas no Brasil são regiões mais não são metropolitanas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 122, Curitiba, p. 19- 38, jun./jul. 2012.

GOVERNO DO CEARÁ. Mapa da Região Metropolitana do Cariri. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=mapa+da+regi%C3%A3o+metropolitana+do+cariri&tbm=isch&ved=2>. Acesso: 03 jun. 2022.

HIERARQUIA VIÁRIA OFICIAL DA CIDADE DE BARBALHA. Disponível em: <https://wiki.openstreetmap.org/wiki/Barbalha>. Acesso: 20 jun. 2022.

VISTA PANORÂMICA DA CIDADE DE BARBALHA ATUAL. TripAdvisor.

Disponível em: https://www.tripadvisor.com.br/LocationPhotos-g2344340-Barbalha_State_of_Ceara.html. Acesso: 20 jul. 2020.

NASCIMENTO, Diego Coelho do CHACON, Suely Salgueiro. **Sustentabilidade Na Região Metropolitana Do Cariri – Rmc: Análise A Partir Dos Objetivos De Desenvolvimento Do Milênio – ODMs**. Disponível em: Soc. nat. 28 (3), dez 2016 • <https://doi.org/10.1590/1982-451320160309>. Acesso: 20 jul. 2022.



LANDIM, Antonio Reginaldo. Barbalha esquecida: A história de Barbalha em fatos e fotos. Disponível em: <https://barbalhaesquecida.home.blog/>. Acesso: 13 jun. 2022.

VERISSIMO, L. S., & CAVALCANTE, I. N. As Águas Subterrâneas Do Crajubar, Região Do Cariri - Estado Do Ceará - Brasil. *Águas Subterrâneas*. 2000. Disponível em: <https://aguassubterraneas.abas.org/asubterraneas/article/view/23450>. Acesso 03 jun. 2022.



RESÍDUOS SÓLIDOS E A RESPONSABILIDADE AMBIENTAL SOLID WASTE AND ENVIRONMENTAL RESPONSIBILITY

Elisabeth de Almeida Figueiredo

Centro Universitário Augusto Motta
UNISUAM, PGDL

Lucio Fabio Cassiano Nascimento

Centro Universitário Augusto Motta
UNISUAM, PGDL

RESUMO

Resíduos sólidos é o tema desta pesquisa e o problema consiste no descarte inadequado de resíduos sólidos domiciliares gerados pelo pós-consumo. A justificativa fundamenta-se na dificuldade de conscientização da população para a reflexão e disposição em adotar a mudança de hábitos. O objetivo principal do presente trabalho é o de sensibilizar cidadãos quanto à necessidade do descarte responsável dos resíduos domiciliares para a preservação do meio ambiente. A pesquisa bibliográfica foi adotada como metodologia e destacada a legislação ambiental, artigos e livros em sítios eletrônicos de ministérios e instituições reconhecidas como contribuição para o conhecimento multidisciplinar. Apontou-se a educação ambiental como proposta de solução ao problema pela mudança comportamental.

Palavras-Chaves: cidadania; educação; sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

Desde a revolução industrial iniciada na Inglaterra, no final do século XVIII e um século após no Brasil, a produção industrial estimulou o consumo e este exigiu a necessidade de explorar recursos ambientais de forma acelerada. Entretanto, os recursos do planeta podem se tornar escassos. O modo de produzir com base na obtenção do lucro expandiu a produção de bens e novos produtos como estímulo ao consumismo, que por sua vez, incentiva o desperdício e a poluição do meio ambiente, sob todas as formas. Este é o modelo de economia linear, produção-consumo-descarte. A principal solução contra o colapso ambiental é o equilíbrio entre a sociedade, economia e natureza.

A Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS é a Lei ambiental mais abrangente sobre resíduos sólidos em que a preocupação com os rejeitos gerados, a redução e o reaproveitamento, é o cerne de seus objetivos e tem sido a forma de tratar a necessidade e a responsabilidade de toda a sociedade com os resíduos que produz e o que pode ser reutilizado e reciclado. Em uma dimensão mais ampla da presente pesquisa, destacam-se leis e artigos considerados mais relevantes para o foco educativo proposto no trabalho. O



presente trabalho foi alinhado com alguns dos princípios presentes no Artigo 1º da Lei como os de prevenção, precaução e consumo sustentável (BRASIL, 2010).

Verificam-se que os desafios e obstáculos que restringem a total execução da PNRS estão principalmente localizados na burocracia para acesso aos recursos financeiros e incentivos fiscais concedidos pela União, Estados e Municípios. A burocracia se estende também ao apoio à assinatura dos acordos setoriais à implementação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos – PLANARES (MMA, 2010). A política de Estado garante a redução dos impactos ambientais e o aumento da consciência coletiva sobre a importância do Consumo Racional dos Recursos Naturais. “[...] na apropriação da natureza, há outros mecanismos de poder que promovem a aceitabilidade da exploração territorial, dentre os quais [...] conciliação e harmonia entre exploração capitalista da natureza e preservação ambiental [...]” (ASSIS, 2014, p. 616). Exemplifica-se com as práticas de reflorestamento nas áreas em que atividades foram implementadas.

Alguns autores apontam a elevada dificuldade de se obter os benefícios de um gerenciamento de resíduos sólidos efetivo.

Muito pouco se tem feito em relação ao gerenciamento de resíduos desde 2010. Estes processos são carentes do apoio de ações do Estado, para que nas localidades, onde os resultados sociais e econômicos ainda não surtiram o efeito necessário, o cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos deva prevalecer, garantindo assim a redução dos impactos ambientais e a implantação das políticas e programas que garantam a melhoria das condições de vida, fator ainda crítico nos países em desenvolvimento (SILVA, CHAVES, GHISOLF, 2016, p. 218).

A responsabilidade ambiental é de toda a sociedade, governantes, empresários, pois todos geram resíduos pós-consumo que podem ser recicláveis ou inservíveis. O crescimento demográfico e a disponibilidade de múltiplos produtos para consumo elevam a problemática da destinação e disposição destes resíduos:

[...]devido às mudanças demográficas, ao comportamento do consumidor, à urbanização rápida e ao rápido crescimento da população nos países em desenvolvimento, as decisões são confrontadas com novos e sérios desafios na gestão de resíduos sólidos. Numerosas cidades aumentaram os seus esforços, ao longo das últimas décadas, para encontrar soluções sustentáveis para o problema da gestão de resíduos sólidos (ABDEL-SHAFFY, MANSOUR, 2018, p. 1287).

Acrescenta-se a prática da obsolescência programada ou planejada na contramão da responsabilidade ambiental, uma vez que seu princípio é o de antecipar o fim da vida útil de produtos, envelhecendo-os ou contribuindo com a sua quebra. Esta estratégia visa elevar o lucro das empresas que lançam novos produtos para aumentar o consumo e o crescimento econômico, obviamente, não sustentável. “A atual mentalidade de consumo



“comprar, descartar e comprar novamente” é modelo de produção baseado na obsolescência programada, “criado para ir para o lixo” (ROSSINI, 2017, p. 60).

SUSTENTABILIDADE - AGENDA 2030 E LEIS AMBIENTAIS BRASILEIRAS

Sustentabilidade em seu conceito mais amplo é formado pelos pilares social, econômico e ambiental. Na prática significa a capacidade de cada indivíduo ou grupo de desenvolver atividades que causem, minimamente, impactos negativos em um ambiente. “Sustentabilidade, associada à ideia de meio ambiente, está ligada à forma com recursos naturais escassos serão aproveitados com vistas à manutenção de uma situação de equilíbrio intergeracional” (RIBAS, 2019, p. 240).

A Agenda 2030², concluída em agosto de 2015 pela Organização das Nações Unidas - ONU é composta de 17 objetivos de desenvolvimento sustentável - ODS e 169 metas para o cumprimento até 2030. Além da prosperidade do planeta e das pessoas, busca também promover a paz entre as nações. A erradicação da pobreza é o maior dos desafios, bem como o crescimento da ciência, respeitando o desenvolvimento sustentável. Do conjunto de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que compõem a Agenda 2030 e se sintonizam com o escopo da Política Nacional de Resíduos Sólidos, destaca-se o ODS 11 “tornar as cidades e os assentamentos humanos, inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”. A meta 11.4 é a de proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo que no presente trabalho, trata-se das cidades e centros históricos localizados nos limites da Estrada Real e da própria como patrimônio natural. A meta 11.6 também é mencionada porque dispõe sobre a redução de impactos ambientais negativos per capita das cidades em relação à gestão de resíduos municipais.

A elevada geração de resíduos da sociedade contemporânea originada, principalmente, das atividades industriais e do consumo da população, na era dos produtos descartáveis, é uma grande preocupação mundial, retratada no ODS 12 da Agenda 2030 que visa implementar, em todo o globo, a produção e o consumo sustentáveis, respeitando os recursos naturais e, para isso, eliminar o desperdício. Na legislação brasileira está presente a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 que assegura a harmonia entre o Homem e o Meio Ambiente. A Lei dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente que garante a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

² Agenda 2030 nasceu de um acordo firmado em setembro de 2015, por representantes dos 193 Estados- membros da ONU para seguirem as medidas recomendadas no documento “Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” e a erradicação da pobreza é o maior desafio global.



A educação para o consumo responsável, deve ser exercitada em todos os segmentos da sociedade, acompanhada de uma eficiente gestão dos recursos naturais, prática que também precisa ser adotada e mantida em empresas e na administração pública.

Em relação à meta 12.4 do ODS 12 destaca-se o manejo responsável de todos os resíduos, ao logo dos respectivos ciclos de vida e a diminuição significativa do despejo destes no solo, água e ar a fim de reduzir seus impactos negativos no meio ambiente. A meta 12.5 estabelece a expressiva redução da geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso (ONU, 2015).

Foi elaborado, em 2010, pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA um instrumento legítimo e oficial denominado Plano Nacional de Resíduos Sólidos – PLANARES. As responsabilidades são distribuídas entre o setor privado e a população, que sofre diretamente com os impactos da ausência da gestão pública dos Estados e Municípios. No Brasil, a PNRS, tem estrutura e instrumentos necessários para a correta implantação da gestão de resíduos no país, revelando as características regionais de cada ente federativo.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA desenvolveu diagnósticos setoriais a partir da necessidade do MMA, que auxiliaram na elaboração do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, PLANARES, incluídas as metas do presente até o ano de 2030. O Capítulo 4 do referido plano institui as diretrizes e estratégias por cada tipo de resíduo, da construção civil, resíduos sólidos urbanos, industriais, agrossilvopastoris, de mineração, de serviços de saúde e de transportes.

Nesse sentido, a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, dispõe, dentre outros, o destino dos resíduos e embalagens e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 – Lei Federal do Saneamento Básico envolve um conjunto de serviços dos quais destacam-se a coleta seletiva do lixo e a destinação dos resíduos sólidos.

A Agenda 2030 estabelece que a geração de resíduos e redução da matéria prima primária, devem cair a um nível próximo de zero e a reciclagem e reuso devem fazer parte do cotidiano da vida das pessoas. Diante desta asserção, a Educação Ambiental – EA reúne a adoção de comportamentos gerados pelo conhecimento e valores comprometidos com as alternativas sustentáveis de recuperação e conservação do meio ambiente presente na legislação brasileira, a Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA.

A PNEA é regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 que também prevê os recursos para a EA em seu artigo 3º, inciso I, quando estabelece ao Órgão Gestor “avaliar e intermediar, se for o caso, programas e projetos da área de educação ambiental, inclusive supervisionando a recepção e emprego dos recursos públicos e privados aplicados em atividades dessa área”.



RESÍDUOS SÓLIDOS

No presente estudo, destaca-se a sustentabilidade ambiental cujo foco é a preocupação com a utilização elevada e indiscriminada de recursos naturais na atualidade que consiste em risco de escassez para as gerações futuras.

Segundo o IBAMA pela instrução normativa nº 13, de 18 de dezembro de 2012, entende-se por resíduos sólidos todo material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível (IBAMA, 2012, p. 2).

Atualmente o cenário das mudanças climáticas se apresenta prioritário tanto por parte dos organismos internacionais como nacionais.

Os resíduos sólidos são fontes de emissão de gases de efeito estufa (GEE) pela disposição nos aterros sanitários ou mesmo nos lixões e em áreas utilizadas indevidamente para esta finalidade. A decomposição da matéria orgânica juntamente com algumas substâncias dos variados materiais libera gases na atmosfera que contribuem para o agravamento do efeito estufa. Dentre estes gases destaca-se o gás metano (CH₄), afirma a Associação Brasileira de Empresas de Tratamento de Resíduos - ABETRE e a Fundação Getúlio Vargas – FGV. (ABETRE/FGV, 2009) Frente a esta asserção, a captura do biogás, em aterros sanitários, traz grandes vantagens, pois além de reduzir as emissões dos gases efeito estufa à atmosfera, o memo pode ser aproveitado para a geração de energia, principalmente por se tratar de um gás de grande poder calorífico (VAN ELK, 2007, p. 33).

Os processos produtivos também interferem no clima. A Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 - Política Nacional sobre a Mudança do Clima - PNMC determina diretrizes para a preservação do meio ambiente por todos, sociedade e o poder público, para que possamos preservá-lo para as futuras gerações e para o alcance dos respectivos objetivos, a Educação Ambiental é a principal aliada.

O artigo 5º, inciso XII da PNMC destaca a educação ambiental como uma de suas diretrizes juntamente com capacitação e conscientização sobre a mudança do clima (BRASIL, 2009). Além da iniciativa em especial do Ministério do Meio Ambiente:

cabe assim, aos segmentos não governamentais, às organizações e aos educadores da sociedade civil organizada acessarem e demandarem recursos destinados às mudanças climáticas também para projetos e programas de educação ambiental,



mobilização, capacitação e comunicação que contribuam para o enfrentamento dessa problemática ambiental (BRASIL/MMA, 2017).

A educação ambiental é fundamental para conscientizar todos os setores da sociedade para que soluções sustentáveis sejam disponibilizadas.

As projeções do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013) indicam que a população brasileira atingirá, aproximadamente, 228,4 milhões de habitantes em 2042. Atualmente, cerca de 1,04 kg de resíduos são gerados por hab./dia. Se a geração de resíduos for mantida nesta faixa, serão gerados mais de 31,6 trilhões de toneladas de RSU, no ano de 2042 (NASCIMENTO, 2015, p. 9).

Dentre as soluções, o consumo responsável, conter o desperdício, a correta separação de resíduos enviados para a coleta e posterior reciclagem são atividades antrópicas positivas que mitigam os efeitos do elevado volume de resíduos gerados pela população (MEC/MMA/IDEC, 2005, p. 128).

O volume de geração de resíduos vem crescendo mais do que a taxa de crescimento da população. “Dois fatores fomentam e multiplicam os impactos negativos dos processos produtivos no meio ambiente, o aumento populacional e a intensificação do consumo per capita. De acordo com o Living Planet Report” (MCLELLAN et. al., 2014) (tradução nossa).

Segundo a ABRELPE - Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais o Panorama de Resíduos Sólidos no Brasil (2017/2018) revela que foram geradas 79 milhões de toneladas, em 2018. Desse montante, 92% (72,7 milhões) foi coletado. Significa que 6,3 milhões de toneladas de resíduos não foram recolhidas junto aos locais de geração. A destinação em aterros sanitários recebeu 59,5% dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) coletados: 43,3 milhões de toneladas, um pequeno avanço em relação ao cenário do ano anterior. O restante 29,5 milhões de toneladas (40,5%) foi despejado em locais inadequados, lixões ou aterros controlados, por 3.001 municípios. que não contam com a proteção à saúde das pessoas e o meio ambiente contra danos e degradações (ABRELPE, 2020, p.11).

TIPOS DE TRATAMENTO MAIS USUAIS: MECÂNICO, BIOLÓGICO E TÉRMICO

No Brasil, os aterros sanitários foram planejados, definidos e licenciados para receber o lixo urbano coletado pelas empresas públicas e privadas. O lixo é compactado seguido de uma cobertura de terra, evitando a sua exposição. Todavia, os aterros devem ser considerados a última opção na hierarquia da gestão de resíduos.

A exemplo da legislação da União Europeia para resíduos, globalmente, cada vez mais os resíduos são direcionados para a reciclagem que é um tratamento mecânico. Dentre os países da UE, a Alemanha, Suécia



e Suíça enviam menos de 2% de resíduos urbanos a aterros (AEA, 2014, p. 2). Segundo BNDES (2014, p.48) os Estados Unidos e o Japão também desenvolveram tecnologias de acordo com as necessidades energéticas, materiais e ambientais com base em legislações objetivas, sensibilização social e educação das respectivas nações.

O Artigo 36 da PNRS estabelece ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, observado, se houver, o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, reaproveitar os resíduos reutilizáveis e recicláveis, estabelecer sistema de coleta seletiva, retorno ao ciclo produtivo e implantar sistema de tratamento biológico pela compostagem para RS orgânicos, formas de utilização do composto produzido e dar disposição final ambientalmente adequada aos resíduos e rejeitos.

A separação dos resíduos na origem e a coleta seletiva apresentaram-se como mecanismos fundamentais para a implementação dos processos tecnológicos de tratamento mecânico pela reciclagem, evitando a contaminação do material por outros componentes presentes nos resíduos, de forma que cenários com maiores índices de reciclagem resultam em menores impactos ambientais ao longo do ciclo de vida e, principalmente, em economia de energia (MERSONI, 2017, p. 873).

A reciclagem e a compra de produtos reciclados preservam a vida útil dos aterros que, na atualidade, recebem elevadíssima carga de resíduos inorgânicos, muitos recicláveis ou até mesmo reutilizáveis, o que constitui um desperdício para a economia e meio ambiente. Segundo Lopes e Pompeu (2014, p.83) “a reciclagem prolonga a vida útil dos aterros, pois é um processo que consiste em reaproveitar materiais que seriam descartados e depositados nos mesmos”.

Os recicláveis são constituídos por resíduos sólidos, tais como, papelão, vidro, plásticos de diferentes tipos, isopor, madeira, papel e até mesmo equipamentos, mobiliário, que são descartados incorretamente, juntamente com o lixo doméstico, ao invés de seguirem para as destinações adequadas de acordo com o tipo de material.

A reciclagem de resíduos e as atividades de compostagem devem ser incentivadas, uma vez que esta abordagem é considerada a medida certa para alcançar a sustentabilidade na gestão de resíduos (OGWUELEKA, 2009, p.5) (tradução nossa).

A prática da compostagem é o processo biológico de transformação de resíduo orgânico reutilizável em adubo. Tanto a reciclagem de materiais quanto a compostagem de matéria orgânica são tratamentos que reduzem o volume do que é destinado aos aterros sanitários.

Um dos pontos mais importantes no gerenciamento sustentável é a reciclagem de embalagens, sendo também uma oportunidade de geração de emprego e renda para a população, além de sintetizar vários princípios do que é desenvolver de forma sustentável (LANDIM *et. al.*, 2016, p.5).



É feita por empresas recicladoras que as recebem de cooperativas e associações de catadores, sucateiros e de empresas especializadas em coleta seletiva. Este é o destino correto das embalagens ao invés de serem descarregadas em aterros ou lixões.

Vários países desenvolvidos seguem os padrões mais rígidos adotados no mundo e utilizam tratamento térmico pela incineração como destinação ambientalmente mais adequada para resíduos para os quais a reciclagem ou a compostagem não são tratamentos indicados. No Brasil, parte das indústrias usam o tratamento térmico de plásticos e pneus inservíveis para gerar energia para a produção de cimento (BRASIL/MMA).

O Conselho Nacional de Meio Ambiente através da Resolução CONAMA nº 316, de 29 de outubro de 2002 que dispõe sobre procedimentos e critérios para o funcionamento de sistemas de tratamento térmico de resíduos, em seu artigo 2º, inciso I, considera para fins desta Resolução, que os resíduos provenientes de atividades industriais, comerciais e de serviços de saúde são materiais ou substâncias inservíveis, sem valor econômico, por estarem contaminados por metais tóxicos, agrotóxicos e patógenos. O inciso III considera que Tratamento Térmico: para os fins desta regulamentação é todo e qualquer processo realizado sob a temperatura acima da mínima de oitocentos graus Celsius (MMA/CONAMA, 2002).

A PNRS dispõe sobre as ações a serem tomadas em relação à destinação adequada dos resíduos sólidos. Diante do exposto, e atendendo à PNRS, somente rejeitos devem ser depositados nos aterros sanitários, observando normas operacionais (BRASIL, 2010).

Cabe diferenciar os aterros sanitários de aterros controlados que são terrenos cercados, com acesso controlado, impedindo a entrada de pessoas e animais e dos lixões que são terrenos desocupados, em geral situados na periferia das cidades, onde o lixo é descartado, a céu aberto, atraindo, insetos, baratas, roedores, cobras, urubus, mosquitos, que são vetores de doenças. As populações que residem nas proximidades e os catadores que frequentam estes locais ficam expostos a toda variedade de microrganismos.

Segundo dados do PLANARES, o Brasil ainda possui 2.906 lixões, distribuídos em 2.810 municípios, e 1.310 unidades de aterros controlados, localizados em 1.254 municípios (BRASIL, PLANARES, 2019).

Os dados levantados pelo estudo da ABRELPE mostram que o Brasil investe pouco em infraestrutura e saneamento – uma média de 2,2% do PIB ao ano – e que há espaço para aumentar a participação privada no setor de resíduos sólidos, através de contratos de Parceria Público-Privada (PPP), que permitam soluções de longo prazo, com investimentos em infraestruturas e soluções avançadas (ABRELPE, 2015).



CATADORES DE RECICLÁVEIS

Os catadores de resíduos guarnecem de resíduos reutilizáveis e recicláveis as usinas e empresas recicladoras. Estes materiais retornam, em substituição de matérias-primas, para os respectivos processos produtivos e, conseqüentemente, reduz-se a obtenção de recursos naturais.

O Capítulo 4 do PLANARES institui as diretrizes e estratégias para a inclusão dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. Ressalta-se que o importante trabalho dos catadores de resíduos é reconhecido pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia. A atividade profissional está contida na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, que corresponde à família ocupacional 5192 - Trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável (MT/CBO).

Esta abordagem é necessária para a orientação e treinamento dos catadores no processo de aprendizado em relação às diferenciadas tarefas listadas na CBO, direcionando-os ao amplo exercício profissional. De acordo com essa asserção, existe a necessidade da incorporação dos aspectos culturais e valores dos catadores.

Destacam-se dentre os objetivos elencados pelo Artigo 7º da Lei nº 12.305/2010, a não geração de resíduo; a proteção da saúde pública e da qualidade ambiental; e a valorização do catador (BRASIL, 2010).

Um dos grandes problemas vivenciados, nos dias de hoje, pelos catadores, é a falta de consciência da população que não separa o lixo seco de lixo orgânico. A coleta seletiva, para ser efetiva e segura, é imprescindível uma campanha educacional, bem como uma conscientização ambiental de toda a sociedade.

O Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006 institui a separação dos resíduos recicláveis, descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal, direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis (BRASIL, 2006).

Muitos países têm um significativo potencial inexplorado para aumentar simultaneamente o crescimento econômico e a equidade social, mas ativar o círculo virtuoso do crescimento inclusivo mais pleno exigirá que mudem a sua abordagem para a reforma estrutural (WORLD ECONOMIC FORUM, 2017, p.6).

LOGÍSTICA REVERSA

Redução de recursos naturais como matéria-prima é um ponto importante quando se trata de impactos ambientais. As empresas perceberam a logística reversa como estratégia de elevar o lucro e meio de participarem do mercado cada dia mais competitivo.

A logística reversa foi definida no Art. 3, inciso XII da PNRS como:



Um instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para aproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada (PNRS, 2010).

A Logística Reversa é a área da Logística Empresarial que planeja, opera e controla o fluxo do retorno dos bens ao ciclo produtivo e as informações logísticas correspondentes, do retorno dos bens de pós-venda por defeitos em geral, assistência técnica, legislação, recall. e dos bens de pós – consumo que atingiram o fim de vida útil e obsoletos, como exemplo, os televisores, através dos Canais de Distribuição Reversos (LEITE, 2002).

A logística reversa, seja de pós-venda ou de pós-consumo utiliza processos para economizar recursos naturais com o intuito de proteger o meio ambiente e preservá-lo para as gerações futuras.

Mudanças bruscas no formato de produção, na Divisão Internacional do Trabalho e na programação ambiental, uma vez que visualiza os produtos de consumo no fim da vida útil não enquanto lixo, e sim, como matéria-prima a ser reaproveitada, transformada e reciclada para gerar novos produtos (XAVIER, 2013, p. 236).

Cresce a legislação de proteção ao consumidor final, sobre o retorno de diferentes produtos através da Logística Reversa. Segundo Leite (2012, p.183) torna-se cada vez mais difícil ignorar o fluxo de produtos não consumidos ou com pouco uso que retornam ao longo das cadeias de suprimentos, assim como o de produtos já consumidos que retornam por meio de cadeias reversas especializadas.

ECONOMIA CIRCULAR

A revolução industrial no Brasil começou em meados do século XIX, um século após ter iniciado na Inglaterra, por época da crise do café e os cafeicultores direcionaram seus investimentos para o setor industrial. Desde então, a produção de bens e, conseqüentemente, o consumo se expandiram. A extração de recursos naturais acompanhou a aceleração do consumo acentuado por parte da sociedade. Instalou-se a insustentabilidade baseada na extração crescente destes recursos para a produção de bens e produtos utilizados até serem descartados como lixo.

A economia circular é um princípio de organização econômica que visa dissociar a criação de valor social e econômico do impacto sobre o ambiente, através de uma gestão otimizada dos recursos (água, energia, materiais) utilizados e reutilizados da melhor forma possível, minimizando a produção de resíduos e a necessidade de novas matérias- primas (INSTITUT NATIONAL DE L' ÉCONOMIE CIRCULAIRE, p. 14). Apresenta



como princípio a valorização dos resíduos que se diferencia da abordagem convencional linear “produção-consumo-descarte”. A forma como a reciclagem é empreendida atualmente pouco reduz o descarte de resíduos ao fim de cadeias produtivas, ainda predominantemente lineares com processos pouco eficientes (FOSTER, RODRIGO, IGARI, 2016, p. 8). O gerador de resíduos precisa modificar a ideia de que resíduos são inservíveis, deixando de descartá-los como rejeitos, para considerá-los recicláveis.

O isopor é um exemplo de resíduo circular. Empresas investem em pesquisas, continuamente, quanto a descoberta de novos produtos. A exemplo da Knauf, que a partir do poliestireno não se produz resíduos poluentes com o aproveitamento total do isopor descartado, elimina-se o desperdício desta matéria-prima que retorna à produção (KNAUF, 2020).

As propostas legislativas relativas aos resíduos [...] incluem objetivos de longo prazo para reduzir a deposição em aterros e aumentar a preparação para a reutilização e a reciclagem dos principais fluxos de resíduos, como os resíduos urbanos e os resíduos de embalagens. Os objetivos deverão levar os Estados-Membros a convergirem progressivamente em relação aos melhores níveis de práticas e incentivar o investimento na gestão dos resíduos (EUROPEAN COMMISSION, 2015, p. 2). Os setores da economia se beneficiam da economia circular pela utilização de materiais reciclados, como matéria prima, para a produção de novos produtos. Dessa forma, os recursos naturais são preservados. Segundo Reis e Fernandes (2021, p. 48457) “A empresa que reutiliza resíduos como matéria-prima reduz o número de materiais descartados e minimiza o seu impacto negativo ambiental.”

Enquanto fonte de inovação e permitindo a redução da procura de recursos naturais com a recuperação de resíduos, a Economia Circular abre excelentes perspectivas a serem encaradas pelas empresas como alavanca e motivação para um crescimento com bases sólidas e com futuro, além das vantagens competitivas no contexto de um mercado global altamente dinâmico (LEITÃO, 2015, p. 153).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa bibliográfica apresentada no presente estudo forneceu informações e esclarecimentos importantes que formam um conjunto de aprendizagens, pelo grau da multiplicidade.

Em respeito à legislação, as diretrizes instituídas pelas leis, elencadas neste texto, atribuem à educação ambiental a função norteadora das ações que devem ser praticadas com base nos preceitos legais a fim de atender à ética indispensável ao convívio social e à cidadania.

O sucesso concentra-se, fundamentalmente, no aprendizado que incentiva a mudança de mentalidade e comportamentos. A existência de práticas consistentes por parte de toda a sociedade resultará além da



redução do descarte inadequado de resíduos, também da degradação ambiental, do desperdício e do consumismo. A consciência ecológica deve ser assimilada pelas sociedades humanas. Os impactos ambientais positivos e negativos referentes ao tema resíduos sólidos, recicláveis ou reutilizáveis e rejeitos, devem ser abordados desde a pré-escola para que haja a conscientização espontânea na infância.

Os diagnósticos da atual situação dos resíduos sólidos nos Estados são de responsabilidade dos órgãos públicos e dos municípios respectivos aos Entes Federados, entretanto que a iniciativa privada, sociedades civis e a população possam efetivamente acessar informações com maior transparência e compartilhem as informações, a fim de implementarem ações práticas com maior presteza e rapidez, eliminando a morosidade exacerbada advinda da burocracia, isto é, materializar os objetivos que estão dispostos nas Leis, Decretos, Normas, e todo o acervo que compõe a legislação ambiental atual de forma pró ativa. Contemplar procedimentos para o consumo com soluções sustentáveis trazem benefícios sociais e ambientais e precisam ser adotados.

Por fim, envolver todos os atores na missão de preservar o meio ambiente com o intuito de se obter resultados futuros como o atendimento às necessidades fundamentais, considerando as potencialidades dos sujeitos e as especificidades locais.

REFERENCIAS

ABDEL-SHAFY, H.; MANSOUR, M. S. M. *Solid waste issue: Sources, composition, disposal, recycling, and valorization*. Egyptian Journal of Petroleum 27(2018), p. 1275- 1290. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ejpe.2018.07.003>. Acesso em: 15 de jul. 2020.

ABETRE – Associação Brasileira de Empresas de Tratamento de Resíduos & FGV – Fundação Getúlio Vargas. *Estudo sobre os Aspectos Econômicos e Financeiros da Implantação e Operação de Aterros Sanitários*. 2009. 52 p. Disponível em: <http://abetre.org.br/wp-content/uploads/2019/11/FGV-Aterros-Sanitarios-Estudo.pdf>. Acesso em: 20 nov.2020.

ABRELPE. *Estimativas dos custos para viabilizar a universalização da destinação adequada de resíduos sólidos no Brasil*. junho 2015. 91 p. Disponível em: <https://abrelpe.org.br/download-estimativas-de-custos/>. Acesso em 06 nov. 2020.

ABRELPE. *Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2018/2019*. 52 p. Disponível em: <https://abrelpe.org.br/download-panorama-2018-2019/>. Acesso em: 16 jul. 2019.



AEA - Agência Europeia Ambiental. *Resíduos: um problema ou um recurso?* 2014, 7 p. Disponível em: <https://www.eea.europa.eu/pt/sinais-da-aea/sinais-2014/artigos/residuos-um-problema-ou-um-recurso>. Acesso em: 07 de nov. 2020.

ASSIS, W. F. T. *Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia de capitalismo*. Caderno CRH – Centro de estudos e pesquisas de humanidades, Salvador, v. 27, n. 72, p. 613-627, set./dez. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792014000300011>. Acesso em: 10 jul. 2019.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. *Análise das diversas tecnologias de tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos no Brasil, Europa, Estados Unidos e Japão*. Jaboaão dos Guararapes, PE: Grupo de resíduos sólidos – UFPE, jul. 2014. 184 p. Disponível em: <http://protegeer.gov.br/images/documents/50/7.%20BNDES,%202014.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2020.

BRASIL Decreto nº 4,281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm. Acesso em: 20 nov. 2020.

BRASIL. Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5940.htm. Acesso em 02 dez. 2018.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm. Acesso em: 02 dez. 2018.

BRASIL. Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a [...] o destino dos resíduos e embalagens, [...]inspeção e a fiscalização de agrotóxicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7802.htm. Acesso em 03 dez. 2018.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Disponível



em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L_9795.htm. Acesso em: 04 dez. 2018.

BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece as Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico e cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11445.htm. Acesso em: 03 dez. 2018.

BRASIL. Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm. Acesso em: 03 dez. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 01 dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação/MMA/IDEC. Manual de educação para o consumo Sustentável. 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao8.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. CONAMA – Conselho Nacional de meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 316, de 29 de outubro de 2002. Dispõe sobre procedimentos e critérios para o funcionamento de sistemas de tratamento térmico de resíduos. Disponível em: http://www.mp.gov.br/portalweb/hp/9/docs/rsulegis_12.pdf. Acesso em: 19 nov. 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Fontes de financiamento para a educação ambiental. Brasília- DF, 2017. 192 p. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/publicacoes/educacao-ambiental/category/100-publicacoes-especiais.html>. Acesso em 20 nov. 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Plano Nacional de Resíduos Sólidos, 2020, 187p. Disponível em: <http://consultaspublicas.mma.gov.br/planares/wpcontent/uploads/2020/07/PlanoNacionaldeRes%C3%ADduosS%C3%B3lidos-Consulta-P%C3%BAblica.pdf>. Acesso em 19 nov. 2020.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Classificação Brasileira de Ocupações. Trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável. Disponível em:



<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/ResultadoFamiliaCaracteristicas.jsf>. Acesso em 05 nov. 2020.

EUROPEAN COMMISSION. *Closing the loop – an EU action plan for the Circular Economy*. 2015. Disponível em: [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/? uri=CELEX:52015D C0614](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:52015D C0614). Acesso em: 4 jan. 2020.

FOSTER, A.; ROBERTO S. S.; IGARI, A. T. *Economia circular e resíduos sólidos: uma revisão sistemática sobre a eficiência ambiental e econômica*. ENGEMA-I Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente. Dezembro, 2016. Disponível em: <http://engemausp.submissao.com.br/18/anais/arquivos/115.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2020.

IBAMA. Instrução Normativa nº 13, de 18 de dezembro de 2012. Lista Brasileira de Resíduos Sólidos. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/component/content/article?id=726>. Acesso em: 18 nov. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A população brasileira deverá chegar ao de 228,4 milhões em 2042. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14462-asi-populacao-brasileira-deve-chegar-ao-maximo-2284-milhoes-em-2042>. Acesso em: fev. 2019.

INSTITUT NATIONAL DE L'ÉCONOMIE CIRCULAIRE. Les indicateurs de l'économie circulaire pour les entreprises 2-18. 56 p. Disponível em: https://institut-economie-circulaire.fr/wp-content/uploads/2018/10/2018_indicateurs_economie_circulaire_entreprises.pdf. Acesso em 05 nov. 2020.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Plano Nacional de Resíduos Sólidos: diagnósticos setoriais. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=18253. Acesso em 05 nov. 2020.

KNAUF. Mundo Isopor. ID LAB: O laboratório de inovação da Knauf. 2020. Disponível em: <https://www.mundoisopor.com.br/knauf/id-lab-laboratorio-de-inovacao-da-knauf>. Acesso em 18 nov. 2020.

LANDIM, A. P. M. et. al. *Sustentabilidade quanto às embalagens de alimentos no Brasil*. Polímeros, 2016. 11 p. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/po/2016nahead/0104-1428-po-0104-14281897.pdf>. Acesso em jun. 2019.



LEITÃO, A. *Economia circular: uma nova filosofia de gestão para o século*

XXI. Portuguese Journal of Finance, Management and Accounting, Aveiro, Portugal, v. 1, n. 2, p. 149-71, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/21110/1/Economia%20circular-Uma%20nova%20filosofia%20de%20gest%C3%A3o%20para%20o%20s%C3%A9c.%20XXI.pdf>. Acesso em 13 nov. 2019.

LEITE, P. R. *Logística reversa nova área da logística empresarial*. Revista Tecnológica – maio/2002. São Paulo: Editora Publicare. Disponível em: [http://www.Limpezapublica.com.br/textos/logistica_reversa__nova_area_da_logistica_empresarial_\(1\).Pdf](http://www.Limpezapublica.com.br/textos/logistica_reversa__nova_area_da_logistica_empresarial_(1).Pdf). Acesso em: 20 nov. 2020.

LEITE, P. R. *Direcionadores estratégicos em programas de logística reversa no Brasil*. Revista Alcance, vol. 19, n 2, abr-jun, 2012, p. 182-201 Universidade do Vale do Itajaí Biguaçu, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4777/477748599004.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.

LOPES, A. F. A.; POMPEU, D. S. S. *Benefícios sociais e ambientais da usina de reciclagem e compostagem na cidade de Prata-MG*. Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde, v. 10, n. 19, p. 74 - 85, 17 dez. 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/28443/15782>. Acesso em: 16 nov. 2020.

MCLELLAN, et al. *Accountable Care Around the World: A Framework to Guide Reform Strategies*. HEALTH AFFAIRS vol. 33, no. 9 (2014) p.p. 1507-1515. Disponível em: <https://doi.org/10.1377/hlthaff.2014.0373>. Acesso em: 20 out. 2020.

MERSONI, C.; REICHERT G.A. *Comparação de cenários de tratamento de resíduos sólidos urbanos por meio da técnica da Avaliação do Ciclo de Vida: o caso do município de Garibaldi, RS*. Engenharia Sanitária e Ambiental vol.22 no.5 RJ 2017. p. 863-875. DOI:10.1590/S1413-41522017150351. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/esa/v22n5/1809-4457-esa-22-05-00863.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2020.

NASCIMENTO, V. F. et al. *Evolução e desafios no gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos no Brasil*. Ambiente & Água. Out. /dez. p. 889-902. Out. /dez. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.4136/ambi-agua.1635>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ambiagua/v10n4/1980-993X-ambiagua-10-04-00889.pdf>. Acesso em 13 nov. 2019.



OGWUELEKA, T. C. *Municipal solid waste characteristics and management in Nigeria*. Iranian Journal of Environmental Health Science & Engineering, 2009. pp. 173-180. Disponível em: <http://www.bioline.org.br/pdf?se09026>. Acesso em: 13 de jul. 2019.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. ODS 11 – Tornar as cidades e os assentamentos humanos, inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/9>. Acesso em: 6 out. 2020.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. ODS 12. – Consumo e produção responsáveis. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/12>. Acesso em: 6 out. 2020.

REIS, F. B.; FERNANDES, P. R. B. *A reutilização de resíduos sólidos na economia circular: estudo de caso no mercado de calçadista*. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 7, n. 5, p. 48456-48470, maio 2021. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/29772/23490>. Acesso em: 3 dez. 2021.

RIBAS, L. M.; PINHEIRO, H. *Taxa de resíduos sólidos como instrumento para promoção do Direito Fundamental ao Meio Ambiente Equilibrado*. Revista de Direito Econômico e Socioambiental, Curitiba, v. 10, n. 2, p. 233-260, maio/ago. 2019. DOI: 10.7213/rev.dir.econ.soc.v10i2.23915. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/direitoeconomico/article/view/23915>. Acesso em: 15 out. 2020.

ROSSINI, V.; NASPOLINI, S. H. D. F. *Obsolescência programada e meio ambiente: a geração de resíduos de equipamentos eletroeletrônicos*. Revista de Direito e Sustentabilidade. Brasília, v.3, n.1, p.51–71, Jan/jun.2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2525-9687/2017.v3i1.2044>. Acesso em 10 out. 2020.

SILVA, A. R.; CHAVES, G. L. D.; GHISOLF, V. *Os obstáculos para uma efetiva política de gestão dos resíduos sólidos no Brasil*. Revista Veredas do Direito, v. 13, n. 26, p. 211-234, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18623/rvd.v13i26.691>. Acesso em: 29 nov. 2018.

VAN ELK, A, G, H. P. *Redução de emissões na disposição final*. Rio de Janeiro: IBAM, 2007.40 p. Disponível em: http://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/03-aterro_md1_1.pdf. Acesso em: 17 nov. 2020.



UNIVERSIDADE
SANTA ÚRSULA



SEPEI
USU

Simpósio de Pesquisa, Pós-
Graduação, Extensão e Inovação
da Universidade Santa Ursula

*Agenda 2030 da ONU para o
desenvolvimento sustentável – SEPEI USU*

WORLD ECONOMIC FORUM. Committed to improvind the state of the world. O Crescimento Inclusivo e Relatório de Desenvolvimento 2017. 135 p. Disponível em: http://www3.weforum.org/docs/WEF_Forum_IncGrwth_2017.pdf. Acesso em: 14 jul.2019.

XAVIER, L. H.; CORRÊA, H. L. *Sistemas de Logística Reversa: Criando cadeias de suprimento sustentáveis*. 243 p. 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/HenriqueCorrea5/publication/262911096_Sistemas_de_Logistica_Reversa_criando_cadeias_de_suprimento_sustentaveis/links/5af4b6efa6fdcc0c030af935/SistemasdeLogisticaReversacriando-cadeias-de-suprimento-sustentaveis.pdf. Acesso em: 30 nov. 2018.



A IMPORTÂNCIA DO ECOTURISMO EM ÁREAS DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

Marcos Antonio Diniz

Doutorando no PPGDL-UNISUAM/ SEERJ

Maria Geralda de Miranda

PPGDL-UNISUAM / USU / ICTM

RESUMO

Em todos os grupos humanos, o conhecimento do ambiente e de suas relações é fundamental para a sua manutenção. No passado, conhecer as forças da natureza, os períodos de frutificação e maturação de vegetais e as melhores épocas para a caça eram essenciais para os primitivos humanos. Com o advento da industrialização, as florestas e outros biomas diminuíram significativamente, levando os estados a criarem as áreas de proteção ambiental. Assim, o presente trabalho tem como objetivo elucidar o atual status de execução dos projetos de Ecoturismo nas Unidades de Conservação brasileiras, e, em particular, no estado do Rio de Janeiro, uma vez que tais áreas de conservação devem e podem ser mais bem aproveitadas econômica e ambientalmente.

Palavras-Chaves: APA. Sustentabilidade. Turismo sustentável.

INTRODUÇÃO

A partir das conferências mundiais sobre o meio ambiente, muito se discutiu sobre as alternativas que viabilizariam a sustentabilidade ambiental e, ao mesmo tempo, promoveriam ganhos econômicos. Nessa busca surgiu o conceito de Desenvolvimento Sustentável, que a partir da Conferência RIO-92 foi amplamente incorporados na agenda governamental de diversos países.

Nesse contexto, entre as diversas estratégias elaboradas, o ecoturismo ganhou destaque e se mostrou uma alternativa viável e de grande potencial, principalmente, quando nos referimos ao Brasil, país com muita diversidade e que, em algumas regiões, apresenta-se estruturado para o turismo. A definição de Ecoturismo dada pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, MICT e pelo Ministério do meio Ambiente, MMA (1994) no documento Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, que direciona a implementação de uma Política Nacional de Ecoturismo, é a seguinte: “ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista” (BRASIL, 1984, p. 48), por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas.



Paralelamente a isto, com a aprovação da lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, o Brasil passou a contar com uma rede de Unidades de Conservação, que segundo Spínola (2006, p.50) são espaços ideais e legítimos para a prática do ecoturismo. Isso ocorreu, em parte por serem os espaços que concentram a maior variedade de “atrativos naturais relevantes e biomas/espécies animais preservadas, ao mesmo tempo em que é considerado o lócus de uma exploração sustentável da atividade, tendo em vista a existência de um aparato legal e administrativo que, ao menos teoricamente, assegura limites à sua utilização”.

A regulamentação e unificação das diversas unidades que já existiam, ampliaram ainda mais a capacidade estrutural para o turismo ecológico no Brasil. Adicionalmente, surgiu um novo fator que contribuiu com o aumento da busca por potenciais áreas para o Ecoturismo: o aumento do período livre para as pessoas desfrutarem.

Mas em ralação ao ecoturismo é necessário considerar vários pontos: evitar grandes concentrações humanas; integrar o turismo ao Meio Ambiente mediante arquitetura adaptada; preservar e valorizar o patrimônio natural, histórico e cultural; envolver a participação das comunidades locais; proporcionar a aquisição de consciência pelas populações locais e pelos turistas a respeito da necessidade de proteger as riquezas naturais e do patrimônio. (SCHIAVETTI & FORESTI, 1999. p. 48).

Assim, o presente trabalho tem como objetivo elucidar o atual status de execução dos projetos de Ecoturismo nas Unidades de Conservação brasileiras como um todo e no estado do Rio de Janeiro, em particular, com vistas à elaboração de proposta de intervenção ecoturística no Parque Natural Municipal do Mendanha, no município do Rio de Janeiro.

DESENVOLVIMENTO

PROJETOS DE ECOTURISMO EM UNIDADES EM CONSERVAÇÃO BRASILEIRAS

Para essa avaliação foi utilizada a ferramenta de busca Google Scholar, com as palavras-chave: “ecoturismo” e “unidades de conservação brasileiras” entre os anos de 1979 e 2019, gerando um total de 528 resultados, entre os quais foram selecionados 22 artigos que melhor se adequavam aos objetivos deste trabalho. Observando-se uma ordem cronológica estão destacados a partir daqui os vinte autores escolhidos que pesquisaram o assunto.

O primeiro estudo de caso destacado neste trabalho foi executado por Schiavetti & Foresti (1999) nas Unidades de Conservação de Campos de Jordão, SP. Concluiu-se que, em áreas como o Parque Estadual de Campos do Jordão, a entrada de recursos financeiros já possibilita, em grande parte, a sustentabilidade da Unidade, gerando inclusive possibilidades de trabalho



para a comunidade vizinha à área. A partir desses dados, as autoras deduzem que, o planejamento das Unidades de Conservação federal e estadual brasileiro deveria considerar a crescente demanda turística atual da população brasileira e internacional, criando e implantando novas áreas de conservação para receber o público potencial, visando, através dos recursos gerados, a maximização da conservação de sua alta biodiversidade.

Nas conclusões foram feitas recomendações ao órgão administrador dos Parques Estaduais em Campos do Jordão para realizar amplo estudo para a abertura de parques naturais à visitação, bem como rever as áreas propícias de visitação e determinar o número máximo de visitantes para o caso do Parque Estadual de Campos do Jordão, visando alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável do ecoturismo. Nestes estudos a capacidade de carga e os impactos da visitação devem ser priorizados, visando à principal função de uma Unidade de Conservação, a conservação dos recursos naturais para as futuras gerações.

Treze anos depois, Hirata (2013) fez seu estudo no Parque Estadual de Campos do Jordão e conclui que à época, que os turistas se demonstravam satisfeitos com as áreas de visitação, porém, reivindicavam mais infraestrutura de atendimento e monitores ambientais. Ficou registrado nessa pesquisa que houve empenho dos gestores para o aperfeiçoamento das estruturas ecoturísticas no parque e que resta o enfrentamento da falta de recursos e processos burocráticos excessivos para uma efetiva consolidação dos objetivos conservacionistas da Unidade.

Para Rolim e Ribeiro (2001) que avaliaram as potencialidades do ecoturismo no Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (MG), é possível observar que o parque possui uma paisagem de grande valor, e assim como em outras unidades de conservação brasileiras, necessita de planejamentos ecoturísticos para que possa promover o desenvolvimento de comunidades vizinhas e garantir, assim, maior proteção aos recursos naturais. Para tanto, os autores afirmaram que, seria preciso a participação efetiva da comunidade. No entanto, haveria necessidade de se implantar nos parques, ações que harmonizassem o impacto do ecoturista com o meio ambiente. Para isso, sugeriram que se desenvolvessem ferramentas que auxiliariam nas tomadas de decisão, entre elas destacando um sistema de informações geográficas, que tomem por base dados como paisagem, declividade, classe de solos, classe de vegetação, proximidade de locais estratégicos entre outros, para caracterização e zoneamento de usos. Os autores afirmaram que tal planejamento ecoturístico requer a manipulação dessa grande quantidade de fatores, para se obter, por exemplo, um planejamento das trilhas e dos locais de visitação em função dos dados do ambiente e sua relação com a comunidade.

Em sua tese, Moreira (2008) estudou o geoturismo (que se enquadra no ecoturismo de interesse específico pelos atrativos rochosos) em três Unidades de Conservação: o Parque Estadual de Vila Velha (PR), Parque



Nacional do Iguaçu (PR) e Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha (PE). A autora concluiu que apesar de existirem atrativos geológicos e geomorfológicos relevantes para a realização de atividades educativas, interpretativas e roteiros geoturísticos, o geoturismo poderia ser desenvolvido nas UCs pesquisadas de maneira mais satisfatória. Para tanto seriam necessários incentivos a projetos, capacitação e planejamento adequado para que as atividades ligadas à interpretação do patrimônio geológico aos visitantes sejam realizadas de modo adequado.

Um exemplo de Unidade de Conservação em que há anos (desde a década de 1970) se programam atividades de ecoturismo com certa preocupação com estruturação e planejamento é o Parque Estadual do Turvo no Rio Grande do Sul (MICHAILOVA & MULBEIER, 2008). As autoras fazem nesse estudo uma boa avaliação sobre os diversos usos turísticos no parque como, por exemplo, entrevistas que mostram o interesse dos visitantes em pagamentos pelos serviços ambientais, suas condições educacionais e econômicas, entre outras métricas.

Mesmo sendo a principal área de conservação do município de Derrubadas, ocupando 50% de sua área, e apresentando uma média de 5.000 visitantes por ano, em sua maioria, pagantes o turismo no parque apresenta baixa participação na economia do município. Para as autoras, este fato se dá devido, entre outras causas, a consciência agrícola da população, que, segundo elas, vem aos poucos passando por uma transformação cultural, ou seja, passando de uma consciência agrícola para uma consciência turística, o que facilitaria o entendimento da importância do ecoturismo. Há ainda uma grande demanda pelos serviços do Parque, mas observa-se que os atuais visitantes gostariam de encontrar uma infraestrutura melhor, principalmente relacionada a estradas, sinalização, guias especializados, pessoas qualificadas para dar informações, lazer, melhoria do atendimento na recepção, programas de educação ambiental e construção de hotéis e restaurantes, que são a maior deficiência do município.

Em geral, as informações transmitidas aos visitantes se limitam a sugerir comportamentos que gerem mínimos impactos ao meio ambiente, não havendo informações com conteúdo educativo que possa levar o visitante a interagir mais e melhor com o meio ambiente visitado. Como conclusão, as autoras afirmam que ainda são necessários planejamento e efetivação de programas de educação ambiental para a população em geral, articulações regionais para o fortalecimento de ações conjuntas para o desenvolvimento do turismo, treinamento e capacitação das pessoas envolvidas no turismo, maior divulgação dos atrativos do Parque, construção de hotéis, restaurantes, lojas de artesanato e locais de recreação.

Elas avaliam ainda que, caberia ao poder público implantar uma política de turismo para estimular empreendedores locais a abrirem seus próprios negócios e a criação de cooperativas que possam agregar pessoas e oferecer serviços ao turista fixando os recursos econômicos na



municipalidade. E que, ainda, a otimização dos benefícios econômicos deve estar ligada ao custo ambiental para evitar efeitos negativos sobre o meio ambiente, garantindo que o ecoturismo no Parque se caracterize como o turismo sustentável, ou esteja compatível com a sustentabilidade de ecossistemas dessa unidade de conservação.

Para Cavalcante e Furtado (2011), que estudaram o potencial para ecoturismo no Parque Estadual da Pedra da Boca, localizado no município de Araruna/PB, há necessidade de criação de políticas públicas inclusivas. Os dados e as informações obtidas em seus estudos demonstram que o Parque conta com um potencial natural notável para o turismo, em especial o ecoturismo, porém, precisa-se que sejam desenvolvidas ações efetivas por meio de políticas públicas, para compatibilizar a atividade ecoturística e a preservação do ambiente, ambas pautadas na ótica do desenvolvimento sustentável.

No estudo feito por Santos et al (2011) com chefes de 57 Parques Nacionais brasileiros registrou-se que, para o ecoturismo, as comunidades do entorno dos Parques Nacionais são normalmente esquecidas no processo de concessão e terceirização dos serviços. Defende-se no artigo que a participação destas comunidades é importante na redução das desigualdades sociais e na oferta de serviços de qualidade. O autor concluiu que a cadeia produtiva do ecoturismo para os Parques Nacionais, se bem planejada, permitiria uma maior eficiência na utilização dos recursos naturais e, conseqüentemente, na conservação e na preservação das belezas cênicas e diversidade biológica.

A Área de Proteção Ambiental, APA, do Morro do Urubu, Aracajú (SE), o último grande remanescente de Mata Atlântica do município, foi alvo do estudo de Araújo e colaboradores (2011). Segundo os autores, tal unidade de conservação estava sofrendo com invasões, acúmulo de lixo, erosão, bem como outros problemas resultantes da pressão urbana local. Neste contexto, o ecoturismo poderia se desenvolver como ferramenta para a mitigação desses impactos, gerando renda, desde que se considerasse no seu planejamento suas limitações e possibilidades. Para os pesquisadores a principal limitação seria a ausência de ordenamento territorial. No entanto, as possibilidades sinalizam para o ecoturismo como ferramenta de educação ambiental, aproveitando-se inicialmente da estrutura do Parque da Cidade, bem como uma necessária articulação com as universidades que desenvolvem ações na área.

Bruno e colaboradores (2011) traçaram o perfil de usuários do Parque Municipal Fazenda Lagoa do Nado, na região metropolitana de Belo Horizonte (MG), verificaram que as principais atividades desenvolvidas no parque eram a recreação e as práticas esportivas, além da observação da fauna e flora do parque, demonstrando que nesse caso, os objetivos conservacionistas e principalmente de educação ambiental e formação de



uma consciência ambiental, estavam contempladas nesta Unidade de Conservação.

Ao se debruçar sobre o Monumento Natural da Gruta do Lago Azul em Bonito/MS, Ishihara (2011) observou que a Unidade de Conservação contribuiu com o desenvolvimento econômico do entorno e apresenta um resultado financeiro positivo quanto ao potencial do ecoturismo para financiar tanto o custo da atividade econômica, como à consolidação ou revitalização da Unidade e ainda sua manutenção anual.

Quanto ao resultado econômico constatou-se que o Monumento Natural apresenta uma situação de ganho-ganho no curto prazo, por ter sido retirada do abandono político e institucional e assumida pelo grupo gestor, porém insustentável no longo prazo devido às limitações institucionais e às externalidades ambientais negativas que se acumulam, se intensificam e não são tratadas, pois não são monitoradas; estas são derivadas da exploração econômica pelo município com foco no ecoturismo e no ganho de escala e não na gestão ambiental da unidade.

Souza et. al. (2012), estudando o impacto da criação do Parque Estadual de Biribiri em Diamantina (MG) verificaram sua importância na conservação ambiental e na questão turística, já que o Parque Estadual é citado como o principal atrativo natural para os turistas que frequentam a região. Apesar disso, o parque era ineficaz tanto na sua estrutura humana quanto física. Isso é demonstrado a partir do registro de 50000 visitantes no parque no ano de 2010 e sua total liberdade de ação, sem nenhuma fiscalização o que frequentemente resultou em visitas que não compatibilizavam com os princípios norteadores da conservação da natureza.

Tais turistas ou recreadores tinham por atividade dentro do parque a depredação, os churrascos, a abertura de novas estradas e trilhas, o lançamento de lixo, a coleta ilegal de espécies da flora, a caça, entre outros. Neste sentido, o órgão gestor tem desenvolvido trabalhos de educação ambiental junto aos visitantes da Unidade, tentando atingir tanto moradores como turistas. Porém, estas ações ainda são insuficientes, visto o reduzido número de funcionários, a grande quantidade de atribuição de cada um deles e o grande número de visitantes que a UC recebe periodicamente.

Observando as atividades turísticas desenvolvidas na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, em São João do Tupé (AM), Peixoto (2013) verificou que a comunidade foi capacitada através de formação em atividades turísticas, tais como, guias de turismo, alimentação, artesanato, entre outras. No entanto, a falta de infraestrutura provocada em parte pela falta de investimento governamental e em parte pelo desinteresse da comunidade impediu o estabelecimento de um serviço adequado ao ecoturismo local. A autora afirma que apesar do esforço de formação da comunidade, a mesma não abraçou o turismo como fonte de renda, sobrando apenas uma família que se propunha a liderar as ações turísticas na Unidade.



Entre os diversos problemas ainda referenciados nas Unidades de Conservação relativos ao ecoturismo, dois ganham destaque no trabalho de Lopes e Santos (2014): sua exploração insustentável e a ausência de educação ambiental crítica entre gestores e visitantes que geram em conjunto degradação ambiental das Unidades.

As Unidades de Conservação da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba e Parque Nacional de Superagüí, ambos no Paraná, foram estudados por Betti (2014), que procurou compreender o papel do Turismo de Base Comunitária (TBC) na promoção da sustentabilidade ambiental e econômica das populações locais. Os resultados desse estudo demonstraram que para haver desenvolvimento é fundamental a promoção de justiça ambiental, integrando-se questões sociais às ambientais também na atividade turística, ao contemplar as diferentes formas de acesso aos serviços e benefícios provenientes dos recursos naturais. Assim, o TBC configura-se como alternativa na medida em que privilegia a organização das populações e gera outros benefícios localmente. Nas Unidades de Conservação estudadas, o TBC ainda é incipiente, no entanto, as iniciativas analisadas têm contribuído para a consolidação de múltiplas dimensões: social, cultural, econômica, ambiental e humana e da própria expressão da dimensão simbólica da vida em sociedade, favorecendo o desenvolvimento local. Quanto às perspectivas para o TBC, a gestão do Parque Nacional do Superagüí o está inserindo na elaboração de seu plano de manejo, e a gestão da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba lhe é favorável, todavia não há ações ou planejamento nesse sentido.

Nascimento et al. (2016) em seu estudo na verificação da regulamentação da condução de visitantes às Unidades de Conservação Estaduais (Parques Estaduais) concluíram que há um longo caminho a ser percorrido na criação de normas e procedimentos que incentivem, concomitantemente, a visitação acompanhada de condutores qualificados e a conservação da biodiversidade nessas Unidades de Conservação. Recomendaram, ainda, o maior empenho dos órgãos gestores estaduais na elaboração destas bases legais, promovendo melhorias no desenvolvimento da atividade e na sensibilização da sociedade.

Ao estudarem cinco Parques Nacionais Brasileiros, Fontoura e colaboradores (2016) verificaram, pelo uso da metodologia de Avaliação Rápida e Priorização da Gestão de Áreas Protegidas, que o uso público das Unidades de Conservação não acarretou pressão ou ameaça para a conservação da biodiversidade. Desta forma, o ecoturismo teria potencial para alavancar a economia e o dinamismo regional destas áreas. Concluíram ainda que para manter a biodiversidade com desenvolvimento da economia e uso público, acreditavam ser necessário: 1) funcionários adequados nos parques, incluindo pessoal para fazer cumprir as regras e regulamentos; 2) recursos financeiros adequados; e 3) capacidade de monitorar e limitar o uso público, se necessário.



Botelho e Rodrigues (2016) estudando as iniciativas de base comunitária em Unidades de Conservação buscaram elucidar a prestação de serviços de apoio ao turismo em parques nacionais. As autoras afirmaram que existe um potencial significativo para a inserção de iniciativas de turismo de base comunitária em parques nacionais, uma vez que compatibilizam a inserção socioeconômica com conservação e valorização do patrimônio natural e cultural. No entanto, as práticas de TBC são incipientes principalmente na questão da formalização dos serviços. Segundo as pesquisadoras, o fortalecimento dessas atividades deve passar pela qualificação profissional, facilitação da formalização e surgimento de recursos específicos para os serviços.

Aplicando duas visões de políticas públicas para o ecoturismo, uma no Canadá e outra no Brasil, especificamente no Parque Estadual Turístico Alto do Ribeira (PETAR), Matheus e Raimundo (2017) verificaram que o maior impacto sobre a atividade ecoturística está na aplicação da política de terceirizações, que altera tanto as condições de conservação do ambiente, quanto da conscientização do visitante e do envolvimento da comunidade local. Isso não significa dizer que essa política contribuiu de forma positiva. O principal resultado se apresentou na crise econômica de 2008, que fez as estruturas canadenses de ecoturismo apresentarem uma queda acentuada nos investimentos e ficou para o poder público a resolução desse problema. No entanto, o PETAR vem desenvolvendo tal estratégia e o artigo menciona que este caminho pode impactar definitivamente no futuro do ecoturismo na Unidade de Conservação.

Utilizando-se do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, Canto-Silva e Silva (2017) concluem que um dos fatores que contribui para a estabilidade, na expectativa atual de aumento do número de visitantes aos Parques Nacionais, Estaduais e Naturais Municipais nos últimos 10 anos é a ausência de Planos de Manejo e, até mesmo, da implementação efetiva dos Parques. Porém, mais do que a ausência do Plano de Manejo, outros fatores parecem ser mais determinantes para esta realidade, talvez aqueles relacionados à carência de infraestrutura física e capacidade de gestão dessas áreas protegidas.

Os autores afirmam que se houve incremento de visitantes nesse mesmo período provavelmente reflete o aumento da visitação nos Parques em que a atividade já está consolidada, principalmente em se tratando de Parques Nacionais. Percebe-se também que os Parques Naturais Municipais contribuem de forma significativa com a visitação em Parques, embora não em termos de quantidade de visitantes. Importante conclusão a ser retirada do trabalho desses pesquisadores é o papel protagonista dos condutores locais na condução de visitantes nos Parques brasileiros, que refletem as iniciativas em prol de um turismo ecológico, baseado na inclusão das comunidades do entorno dessas áreas protegidas. Conclui-se, também, que a relação administrativa dos condutores de visitantes com os Parques ainda



não é adequada em todas as unidades estudadas, necessitando a implementação de instrumentos legais que melhor ordenem a atuação desses profissionais. Por outro lado, a organização dos condutores de visitantes em associações, cooperativas e outros coletivos é uma realidade, embora ainda não predomine como forma de atuação nos Parques estudados.

Recentemente Fonseca e colaboradores (2018) ao estudarem a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) da Catedral do Jalapão, TO, verificaram que grande parte dos visitantes da Unidade não sabia que se tratava de uma Área de Conservação, o que poderia levar os visitantes a tomarem medidas que prejudicassem ou danificassem o ambiente natural. No entanto, grande parte deles reconhecia a importância da conservação da área e verificaram que particularmente as instalações e infraestruturas para os visitantes eram equilibradas com o ambiente. Em relação às atividades desenvolvidas pelos ecoturistas estavam as trilhas ecológicas, os banhos de rios e a canoagem. Assim, pode-se perceber que a RPPN Catedral do Jalapão tem buscado cumprir com o papel socioambiental para o qual foi definida, sendo um modelo de sustentabilidade e boas práticas associadas ao ecoturismo. Mostra, também, que com planejamento e boa gestão é possível desenvolver o ecoturismo de uma forma mais sustentável.

Para Barbosa e Campos (2018) nem sempre o turismo feito dentro de Unidades de Conservação se estabelece sustentavelmente. Esse é o caso apontado pelos autores nas Unidades de Conservação instituídas em áreas de pesca do nordeste do estado do Pará. Para eles as incoerências começam com o estabelecimento de UCs sem se levar em consideração a biossociedade tradicional instalada nas áreas. Isso é devido a um olhar deslocado da realidade. Dessa forma não se contempla as demandas reais do local e acabam por comprometer a conservação do ambiente e conduzindo a degradação do ambiente natural e cultural. Nesse contexto, as abordagens sobre turismo dentro de tais Unidades de Conservação são ilusoriamente sustentáveis. A prática é de se instalarem grandes balneários completamente excludentes das populações tradicionais e, ainda que incentivadas pelo Estado, não cumprirem com as diretrizes do ecoturismo. Sendo assim, os autores revelam que o chamado ecoturismo na região estudada não se classifica com ecológico, pois não são práticas que conservam aos atributos naturais e culturais da região.

Paiva (2019) relatou que no Parque Nacional de Anavilhanas, Manaus e Novo Airão (AM), o turismo apresenta números expressivos, no entanto, não há estruturas físicas e de fiscalização suficientes para sua regulação e desenvolvimento. Desta forma pode-se concluir que o ecoturismo no parque vem degradando e afetando os atributos ambientais. Foi demonstrado que as embarcações que conduzem os turistas na região não são fiscalizadas e vem contribuindo para a poluição dos rios. Além disso, como a principal atração da região é o contato com o boto-cor-de-rosa, esses



animais têm sofrido alterações comportamentais significativas. Portanto, recomenda-se que se aumentem os investimentos em estruturas e capital humano para que o turismo se desenvolva e contribua efetivamente na conservação do ambiente. Parte principal do artigo, que contém a exposição ordenada e pormenorizada do assunto tratado.

O ECOTURISMO NOS PARQUES DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Para exemplificar o caso das Unidades de Conservação do Rio de Janeiro são estudados dois artigos de parques que estão inseridos no município do Rio de Janeiro. Eles retratam a situação do ecoturismo nos Parques Nacional da Tijuca e Estadual da Pedra Branca.

Vinagre (2012) descreveu o ecoturismo no Parque Nacional da Tijuca (PNT) e chegou a algumas conclusões sob diferentes aspectos da atividade na unidade. Primeiramente ela verificou que em suas diferentes áreas e diferentes formas de se utilizar o PNT não há ainda uma devida importância, entre os atores do parque, sobre a conservação ambiental, mas já se notariam melhorias, principalmente por aqueles que o conheceram anos atrás e por visitantes nacionais provenientes de estados com menos incentivos para cuidarem de seus parques.

É retratado ainda que o PNT tenha em sua infraestrutura de recepção ao visitante um trunfo, pois ela estaria adequada e possuiria instrumentos para atendê-los de forma plausível. Neste quesito, ainda há melhorias a ser alcançadas, que foram observadas pela autora, tais como, tornar-se bilíngue em suas placas de sinalização; oferecer maior comodidade a seus visitantes, como locais para descanso com estrutura mais confortável; serviços de alimentação e um sistema de transporte interno. No tocante às diretrizes do ecoturismo, o PNT não atenderia a todos os princípios do conceito de turismo sustentável. Isso é notado primeiramente no quesito de envolvimento da comunidade local, que não se mostra participante dos benefícios gerados pelo parque. O segundo ponto é na capacidade de conscientização ambiental dos visitantes. A autora revela que em algumas áreas do PNT houve ação da gestão nesse sentido, no entanto, ainda há carências de informações que permitam uma interpretação do ambiente e sua conseqüente manutenção. A única área onde a autora concluiu como satisfatória em relação às diretrizes do ecoturismo seria na conservação ambiental, já que muitos visitantes se mostraram satisfeitos com a limpeza e estatus de conservação das trilhas, da floresta e da fauna do PNT.

Pellin e colaboradores (2014) estudam a visita pública em Unidades de Conservação urbanas e utilizam como exemplo o Parque Estadual da Pedra Branca. (PEPB). Os autores afirmam que por suas características ambientais e culturais o PEPB apresenta vocação para o ecoturismo. No entanto, a visita ao parque é pouco expressiva e isso resulta diretamente dos poucos investimentos na consolidação da Unidade de



Conservação. Ainda assim, o estudo se deteve em traçar um perfil dos visitantes do PEPB e como resultado verificaram que, os mesmos, conseguem identificar as potencialidades, apontar os principais problemas da área e sugerir soluções que melhorariam o acesso e uso da UC.

O estudo também aponta as potencialidades de uso da comunidade do entorno, principalmente para a recreação. É ainda observado que o estímulo à visitação no PEPB, desde que ordenada, poderia contribuir para a sensibilização de grande número de pessoas, disseminando conceitos sobre conservação da natureza e angariando parceiros em defesa das causas ambientais e proteção desta UC. Além disso, poderia tornar-se uma fonte de geração de renda para a UC e contribuir para o desenvolvimento local, com o estímulo ao fornecimento de serviços aos visitantes.

Na revisão de literatura, visando aprofundar o conhecimento sobre a temática apresentada, serão abordadas questões como a construção do conceito de Educação Ambiental e a inserção do Ecoturismo, bem como o histórico do Parque Natural Municipal do Mendanha.

PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO MENDANHA

O Parque Natural Municipal da Serra do Mendanha, PNMSM, criado pela Lei Municipal n.1958, de 5 de abril de 1993, com área de 1.444,86 hectares, encontra-se totalmente situado no Município do Rio de Janeiro, localizado na borda sul do Maciço do Mendanha, também conhecido como Maciço do Gericinó ou Mendanha-Gericinó, que se apresenta na forma de um maciço montanhoso isolado no ambiente de articulação das baixadas de Sepetiba e da Guanabara.

O objetivo desta Unidade de Conservação é assegurar a preservação de ecossistemas de grande relevância ecológica e beleza cênica representativos do Maciço do Gericinó-Mendanha, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. Coordenadas Geográficas: coordenadas do quadrante Latitude Norte e Longitude Oeste de Greenwich, ponto superior esquerdo: Lat. 22/48/46"S, Long.43/30/55"W, ponto inferior direito: Lat. 22/51/11"S, Long.43/28/49"W.

Com área de aproximadamente 8.500 hectares, esse Maciço abrange as serras de Madureira, Marapicu, Gericinó e Mendanha, nos Municípios do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu e Nilópolis, abrangendo um dos últimos grandes remanescentes de Mata Atlântica da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, Região Sudeste do Brasil.

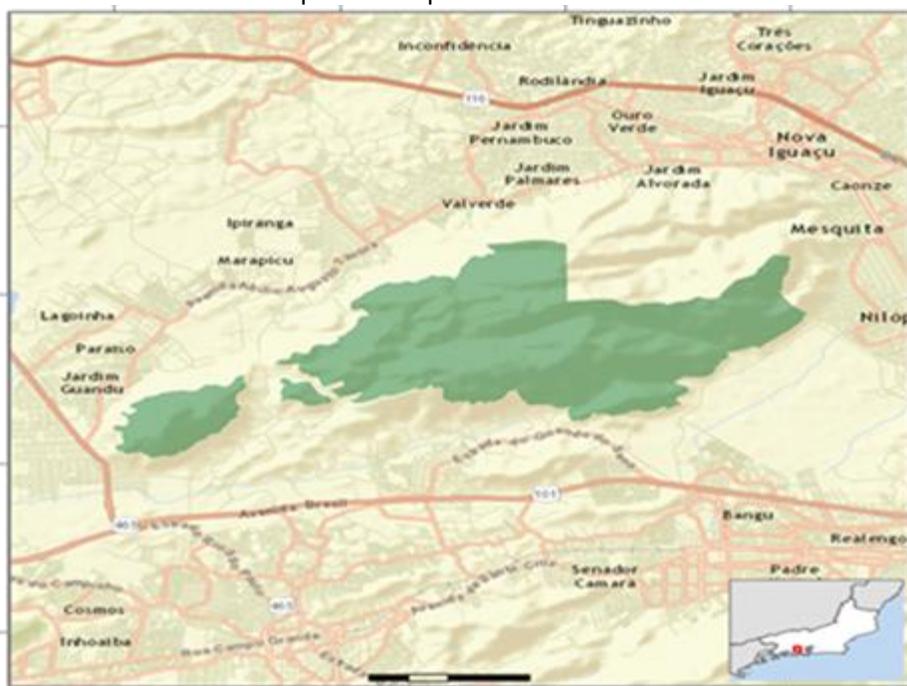
No contexto estadual, segundo a divisão das Regiões Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro, definida pela Resolução n.18 de 15/2/2007 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, a Unidade de Conservação está inserida na Região Hidrográfica V - Baía de Guanabara, que ocupa



5.815,66km² ou 13,3% do Estado. No contexto municipal, o PNM da Serra do Mendanha encontra-se inserido em zona de limites de duas bacias, a Bacia da Baía de Guanabara e a Bacia de Sepetiba, que ocupam 389,5km² ou 31,8% e 491,6 km² ou 40,2% do território do município, respectivamente.

O PNM da Serra do Mendanha está situado no contexto de duas sub-bacias, na sua parte central e oeste na sub-bacia do Rio da Prata do Mendanha, que pertence à bacia de Sepetiba e possui uma área total 76,65km², e na parte leste a sub-bacia do Rio Sarapuí, que pertence à bacia da Baía de Guanabara e conta com uma área total de 38,48km².

Mapa 1 - Parque do Mendanha



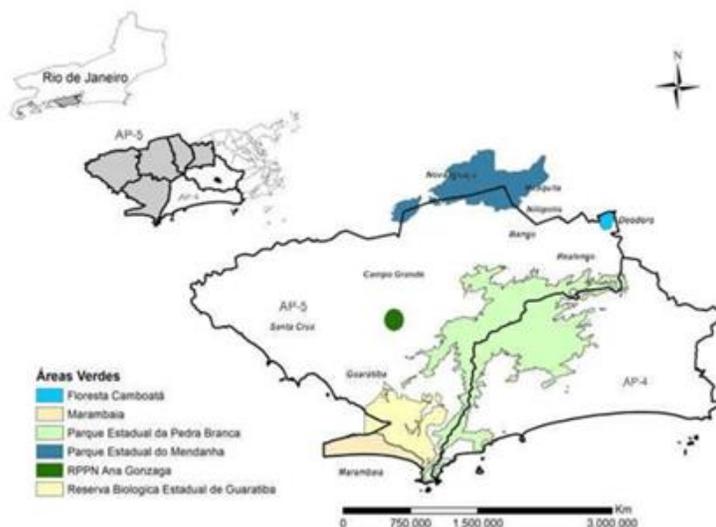
Fonte: Instituto Estadual do Ambiente. (INEA, 2020)

O território do Parque do Mendanha abrange o bairro de Bangu e parte de Campo Grande, ambos integrantes da XVIII Região Administrativa, na Área de Planejamento 5 do Município. A Unidade de Conservação e limítrofe com o Município de Nova Iguaçu. Seus limites correspondem à área a partir de encontro da Estrada do Guandu do Sena (lado par) com a Estrada do Boqueirão seguindo, em linha reta em direção norte, até encontrar a linha de cumeada por esta contornando a Serra do Gericinó e a Serra do Mendanha, até a projeção da linha de transmissão (Nova Iguaçu/Jacarepaguá), seguindo por esta, em direção sul, até encontrar a da



Serra do Quitungo, por esta até encontrar o prolongamento do limite norte do PAL n.38.968, por este limite até a Estrada do Guandu do Sena, por esta até o ponto de partida.

Mapa 2: Parque Estadual da pedra Branca



Fonte: Instituto Estadual do Ambiente. (INEA, 2020)

A gestão do PNM da Serra do Mendanha cabe a Secretária Municipal do Meio Ambiente do Rio de Janeiro, através da Coordenadoria de Proteção Ambiental/Gerência de Gestão de Unidades de Conservação. O acesso a Unidade de Conservação é feito através da Estrada do Guandu do Sena, cujos extremos encontram a Avenida Brasil, respectivamente, na altura da entrada para o bairro de Bangu e na saída da localização de ônibus linha 812 (Campo Grande, Mendanha) percorre a Estrada do Guandu do Sena.

CONCLUSÃO

Pelo que se observou nos estudos elencados no decorrer deste artigo, verifica-se que as APAs trazem melhorias significativas para o ambiente dos territórios onde elas se encontram e, que o ecoturismo, pode e deve ser uma alternativa de desenvolvimento das localidades. De modo que o ecoturismo tem nas Unidades Conservação os requisitos para sua execução de forma plena, que se fundamenta em dois princípios básicos: a proteção dos recursos naturais das áreas visitadas que não poderá ser comprometida, e que as populações vizinhas a essas áreas devem ser envolvidas e beneficiadas pelo ecoturismo (BOO, 1990).



O turismo, ao mesmo tempo em que fortalece a apropriação das Unidades de Conservação pela sociedade, incrementa a economia e promove a geração de emprego e renda para as populações locais. Por outro lado, o desafio consiste em fazer com que o turismo seja desenvolvido de maneira harmônica e integrada para que a atividade não prejudique a manutenção dos processos ecológicos, a diversidade sociocultural, os conhecimentos tradicionais e a conservação da biodiversidade.

A visitação em Unidades de Conservação também funciona como uma forma de incrementar o apoio econômico para a conservação da natureza nestas áreas e potencializar a utilização sustentável dos serviços vinculados aos ecossistemas. E, ainda, trabalhar a educação ambiental.

REFERÊNCIAS

BACCHI, Renato. A educação ambiental no ecoturismo: um estudo de caso no Parque Estadual da Serra do Mar. Núcleo Santa Virgínia, São Paulo: SP. Dissertação de Mestrado. USP. Piracicaba, 2013.

BERNARDES, M.B.J. PRIETO, E.C. Educação Ambiental: disciplina versus tema transversal. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v.24.p.173 -185.2010.

BOITEUX, B.; WENER, M. Planejamento e Organização do Turismo. Rio de Janeiro: Qualimark, 2003.

BORDIGNON, Genuíno. Gestão democrática da escola cidadã. In. Ceará. SEDUC. Novos paradigmas de gestão escolar. Fortaleza: edições. SEDUC, 2005, p. 27-46.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Sistema de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/estudospesq/turismo/sistema_integrado_mercado_turismo_marco_2009.pdf>. Acesso em: 05 jul.2010.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. RAIS/ RAISESTB, 1999 a 2008. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 02 jun.2020.

BRASIL. LEI n.º 9394, de 20.12.96. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, In Diário da União, ano CXXXIV, n. 248, 23.12.96.

BRASIL: DIRETRIZES PARA UMA POLÍTICA NACIONAL DE ECOTURISMO. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo; Ministério



do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal – MICT/MMA. Brasília, 20 de abr. de 1994.

_____: Ecoturismo: Orientações Básicas. Ministério do Turismo. 2ª Ed. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>>. Acesso em 23 de jun. de 2019.

_____: LEI Nº 9.985. 18 de jul. de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

BUENO, F. Protti; Pires, P. dos Santos. IV SeminTUR. Ecoturismo e educação ambiental: possibilidades e potencialidades de conservação da natureza. Universidade de Caxias do Sul. Caxias do S Sul, RS. 7 e 8 de Jul. de 2006.

BLACK, R. & Weiler, B. (2005). Quality assurance and regulatory mechanisms in the tour guiding industry: A systematic review. *Journal of Tourism Studies*, 16 (1), 24–37.

CARVALHO, P. J. O. Condução de grupos no turismo. São Paulo: Chronos, 2003.

_____. O. Formação do Guia de Turismo: Do ensino médio à universidade. In Trigo, L. G. G. (Ed.) *Análises regionais e globais do turismo brasileiro* (pp. 245-256). São Paulo: Roca, 2005.

COSTA. H. Destinos do Turismo: percursos para as sustentabilidades. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

COSTA. P. Ecoturismo. São Paulo: Aleph, 2002.

COSTA, P. da S, COSTA, D. S.; SANTOS, S. de L.; BARRETO, N. P. Horta vertical: conscientização ambiental na Escola Estadual de Ensino Fundamental de Catolé de Baixo, Catolé do Rocha - PB. In CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA E ENSINO EM CIÊNCIAS. Campina Grande, PB. Anais... Campina Grande: CONAPESC, 2016.v.5.

DANTAS, M. M. M.; MARTINS, J. G. S.; SOUZA. D. de M.; GUIMARÃES, M. L. C.; SILVA, E. A. da. A importância da educação ambiental no amplo escolar. *Cadernos de Agroecologia*. v.10, n.3, 2015.

DELAZARO, Walter; BARBIERI, José Carlos. Geração de empregos e preservação do meio ambiente: o grande desafio. *RAE – Revista de*



Administração de Empresas, vol. 34, nº 6. 1994. Disponível em: <<http://www.fgv.br/artigos/revista-rae-vol-34-num-6-1994-nid-43507>>. Último acesso em: 10 de jun. de 2019.

FREITAS, Wladimir Passos de: A Constituição Federal e a Efetividade das Normas Ambientais. 3 Ed. São Paulo. Revista dos Tribunais, 2005. p. 263.

GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação. Porto Alegre, Ed. Artes MGesser, V. (2013). Currículo e novas tecnologias no ensino superior: avanços, desdobramentos, implicações e limites. In Ruschmann, D. M. & Tomelin, C. A. (Orgs.) Turismo, ensino e práticas interdisciplinares (pp. 161-172). Barueri, SP: Manoleédicas, 2000.

RAPOSO, A. (2004). Turismo no Brasil: Um guia para o guia. São Paulo: Ed. Senac Nacional.

TELES, R. Turismo e meio ambiente ou turismo da natureza? Alguns apontamentos para organização dessa modalidade. in: TELES, R. Turismo e meio ambiente. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 03 – 20.

WEILER, B. & Black, R. Nature, heritage and interpretive guide training. In _____. Interpreting the Land Down Under: Australian Heritage Interpretation and Tour Golden, CO: Fulcrum Publishing, 2003.

_____. Tour Guiding Research: Insights, Issues and Implications. Bristol, Bufalo, Toronto: Channel View Publications, 2015.



RESGATE DA MEMÓRIA DA COMUNIDADE DO MORRO AZUL: VÍDEO “EU E O MORRO AZUL”

Cíntia Mariza do Amaral Moreira¹

Universidade Santa Úrsula, Brasil

Mestrado de Gestão do Trabalho para a Qualidade do Ambiente Construído

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Núcleo da Imagem em Movimento – NIM / EBA / UFRJ

Marcos Francisco Linhares²

Mestrado de Gestão do Trabalho para a Qualidade do Ambiente Construído

Projeto Ambiente construído, arquitetura e arte

Universidade Santa Úrsula, Brasil

Mauro Guarany³

Mestrado de Gestão do Trabalho para a Qualidade do Ambiente Construído

[in memorium]

Universidade Santa Úrsula, Brasil

RESUMO

A Comunidade Morro Azul, localizada no Flamengo, na cidade do Rio de Janeiro, surgiu em 1920. A favelização do local começou em 1940, com cerca de 15 barracos. A partir de 1950, aparecem barracos de madeira. Um padre chegou em 1952 e passou a atuar regularmente na comunidade. Com o incêndio de 1957, 1.000 moradores ficaram desalojados. Entre 1957 e os anos 1970 foram realizadas várias obras na comunidade como a construção de um prédio de 5 andares, para abrigar as famílias desalojadas e a construção da caixa d'água situada no topo do Morro. Durante os anos 1970, o padre passou fazer um trabalho de 'urbanização'. Durante a primeira década de 2.000 foram realizados convênios com a Prefeitura da Cidade Rio de Janeiro o que fez avançar a urbanização, a partir do projeto Bairroinho, no bojo do projeto Favela / Bairro empreendido pela prefeitura carioca. Ubirajara Rodrigues, antigo morador, produziu um vídeo de 34 minutos em 2011, sobre a história da Comunidade do Morro Azul, no qual esses fatos são narrados e documentados, em quatro etapas do desenvolvimento da comunidade. Nossa inspiração teórica parte de Nora (1993) e das noções de história e memória propostas por este pensador francês. Nosso objetivo, depois de pontuar as ações comunitárias relatadas, é de um lado, relacionar elementos da visualidade presentes no vídeo, de outro, identificar o papel do vídeo no resgate da memória local.

Palavras-Chaves: Comunidade do Morro Azul Rio de Janeiro Brasil. Urbanização de favelas. Comunidade e visualidade. História e memória.



INTRODUÇÃO

O local onde hoje está situada a Comunidade⁴ do Morro Azul, localizada nas imediações da R. Paulo VI, no bairro do Flamengo, na cidade do Rio de Janeiro, com 25.680 metros quadrados⁵, começou a ser ocupado na segunda década do séc. XX, segundo Carlos Nelson Ferreira dos Santos.

As primeiras pessoas que chegaram foram uns pretos de Cabo Verde, que, por volta de 1920, se estabeleceram no cocuruto do Morro, com a licença dos proprietários de uma casa na Rua Marquês de Abrantes (Santos, 1981, 96).

Desde então houve diversas transformações na visualidade desta comunidade. A favelização do local começou em 1940, com cerca de 15 barracos, em terrenos do INPS e só depois “passou a entrar muita gente” (Ferreira dos Santos, 1981, p.96). Com a população estabilizada em 1950, a paisagem da encosta florestal deu lugar, gradualmente, a barracos de madeira e à “criação de animais junto às moradias” (Ferreira dos Santos, 1981, p.96). Dois eventos marcaram os anos 1950: a chegada de um padre e um incêndio. “Esse padre apareceu pela primeira vez em 1952, levado pelo pároco da igreja próxima” (Ferreira dos Santos, 1981, p.96) e passou a atuar regularmente na comunidade. Com o incêndio de 1957, “os barracos de madeira arderam com facilidade, deixando um saldo de 47 famílias desabrigadas” (Ferreira dos Santos, 1981, p.96). Em razão da catástrofe, as 220 famílias totalizando cerca de 1.000 moradores, resultado de 20 anos de assentamento, os “de dentro”, tornaram-se “visíveis” para os “de fora”.

Nesta comunicação consideramos os “de fora” de um lado, genericamente como a sociedade civil no sentido amplo, e de modo específico, como os diferentes atores da sociedade civil organizada, voltada para ações sociais em defesa da permanência dos moradores da Comunidade do Morro Azul em seus locais de moradia.

Entre 1957 e os anos 1970 foram realizadas várias obras na comunidade dentre elas a construção de um prédio de 5 andares, para abrigar as 47 famílias desalojadas, com o apoio de D. Helder Câmara, então bispo do Rio de Janeiro e a construção de uma caixa d’água situada no topo do Morro (Rodrigues, 2013).

Durante os anos 1970, o padre passou a fazer dois trabalhos, com o financiamento de agências externas, algumas católicas, aos quais chamava de ‘urbanização’:

O primeiro referia-se ao consumo coletivo urbano e dizia respeito a toda a população do morro: abertura de ruas; racionalização do esgoto; melhorias no abastecimento de água; limpeza de valas; recolhimento de lixo. O segundo,



exclusivo para os participantes do plano, visava substituir alguns barracos por casas de alvenaria, dotadas de 'comodidades': água corrente interna; instalações sanitárias; luz elétrica; mais espaço (Santos 198, 129).

Em 2004, no período de implementação do Centro Municipal de Assistência Integrada (CEMASI) Dr. Luiz Lima, foi realizado um diagnóstico da região, a fim de se obter um perfil da comunidade partir de dados do censo de 2.000. Nele constou um levantamento de dados sobre os domicílios e suas características: tipo, condição de ocupação, número de moradores e infraestrutura (água, esgoto e coleta de lixo). Com relação à população, constatou-se o número de 1.213 habitantes, moradores de 332 domicílios, com a predominância de residências do tipo “casa” (Noos, 2004). Um diagnóstico inicial foi complementado por estudo focal, no qual foi identificado ser o lixo um dos principais problemas na comunidade:

Outro problema percebido e destacado no grupo foi o relativo ao lixo na comunidade. Tal questão chamou a atenção dos pesquisadores porque os dados censitários mostram que no Morro Azul há coleta pública regular de lixo. Foi então explicado pelos(as) entrevistados(as) que a coleta, apesar de sistemática, não é diária e pressupõe o transporte do lixo das casas até as cinco caçambas existentes. Neste trajeto muito lixo é depositado em locais não apropriados ou simplesmente é atirado ao chão por transeuntes entrando ou saindo da comunidade. Menção foi feita também ao descarte de lixo pelas janelas dos apartamentos do prédio situado na entrada da comunidade, e que, igualmente, é parte dela (Noos, 2006).

Contato da USU com o Morro Azul

O contato da USU com o Morro Azul estreitou-se em meados dos anos 2010. No dia 03 de setembro de 2016 com a presença do coordenador do Grupo de Pesquisa Avaliação e Adequação da Qualidade do Ambiente Construído (GPAQAC) da Universidade Santa Úrsula (USU), Hilton Esteves Berredo, e de membros da equipe, aos quais incluía-se a pesquisadora Cíntia Mariza do Amaral Moreira (Cíntia Moreira) foi realizada uma visita à Comunidade do Morro Azul.

Os visitantes foram recebidos na Associação de Moradores por Bruno Figueiredo de Castro, Vice-Presidente da Associação de Moradores, e por Ubirajara Rodrigues, historiador, artista e líder comunitário.

Ao longo do ano 2016 foram mantidos contatos de aproximação entre a USU e a Comunidade do Morro Azul e depois firmado um convênio entre a USU e a Associação de Moradores do Morro Azul.



Esta comunicação se insere no bojo do projeto de pesquisa “Ambiente construído, arquitetura e arte” como resultado do estreitamento de laços entre a USU e os agentes comunitários “de dentro” do Morro Azul.

O trabalho, antes mostrado no evento AVANCA Cinema 2017, em Portugal, em versão preliminar, foi revisto e ampliado.

MÉTODOS

Estudo de matiz qualitativa e exploratória. Pretendeu-se indicar transformações na visualidade da comunidade do Morro Azul a partir do vídeo “Eu e o Morro Azul” (Rodrigues, 2011). Levou-se em consideração elementos de história e memória apresentados no vídeo.

Vídeo “Eu e o Morro Azul” (Rodrigues, 2011), história e memória⁷

O vídeo “Eu e o Morro Azul” pontua 4 etapas de desenvolvimento da Comunidade do Morro Azul, localizada no bairro do Flamengo, na cidade do Rio de Janeiro aos olhos dos roteiristas José Rodrigues, por duas vezes presidente da Associação de Moradores do Morro Azul, e, seu irmão e colaborador Ubirajara Rodrigues diretor, produtor e editor do vídeo.⁴

Os dois minutos iniciais do vídeo fazem uma caracterização histórica a partir do século XIX. São apresentados os primeiros tempos do Morro Azul introduzidos pela explicação de como a pedreira existente no século XIX e fronteira com a então chácara do Palácio Isabel, hoje Palácio Guanabara, atual sede do Governo do Estado do Rio de Janeiro foi cortada para encurtar caminho entre os bairros do Flamengo e Laranjeiras e o bairro de Botafogo. Em seguida o vídeo refere à chegada e às primeiras ações do Padre Paulo Riou (Padre Paulo). Esta parte inicial utiliza como fio condutor um texto narrado em “off” por Ubirajara Rodrigues, e, combinado com uma sequência de imagens de época, ilustrativas da região no século XIX; dos barracos e moradores nos anos 30 e 40; bem como das primeiras ações de organização da comunidade, com a presença do Padre Paulo.

Após cerca de 2 minutos de vídeo há um corte para o depoente José Rodrigues apresentar breve relato biográfico como morador nascido na comunidade em 1957, 20º filho de um casal de imigrantes nordestinos de Pernambuco. Os pais encontraram trabalho no Rio de Janeiro, a mãe como lavadeira e o pai como porteiro. José Rodrigues nasceu no ano do incêndio e mostrou uma foto do barraco onde nasceu.

Após cerca de 5 minutos de vídeo há um corte para apresentar o prédio construído após o incêndio de 1957 e a reforma que estava sendo concretizada pela CEHAB no prédio cerca de 50 anos depois.

Após cerca de 6 minutos de vídeo inicia a narração das 4 etapas de desenvolvimento da comunidade, entremeada por imagens de fotos, artigos de jornal da grande imprensa e de jornal local, bem como fotos da construção



de casas, ruas, caixa d'água, prédio da associação de moradores, como também da situação da comunidade ao longo do tempo, até 2011. Somaram-se às imagens estáticas, documentos audiovisuais como pequenos filmes, arquivos power point, alguns com gráficos ilustrativos com a evolução de índices, como o de mortalidade infantil.

Ao entrarmos em contato com a rica documentação apresentada através do vídeo, inspiramo-nos no pesquisador Pierre Nora para pensar o binômio história e memória, pois Nora opõe história à memória vivida por um indivíduo num grupo:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento (...) A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais (Nora, 1993, 9).

A partir de Nora aproximamos o depoimento de José Rodrigues ao campo da memória. Este depoimento biográfico inicia com memórias locais recolhidas de familiares e outros moradores relativas aos primeiros anos de ocupação do Morro Azul, de sua infância e juventude no local e conclui com memórias de suas duas gestões como presidente da associação de moradores local.

Estas memórias são pontuadas por documentos históricos por ele selecionados e referidos. Os documentos iconográficos apresentados no vídeo, oferecem mais de duas centenas de imagens da comunidade, as quais nos colocam em contato com a visualidade da comunidade em cada período.

RESULTADOS

Historiou-se situações significativas para a comunidade ao distinguir ***Etapas do desenvolvimento da comunidade a partir do vídeo e Morro Azul e visualidade.***

Etapas do desenvolvimento da comunidade a partir do vídeo

O vídeo refere à chegada dos primeiros moradores em 1920 e indica, etapas progressivas de 'desenvolvimento' do local:

Em primeiro lugar menciona a etapa de "ocupação", ocorrida de 1920 a 1950, período em que havia "casas de madeira" e "criação de animais";

Em segundo lugar alude à etapa de "humanização", a partir da chegada do Padre Paulo, em outubro de 1951, à Paróquia Santíssima Trindade e entrada na Comunidade do Morro Azul em 1952: "A primeira coisa



que fiz quando cheguei foi ir de barraco em barraco para conhecer cada família, tomava nota de tudo.” (Rodrigues, 2011, 19:29)

Estimulador do início da organização dos moradores, o padre apoiou em 1954 a criação do Comitê de Moradores da favela Morro Azul, o qual empossou o Sr Júlio Marinho como primeiro presidente.

O vídeo menciona que o padre estimulou também do movimento de escotismo, com o objetivo de desenvolver a consciência cívica e o amor à natureza, além de formar lideranças (Rodrigues, 2011, 8:40), o que resultou posteriormente no fato de todos os presidentes da Associação de Moradores serem advindos do escotismo; segundo o vídeo, o padre estimulou também o Grupo Jovem, dedicado ao teatro, e à formação cultural e comunitária, em prol do desenvolvimento de lideranças sociais e comunitárias locais (Rodrigues, 2011, 9:25).

O vídeo dá notícia que no ano de 1957 ocorreu a tragédia do incêndio de mais de 100 barracos que desalojaram cerca de 45 famílias da comunidade. Refere que para reassentar as famílias desalojadas, houve a construção de um prédio, com o apoio de D. Helder Câmara e da Fundação Leão XIII. Menciona que esta construção foi concluída em 1961;

Em terceiro lugar relata a etapa de “urbanização” ocorrida entre 1962 e 1998. Alude à construção de cerca de 350 casas de alvenaria de 48m² e outras edificações como Igreja e creche, caixa d’água para 41.000 litros, além do campo de futebol, e, construção de ruas.

Estas ações foram feitas em regime de mutirão e contaram com o apoio financeiro de entidades religiosas católicas e da Fundação Inter-Americana.

Houve também neste período, segundo o vídeo, a construção da sede da Associação de Moradores, com o objetivo de abrigar consultórios médicos e dentário, além dos serviços administrativos da comunidade. Os equipamentos desses consultórios foram doados pelo Lyons Clube. O vídeo alude ao médico Dr Felix, voluntário que se dispôs a trabalhar no local. Ele construiu a farmácia e conseguiu doadores de remédios a partir do convênio com o posto de saúde da Rua Silveira Martins. Com o convênio com a Noel Nutels, conseguiu a possibilidade dos moradores fazerem exames gratuitos (Rodrigues, 2011, 15:39).

Em quarto lugar o vídeo alude à continuação da urbanização com a construção de 15 casas complementares ao projeto anterior.

Nesta etapa, segundo o vídeo, foram também realizados convênios com a prefeitura. Esses convênios foram firmados com a Secretaria Municipal de Urbanismo, para a concretização do Projeto Bairro. Resultaram na construção da nova caixa d’água com 61.000 litros, localizada na área “João Fortes” e na pavimentação da via antiga, com acréscimo, a fim de permitir o acesso à comunidade por carro, possibilitando a chegada do serviço público de limpeza urbana.



Segundo o vídeo, é também desta época o convênio com a Secretaria Municipal de Assistência Social para a construção do Centro Municipal de Assistência Municipal Integrada (CEMASI) Dr. Luiz Lima. Além disto foi feita a delimitação da área de ocupação da comunidade acompanhada da retirada de invasores.

O vídeo prosseguiu apontando a colaboração da empresa de limpeza urbana COMLURB para viabilizar a retirada de 30 caminhões de entulho e, a partir do convênio entre a Associação de Moradores do Morro Azul e a Secretaria de Meio Ambiente, o reflorestamento de uma área de 1.500 m² na encosta voltada para a Rua Paulo VI.

Segundo o vídeo este período marcou a chegada do governo à comunidade. Antes da existência do projeto do Bairrinho, a comunidade só conhecia a presença do governo através da violência a que eram submetidos, pela ação de agentes da Polícia Militar (Rodrigues, 2011, 25:24).

Neste período foi realizado também um projeto administrativo autossustentável com a intenção de permitir o custeio de despesas básicas da Associação de Moradores, com a construção de 13 lojas e 1 estacionamento em área de propriedade dela (Rodrigues, 2011, 29:56).

Morro Azul e visualidade

A seguir sugerimos *Elementos de Visualidade e Sequência de imagens*.

Neste momento nosso interesse consiste meramente em mencionar as imagens observadas num primeiro contato com o vídeo. Posteriormente avançaremos com a identificação criteriosa, o que demandará pesquisa mais aprofundada.

Em *Elementos de Visualidade*, a partir linha do tempo, estão presentes diferentes períodos da vida da Comunidade. *Sequência de Imagens*, em forma de lista, distingue foto, desenho, filme, planta, quadros ilustrativos, documentação da grande imprensa e da imprensa local. A sequência de imagens listadas, sem o compromisso de totalizar as imagens apresentadas, tende a acompanhar a narrativa do filme.

Elementos de visualidade

- Documentação iconográfica anterior ao corte da pedra e durante o corte da pedra que deu origem à Rua Pinheiro Machado;
- Documentação iconográfica de barracos de madeira do Morro Azul e panorama da comunidade entre os anos 1920 e 1940;
- Documentação iconográfica de barracos de madeira do Morro Azul e panorama da comunidade nos anos 1950;
- Documentação iconográfica sobre o incêndio de 1957;



Documentação iconográfica sobre atividade associativa entre 1950 e 1970;

Documentação iconográfica sobre a construção do prédio de 5 andares finalizada em 1961;

Documentação iconográfica pré-urbanização dos anos 1970: valas, acessos, casas;

Documentação iconográfica da urbanização dos anos 1970: ruas, escadas, casas, edificações comunitárias;

Documentação iconográfica da urbanização dos anos 2000: Caixa d'água de 61.000 litros, edificações comunitárias, retirada de entulho, reflorestamento;

Sequência de imagens

Imagens anteriores ao corte da pedra que deu lugar à Rua Pinheiro Machado, séc XIX;

Imagens relativas ao corte da pedra que deu lugar à Rua Pinheiro Machado;

Imagens de barracos de madeira do Morro Azul entre os anos 1920 e 1940;

Imagens de panorama da comunidade entre os anos 1920 e 1940;

Documentação da grande imprensa sobre o incêndio dos barracos em 1957;

Documentação fotográfica sobre o incêndio dos barracos em 1957;

Fotos da construção de prédio de 5 andares;

Fotos da reforma de prédio de 5 andares nos anos 2000;

Panorama do Morro antes da urbanização dos anos 1970: valas, escada, acessos;

Imagens da atividade associativa antes de 1970;

Panorama da urbanização de 1970;

Construção de rua nos anos 1970;

Construção de casas nos anos 1970;

Inauguração de caixa d'água de cerca de 40.000 litros nos anos 1950;

Construção de caixa d'água de 61.000 litros;

Panorama de praça próximo à caixa d'água de 61.000 litros;

Construção de sede da Associação de Moradores;

Instalação do Centro Comunitário;

Instalação do consultório médico e dentário;

Visita de Padre Paulo à comunidade;

Construção de Creche;

Imagens panorâmicas da urbanização dos anos 2000;

Imagens da retirada do lixo e do entulho pela COMLURB;

Imagens comparativas antes e depois da urbanização dos anos 2000;

Plantas de 48m² das casas construídas na urbanização de 1970;



Quadro ilustrativo da evolução de índice de mortalidade;
Subida do caminhão de lixo da COMLURB anos 2000; e
Panorama da comunidade em torno de 2010.

CONSIDERAÇÕES

A partir do apresentado no vídeo, podemos inferir, ter sua produção funcionado como detonador, de um lado, da sistematização de fontes documentais, especialmente iconográficas; de outro, da construção de uma narrativa memorialística linear, das diferentes ações sociais e comunitárias conhecidas e relatadas pelo depoente José Rodrigues, bem como indicadas no roteiro criado por ele e seu irmão Ubirajara Rodrigues.

A sistematização de fontes documentais e a narrativa memorialística provavelmente ocorreram na pré-produção e durante a produção do vídeo.

Gostaríamos aqui de sugerir a possibilidade futura de se disponibilizar estas fontes documentais e de ampliar as referências memorialísticas com outros depoentes, a partir do convênio da Associação de Moradores do Morro Azul com a USU. Este é o encaminhamento que desejamos dar a nosso projeto “Ambiente construído, arquitetura e arte, subprojeto Morro Azul”.

Notas finais

1 Cíntia Mariza do Amaral Moreira é graduada em Design pela Escola Superior de Desenho Industrial, ESDI, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1979). Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1996). Doutora em Educação, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2004). Doutora em Artes Visuais pela Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro (2015). Professora da Universidade Santa Úrsula, atuando no Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho para a Qualidade do Ambiente Construído MPGTQAC e no curso de Arquitetura da instituição, no qual ministra disciplinas no campo da História da Arte. Tem experiência na área de Artes, com ênfase em História da Arte, bem como nas de Design e de Educação. Tem apresentado comunicações e publicado artigos nos campos em que atua. Lider do Projeto de pesquisa: Ambiente construído, arquitetura e arte. Pesquisadora do Núcleo de Imagem e Movimento (NIM EBA/UFRJ).

2 Marcos Francisco Linhares é graduado em Engenharia Elétrica com Ênfase em Telecomunicações pela Universidade Santa Úrsula, Rio de Janeiro (2004). Mestre pelo Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho para a Qualidade do Ambiente Construído MPGTQAC (2017). Possui Especialização em Novas Tecnologias da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ (2012) e curso Técnico em Eletrônica pelo



Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, CEFET-MG (1995). Foi Professor da Universidade Santa Úrsula, atuando na graduação do curso de Engenharia Elétrica, no qual ministrou a disciplina Circuitos Elétricos. Tem experiência de mais de 20 anos na área de telecomunicações e em ambientes de Tecnologia da Informação, atuando no momento na empresa Oi.

3. Francisco Mauro Halfeld dos Guarany (Mauro Guarany) foi graduado em Arquitetura pela Faculdade Nacional de Arquitetura atual Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UFRJ (1961). Mestre pelo Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho para a Qualidade do Ambiente Construído MPTQAC (2017). Extensão em Curso de Urbanismo e Planejamento Urbano, 1972 / 73. Arquiteto Autônomo desde 1969. Arquiteto aposentado pelo do Serviço Social da Indústria, Departamento Nacional. Arquiteto e consultor para assuntos de Arquitetura e Artes Plásticas do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. Membro externo do Forum Cultural da Rocinha. Foi Professor da Universidade Santa Úrsula, atuou na graduação do curso de Arquitetura, no qual ministrou disciplinas de Projeto. O arquiteto veio a falecer em 2021.

4. Optamos por utilizar o termo comunidade por ser o modo os moradores se referirem ao local onde moram, apesar do Instituto Brasileiro de Estatística (IBGE) utilizar a denominação favela.

5. Dado do censo demográfico de 2000, obtido em NOOS. Morro azul: relatório preliminar com dados do censo demográfico 2000. Abril de 2004. Rio de Janeiro: NOOS, CEMASI Dr. Luiz Lima, 2004.

6. Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1943-1989) foi um arquiteto, urbanista, professor universitário e antropólogo brasileiro. Iniciou sua vida profissional em 1964, projetos sobre habitação popular (assessor da FAFEG e elaboração de planos de urbanização de favelas para a Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (CODESCO). Data do início de 1975 sua atuação como chefe do Centro de Estudos e Pesquisas Urbanas do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM). Carlos foi também professor do Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro e professor titular da Universidade Federal Fluminense.

7. A aluna do curso de Arquitetura da USU Maria Eduarda Silva Ferreira fez a transcrição do texto em áudio do vídeo.



REFERÊNCIAS

Santos, Carlos Nelson Ferreira dos, 2001. Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Zahar Editores: 1981.

Nora, Pierre. Entre memória e história : a problemática dos lugares, 1993. Traduzido do Francês na Revista Projeto História. Nº 10. São Paulo, PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em História.

Noos. Morro azul: relatório preliminar com dados do censo demográfico 2000, 2004. Rio de Janeiro, NOOS, CEMASI Dr. Luiz Lima, 2004.

Noos. Morro azul: Diagnóstico Participativo da Comunidade Morro Azul: Relatório de Pesquisa Qualitativa, 2006. Rio de Janeiro: NOOS, CEMASI Dr. Luiz Lima, 2006.

Filmografia:

Eu e o Morro Azul. 2011 dirigido de Ubirajara Rodrigues. Brasil: Ubirajara Rodrigues. [34.14 minutos: Ficha Técnica: Direção, produção e edição: Ubirajara Rodrigues; Roteiro: José Rodrigues e Ubirajara Rodrigues; Câmera: Ubirajara Rodrigues e Ricardinho. Disponibilizado no Youtube em 2013 <https://www.youtube.com/watch?v=oAIEAkIJAuE>. Acessado em 14.10.2022.



A VULNERABILIDADE DO CONSUMIDOR NAS RELAÇÕES CONTRATUAIS EM CASO DE VÍCIO DOS PRODUTOS

Gilberto Bergamini Vieira

MPGTQAC.USU

Cintia Mariza do Amaral Moreira

MPGTQAC.USU

RESUMO

O Código de Defesa do Consumidor é um importante instrumento de proteção consumidor, que é considerado vulnerável nos contratos consumeristas, sobretudo em caso de ocorrência de vícios nos produtos. Desta forma, o presente estudo visa, através de pesquisas bibliográficas, identificar os sujeitos da relação consumerista, explicando quem pode ser considerado consumidor e fornecedor, bem como a obrigação destes em colocar no mercado produtos de qualidade, identificando os tipos de vícios que podem se manifestar neles.

Assim, se observará que todos que participam da cadeia de fornecimento são igualmente responsáveis em atender as reclamações dos consumidores, garantindo a devida reparação em caso de surgimento dos vícios.

Palavras-Chaves: Código de Defesa do Consumidor. Consumidor. Fornecedor. Vulnerabilidade. Vício do Produto.

INTRODUÇÃO

O trabalho tem por finalidade analisar as introduções normativas operacionalizadas pelo Poder Legislativo no ramo do Direito do Consumidor, pela Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990, conhecida como Código de Direito do Consumidor, que modificou de forma significativa as relações jurídicas de consumo.

Inicialmente, será apresentado um breve resumo sobre a evolução histórica do Código de Defesa do Consumidor brasileiro. A Constituição Federal de 1988 adotou como princípio a inclusão da defesa do consumidor como direito fundamental, vinculando o Estado e todos os demais operadores a aplicar e efetivar, como primazia, a proteção desse ente vulnerável. Com o interesse de atender plenamente o preceito Constitucional, o legislador interveio nas relações de consumo para proteção do sujeito vulnerável, desigual na relação com o fornecedor, de modo a manter o equilíbrio e a igualdade nas contratações.

Posteriormente, serão esboçadas as noções de consumidor e de fornecedor, sob a ótica de garantir o equilíbrio nas relações de consumo, considerada como um dos valores fundamentais presentes no sistema de proteção contratual, sendo então, vedadas obrigações abusivas ou que



ofendam o princípio da boa-fé objetiva, que constituem um conjunto de padrões éticos de comportamento.

Ao final, será analisada a vulnerabilidade dos consumidores perante os fornecedores em uma relação de consumo.

O tema apresentado faz-se relevante por se tratar de um assunto cercado de discussões, questionamentos e incertezas, pelo fato de haver escassez de estudos acadêmicos sobre ele no Brasil, e, por ser necessário informar toda a sociedade e a comunidade acadêmica acerca da vulnerabilidade dos consumidores.

MATERIAIS E MÉTODOS

Desse modo, para que o assunto fosse mais bem aprofundado e compreendido, fez-se necessário suporte teórico, obtido através de pesquisa bibliográfica e exploratória, com recortes em doutrinas de autores conhecedores do assunto, artigos científicos, revistas jurídicas e dissertações. A partir disso, foi possível uma análise crítica sobre a vulnerabilidade do consumidor nas relações contratuais em caso de vício dos produtos.

RESULTADOS

O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR BRASILEIRO

De início, a revolução industrial permitiu a massificação da produção em escala global e o desenvolvimento tecnológico e científico que tornaram as relações entre os contratantes de produtos e serviços desiguais, especialmente em relação ao acesso a informações entre as partes envolvidas. De um lado, observa-se o fornecedor, detentor de todas as informações relativas ao produto e ao serviço prestado. De outra parte, o consumidor, vulnerável, uma vez que só tinha acesso ao produto ou serviço pronto, sem maiores detalhes acerca do processo de produção dele (CAVALIERI FILHO, 2011).

Neste sentido, o mercantilismo assumiu o papel de dominação em relação aos direitos individuais e até mesmo em sociedades inteiras, causando desequilíbrio entre os contratantes.

Por esta razão, o direito do consumidor cresceu nas sociedades pela necessidade de buscar proteção diante das relações de consumo.

O ponto de partida da preocupação dos direitos dos consumidores em escala global é considerado por muitos o discurso do presidente americano John Kennedy ao congresso americano em 15 de março de 1962. Nele, ele defendeu a necessidade de se garantir aos consumidores os direitos básicos à segurança, informação, bem como estar protegido com relação aos



monopólios, uma vez que a livre concorrência precisava ser garantida (GARCIA, 2021).

Do referido discurso, observou-se que era necessária uma reflexão jurídica mais aprofundada sobre a defesa do consumidor, já que todo cidadão, em algum momento da vida, estaria exposto às práticas comerciais, desenvolvendo, portanto, um papel social e econômico como cidadão (BENJAMIN; MARQUES; BESSA, 2020).

Com relação ao Brasil, desde os tempos do império havia uma discreta proteção ao consumidor. Nessa perspectiva, Novaes (2009, p.96) explicita que:

No Livro V das Ordenações Filipinas encontra-se uma norma de proteção, ainda que indireta, do consumidor. No título LVII diz que “se alguma pessoa falsificar alguma mercadoria, assim como cera, ou outra qualquer, se a falsidade, que nisso fizer, valer hum marco de prata, morra por isso”.

Novaes (2009, p.96) complementa:

Percebe-se que a coação psicológica sobre o fornecedor acabava por proteger o consumidor. Os primeiros debates sobre proteção do consumidor chegaram por volta de 1960. Após um anteprojeto apresentado por Nina Rodrigues em 1971, vários anteprojetos de lei sobre o tema. No projeto do Código Civil (n.º 634-B, 1975) encontravam-se disposições a respeito do tema.

Contudo, a primeira vez que constata-se que o legislador brasileiro preocupou-se com a proteção do consumidor ocorreu por meio do Decreto 22.626, em 1933, o qual coibiu a prática de usura. Posteriormente, em 1934, com a Constituição, surgiram as primeiras normas de proteção à economia popular. Em 1951, a Lei 4.137, tratou sobre a repressão do abuso do poder econômico que protegeu o consumidor de forma reflexa (NOVAES, 2009). Somente em 1984, a Lei 7.244, criou o Juizado de Pequenas Causas, a qual foi revogada em 1995, pela Lei 9.099, que instituiu os Juizados Especiais. Portanto, a legislação brasileira evoluiu para uma melhor proteção aos direitos dos consumidores (SILVA, 2013).

Outrossim, nos anos 70, ocorreu o surgimento das primeiras associações civis para a defesa do consumidor, ainda que timidamente. Destaca-se a criação do Conselho de Defesa do Consumidor (CONDECON), no Rio de Janeiro, a Associação de Defesa e Orientação do Consumidor (ADOC) em Curitiba e a Associação de Proteção ao Consumidor em Porto Alegre. No âmbito governamental, importante mencionar o Decreto nº 7.890, do Governo do Estado de São Paulo, que criou o Sistema Estadual de



Proteção ao Consumidor, que viria ser chamado de PROCON (CAVALIERI FILHO, 2011).

Ainda, em 1985, houve a regulamentação da ação civil pública de responsabilidade pelos danos causados, por meio da Lei 7.347, em que se estabeleceu que não havendo prevenção, o dano porventura causado deve ser reparado, sendo considerado instrumento para a defesa dos interesses dos consumidores no Brasil (SILVA, 2013).

Mas, foi na Constituição Federal (CF) de 1988, no seu artigo 5º, XXXII, que a defesa do consumidor foi alçada como princípio fundamental, no intuito de determinar que o Estado e os demais operadores aplicassem políticas que de fato protegessem essa classe social, que passou a ser considerada vulnerável, consolidado como um direito subjetivo cuja localização privilegiada no corpo constitucional o assegura a condição de cláusula pétreia (GARCIA, 2021). Trata-se de novidade constitucional em termos de direitos individuais, pois o legislador demonstrou preocupação com as modernas relações de consumo e com a necessidade de proteção àquele que é economicamente hipossuficiente. Isso significa, que essa nova visão constitucional, como direito fundamental de proteção ao consumidor deve ser compatibilizada com os preceitos constitucionais da livre iniciativa e a da livre concorrência (MORAES, 2007). Assim, convertida a proteção ao consumidor para direito fundamental, não haveria possibilidade de restrição por outra norma, tampouco por Emenda Constitucional. Ademais, para que os comandos constitucionais não fossem perdidos, no Ato das Disposições Transitórias – ADCT, o constituinte estabeleceu que o Congresso Nacional elaborasse o Código de Defesa do Consumidor, no prazo de cento de vinte dias, a ser contado a partir da promulgação da Constituição (SILVA, 2013).

Diante disso, em 11 de setembro de 1990, foi promulgada uma lei ordinária n. 8.078, a qual foi intitulada como Código de Defesa do Consumidor. Portanto, é notório que houve progresso no processo de proteção à defesa do consumidor no ordenamento jurídico brasileiro (SILVA, 2013).

Assim, os demais princípios fundamentais serão aplicados às relações consumeristas no que forem compatíveis. Segundo Nunes (2021, p.17), “como a figura do consumidor, em larga medida, equipara-se à do cidadão, todos os princípios e normas constitucionais de salvaguarda dos direitos do cidadão são também, simultaneamente, extensivos ao consumidor”.

CONCEITOS DE CONSUMIDOR E FORNECEDOR

Considerando que as relações de consumo são compostas por partes que não dispõem das mesmas condições para a celebração de um negócio jurídico, o principal objetivo do Código de Defesa do Consumidor é reestabelecer o equilíbrio entre os sujeitos dessa relação, além de diminuir



práticas nocivas e atenuar a vulnerabilidade do consumidor (THEODORO JÚNIOR, 2021).

A natureza dinâmica do mercado, especialmente diante dos avanços tecnológicos, de publicidade, dos meios de pagamento e de cobrança, e da captação e exploração de dados, enseja uma proteção mais ampla a favor daqueles que estão sujeitos aos efeitos perpetrados por essas atividades (THEODORO JÚNIOR, 2021).

É fundamental identificar as partes que compõe a relação de consumo, pois é pressuposto da aplicação de sua sistemática. Assim, haverá sempre dois polos, sendo de um lado o consumidor e do outro o fornecedor, ambos transacionando serviços e produtos (BRAGA NETTO, 2020).

O consumidor é a parte da relação de consumo a qual o Código de Defesa do Consumidor pretende proteger, uma vez que é vulnerável se comparado com os fornecedores. Contudo, definiu-se consumidor considerando-o como sujeito que adquire bens ou contrata serviços como destinatário final, ou seja, o legislador somente adotou o critério econômico (BRAGA NETTO, 2020). Essa disposição está no artigo 2º:

Art. 2º Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.

Parágrafo único. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.

Assim, pode-se entender que consumidor é toda e qualquer pessoa física e também pessoa jurídica. Com relação a esta última, a legislação consumerista não traz nenhuma distinção, podendo-se considerar qualquer pessoa jurídica, quer seja uma microempresa, multinacional, associação, fundação, entre outras (NUNES, 2021).

A lei, ainda, equipara a coletividade de pessoas como sendo consumidores. Por conseguinte, todas as pessoas, determináveis ou não, que em algum momento estiveram expostas às práticas abusivas de fornecedores também são alcançadas pelas normas do Código de Direito do Consumidor. Deste modo, é possível verificar que não é suficiente a proteção dos direitos do consumidor de forma individual, pois requer-se uma tutela ampla, para benefício de todos (NUNES, 2021).

O fornecedor, por sua vez, constitui a parte mais forte da relação de consumo e está definido no artigo 3º do Código de Defesa do Consumidor:

Art. 3º Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.



Pode ser considerado fornecedor todas as pessoas capazes, físicas ou jurídicas, além dos entes desprovidos de personalidade. Logo, não há exclusão de alguma espécie de pessoa jurídica. Deve-se incluir nesse conceito as pessoas jurídicas públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, com sede ou não no país, sociedades anônimas, de responsabilidade limitada, sociedades civis, com ou sem fins lucrativos, fundações, sociedades de economia mista, empresas públicas, autarquias, os órgãos da Administração direta, entre outras (NUNES, 2021).

O legislador estabelece um conceito amplo quando trata sobre os fornecedores, sendo esse todo ente que abastece o mercado com qualquer produto ou serviço passíveis de serem consumidos. Todavia, deve ser uma atividade tipicamente profissional, realizada de forma habitual e visando uma finalidade econômica. Nesse conceito está todo produtor, montador, criador, construtor, transformador, importador, exportador, distribuidor e comercializador de qualquer produto ou serviço (NOVAES, 2009).

Assim, não houve preocupação do legislador em distinguir quais pessoas físicas ou jurídicas poderiam ser consideradas como fornecedoras da relação de consumo, não sendo relevante qual a forma de constituição de pessoa jurídica adotada, pois a finalidade é a atividade profissional que ela desempenha no mercado (THEODORO JÚNIOR, 2021).

A VULNERABILIDADE DO CONSUMIDOR NA ATUAL CONJUNTURA DO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO

A vulnerabilidade do consumidor encontra previsão expressa no Código de Defesa do Consumidor, Lei n.º 8.078/90, no artigo 4º, inciso I:

Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios:

I - Reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo;

Desse modo, o Código de Defesa do Consumidor entende que todos os consumidores são vulneráveis em uma relação de consumo, pois eles apresentam fragilidades que podem ser adquiridas por fatores naturais ou devido à dinâmica em sociedade (LIMA, 2011).

O princípio da vulnerabilidade é considerado o núcleo do microsistema consumerista e ocupa um amplo espaço nas relações de consumo, estando presente sempre que for necessário definir a aplicação ou



não do CDC (SILVA, 2013). Assim sendo, é o estado de vulnerabilidade apresentado pelo consumidor na relação contratual que gera a aplicabilidade da Lei (LIMA, 2011).

O desequilíbrio existente entre consumidor e fornecedor nas relações jurídicas é manifesto e a criação de um diploma legal específico para tutelar as relações entre consumidores e fornecedores decorreu principalmente da alarmante vulnerabilidade daqueles diante da superioridade destes, bem como para atender aos ditames constitucionais (SILVA, 2013).

Contudo, torna-se necessário diferenciar a vulnerabilidade dos consumidores com sua hipossuficiência, tendo em vista que ambas não se confundem. Para o Código de Defesa do Consumidor esta última é a fragilidade no sentido processual. É a impotência do consumidor para a produção de provas em uma relação contratual devido à desvantagem que dificulta a defesa de seus direitos em juízo (LIMA, 2011). Segundo Cavalieri Filho (2011, p. 47), a hipossuficiência “é um agravamento da situação de vulnerabilidade, um plus, uma vulnerabilidade qualificada”.

A doutrina e a jurisprudência brasileira classificam a vulnerabilidade em três modalidades, quais sejam, técnica, fática (ou econômica) e jurídica. Todavia, atualmente, fala-se também na informacional. Com isso, cumpre-se o objetivo de melhor compreender a desigualdade do consumidor no mercado e, conseqüentemente, verificar meios de reequilibrar a relação (PASQUALOTTO e CARVALHO, 2015).

A vulnerabilidade técnica é a precariedade do conhecimento do indivíduo com relação ao produto ou serviço objeto de consumo, sendo ela presumida para o consumidor pessoa natural e não profissional. De acordo com Cavalieri Filho (2011, p.49):

Decorre do fato de não possuir o consumidor conhecimentos específicos sobre o processo produtivo, bem assim dos atributos específicos de determinados produtos ou serviços pela falta ou inexatidão das informações que lhe são prestadas. É o fornecedor quem detém o monopólio do conhecimento e do controle sobre os mecanismos utilizados na cadeia produtiva. Ao consumidor resta, somente, a confiança, a boa-fé, no processo honesto, leal do fornecedor, fato que lhe deixa sensivelmente exposto.

A vulnerabilidade fática ou econômica refere-se ao consumidor estar sujeito à formação de preços no mercado, sendo vítima de práticas abusivas e ilícitas (PASQUALOTTO e CARVALHO, 2015). O consumidor possui desvantagem econômica ante os fornecedores, podendo decorrer de monopólio ou até mesmo do serviço oferecido, pois ele não pode se desfazer de algum produto ou serviço por ser considerado essencial para o bom funcionamento de sua vida e rotina (LIMA, 2011).



A vulnerabilidade jurídica é a falta de conhecimento do consumidor sobre os seus próprios direitos e deveres que decorrem da relação de consumo, bem como de suas consequências jurídicas (SILVA, 2013). Nessa espécie, há a predominância dos contratos chamados de adesão e de outros meios de contratação que retiram do consumidor a possibilidade de manifestar sua legítima vontade e de possuir condições paritárias com os fornecedores no momento da negociação (PASQUALOTTO e CARVALHO, 2015).

No que se refere à vulnerabilidade jurídica, Cavalieri Filho (2011, p. 50) destaca, a título de exemplo, um importante julgado ocorrido no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que tratou sobre cláusula de reajuste pela variação cambial do dólar:

Identificou e protegeu a vulnerabilidade jurídica do consumidor ao decidir, na motivação do acórdão: “Ora, lendo-se o contrato de fls. 211 v., constata-se que nem mesmo o profissional do direito tem condições de assimilar, num primeiro exame, a complexidade dos negócios jurídicos contidos naquele instrumento – compra e venda de faturamento, assunção de dívida em moeda estrangeira e outras avenças. Como então poderia saber o que estava fazendo um simples consumidor? Como poderia compreender que, comprando um carro numa agência no Rio de Janeiro, estaria contraindo a mesma obrigação de alguém que o comprasse em Nova Iorque por ter assumido uma dívida em dólar?

Cavalieri Filho (2011, p. 50) prossegue:

O que entende esse consumidor de contrato de faturamento? Não provou a apelante ter dado ao apelado todos os esclarecimentos necessários sobre os riscos de concordar com uma prestação cuja correção seria feita pela variação cambial do dólar, mormente em se tratando de contrato de adesão redigido sem os cuidados estabelecidos no §3º, do art. 54 do CDC. É quanto basta para evidenciar que o contrato, nos termos em que foi celebrado, violou o princípio da transparência razão pela qual deve ser considerada como não escrita a cláusula que previa o reajuste em dólar, consoante o já citado artigo 46 do CDC que diz: Os contratos (ou cláusulas) que regulam as relações de consumo não obrigarão os consumidores, se não lhes for dada a oportunidade de tomar conhecimento prévio de seu conteúdo, ou se os respectivos instrumentos forem redigidos de modo a dificultar a compreensão de seu sentido e alcance”.



Ademais, é importante mencionar, que atualmente, há também a chamada vulnerabilidade informacional, que “conduz à necessidade de serem evocadas as normas constitucionais para que o fornecedor seja instado a esclarecer ao consumidor sobre a garantia legal”. (SILVA, 2013)

Nesse sentido, Pasqualotto e Carvalho (2015, p.18) explica que:

A universalização dos meios de comunicação de massa e a propagação dos meios digitais de comunicação aumentaram a importância da informação nas relações de consumo, fazendo com que a vulnerabilidade informacional aspirasse à autonomia, deixando de ser subespécie da vulnerabilidade técnica. Nesse sentido, nas relações de consumo, o indivíduo que tem acesso a informações adequadas sobre um produto ou serviço e seu respectivo fornecedor ou prestador possui condições visivelmente mais favoráveis de decidir acerca da necessidade, oportunidade e viabilidade da compra ou contratação do mesmo.

A vulnerabilidade é o reconhecimento de que o consumidor não está em condição de igualdade com o fornecedor na relação de consumo, pelo fato de lhe ser imposta a obrigação de adquirir produtos e serviços, nas condições impostas por fornecedores. Essa imposição unilateral decorre da detenção dos meios de produção pelos fornecedores e submissão dos consumidores às práticas comerciais, tais como, preços, quantidade, condições de aquisição, unicamente escolhidas pelos fornecedores (SILVA, 2013).

Outrossim, a vulnerabilidade do consumidor tem presunção legal absoluta no mercado de consumo, em face dos fornecedores de produtos e serviços e pelo domínio da tecnologia e informação que eles possuem. Ela surge como consequência ao reconhecer a existência de uma relação consumerista, e, por decorrência, da aquisição de um produto ou serviço por um sujeito de direito que se enquadra no conceito de consumidor (SILVA, 2013).

Logo, o Direito do consumidor busca o equilíbrio entre as partes que compõem as relações de consumo, sendo o seu principal objetivo atender as diversas necessidades dos consumidores para o alcance da harmonia dos interesses dos participantes da relação e a proteção na compatibilização do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico diante dos fornecedores e produtores (LIMA, 2011). Portanto, todos os consumidores poderão beneficiar-se pela presunção da vulnerabilidade diante dos fornecedores das relações jurídicas de consumo (SILVA, 2013).



A QUALIDADE DOS PRODUTOS E O DIREITO DE INFORMAÇÃO

O microsistema consumerista foi estruturado para atender à nova realidade contratual, instalada a partir da sociedade massificada e dos contratos de adesão. Fez-se necessária a instituição de normas protetivas em benefício dos consumidores fragilizados pelo abuso de poder econômico. (SILVA, 2013).

A teoria da qualidade forma-se com os olhos voltados para o instituto da responsabilidade do fornecedor: civil, administrativa e penal. (BENJAMIN; MARQUES; BESSA, 2020).

Os vícios dos bens de consumo foram previstos para se preservar um mínimo de justiça contratual, fundamentando-se em normas de ordem pública úteis à paz social e qual não corroborem com a agressão, a hostilidade e a desconfiança. (SILVA, 2013).

A responsabilidade do fornecedor por vícios do produto ou do serviço abrange o efeito decorrente da violação aos deveres de qualidade, quantidade, ou informação, impedindo com isso, que o produto ou serviço atenda aos fins que legitimamente dele se esperam (dever de adequação). (MIRAGEM, 2019).

Quanto às circunstâncias em que os vícios podem ser detectados pelo interessado, é possível sua classificação em aparentes ou ocultos. Aparentes, são aqueles facilmente visíveis e identificáveis pelo homem médio, que pode ser o próprio consumidor que o adquira ou quem o esteja utilizando. Ocultos, são vícios que não são perceptíveis com facilidade pela maior parte dos sujeitos, exigindo-se um exame mais acurado do produto. (SILVA, 2013).

O conceito de vício do produto no CDC é bem mais amplo do que o constante no Código Civil. A proteção não se limita ao vício oculto. Além dessa ausência de restrição, a rigor, estabelece três espécies de vícios. 1) vício que torne o produto impróprio para consumo; 2) vício que lhe diminua o valor; 3) vício decorrente da disparidade das características dos produtos com aquelas vinculadas na oferta e publicidade. (BENJAMIN; MARQUES; BESSA, 2020).

O CDC estabelece hipótese de responsabilidade solidária entre todos os fornecedores que integram a cadeia de produção e comercialização do produto. Portanto, tanto o fabricante como o comerciante possuem deveres perante o consumidor quanto à garantia de qualidade dos produtos: ambos podem ser acionados judicialmente. (BENJAMIN; MARQUES; BESSA, 2020).

Esta solidariedade entre os fornecedores tem em vista a efetividade da proteção do interesse do consumidor, permitindo alcance mais amplo e possível ao exercício das opções estabelecidas em lei, pelo consumidor. (MIRAGEM, 2019).



O direito do consumidor à informação sobre os produtos e serviços presentes no mercado tem ampla previsão na Lei n.º 8.078/90, conforme pode ser observado pela análise dos arts. 4º, caput e inciso IV, e 6º, inciso II. Constitui-se um dos princípios básicos do CDC. Em toda a estrutura do microsistema consumerista, o direito à informação será visualizado como fundamental nas relações de consumo. (SILVA, 2013).

Mesmo consagrado em sede legal, o direito do consumidor de obter informações sobre a garantia legal dos diversos bens não vem sendo respeitado no plano concreto. Urge, assim, que seja realizada uma reflexão sobre isso, considerando-se a proteção constitucional conferida ao consumidor. Para tanto, torna-se essencial uma análise do direito à informação sob a ótica dos princípios que regem as relações de consumo, transpondo-se, em seguida, a exposição para o âmbito constitucional e hermenêutico. (SILVA, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho apresentou a necessidade da informação clara ao consumidor acerca de seus direitos em caso de vício de qualidade dos produtos, sob a ótica da sua vulnerabilidade. Neste sentido comentou-se brevemente sobre a evolução histórica do Código de Defesa do Consumidor Brasileiro, conceituando-se consumidor e fornecedor, segundo a doutrina e a jurisprudência pátria.

Constatou-se que nas relações com os fornecedores, o consumidor é considerado presumidamente vulnerável, merecendo proteção, em busca do equilíbrio contratual. Por este motivo, observou-se a necessidade da efetiva informação em como proceder em caso de existência de vício do produto, seja ele aparente, de fácil constatação ou oculto, explicando sobre a responsabilidade de cada fornecedor na obrigação de reparar.

REFERÊNCIAS

BRAGA NETTO, Felipe Peixoto. **Manual de Direito do Consumidor: à Luz da Jurisprudência do STJ**. 15 ed. Salvador: Ed. JusPodivm, 2020.

BRASIL. **Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990**. Código de Defesa do Consumidor. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

BRASIL. **LEI nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2022**. Institui o Código Civil.

BRASIL. **Decreto nº. 22.626, de 07 de abril de 1933**. Dispõe sobre os juros nos contratos e da outras providencias.



BRASIL. Lei nº 7.244, de 07 de novembro de de 1984. Dispõe sobre a criação e o funcionamento do Juizado Especial de Pequenas Causas.

BRASIL. Lei 9.099/95, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de Direito do Consumidor.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LIMA, Sthéfanni Machado de. **Vulnerabilidade e Hipossuficiência na Sistemática do Código de Defesa do Consumidor.** 2011. 20 p. Dissertação (Graduação em Direito) – Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, 2011.

NOVAES, Beatriz Quintana. **Direitos Humanos do Consumidor.** 2009. 118 p. Tese (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. NUNES, Rizzatto. Curso de Direito do Consumidor. 14 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2021.

PASQUALOTTO, Adalberto de Souza; CARVALHO, Volgane Oliveira. **O conceito de Consumidor na Jurisprudência do STJ: Crônica de uma Jornada Inacabada.** Revista da Faculdade Mineira de Direito – PUC Minas. v. 18. jul. 2015.

SILVA, Fernanda Altermann. **A Influência do Princípio da Vulnerabilidade no Conceito de Consumidor Pessoa Jurídica.** 2013. 44 p. Dissertação (Especialização em Direito) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SILVA, Joseane Suzart Lopes da. **O Direito do Consumidor Brasileiro à Informação sobre a Garantia Legal dos Bens Diante de Vícios: A Imprescindível Hermenêutica Constitucional em Busca da Efetividade.** 2013. 487 p. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Direitos do consumidor.** 10 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

MIRAGEM, Bruno. **Curso de Direito do Consumidor.** 8. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

BENJAMIN, Antonio Herman V. **Manual de Direito do Consumidor/Antonio Herman**



UNIVERSIDADE
SANTA URSULA



SEPEI
USU

Simpósio de Pesquisa, Pós-
Graduação, Extensão e Inovação
da Universidade Santa Ursula

*Agenda 2030 da ONU para o
desenvolvimento sustentável – SEPEI USU*

V. Benjamin, Claudia Lima Marques e Leonardo Roscoe Bessa. 9 ed.,
São Paulo:Thomson Reuters Brasil, 2020.

GARCIA, Leonardo de Medeiros. **Código de Defesa do Consumidor
Comentado: artigo por artigo.** 16 ed. Rev.ampl.e atual, Salvador:
JusPODIVM, 2021.

DE MORAES, Alexandre. **Consumidor e direito à prestação jurisdicional
eficiente e célere.** 2006.



REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: ANÁLISE DOS INSTITUTOS JURÍDICOS E URBANÍSTICOS NA ÓTICA DO PROJETO ROCINHA MAIS LEGAL

Roberta Bernardi Athayde

Universidade Santa Úrsula, Brasil

Cíntia Mariza do Amaral Moreira

Universidade Santa Úrsula, Brasil

RESUMO

O processo de regularização fundiária apresenta elevado grau de complexidade em função da multidisciplinaridade envolvendo as disciplinas: urbanística, social, jurídica e ambiental. As ocupações irregulares apresentam considerável diversidade na forma de utilização das unidades habitacionais como: comércio, instituições civis, religiosas e relações locatícias, além de exclusivamente moradia. O objetivo do artigo é demonstrar o distanciamento dos mecanismos legais para a realidade urbana. O método utilizado foi exploratório com o estudo de caso do Projeto Rocinha Mais Legal, analisando os impactos das sentenças judiciais divergentes e demais impactos do processo de regularização fundiária, Autores, Roberta Bernardi Athayde e Cíntia Mariza do Amaral Moreira. A conclusão alcançada para os projetos de regularização fundiária se tornarem eficazes faz-se necessário que os mecanismos legais para o processo passem a considerar a realidade social urbana.

Palavras-Chaves: posse; regularização fundiária; regularização urbanística, direito à moradia

INTRODUÇÃO

Na década de 60 a cidade do Rio de Janeiro teve a expansão das áreas irregulares, porque os residentes procuravam residir nas proximidades dos locais de trabalho e serviços. Nesse período, o governo Lacerda criou o conceito de renovação urbana partindo do programa de remoção das favelas alinhado à construção dos conjuntos habitacionais que ficariam distantes do centro urbano. A renovação urbana foi implementada com a remoção principal das favelas localizadas na zona sul como o Morro da Catacumba, Esqueleto e os conjuntos habitacionais construídos à época foram Vila Kennedy, Vila Aliança e Vila Esperança e a mais conhecida Cidade de Deus.

As políticas de exclusão para áreas irregulares fizeram surgir o Movimento Nacional para a Reforma Urbana que buscava uma mudança para a política, não a remoção e sim a permanência das populações nas áreas ocupadas. O movimento conseguiu na constituinte de 88 a introdução na Constituição Federal do Capítulo da Política Urbana e após a promulgação do texto constitucional, a regulamentação pela lei no 10.257/01, o Estatuto da



Cidade, que determina as diretrizes a política urbana, entre elas a regularização fundiária.

A política urbana veio a atender as demandas fundiárias, sendo uma delas a permanência dos residentes em espaços urbanos informais, porque são espaços onde os residentes não possuem o direito de morar reconhecido e estão à margem da cidade formal, logo sem o direito à cidade e acesso a serviços públicos. Pode-se afirmar que as maiores expressões desses espaços são as favelas, os loteamentos clandestinos e/ou irregulares, os cortiços e conjuntos habitacionais.

Em 2003 com criação do Ministério das Cidades a política urbana foi implementada. Destaca-se a Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano a qual foi inserido o Programa Papel Passado, que tinha como objetivo o financiamento de entidades públicas e/ou privadas com expertise no processo de regularização fundiária. “O financiamento era feito através de contrato de convênio com recursos do Orçamento Geral da União, OGU.

A regularização fundiária é conceituada como um conjunto de medidas que visam a titulação dos ocupantes de assentamentos irregulares como meio de garantia do direito à moradia. As medidas são multidisciplinares porque no processo de regularização atuam as áreas “urbanísticas, sociais, jurídicas e ambiental”.

O artigo fará uma abordagem das dificuldades existentes no projeto Rocinha Mais Legal, executado pela Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião, a partir do qual a forma de titulação foi iniciada por ações judiciais como determinava o Estatuto da Cidade, identificando o distanciamento entre os mecanismos legais disponíveis à época e a realidade urbana.

A identificação do distanciamento dos mecanismos legais levou a formulação da lei no 11.977/09, que transferiu a competência do judiciário para a municipalidade e introduziu no ordenamento legal novos instrumentos urbanísticos e jurídicos para os processos de regularização fundiária.

MÉTODOS

O trabalho teve uma abordagem qualitativa de natureza exploratória, conforme afirma Antonio Carlos Gil (2002), as pesquisas exploratórias possuem objetivos para proporcionar aos leitores a maior familiaridade com o tema, tornando-o mais explícito.

Houve uma apuração sobre o tema através da análise da implementação da política de regularização fundiária na vigência da lei 10.257/01, Estatuto da Cidade, e os institutos jurídicos da usucapião e adjudicação compulsória e o distanciamento dos diplomas legais e a realidade urbana. Esta pesquisa utilizou o estudo de caso do Projeto Rocinha



Mais Legal, executado no Bairro Barcellos, Rocinha, Rio de Janeiro, iniciado no ano de 2004.

Quanto à natureza, o trabalho foi aplicado com objetivo de gerar conhecimento sobre o distanciamento dos mecanismos legais e a realidade social das cidades e das ocupações irregulares.

Para melhor compreensão do trabalho, ele foi estruturado em duas partes. A primeira parte apresentou o Bairro da Rocinha, o qual está inserido na cidade do Rio de Janeiro e depois a formação do Bairro Barcellos, um dos sub-bairros da Rocinha. Destacou a importância da regularização fundiária para esta área a partir do seu histórico fundiário.

A segunda parte abordou o Projeto Rocinha Mais Legal a partir da distribuição das ações judiciais e seus impactos perante a regularização fundiária e o novo marco legal a lei 11.977/09 que propiciou a finalização do Projeto Rocinha Mais Legal em razão dos novos instrumentos jurídicos e urbanísticos. O artigo finaliza com as considerações finais.

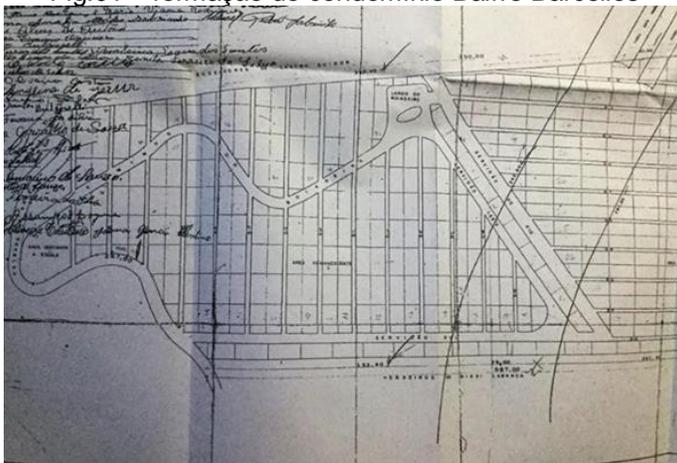
Histórico fundiário e a ocupação do Bairro Barcellos

A Rocinha foi elevada a bairro em 18 de julho de 1993 pela lei no 1.995/93, faz parte da AP-2 e da XXVI Região Administrativa (RA), está localizada em uma extensa área ao longo das vertentes dos morros Dois Irmãos e Laboriaux, entre os bairros da Gávea e São Conrado. Em 2001 foi declarada como área de especial interesse social – AEIS, o que possibilitou o desenvolvimento da política de regularização fundiária pelo Programa da Secretaria de Programas e Desenvolvimento Urbano do Ministério das Cidades. A regularização fundiária no Bairro Barcellos foi iniciada em 2004.

O Bairro Barcellos era uma propriedade privada ocupando uma área de 53.000 m² registrada na matrícula 97.790 no 2o Ofício de Registro de Imóveis da cidade do Rio de Janeiro e pertencia a Companhia de Terrenos Christo Redentor. A Companhia na década de 60 iniciou a venda através de frações simples, porque intencionava a formação de um condomínio conforme planta abaixo.



Fig.01 – formação do condomínio Bairro Barcellos



Fonte: Fundação CDDH Bento Rubião, 2004

No diagnóstico fundiário foram identificados compradores portando escrituras de compra e venda e os promitentes compradores residentes na área. Foram identificados os ocupantes que adquiriram a posse de forma particular, havendo diversas formas de ocupação e conseqüentemente diversas formas para regularizar. Quanto ao diagnóstico urbanístico foi identificado que a área não foi parcelada e o projeto de condomínio não foi aprovado.

O Projeto Rocinha Mais Legal, financiado pelo Programa Papel Passado, trouxe a regularização fundiária como meio de solução para a situação imobiliária vivenciada pelos compradores e promitentes compradores desde a década de 60.

O Projeto Rocinha Mais Legal

O processo de regularização fundiária foi participativo para que a população beneficiária participasse das decisões. Quando apresentado as possibilidades jurídicas para a regularização a população residente decidiu por ações individuais, ou seja, por lotes. Assim, as medidas jurídicas foram as seguintes: os moradores que portavam escrituras definitivas foram impedidos de efetuar o registro, logo aguardavam a etapa de elaboração, aprovação e registro do parcelamento do solo, a planta de arruamento e loteamento, PAA/PAL.

Os promitentes compradores com quitação iniciaram a regularização através das ações de adjudicação compulsória, conforme Dec-lei no 58/37 e a súmula no 413 do STF



– Supremo Tribunal Federal que determina: “O COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS, AINDA QUE NÃO LOTEADOS, DÁ DIREITO À EXECUÇÃO COMPULSÓRIA, QUANDO REUNIDOS OS REQUISITOS LEGAIS.”

Assim, mesmo ainda não havendo aprovação e registro do parcelamento do solo os promitentes tinham o direito de requerer judicialmente a adjudicação compulsória.

E por fim, os adquirentes da posse de forma particular, iniciaram a sua regularização através de ações de usucapião podendo ser especial urbano, ordinário e/ou extraordinário.

Em 2006 foram propostas as ações judiciais para o Projeto Rocinha Mais Legal, etapa subsequente ao cadastramento das famílias e a identificação de suas unidades, totalizando 400 ações distribuídas entre as 50 varas cíveis do Fórum da Capital do Estado do Rio de Janeiro. Destaca-se a primeira dificuldade: os contratos de convênio estabeleciam a finalização na propositura da ação, e como prossegui-las? Os advogados da Fundação CDDH Bento Rubião permaneceram nos processos pelo comprometimento da própria instituição.

A grande quantidade de ações para uma mesma área despertou a atenção dos representantes do Ministério Público, MP, que solicitou uma interlocução com os advogados responsáveis, que mesmo sem o financiamento prosseguiram outorgados nas ações.

A interlocução com o MP foi um avanço importante para o entendimento da política de regularização fundiária, porém esse entendimento não alcançou os juízes, julgadores das ações. Para uma mesma causa de pedir foram julgadas ações com sentenças divergentes, às vezes favoráveis e desfavoráveis. Cada julgador tem seu entendimento quanto às medidas legais e a realidade social e o que é necessário para ser alcançado. Abaixo duas ações de adjudicação compulsória, mesma causa de pedir e sentenças divergentes. “Segue a primeira.”

“Verificados os pressupostos de constituição e desenvolvimento válido do processo, bem como as condições para o legítimo exercício do direito de ação, passo a analisar o mérito. Os fatos relevantes são incontroversos. Os documentos comprovam que a parte autora era casada ao tempo da aquisição sob o regime de comunhão de bens, sendo todos os filhos comuns do casal, não havendo prejuízo em aceitá-la como sucessora. Comprovada a aquisição em quitação de preço. Posto isso, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, com resolução do mérito, consoante o art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil, para ADJUDICAR o imóvel situado na Travessa Kátia, nº 25/101, Rocinha, nesta cidade, em favor de MARIA SEBASTIANA DE SOUZA MACHADO, CPF nº 001.090.667-31, e determino a



expedição de carta de adjudicação para o RGI, para que registre o imóvel em nome desta autora, que é beneficiária da gratuidade de justiça, o que deve constar do ofício. (15o Vara Cível – processo 0123444-58.2006.8.19.0001)”

“em seguida, a segunda”:

“Pretendem obter os autores a adjudicação compulsória de lote situado na Favela da Rocinha, oriundo de desmembramento irregular, sem correta individualização do imóvel junto ao RGI, com a ínfima metragem de 63,37 m2. A adjudicação compulsória constitui-se no meio pelo qual o promitente comprador ou cessionário obtém judicialmente a outorga de escritura definitiva de compra e venda para o registro no RGI quando o promitente se recusa a fazê-lo. Para tanto, deve o autor demonstrar a quitação do preço, a existência da promessa e cessão, mas também que há viabilidade jurídica do registro do imóvel. Em outras palavras, o imóvel deve estar identificado, deve ter a metragem mínima estabelecida por lei para o local, não estar pendente de desmembramento(...) Diante do exposto, declaro extinto o processo sem resolução do mérito na forma do artigo 267, VI do CPC (33o Vara Cível – processo 2006.-0091532-43.2006.8019.0001)”

Na primeira sentença a decisão foi favorável para a Autora, viúva do promitente comprador, recebeu o reconhecimento do direito de registrar sua promessa de compra e venda quitada. Na segunda sentença foi negada a procedência da ação destacando a importância da regularização fundiária em conjunto com a regularização urbanística, porque é destacado no texto da decisão a necessidade da demonstração da viabilidade para o registro, porque o imóvel precisa ser identificado e ter a metragem mínima e não pendente de desmembramento.

O meio judicial para a regularização fundiária não era o recomendável porque é perceptível o distanciamento da realidade social, o propósito da política de regularização fundiária e os órgãos executores. Em área declarada como AEIS são aplicadas regras de uso e ocupação do solo específicas com o intuito de proporcionar o acesso à terra urbana pelas populações de baixa renda. E a súmula no 413 do STF, já transcrita acima, determina que o imóvel pode ser adjudicado ainda que não loteado, realidade não observada pelo julgador do segundo processo.

Esse distanciamento entre as medidas legais e a realidade social em um processo de regularização proporcionou a mudança da legislação e em 2009 foi aprovada a lei no 11.977/09, retirando a competência do judiciário para a titulação dos beneficiários, transferindo-os para a municipalidade.



O Projeto Rocinha Mais Legal foi beneficiado pela nova legislação, que possibilitou o registro do instrumento urbanístico PAA/PAL, mas a nova lei manteve o conceito para a regularização fundiária como a política de garantia do direito à moradia, restringindo a titulação apenas para beneficiários residentes, sendo esse mais um dos impactos a regularização fundiária.

A realidade hoje nas ocupações irregulares não é apenas a moradia, os espaços são ocupados por instituições particulares civis e religiosas, comércio como meio de sustento do próprio morador, e moradias alugadas ou cedidas, estas últimas produziram e produzem debates quanto ao direito de regularizar, mas segundo Cassettari:

“O direito humano à habitação não é realizado apenas por meio da atribuição do direito de propriedade, porquanto é possível sua efetivação por outras situações jurídicas legitimadoras da utilização de um espaço físico para moradia, como ocorre com a locação, aluguel social, e outros institutos jurídicos ainda que diversos da propriedade, mas destinados à segurança jurídica da ocupação do local de moradia.”

Durante a execução do projeto foram identificadas no Bairro Barcellos dez administradoras imobiliárias o que demonstrou a forte presença de relações contratuais formais de locações. Portanto, como não aceitar a realidade das relações contratuais formais em um contexto de ocupação irregular, visto que as relações são aceitas pelos próprios moradores e locatários.

A relação locatícia também impactou negativamente na execução do trabalho porque o beneficiário ficou impedido de receber o título quando possuidor de mais de um imóvel, permanecendo então na posse.

O resultado para a primeira fase do Projeto Rocinha Mais Legal foi a transferência das ações judiciais para o escritório modelo da Universidade Pontifícia Católica- PUC do Rio de Janeiro e a segunda fase na vigência da lei no 11.977/09 foi aprovação do instrumento urbanístico auto de demarcação urbanística que possibilitou o registro do PAA/PAL. Por outro lado, para a titulação foi realizada através da legitimação da posse fazendo com que o beneficiário desistisse da ação judicial. Assim o projeto foi finalizado com a identificação de 3.971 unidades delas 1.409 moradores possuíam mais de uma unidade ou lote, e 1.245 famílias foram tituladas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema regularização fundiária recebeu considerável relevância nos debates tanto acadêmicos quanto nos movimentos sociais como meio de alcance da igualdade social, principalmente após a Constituição Federal de



1988 com o Capítulo da Política Urbana e o reconhecimento do direito à moradia como um direito social.

Há uma convergência quanto à necessidade de redução da informalidade nas ocupações irregulares, para o reconhecimento do direito à moradia digna e o direito à cidade, no entanto, dada a complexidade do tema e o elevado número de atores que precisam ser envolvidos, nas diversas esferas de governo, os esforços realizados até o momento, apresentaram avanços significativos, porém insuficientes para se atingir os objetivos relativos à diretriz da política urbana, a regularização fundiária de forma plena e abrangente.

Necessário uma revisão do processo a partir das experiências adquiridas pelos projetos de regularização fundiária executados ou em execução como bases para o aperfeiçoamento/elaboração de novos mecanismos legais jurídicos e administrativos para tornar a política de regularização fundiária eficaz.

REFERÊNCIAS

ALFONSIN, Betânia. 1987, **Direito à Moradia: Instrumentos e experiências de regularização fundiária nas cidades brasileiras**. Rio de Janeiro: IPPUR/Fase.

ALFONSIN, Betânia. 2006 **O significado do Estatuto da Cidade para os processos de Regularização Fundiária no Brasil**, in FERNANDES, Edésio. *Evolução do Direito Urbanístico*. Belo Horizonte - PUC Minas Virtual.

CASSETTARI, Denis. **Regularização Fundiária Urbana como efetivação do Direito à Moradia**. In organizadores NALINI, José Renato, LEVY, Wilson. *Regularização Fundiária*. Rio de Janeiro: editora Forense, 2o. edição.

FERNANDES, Edésio. 2010. **O Estatuto da Cidade e a ordem jurídico-urbanística**. In organizadores CARVALHO, Celso Santos, ROSSBACH, Ana Claudia. *O Estatuto da Cidade Comentado*. São Paulo, Ministério das Cidades: Aliança das Cidades.

Gil, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, v.4, 2002.

SILVA, Luiz Tadeu Barbosa. **Da adjudicação compulsória do contrato preliminar**. JusNavigandi. Teresina, ano8, no149, 2dez. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4554>. Acesso em: 7 de agosto de 2016.

VALLADARES, Licia do Prado. 2005. **A invenção da Favela: do mito de origem à favela**. Rio de Janeiro: editora FGV.



NOVAS TECNOLOGIAS, TRABALHO E EMPREGO: UMA ANÁLISE QUALITATIVA SOBRE O CONTEXTO DA INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÕES.

Ricardo Martins da Silva

Mestrando MPGTQAC - Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho para Qualidade do Ambiente Construído, Universidade Santa Ursula.

Marcelle Rossi de Mello Brandão

Professora Doutora do Mestrado MPGTQAC em Gestão do Trabalho para Qualidade do Ambiente Construído, Universidade Santa Ursula.

Ana Carolina de Gouvêa Dantas Motta

Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO) e Doutora em Engenharia de Produção (COPPE/UFRJ).

RESUMO

Devido às constantes evoluções tecnológicas, as operadoras de telecomunicações têm um papel fundamental de conectar as pessoas e as empresas, buscando sempre novas tendências de serviços e produtos para atender às novas demandas tecnológicas exigidas pelo mercado. Desse modo, as operadoras geram novas formas de trabalho e, conseqüentemente, exigem de seus profissionais novos conhecimentos para desempenhar suas atividades laborais. Diante deste cenário complexo, este estudo busca compreender o contexto dos trabalhadores que atuam no ramo das telecomunicações, a partir das mudanças constantes que vêm ocorrendo pelo avanço da tecnologia e pela automatização de operações no setor de telecomunicações nos últimos anos.

Buscamos entender, quais as novas exigências para a ocupação de vagas, e quais são os motivos de desligamento dos profissionais neste segmento, quais são as dificuldades em preencher e manter as vagas pelas empresas do ramo das telecomunicações e qual será o nível de empregabilidade neste setor.

Palavras-Chaves: Telecomunicações, Empregabilidade, Trabalhabilidade, Educação e Novos Empregos.

INTRODUÇÃO

O tema deste estudo se justifica a partir de reflexões sobre as mudanças que estão ocorrendo no ambiente de trabalho do segmento de telecomunicações, motivadas pela evolução tecnológica que tem surgido nos últimos anos. Estamos vivendo o que é chamado de “quarta revolução industrial” ou, também, de “Indústria 4.0”, que, segundo Schwab (2019), se caracteriza pela introdução de evoluções tecnológicas no mercado. Tais evoluções já fazem parte do nosso dia a dia, moldando as nossas atividades



e criando formas de trabalho mais especializadas que necessitam de mão de obra com qualificações específicas.

Conceitos como inteligência artificial, robótica, IoT – Internet das Coisas, veículos autônomos, computação em nuvem, manufatura aditiva (impressão 3D), nanotecnologia, biotecnologia, armazenamento de energia e computação quântica são alguns exemplos dessa nossa nova realidade. Estas evoluções tecnológicas têm provocado mudanças profundas em todos os setores, marcadas pelo surgimento de novos modelos de negócio, pela reformulação da forma de trabalho, pela otimização da produção, do consumo, dos transportes e dos sistemas logísticos. Um dos segmentos que mais foram impactados por essas evoluções tecnológicas foi a área de telecomunicações, que evoluiu significativamente em tecnologias nos últimos anos.

Desde a Primeira Revolução Industrial, a humanidade tem passado por grandes transformações, e esse ciclo de mudanças provocado pela quarta revolução industrial está sendo 1) mais intenso, envolvendo a transformação de sistemas inteiros entre países, empresas, indústrias e de toda a sociedade; 2) mais **rápido**, pois, ao contrário das outras três revoluções industriais anteriores, a evolução da tecnologia está ocorrendo em um ritmo exponencial e não linear graças a um mundo interconectado; e 3) mais **amplo**, em virtude de uma fusão de tecnologias e de interações entre os domínios físicos, digitais e biológicos como nunca houve antes na História. Essa quarta revolução industrial não está modificando apenas o “o que” e o “como” fazemos as coisas, mas também “quem” somos (SCHWAB, 2019).

De acordo com Brynjolfsson & McAfee (2015), processos de automação, que até então eram associados somente aos trabalhadores de colarinhos azuis (uma alusão aos operários), estão atualmente afetando as atividades administrativas com inteligência artificial e ferramentas como o RPA (robotic process automation). Com isso, observa-se a precarização dos empregos, a sobrecarga das atividades e a diminuição dos postos de trabalho.

Assim, a substituição crescente do trabalho pela automação na área de telecomunicações não diz respeito apenas a sistemas e máquinas inteligentes e conectadas. Tal substituição é impulsionada a um custo com automação cada vez mais baixo e que torna cada vez mais economicamente atrativo, para as empresas, a substituição de pessoas por máquinas.

Um dos estudos de referência sobre esse assunto de desempregos gerados pela automação é o artigo de Frey e Osborne (2017 apud JUNQUEIRA, 2020), no qual estima-se que cerca de 47% dos atuais empregos nos EUA estarão em risco, havendo a possibilidade de serem substituídos por sistemas automatizados. Várias atividades, como a de motoristas de caminhões, motoristas de táxis, estagiários de advocacia, jornalistas, auditores, caixas de supermercado, frentistas, entre outros, poderão desaparecer nos próximos anos (SCHWAB, 2019).



Botelho (2018) e Junqueira (2020) nos chamam a atenção para outros grandes problemas: a baixa qualificação. Estes cargos exigem conhecimento tecnológico, o que dificulta sua ocupação por trabalhadores de mais idade, tendo em vista a grande resistência de pessoas mais velhas em aprender novas tecnologias. Como exemplo, há a geração baby boomers, isto é, aqueles nascidos entre 1946 e 1967. Essa geração se caracteriza por optar em ter um emprego fixo e estável, tendo seus valores embasados na construção de uma carreira sólida, em especial em uma mesma empresa. Neste novo cenário, observa-se o surgimento de um conceito: o de que, no futuro, não teremos empregos, e sim trabalho.

Frente a isso, este estudo tem como objetivo investigar conceitos emergentes, como o de trabalhabilidade, que está aos poucos substituindo o de empregabilidade, criando uma classe de trabalhador que não terá emprego fixo, que não irá prestar serviços para uma única empresa, e que, ao mesmo tempo, não será um empresário (CARUSO; PERO, 1997). Além disso, objetivamos definir o conceito de competência utilizado no âmbito deste estudo e conhecer a realidade do mercado de trabalho no segmento de telecomunicações.

METODOLOGIA

Diante da problemática observada e em função do objetivo proposto, a metodologia adotada neste trabalho consistiu, inicialmente, de uma pesquisa bibliográfica para compor o referencial teórico, abordando as necessidades de competências dos profissionais em empresas de telecomunicações brasileiras.

No que se refere ao procedimento técnico para levantamento do referencial bibliográfico, em um primeiro momento foi realizada pesquisa bibliográfica em bases de conhecimento científico, como Google Acadêmico, Scielo, Scopus e Science Direct, para identificação da área do estudo e conhecimento das competências necessárias para a ocupação de vagas em atividades na área de telecomunicações.

Para estudar o contexto da telecomunicação, foi realizado um levantamento de dados na internet em busca de artigos e reportagens em sites especializados como o Teleco, Telesintese, Brasscom, ANATEL, e das principais operadoras de telecomunicações no Brasil (Vivo, TIM, Claro e Algar), a fim de estruturar o contexto e a problemática da pesquisa.

REVISÃO DOS CONCEITOS DE EMPREGABILIDADE / TRABALHABILIDADE

A empregabilidade, segundo Silva (2011), pode ser entendida como a capacidade do trabalhador de se manter empregado ou, em caso de demissão, de retornar ao mercado de trabalho. Esse tema está sendo cada



vez mais usado, principalmente devido ao crescimento de exigências de qualificação pelo mercado e devido ao grande nível de desemprego.

As mudanças iniciadas com o processo de globalização, as inovações tecnológicas a concorrência cada vez mais acirrada a busca da excelência e exigência por qualidade e melhorias contínuas resultaram em profundas alterações nas formas de produção. Todas estas mudanças trouxeram em seu bojo transformações tanto positivas como o acesso às novas tecnologias, bens e serviços úteis à humanidade como também uma carga negativa e se destaca especialmente pela eliminação de muitos postos de trabalho. Resultando hoje no que se denomina desemprego estrutural. Para a ocupação dos postos de trabalho remanescentes muitas são as exigências pessoais e profissionais. (CAMPOS, 2006, p. 1)

Segundo Carvalho (2007), a mão de obra menos qualificada é sempre descartada e o emprego geralmente tende a se concentrar nas camadas menos favorecidas, com baixa instrução escolar e pouca qualificação. A pouca conscientização dos trabalhadores sobre as novas oportunidades ou campos de trabalho e o fato de alguns esperarem surgir oportunidades nos moldes antigos de trabalho dificultam a recolocação daqueles que estão perdendo empregos em detrimento da evolução tecnológica.

Com o mercado cada vez mais competitivo e com a emergência das inovações tecnológicas, identifica-se a tendência de que uma mão de obra mais especializada seja necessária, em contextos em que o conhecimento é um fator importante para suprir a produtividade dos padrões empresariais atuais.

Com isso, surgiu o conceito de trabalhabilidade, referindo-se à capacidade de trabalhar e não necessariamente de se ter emprego. A partir deste conceito, compreende-se que o emprego formal, por contrato de trabalho, está se tornando cada vez mais incerto para a maioria dos trabalhadores que tem buscado o empreendedorismo como opção de gerar uma fonte de renda e possibilidade de trabalho (SILVA, 2011).

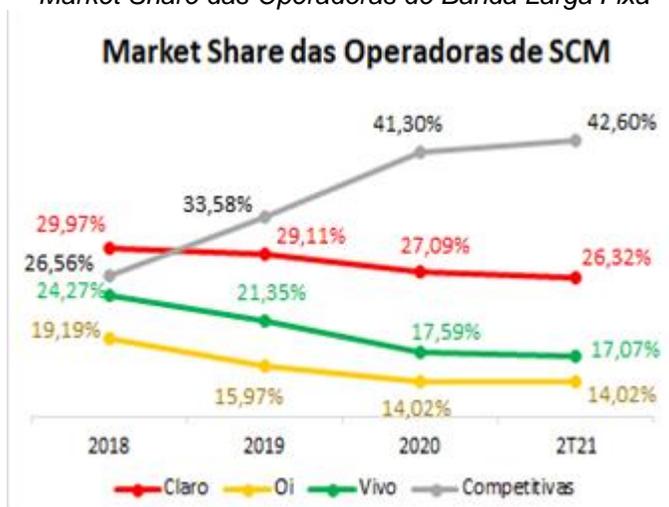
E, no setor de telecomunicações, o conceito de trabalhabilidade e o de se tornar um empreendedor nesta área têm crescido cada vez mais. Este crescimento se deve à deficiência das grandes operadoras em prover, nos últimos anos, o acesso à internet a uma grande parcela da população que vive em comunidades, zonas rurais e até na periferia de muitas cidades, de modo que começaram a surgir pequenas operadoras oferecendo acesso à internet.



Enquanto mais de 90% das pessoas nas classes A e B são usuárias de internet, nas classes D e E apenas 42% estão conectadas. Há diferença também entre áreas urbanas e rurais, por exemplo. Mais de 70% dos moradores das cidades fazem uso da internet, contra 44% nas áreas rurais. (IPEA, 2019)

Os provedores regionais estão crescendo e, atualmente, o Brasil possui 14 mil empresas regionais, que são os pequenos e médios provedores, chamados de Competitivas (são todas as operadoras, exceto Claro, Vivo e Oi). Juntas, elas agregam 42,60% do mercado de internet fixa no país (TELECO, 2021).

Market Share das Operadoras de Banda Larga Fixa



Fonte: Telecom et al. ANATEL (2021)

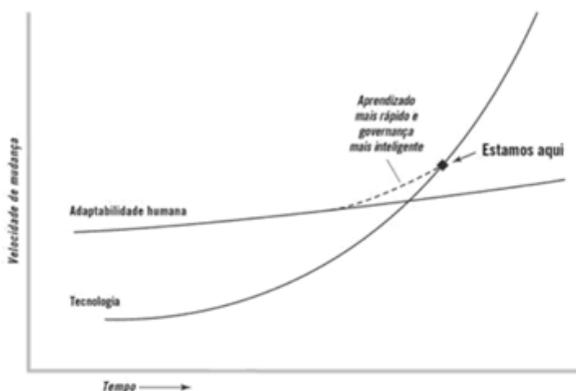
Muitas dessas empresas são familiares e nem sequer têm funcionários, sendo geridas e atendidas por seus membros. Esta situação é bem diferente do que acontecia há alguns anos, quando havia somente o acesso à internet através das grandes operadoras.

Competências exigidas para profissionais de telecomunicações

O gráfico elaborado por Eric “Astro” Teller (responsável pelo laboratório de pesquisa da Google X) e que foi apresentado em Friedman (2017) demonstra a necessidade de estarmos em constante aprendizado para atender as novas competências exigidas pelo mercado.



Gráfico de Astro Teller



Fonte: Astro Teller, citado em Friedman (2017)

O gráfico mostra o progresso científico e tecnológico ao longo do tempo e como a humanidade – os indivíduos e a sociedade – se adaptam às mudanças. Teller, citado por Friedman (2017), afirma que a plataforma tecnológica para a sociedade pode mudar em 5 ou 7 anos, mas que há um período de 10 a 15 anos para que nos adaptemos a essas mudanças. Há um desencontro temporal entre as transformações tecnológicas e a adaptação da governança.

Todos esses indícios mostram que as estruturas de nossa sociedade não estão conseguindo acompanhar o ritmo das mudanças tecnológicas, sendo necessário aumentar o esforço na formação e na educação de forma ampla, para que as pessoas possam se adaptar à aceleração da tecnologia que permeia nosso tempo.

Segundo Dutra, Hipólito e Silva (2000), o setor de telecomunicações se caracterizou, desde seu início, por forte presença dos governos com grandes estruturas estatais. Contudo, nos últimos anos, foi observada a mudança desse tipo de serviço, sendo feita a desregulamentação e a abertura de monopólios existentes, incentivando, com isso, a vinda de investimento de capital estrangeiro no país. Gerou-se uma importação de tecnologia de ponta e de equipamentos de telecomunicações de pequeno, médio e grande porte, criando oportunidades e viabilizando o surgimento de novos concorrentes e novos mercados, impulsionando, assim, o setor de telecomunicações.

O setor de telecomunicações tem mudado rapidamente, buscando melhores níveis de desempenho com novas técnicas, serviços e produtos, e alterando o perfil dos profissionais que trabalham e irão trabalhar nesta área, que é muito dinâmica. A alteração do perfil dos profissionais no setor de telecomunicações é sinônimo de avanço tecnológico destes novos tempos.

Exige-se do profissional um perfil de constante aprendizado, tanto individual quanto organizacional, que se ajuste às mudanças do segmento e



se adapte às novas culturas organizacionais, pois, assim, poderá se manter ou se destacar neste segmento. Desse modo, é natural que esses trabalhadores tenham que buscar desenvolver novas habilidades, além de aperfeiçoar as atuais, na tentativa de se mostrarem relevantes para as empresas:

Segundo Cida Garcia, diretora de Talentos Humanos da Algar Telecom: “Antes o mercado era fundamentado em voz e serviços simples de telecomunicações, mas tem migrado para serviços fundamentados no mundo da tecnologia e de TI. Sendo assim, vem sendo exigido um profissional com formação intelectual maior, com mais cursos, habilidades de relacionamento e criatividade, além das habilidades técnicas, independentemente da área, o profissional precisa entender sobre negócios, ter bom relacionamento interpessoal, agilidade no aprendizado, abertura para a inovação e ser resiliente, afinal as tecnologias mudam muito rápido; e o comportamento dos clientes também muda, assim como suas necessidades, e os profissionais cada vez mais precisam estar prontos para suprir as demandas deste novo cenário.” (FUTURECOM, 2018)

Quando a Telefônica assumiu o controle da Telesp, em 1998, quase metade de seus funcionários era formada por engenheiros e técnicos responsáveis pela instalação e pela manutenção de orelhões. E a empresa entendeu que era necessário mudar a estrutura para uma rede mais digital. No entanto, percebeu-se uma carência de profissionais da área digital. A necessidade de evolução e ampliação da rede, junto com as novas tecnologias que estavam surgindo, exigiu novos conhecimentos, novas competências, novas habilidades e a reestruturação de processos.

No que se refere à gestão de pessoas ficou clara a necessidade de acompanhamento das demais mudanças que vêm ocorrendo na organização. Suporte e consistência nos processos de transformações existentes da empresa e de dar condições para a concretização de uma gestão de pessoas descentralizada, integrada e compartilhada. Transpareceu, no entanto, a ausência de instrumentos e de sistemas de gestão de pessoas que possibilitasse a integração das diversas ações de recursos humanos uma vez que tentativas anteriores de estabelecer os falharam. Este contexto levou a organização a optar por um sistema de gestão por competências. (DUTRA; HIPÓLITO; SILVA, 2000, p. 167)



Segundo Dutra, Hipólito e Silva (2000), foram estruturadas condições para estabelecer níveis de diferenciação conforme o trabalho executado, ajudando, dessa forma, a construir um parâmetro do recrutamento e a seleção de pessoal. Conforme o conceito de competências e prioridades de capacitação, também se tornou possível estabelecer parâmetros sobre a possibilidade de subdividir este processo de recrutamento e seleção em níveis caracterizados pela complexidade das atribuições neles exercidas e relacionados aos resultados esperados.

Os critérios de movimentação estabelecidos contemplam as trajetórias naturais de desenvolvimento e o nível de especialização necessário, incentivando as movimentações em posições iniciais de carreira de forma a possibilitar a oxigenação da organização e a experimentação das habilidades dos colaboradores em diversas áreas, num momento em que a escolha profissional ainda está sendo feita, e limitando-as em posições mais elevadas, de forma a estimular o aprofundamento das competências adquiridas. (DUTRA; HIPÓLITO; SILVA, 2000, p.168)

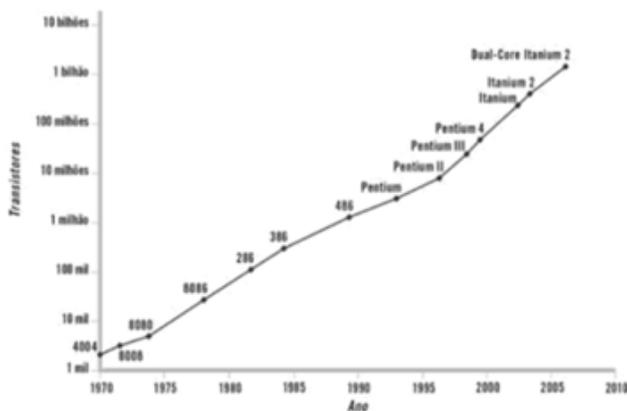
Por sua própria natureza, a inovação na área de telecomunicações requer recursos, conhecimentos e experiências dos processos inerentes ao serviço em telecomunicações. Estes requisitos são mais complicados de serem adquiridos, pois são gerados pelo aprendizado prático com equipamentos e tecnologias específicos da área de telecomunicações, que vive em constante evolução tecnológica e que exige mão de obra qualificada, principalmente da área técnica.

Reflexões sobre o avanço do mercado de telecomunicações

O progresso tecnológico no século XX criou um período próspero, principalmente nas duas décadas após a Segunda Guerra Mundial. Quanto maior era a evolução das máquinas, maior era o aumento da produtividade (BRYNJOLFSSON; MCAFEE, 2015). Este ritmo de crescimento exponencial é regido pela Lei de Moore, teoria criada por Gordon Moore, presidente da Intel. Moore afirmou, em 1965, que a eficiência dos computadores dobraria a cada dois anos pelo mesmo custo. Essa lei explica a aceleração constante da capacidade de processamento e da velocidade resultante.



A lei de Moore ilustrada pelos processadores da Intel



Fonte: Friedman (2017)

Friedman (2017) compara o processador Intel Core de sexta geração com o processador 4004 da primeira geração de microchip, lançado pela Intel em 1971. O processador de sexta geração é 3.500 vezes mais eficiente, 90.000 vezes mais econômico em termos de uso de energia e 60.000 vezes mais barato do que o processador 4004. E o autor ressalta que, se a Lei de Moore de evolução fosse atualmente aplicada aos carros, um Fusca poderia viajar a 480.000 Km/h rodando mais de 3 milhões de quilômetros com quase quatro litros de gasolina a um custo de 4 centavos de dólar.

Anteriormente, a automação proposta pela evolução tecnológica era um temor e afetava os trabalhadores do setor industrial. Contudo, a aceleração da evolução tecnológica tornou-se indispensável em praticamente todas as áreas e, agora, afeta também áreas administrativas. Indústria autônoma, carros autônomos, Inteligência artificial, IoT (Internet das Coisas) e Impressão 3D são elementos que compõem nosso cotidiano e que estão mudando as necessidades de competências do profissional para a realização do trabalho.

Nestas últimas décadas, um dos segmentos que mais sofreu mudanças na sua forma de trabalho por transformações tecnológicas foi o de telecomunicações, setor que evoluiu muito rápido e que exerceu grande influência no processo de globalização, aumentando a produtividade e a conectividade e promovendo a redução de distâncias entre pessoas e empresas. Um exemplo disso é que, até o começo da década de '80, era necessário a ajuda de uma telefonista para completar uma chamada local ou interurbana, processo que poderia levar horas, ou dias, em detrimento do tráfego, e que era realizado através do sistema de centrais telefônicas manuais.

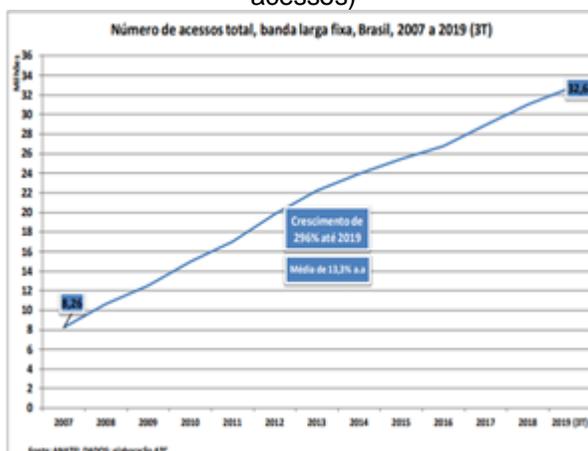
Na década de 1990, surgiram as centrais automáticas e, posteriormente, as digitais, que dispensaram o uso da telefonista para



completar uma chamada telefônica. Assim, o usuário poderia fazer sua ligação somente discando em seu telefone. O uso dessas centrais telefônicas está caindo em desuso nos últimos anos, sendo substituídas pela tecnologia de voz sob IP, com mudanças estruturais cada vez maiores. Nota-se que tudo isso ocorreu em menos de 50 anos. No Brasil, esse crescimento exponencial dos serviços das operadoras de telecomunicações promoveu uma grande mudança na qualidade e na prestação de serviços do setor.

A Telesp, que, até o ano de 1998, era a estatal responsável pela telefonia do estado de São Paulo, tinha 22 mil funcionários e 5,4 milhões de terminais instalados. Atualmente, a Telefônica, empresa que privatizou a Telesp, emprega 15 mil funcionários, mas com atividades muito mais complexas e com 74,58 milhões de linhas em 2021 (CASTRO, 2005; FLORÊNCIO, 2020).

Crescimento do mercado de Banda Larga Fixa no Brasil (número de acessos)



Fonte: Florêncio, Paulo (2020)

Além do processo de privatização, outro fator que fomentou o crescimento do setor de telecomunicações foi o uso da Internet, fazendo com que as operadoras de telefonia, que basicamente trabalhavam com o fornecimento de telefonia fixa, precisassem se adaptar às mudanças tecnológicas que foram surgindo nos últimos 25 anos. Esse novo serviço foi apresentado para seus clientes, de modo que a mudança de velocidade de uma linha de banda larga residencial saiu de uma velocidade média de 256kbps, em 2001, para 300Mbps, em 2021, e sem contar o aumento de acessos que cresceu de 2007 a 2019 em 296% e que, atualmente, é uma de suas principais fontes de renda (FLORÊNCIO, 2020).



O segmento de telecomunicações se encontra em um momento de intensas mudanças, principalmente após o surto de Covid-19, durante o qual as operadoras de telecomunicações viram o tráfego de banda larga fixa saltar entre 40% e 50% desde o início da pandemia de coronavírus (MELLO, 2020).

A pandemia de covid-19 tem impacto positivo no tráfego de redes, nos serviços baseados em nuvem e conteúdo, que representam oportunidades para o mercado 9 e o “novo normal” vai acelerar o processo de transformação digital das empresas na América Latina, colocando as comunicações em um papel central. Um estudo recente do IDC (International Data Corporation) prevê que haverá um aumento de 10,8% no tráfego de dados em redes fixas até 2023 e nas redes móveis o aumento é estimado em 29,2%. Para 2025, a expectativa é de que a quantidade de dados para dispositivos de IoT seja quintuplicada. “70% do tráfego serão gerados por câmeras, drones, sistemas de navegação, dispositivos de saúde, entre outros”. (IDC. 2020)

O que se pode observar é que, quando a pandemia do Covid-19 acabar, as empresas irão adotar o sistema híbrido de trabalho, que mistura o ambiente de trabalho presencial com um sistema de home-office. A Vivo, por exemplo, já adota, desde antes da pandemia, esse sistema híbrido, com o trabalho 1 ou 2 dias em casa e o restante da semana no escritório. Empresas como a TIM, o Twitter, Petrobras, XP Inc., entre outras, já adotaram o sistema de home-office integral (NAVISKAS, 2020), que aumenta a produtividade e diminui custos para a empresa.

O trabalho remoto possibilitará novas oportunidades de emprego ou redução de quadro e maior concorrência, pois os trabalhadores desempenham suas atividades de qualquer parte do mundo e até mesmo de outros países.

Para as vagas de trabalho remoto, a concorrência vai ser ainda maior, pois haverá candidatos de várias partes do país nessa disputa. O profissional terá que estar muito bem-preparado para conquistar uma dessas oportunidades. Nunca se falou tanto em investir em conhecimento e no desenvolvimento de novas habilidades. A transformação que a crise trouxe vai exigir um profissional mais autogerenciável, ou seja, ele terá que fazer suas tarefas, gerar suas ações e entregas, e ainda organizar o desenvolvimento de suas atividades. Além disso, será preciso ter uma boa estrutura de trabalho, mesmo em casa, com boa conexão de internet, equipamentos apropriados, entre outros. (SANCHOTENE, 2020)



A GeekHunter, empresa de recrutamento especializada na contratação de profissionais de tecnologia, percebeu o aumento na oferta de vagas remotas desde fevereiro de 2020, quando eram, em média, 25% do total. Desde então, esse número cresceu mês a mês, correspondendo a 75% das posições abertas na plataforma em novembro de 2020, e estima-se que deverá se manter um patamar de 60% de profissionais remotos no período de pós-pandemia (BERTÃO, 2021).

O conceito de trabalho em casa tende a ser vista de forma positiva, em função da flexibilidade proporcionada, e no futuro se tornará uma vantagem competitiva de contratação e de produtividade de quem tem uma infraestrutura boa, com internet veloz e espaço adequado em casa.

Mas quem não tem isso? Estudos feitos pela Ernst & Young Brasil (2021, p.5) aponta que o principal desafio que o empregado encontra para permanecer produtivo trabalhando de forma remota, é o da conexão em casa não ter a velocidade adequada para desempenhar suas atividades. Em 2020, o Brasil ocupava somente a 58ª posição no ranking de qualidade de vida digital (SURFSHARK, 2020).

Infelizmente neste caso, não atender os requisitos de conectividade, de não ter uma internet que possa carregar os dados dos sistemas que estão cada vez mais pesados, impede o funcionário de desempenhar suas atividades e em alguns casos, até a sua demissão.

Elementos que impactam a produtividade em casa



Fonte: Estudo Ernst & Young Brasil (2021, p.5)

Esse problema se agrava principalmente nas periferias, embora as empresas ofereçam equipamento para se trabalhar remotamente, como



Notebook e, em alguns casos, uma linha com acesso à internet, a falta de investimentos das operadoras e a legislação desatualizada de instalação de infraestrutura de telecomunicações impossibilitam o acesso da periferia a uma internet de qualidade. Atualmente, a lei que regula novas estações rádio base - ERB no município de São Paulo é de 2004 (Lei nº 13.756, de 16 de janeiro de 2004), período que tinha somente a rede 2G no Brasil (a rede 3G começou a operar em 2007), e que impede a expansão das redes móveis (FELICIO, 2020). Com isso, esses trabalhadores não conseguem ter uma velocidade adequada de internet para acessar as ferramentas e desempenhar suas atividades, o que afeta negativamente sua produtividade e pode causar sua demissão.

Uma alternativa para esse problema de conectividade será a tecnologia de 5G que irá proporcionar acessos e downloads muito mais rápidos, a velocidades de até 20Gbps. Além disso, essa tecnologia poderá conectar trilhões de dispositivos de IoT, como drones, carros autônomos, automação residencial e sensores, possibilitando a estruturação de cidades inteligentes com dispositivos permanentemente conectados.

De acordo com Parracho (2018) e Takemoto (2017), a Segunda Geração (2G) de sistemas de comunicação móvel, que surgiu durante os anos de 1990, foi projetada para o serviço de voz; o 3G, por sua vez, foi projetado para o serviço de dados; e o 4G otimizou e aumentou a capacidade de transmissão de dados, o que gerou a mudança no perfil do usuário, que diminuiu drasticamente o uso do serviço de voz e passou a usar o serviço de dados como streaming de música e vídeo. Assim, a velocidade na transmissão de dados tornou-se prioritária em relação ao de voz. O 5G é o próximo passo da internet. Essa nova tecnologia deve ser um ponto impactante no futuro das comunicações e das experiências vividas pela sociedade e precisa ser mais eficiente para dar conta não necessariamente de uma enorme quantidade de dados, mas de um enorme número de dispositivos conectados.

O 5G está surgindo como uma oportunidade de criar uma rede de transmissão de dados mais ágil e adaptada a diferentes necessidades, tanto das pessoas no cotidiano, quanto da economia, devido à grande demanda por conectividade e à maior troca de informações. A expectativa é que esse novo formato de rede sem fio terá maior alcance em comparação às tecnologias usadas até o momento, com uma baixíssima latência, que irá proporcionar uma conexão de rede instantânea, aumentando, assim, sua velocidade. Essa rede foi projetada para ser escalável, ou seja, será mais versátil e mais eficiente para expandir a capacidade da rede.

O impacto que esse formato de rede poderá gerar nos trabalhadores de telecomunicações é o processo de canibalização que o 5G poderá promover. Atualmente, as linhas fixas e de internet de banda-larga operam na faixa de 300Mbps com fibra ótica e de até 1Mbps em locais onde não há fibra ótica instalada, e não se comparam aos possíveis 20Gbps que deverão



ser oferecidos pelo 5G. Nisso, haverá uma grande redução dos técnicos de campo, das atividades de Staff de campo, de setores como o despacho, que atribui os chamados de reparo e ou de instalação para os técnicos, e de setores de manutenção da planta externa de telecomunicações, pois tudo será fornecido pelo 5G da linha móvel.

Rotatividade e vacância³ no mercado de telecomunicações

A evolução tecnológica ocorrida nos últimos 30 anos tem gerado cargos mais qualificados, com novas exigências de conhecimento, com uma nova forma de cultura de aprendizagem e com novas competências. Com isso, a qualificação passou a ser um diferencial competitivo para se adaptar às mudanças que vêm ocorrendo no mercado.

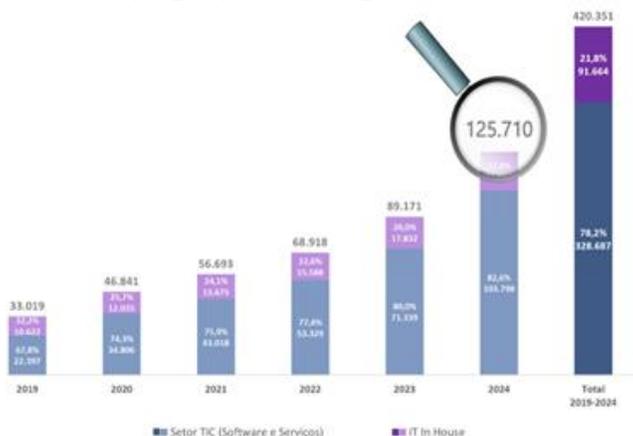
Diante da estagnação da economia e com o desemprego em alta, o setor de tecnologia foi um dos grandes destaques de contratações ao longo de 2020, reflexo do avanço da tecnologia pela busca por inovação e do ganho de eficiência pelas empresas com uma grande transformação digital. No relatório anual de 2021 do setor de TI da Brasscom (Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação), é estimado que o mercado de trabalho no Brasil demandará 420 mil profissionais na área de TI entre 2018 e 2024, tendo sido criados, no ano de 2020, 59 mil novos postos de trabalho em TI e comunicação e 14 mil vagas correspondentes ao setor de telecomunicações.

Houve um aumento de 310% nas vagas abertas no setor de Tecnologia da Informação, em 2020 (BERTÃO, 2021). O setor foi responsável por 7% do PIB de 2018, mas, atualmente, são formados 46 mil profissionais por ano. Se não houver mudanças, teremos um déficit de 260 mil profissionais em 2024. Hoje, a remuneração dos profissionais de tecnologia é 8,5 vezes maior do que o salário-mínimo no Brasil (PADRÃO, 2021).

³ No dicionário Michaelis, em sua versão on-line consultada no ano de 2021, encontramos como definição para vacância: “Sf / 1 Estado ou condição de coisa que não se acha ocupada ou habitada. 2 Período durante o qual um cargo, ou emprego, ou ofício permanente não está preenchido; vagância.”.



Demanda de Empregos por Tecnologias e TI In House (2019-2024)



Fonte: Brasscom: Relatório Setorial 2020, macrossetor de TIC

Segundo o relatório da Brasscom (2021), há um problema de vacância no segmento de TI e de telecomunicações, e serão necessários, até 2024, 70 mil profissionais por ano nestas áreas para suprir essa demanda, havendo a necessidade de formação de mão de obra qualificada no curto prazo.

Empresas do segmento de Tecnologia disputam esses profissionais e se queixam da dificuldade em encontrar mão de obra especializada. Nos dias atuais, o Brasil forma, anualmente, 46 mil pessoas com perfil tecnológico, com relativo descasamento geográfico entre oferta e demanda de mão de obra (BRASSCOM, 2021).

Necessidade de qualificação de pessoal no mercado de telecomunicações

O mercado de trabalho vem exigindo cada vez mais qualificação do trabalhador, sendo ele o responsável por gerenciar o desenvolvimento de sua carreira, e o que possa ajudar em um crescimento profissional.

A carreira nas organizações tem sido tradicionalmente associada à ocupação e à profissão, como um caminho a ser trilhado profissionalmente, e é normalmente entendido como um sinônimo de trabalho, associado ao sucesso e à ascensão social (TOLFO, 2002).

A formação profissional tende a elevar a empregabilidade, a produtividade e a remuneração de cada trabalhador. E neste mundo competitivo o trabalhador precisa elevar sua qualificação, uma vez que traz vantagens pessoais significativas tanto em termos da ampliação de suas opções de trabalho como de sua remuneração (GAET, 2021).



Todavia, as carreiras estão cada vez mais instáveis, e se caracterizam pela descontinuidade, tendo em vista que são exigidos pré-requisitos que, antigamente, não eram necessários para o desempenho da função e que eram fornecidos pela empresa através de cursos e treinamentos. Os casos relatados anteriormente são um relato nítido da dificuldade que o trabalhador sem qualificação tem enfrentado para se manter no mercado de trabalho. Balassiano, Ventura e Fontes (2004) abordam que, no modelo moderno de carreira, a responsabilidade da empresa pela carreira do empregado é quase nula, sendo dirigida pelas pessoas, não pelas organizações, e reinventada de tempos em tempos.

Essas novas exigências de formação são outro ponto fundamental, que pode ser considerado até como um “filtro” para a contratação e a manutenção de um posto de trabalho. Segundo a Brasscom (2021), em um cenário de 14,7 milhões de brasileiros desempregados no primeiro trimestre de 2021 (IBGE, 2021), sobram vagas no setor devido à falta de profissionais qualificados.

Formação Presencial em TIC no Ensino Superior em 2017- características da Oferta de Formação e Aproveitamento



Fonte: Brasscom: Relatório Setorial 2020, macrossetor de TIC

Segundo Cilo (2019), um levantamento da recrutadora Manpowergroup com mais de 37 mil empregadores de 47 países, mostrou que o Brasil possui um dos piores índices de mão de obra não qualificada do mundo. A taxa de escassez de talentos é de 63%, praticamente o dobro da média internacional (36%), com uma alta escassez de profissionais capacitados (83,23%) e a deficiente formação básica (58,08%) são os principais entraves que afetam a escolha dos candidatos de acordo com as empresas que fizeram parte do estudo.

No cenário da educação brasileira, alguns dados chamam a atenção: a Education at a Glance (EAG), publicação anual da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne estatísticas



educacionais do Brasil e de mais de 40 países, faz um comparativo dos sistemas educacionais dos países participantes e observa uma forte associação entre o nível educacional e o desemprego. “Quanto maior a escolarização, menor a chance de estar desempregado” (INEP, 2015; 2021).

Em 2015, o Brasil apresentou o maior percentual de jovens de 20 a 24 anos de idade que não estavam estudando, alcançando os 76%, e registrou uma das parcelas mais elevadas de adultos que não concluíram o ensino médio, com 39% da metade dos adultos, com idade entre 25 e 64 anos e entre os países analisados (INEP, 2015), e 17% da população sequer tinham concluído o ensino básico. Os números estão muito abaixo da média dos países da OCDE, que têm 22% de adultos que não chegaram ao ensino médio e 2% que não concluíram o básico (CAZARRÉ, 2017).

No relatório de 2015 da OCDE, apenas 15% dos estudantes brasileiros entre 25 e 34 anos estavam no ensino superior, bem abaixo da média dos países participantes da OCDE, que é de 37%, e abaixo da média de alguns países do Mercosul, que tem 21% na Argentina e 22% no Chile e na Colômbia.

A partir dos dados gerados pelo relatório, é possível ver o déficit em cursos de tecnologia. Em 2015, 37% das graduações foram elaboradas nas áreas de negócios, administração e direito, seguido por pedagogia, com 20% das matrículas. Somente 15% dos estudantes brasileiros optaram por cursos de ciência, tecnologia, engenharia e matemática, sendo esta uma das taxas mais baixas dos países avaliados (PALAVEZZINI, 2020; CAZARRÉ, 2017).

Um exemplo dessa carência de formação é que, entre os anos de 2018 e 2019, a central sindical UGT (União Geral de Trabalhadores) organizou um mutirão de empregos em que 60% das 11,8 mil vagas ofertadas, que reuniram grandes empresas, não foram preenchidas. De acordo com Chiara & Gravas (2019), dificuldade de se expressar, de fazer contas, falta de conhecimentos básicos em informática e inglês e poucos anos de estudo são obstáculos às contratações.

A Atento, empresa de telemarketing e a maior empregadora privada do país, ofereceu 1,2 mil vagas no Mutirão do Emprego. Com 600 interessados, a empresa só conseguiu contratar 7 operadores de telemarketing (CHIARA; GRAVAS, 2019).

A educação profissional é uma das alternativas apontadas pela CNI (2020) para acompanhar o cenário de transformação do mercado de trabalho e diminuir o número de pessoas que entram no mercado sem preparo, nem uma profissão definida, sendo necessário dar ênfase a partir da educação básica nas áreas STEAM (ciência, tecnologia, engenharia, artes e matemática) e incentivar um ensino com base na interdisciplinaridade, na resolução de problemas e o desenvolvimento de habilidades para a tomada de decisões (CNI, 2021).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos, ao longo deste trabalho, o surgimento de novas oportunidades de negócios relacionados à evolução tecnológica que está ocorrendo no mercado e que será impulsionada na área de telecomunicações com o 5G, que aumentará, de forma exponencial, o número de dispositivos conectados, abrindo novas formas de trabalho.

Por um viés estratégico, a tecnologia exerce um papel fundamental para as empresas que querem se manter cada vez mais competitivas, pois, além de terem que se adaptar às novas definições exigidas pelo mercado, tais empresas poderão ser facilmente superadas por inovações introduzidas por seus concorrentes.

Ter uma boa base técnica, que possa introduzir um novo conceito tecnológico e se adaptar às constantes mudanças de tecnologia, é fundamental para qualquer empresa. A partir do estudo realizado, observa-se a dificuldade de se encontrar pessoas qualificadas para as novas atividades que estão surgindo.

As empresas estão colocando em prática estratégias para contornar o problema de qualificação, mas abordagens de autogestão da carreira, como “aprenda a nadar ou afunde”, não estão funcionando bem atualmente. Dessa forma, é necessário rever as práticas de RH de aplicar novas habilidades em novas funções, com mais treinamento e desenvolvimento com os seus atuais colaboradores nas novas tecnologias. Assim, será possível criar oportunidades de desenvolvimento e de aprendizagem no local de trabalho.

REFERÊNCIAS

BALASSIANO, Moisés; VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira; FONTES FILHO, Joaquim Rubens. Carreiras e cidades: existiria um melhor lugar para se fazer carreira? **Revista de Administração contemporânea**, v. 8, p. 99-116, 2004.

BERTÃO, Naiara. Mercado de tecnologia tem aumento de 310% de vagas em 2020. **Valor Investe**, 2021. Disponível em: <<https://valorinveste.globo.com/objetivo/empreendase/noticia/2021/01/10/mercado-de-tecnologia-tem-aumento-de-310percent-devagasem2020.ghtml>>. Acesso em: 06 de set. de 2021.

BOTELHO, Moisés Phillip et al. Geração x, y e baby boomers: um desafio atual para uma organização do segmento tecnológico. **Revista Estudos e Pesquisas em Administração**, v. 2, n. 1, p. 104-117, 2018.

Brasscom - Relatório Setorial 2020 Macrossetor de TIC. **Brasscom**, 2021. Disponível em: <<https://brasscom.org.br/relatorio-setorial-2020-macrossetor-de-tic/#>>. Acesso em: 30 de mai. de 2021.



BRYNJOLFSSON, Erik; MCAFEE, Andrew. A segunda era das máquinas. **Trabalho, progresso**, 2015.

CAMPOS, Keli Cristina de Lara. **Construção de uma escala de empregabilidade: competências e habilidades pessoais, escolares e organizacionais**. 2006.

CARUSO, Luiz Antônio Cruz; PERO, Valéria. Empregabilidade e reconversão profissional: trabalhadores desligados da indústria. **São Paulo em perspectiva**, v. 11, n. 1, p. 70-81, 1997.

CARVALHO, Ricardo Pachêco. **As novas tecnologias induzem a empregabilidade ou a trabalhabilidade**. 2007.

CASTRO, Cláudia Santos de. Gestão de recursos humanos no setor de telecomunicações: novas empresas, novas práticas? **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, p. 36-47, 2005.

CAZARRÉ, Marieta. Mais da metade dos adultos brasileiros não chegam ao ensino médio, diz OCDE. **Agência Brasil**, 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-09/mais-da-metade-dos-adultos-brasileiros-nao-chegam-ao-ensino-medio-diz>>. Acesso em: 17 de julho de 2020.

CHIARA, Marcia; GAVRAS, Douglas. Sem qualificação, parte dos brasileiros não consegue ocupar vagas básicas. **Estadão**, São Paulo, 02 de jun. de 2019. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,sem-qualificacao-parte-dos-brasileiros-nao-consegue-ocupar-vagas-basicas,70002852842>>. Acesso em: 17 de julho de 2020.

CILO, Nelson. Tecnologia: O setor que ainda tem dificuldades para contratar. **Correio Braziliense**, 2019. Brasília, 24 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2019/05/24/internas_economia,757036/tecnologia-o-setor-que-ainda-tem-dificuldades-para-contratar.shtml>. Acesso em: 30/05/21.

CNI (Confederação Nacional na Indústria). Sondagem especial falta de trabalhador qualificado: 2020. Brasília, DF: CNI, 2020.

CNI (Confederação Nacional na Indústria). **EDUCAÇÃO STEAM - INSUMOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA PARA O BRASIL: 2021**. Brasília, DF: CNI, 2021.



DUTRA, Joel Souza; HIPÓLITO, José Antonio Monteiro; SILVA, Cassiano Machado. Gestão de pessoas por competências: o caso de uma empresa do setor de telecomunicações. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 4, p. 161-176, 2000.

Education at a Glance 2020 – Country Note - Brazil. INEP, 2021. Disponível em:

<http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/eag/documentos/2020/EAG_2020_CN_BRA.pdf>. Acesso em: 06 de set. de 2021.

Education at a Glance 2020 - OECD INDICATORS. INEP, 2021. Disponível em:<https://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/eag/documentos/2020/EAG_2020_V2.pdf>. Acesso em: 06 de set. de 2021.

Education at a Glance. INEP, 2021. Disponível em: <<http://inep.gov.br/education-at-a-glance>>. Acesso em: 06 de set. de 2021.

FELICIO, Ana Beatriz. Nas periferias, trabalhar em casa durante pandemia esbarra na qualidade da internet. **Folha de São Paulo**, 29 de mar. de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/03/nas-periferias-trabalhar-em-casa-durante-pandemia-esbarra-na-qualidade-da-internet.shtml>>. Acesso em: 30 de mar. de 2021.

FLORÊNCIO, Paulo. Mercado de Banda Larga Fixa no Brasil: Antes e depois do Coronavírus. **Target solutions**, 2020. Disponível em: <<http://blog.targetso.com/2020/04/03/banda-larga-fixa-e-coronavirus/>>. Acesso em: 06 de set. de 2021.

Formação adicional faz parte do perfil do novo profissional de Telecom, **Futurecom Digital**, 2018. Disponível em: <<https://digital.futurecom.com.br/sitemap/articlepermonth/11/2018>>. Acesso em: 06 de set. de 2021.

FRIEDMAN, Thomas L. **Obrigado pelo atraso: um guia otimista para sobreviver em um mundo cada vez mais veloz**. Editora Companhia das Letras, 2017.

IBGE – instituto brasileiro de geografia e estatística. Desemprego. Rio de Janeiro: **IBGE**, 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>>. Acesso em: 30/05/21.

Internet no Brasil reproduz desigualdades do mundo real. **IPEA**, 2019. Disponível em:



<https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34796>. Acesso em: 30/05/21.

JUNQUEIRA, Alexandre. **A quarta revolução industrial e o potencial impacto da Indústria 4.0 sobre o emprego**. 2020. Tese de Doutorado.

MANPOWERGROUP et al. **Pesquisa sobre Escassez de Talentos 2019**. São Paulo, 2019.

Market Share de Banda Larga Fixa no Brasil. **TELECO**, 2021. Disponível em: <<https://www.teleco.com.br/blarga.asp>>. Acesso em: 06 de set. de 2021.

MELLO, Gabirela. Anatel vê Covid-19 impulsionar banda larga, admite atraso em leilão 5G. **Reuters**, São Paulo, 22 de mai. de 2020. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/telecom-anatel-5g-idBRKBN22Y2LO-OBRIN/>>. Acesso em: 30 de mar. de 2021.

NAVISKAS, Mariana. 6 empresas que adotaram o home office para sempre após a pandemia. **Yahoo Finanças**, São Paulo, 24 de agosto de 2020. Disponível em: <<https://br.noticias.yahoo.com/6-empresas-que-adotaram-o-home-office-para-empres-apos-a-pandemia-135743963.html>>. Acesso em: 30 de mar. de 2021.

ON-LINE, **MICHAELIS. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2020.

PADRÃO, Márcio. Estudo aponta salário médio no setor de TI e as três capitais que pagam melhor. **Canaltech**, 2021. Disponível em: <<https://canaltech.com.br/empregos/estudo-aponta-salario-medio-no-setor-de-ti-e-as-tres-capitais-que-pagam-melhor-190708/>>. Acesso em: 06 de set. de 2021.

PALAVEZZINI, Juliana; ALVES, Jolinda Moraes. Indicadores da OCDE e suas implicações para a política de educação superior no Brasil. **Argumentum**, v. 12, n. 3, p. 256-269, 2020.

Pandemia impacta positivamente no mercado de telecom mas, ainda assim, **IDC** prevê desaceleração de US\$ 4,3 bilhões. IDC, São Paulo, 22 de mai. de 2020. Disponível em: <<https://www.idc.com/getdoc.jsp?containerId=prLA46403020/>>. Acesso em: 30 de mar. de 2021.

Panorama da educação- Destaques do Education at a Glance 2015. **INEP**, 2015. Disponível em:



<https://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/eag/documentos/2015/destaques_do_panorama_da_educacao_2015_eag_final.pdf>. Acesso em: 06 de set. de 2021.

Panorama da educação- Destaques do Education at a Glance 2016. **INEP**, 2016. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/eag/documentos/2016/destaques_do_panorama_da_educacao_2016_eag.pdf>. Acesso em: 06 de set. de 2021.

PARRACHO, Diogo Santos Ribeiro. **Desenvolvimento de modelos de capacidade para redes móveis 3G e 4G usando dados de desempenho reais**. 2018. Tese de Doutorado. Instituto Superior de Engenharia de Lisboa.

Ranking Banda Larga Fixa – Brasil. **ANATEL**, 2021. Disponível em: <<https://informacoes.anatel.gov.br/paineis/acessos/ranking>>. Acesso em: 06 de set. de 2021.

SANCHOTENE, Diná. Com home office, empresas contratam profissional sem olhar o endereço. **A Gazeta**, Vitória, 16 de junho de 2020. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/empregos/com-home-office-empresas-contratam-profissional-sem-olhar-o-endereco-0620>>. Acesso em: 30 de mar. de 2021.

SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. Edipro, 2019.

SILVA, Luís Fernando Santos Corrêa da. **Percursos desiguais: trajetórias ocupacionais dos trabalhadores no setor de telecomunicações no período pós-privatização**. 2011.

SURFSHARK. **Digital Quality of Life Index 2020**. Disponível em: <<https://surfshark.com/dql2020>>. Acesso em: 05 de jun. de 2022.

TAKEMOTO, Ivan Moriguti. **Aplicação da tecnologia 5g em projetos de telefonia**. 2017.

TOLFO, Suzana da Rosa. A carreira profissional e seus movimentos: revendo conceitos e formas de gestão em tempos de mudanças. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, v. 2, n. 2, p. 39-63, 2002.

Trabalho reimaginado: As novas formas de trabalhar. **Ernst & Young**, 2021. Disponível em: <https://assets.ey.com/content/dam/ey-sites/ey-com/pt_br/article/ey-estudo-trabalho-reimaginado-abril-21.pdf>. Acesso em: 06 de set. de 2021.



SARS-COV-2: ESTRATÉGIAS BIOTECNOLÓGICAS USADAS NO DESENVOLVIMENTO VACINAL E INOVAÇÕES TERAPÊUTICAS

Rachel Siqueira de Queiroz Simões

Instituto Oswaldo Cruz – FIOCRUZ

Rio de Janeiro/RJ

Universidade Santa Úrsula

Rio de Janeiro/RJ

RESUMO

O coronavírus está classificado no reino *Riboviria*, ordem *Nidovirales*, subordem *Cornidovirineae* com duas subfamílias, *Letovirinae* e *Orthocoronavirinae* pertencentes à família *Coronaviridae*, presentes em cinco gêneros, 24 subgêneros que acomete 39 espécies. Os membros da subfamília *Orthocoronavirinae* infectam mamíferos, aves e peixes pertencentes a 4 gêneros: *Alphacoronavírus*, *Betacoronavírus* que infectam os mamíferos, *Gammacoronavírus* e *Deltacoronavírus* que infectam aves domésticas e silvestres. Estudos prévios dos surtos de Coronavírus envolvendo SARS-CoV e MERS-CoV têm contribuído cientificamente para um melhor entendimento na ciência básica e pesquisa clínica. Filogeneticamente, os vírus SARS-CoV, MERS-CoV e SARS-CoV2 estão estritamente interligados. Possíveis recombinações gênicas e novas mutações genômicas ocorrem devido à alta variabilidade do RNA viral dos coronavírus. Análises de transcriptoma têm demonstrado que as células *Natural Killer*, que reconhecem o vírus através de receptores celulares, encontram-se diminuídas no sangue periférico de pacientes com severidade de COVID-19. Além da propagação viral em células Vero, assim como a transfecção em plasmídeos virais, ensaios moleculares e plataformas de sequenciamento de nova geração têm sido as ferramentas padrão-ouro para o diagnóstico viral. Inovações terapêuticas como a edição genômica do DNA pela técnica de CRISPR e o reposicionamento de fármacos têm sido empregada como novas diretrizes no tratamento farmacológico da COVID-19.

Palavras-Chaves: biotecnologia, plataformas tecnológicas, vacina, SARS-CoV-2

INTRODUÇÃO

As Coronaviruses (CoV) são divididos em 4 gêneros: alpha (α), beta (β), gamma (γ) and delta (δ -CoV). Sete CoVs são capazes de infectar humanos: α -CoVs: HCoV-229E e HCoV-NL63 e β -CoVs: HCoV-HKU1 e HCoV-OC43 que causam infecção respiratória moderada. SARS-CoV-2 descrita como Síndrome Respiratória Aguda Grave, do inglês Severe Acute Respiratory Syndrome está classificada como β -coronavirus, subgênero



Sarbecovirus, subfamília *Orthocoronavirinae*, família *Coronaviridae*. Animais experimentais como modelos biológicos e estratégias de desenho de estudo epidemiológico para as vacinas clássicas e de nova geração são o ponto crucial na triagem de ensaios clínicos.

Sequências genômicas do SARS-CoV, MERS-CoV e SARS-CoV2 mostraram que eles são muito próximos filogeneticamente. Entretanto, foi observado que ambos os vírus SARS-CoV e SARS-CoV-2 apesar de usarem o mesmo receptor ACE 2, eles apresentam altos níveis de divergências genéticas. No entanto estruturas da unidade S1 da proteína S de ambos os vírus são altamente similares com exceção do loop que dobra diferentemente (Li et al, 2020).

O surto de SARS-CoV-2-associado a síndrome respiratória aguda detectada inicialmente na província de Wuhan, China, e rapidamente se disseminou ao longo do mundo. No Brasil, o vírus foi detectado em amostras de esgoto em novembro de 2019, demonstrando que o vírus estava circulando antes das notificações das saúdes públicas. Anticorpos monoclonais quiméricos anti-SARS-CoV-2 têm sido desenvolvidos com base na proteína S do epítipo RBD e foi capaz de neutralizar as variantes genômicas. A produção de biofarmacêuticos e o desenvolvimento de biossimilares apresentam uma importância singular nas parcerias do desenvolvimento produtivo para os processos de transferência de tecnologia.

O genoma do RNA vírus possui 30.000 nucleotídeos. Cerca de 4.000 nucleotídeos contém as informações genéticas necessárias para penetrar nas células do hospedeiro através da proteína de espícula, do inglês *Spike* (S). A estrutura tridimensional da proteína *spike* no genoma de SARS-CoV-2 tem sido detectada por modelagem computacional usando técnicas de microscopia crioelétrica (Yan et al., 2020). Em simulações de dinâmica molecular, *docking* por computador do SARS-CoV-2 tem sido utilizado para a descoberta de novas drogas baseada na estrutura viral. Assim os compostos dos fármacos são calculados através de equações físicas que quantificam as interações entre o fármaco e o alvo terapêutico para frear a infectividade viral em cultura de células e modelos animais (Parks & Smith, 2020).

Os diagnósticos de biologia molecular como os testes de rRT-PCR do inglês *real time reverse transcriptase polymerase chain reaction* e sequenciamento do genoma parcial e completo realizado pelas plataformas Illumina MiSeq, iSeq e ION 5S (Wang et al., 2020) foram realizados pelos laboratórios *Cornell University Animal Health Diagnostic Center*, *University Illinois Veterinary Diagnostic Laboratory* and *National Veterinary Services Laboratories*.

A resposta imune contra o SARS-CoV-2 e o mecanismo de hiperinflamação da patologia associada a subpopulação mielóide inflamatória para linfopenia marcada pela disfunção da célula T e NK, correlacionada com a proteção e a duração de imunidade são questões ainda em investigação e devem ser elucidadas para definir uma melhor estratégia terapêutica do



COVID-19. Assim como a indução de anticorpos bloqueando a ligação do receptor e entrada viral que tem sido mostrado em ensaios de neutralização baseada em pseudovírus contra a proteína S e outras proteínas como a Nucleoproteína (N) e ORF3a tem sido testadas. Por análise de transcriptoma foi demonstrado que as células NK encontram-se diminuídas no sangue periférico de pacientes com severidade de COVID-19. *In vitro*, ligantes CXCR3 e CXCL9-11 estão aumentados nos tecidos pulmonares de SARS-CoV-2 e têm sido mostrados como mediadores que facilitam o recrutamento da infiltração de células NK do sangue periférico para os pulmões em pacientes infectados (Vabret et al., 2020). Ademais, foram avaliados as propriedades bioquímicas e atividade antiviral de anticorpos humanos 47D11 ligantes das células expressando proteínas *Spikes* do SARS-CoV e SARS-CoV-2 (Wang et al., 2020).

Foram descritas anomalias morfológicas das células sanguíneas circulantes na COVID-19 descritas em alterações de neutrófilos, granulócitos, linfócitos, plaquetas (Zini et al., 2020). Também foi registrado o aumento do número de citocinas e hiperinflamação na forma de linfocitose hemofagocítica secundária desencadeando falência múltipla dos órgãos (Zini et al., 2020).

Análise proteômicas dos monócitos infectados resultaram em maior atividade da via glicolítica frente à infecção viral. Algumas drogas quimioterápicas (2-deoxy-D- glicose – 2) representadas sigla 2-DG, usadas para alguns tipos de câncer foram testadas em ensaios *in vitro* inibindo a replicação do vírus nos monócitos e consequentemente não produzindo citocinas tóxicas para o organismo (Codo et al., 2020).

Com base em regiões alvos definidas em protocolos do CDC (*Center for disease control and prevention*), empresas de biotecnologia tem desenvolvido oligonucleotídeos e sondas sintetizadas para detecção do SARS-CoV-2 direcionadas para as regiões N1, N2 e RP (Won et al., 2020). Ensaios de neutralização viral com a produção de pseudovírus foram testadas em células Vero (*African Green Monkey Kidney Vero*), assim como os estoques virais SARS-CoV-2 foram propagados no mesmo cultivo de células. Novos testes usando a linhagem celular HEK-293 T foi transfectada com os plasmídeos virais fusionados a GFP (*Green Fluorescen Protein*) usando lipofectamina (Wang et al., 2020).

O objetivo deste estudo foi monitorar as variantes da COVID-19 através do sistema de vigilância genômica particularmente quando associados as viagens internacionais e investigar as características de interesse e de preocupação do SARS- CoV-2 associadas as linhagens e substituições da proteína Spike comparando com anticorpos monoclonais terapêuticos. Além de avaliar o cenário mundial da cadeia produtiva no desenvolvimento biotecnológico das vacinas.



MÉTODOS

Ferramentas epidemiológicas e moleculares foram usadas para acompanhar a evolução viral bem como a emergência e reemergência de novas mutações, incluindo o acesso ao banco de dados do Centro e Controle de Doenças e Prevenção, do inglês, Centers for Disease Control and Prevention (CDC) para monitorar os biofarmacêuticos usados para o tratamento da infecção SARS-CoV-2 e mapear as variantes de ocorrência que podem ser registradas em tempo real pelo software GISAID. A produção de vacinas nas linhagens celulares como também o delineamento dos estudos de ensaios clínicos randomizados e não-randomizados das diferentes plataformas tecnológicas registradas no software ClinicalTrials.gov tem demonstrado os benefícios da vacinação como também o uso de diversos biossimilares em associação com tratamento de suporte para pacientes com COVID-19.

RESULTADOS

Anticorpos Monoclonais

A produção de biofarmacêuticos tais como os anticorpos monoclonais para uso terapêutico como Casirivimabe e Imdevimabe, ambos anticorpos ligantes da proteína S e utilizados para prevenir a entrada do vírus na célula hospedeira pelo reconhecimento do receptor ACE-2 apresentaram resultados promissores nos estudos inovadores. Por outro lado, os anticorpos Bamlanivimabe e Etesevimabe demonstraram alta capacidade de atenuar significativamente as variantes SARS-CoV-2 contendo substituições L452R ou E484K induzindo moderada ou alta eficácia contra as linhagens B.1.351, P1 e B.1.1.7 do SARS-CoV-2. Outro potente anticorpo Molnupiravir (MK-4482 e EIDD-2801) análogo ribonucleosídeo que inibe a replicação viral e Paxlovide que é o primeiro fármaco antiviral obtido a partir da combinação de Nirmatrelvir e tabletes de Ritonavir, co-embalados têm sido recomendados para o tratamento oral tanto de adultos quanto de pacientes pediátricos da COVID-19.

Vacinais

Dentre as plataformas tecnológicas descritas como (i) primeira geração (atenuadas ou vírus inativados) destacam-se CoronaVac, CoVaxin; BBIBP-CorV; (ii) segunda geração (vetor não-replicante ou replicação incompetente): ChAdOx-1; Ad5-nCoV; Sputnik V; JNJ-78436735 e segunda geração (vetor replicante ou replicação competente): proteínas de subunidades, partículas semelhantes a vírus - NVX-CoV2373) e terceira geração (vacinas de ácidos nucleicos – DNA - (INO-4800) e mRNA e



nanopartículas lipídicas encapsuladas. Algumas plataformas encontram-se ainda em desenvolvimento e em diferentes fases de testes clínicos como o uso das células dendríticas e as células apresentadoras de antígeno, ambas modificadas com vetor lentiviral.

As vacinas baseadas em ácido nucleico podem ser de DNA ou de RNA mensageiro, geralmente visando atacar a proteína Spike no caso do SARS-CoV-2. A primeira consiste em um DNA sintético criado a partir do antígeno da vacina, e junto da eletroporação (criação de poros na membrana celular) para melhor absorção do DNA na célula. Após entrar na célula, o antígeno é expresso para fora de estrutura de DNA. As vacinas de RNA funcionam com o mesmo princípio, embora os primeiros passos sejam contornados, e a presença de nucleotídeos modificados nas suas estruturas, além do RNA geralmente entrar nas células através de uma proteção de lipídeos.

CONCLUSÃO

Novos dados são constantemente atualizados pelas plataformas de vigilância genômica do vírus do SARS-CoV-2. Independentemente da plataforma tecnológica adotada, a importância e a alta complexidade dos métodos de bioprocessos para produção de vacinas devem ser levados em consideração uma vez que demonstram diversas características tais como a formulação em líquido estéril ou a preparação em liofilização, uso de dose única ou múltipla dose, estabilidade, via de administração, segurança, imunogenicidade bem como a população alvo a ser administrada. Além disso, doses de reforço administradas com vacinas desenvolvidas por diferentes plataformas tecnológicas (vacinas heterólogas) tem demonstrado uma maior efetividade na resposta imunológica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. VAN RIEL, Debby; DE WIT, Emmie. Next-generation vaccine platforms for COVID-19. **Nature Materials**. 19, p.810–812, jul.2020.
2. LE, Tung Thanh; ANDREADAKIS, Zacharias ; KUMAR, Arun; ROMÁN, Raúl Gómez; TOLLEFSEN, Stig; SAVILLE, Mellanie; MAYHEW, Stephen. The Covid-19 vaccine development landscape. *Nature Reviews Drug Discovery* 19, p.305-306, abril 2020.
3. <https://www.nature.com/articles/d41586-020-01221-y>
4. <https://www.allbiom.com/modos-de-operacao-de-bioprocessos/>



5. Simões & Barth, 2019. Vírus Emergentes e Reemergentes. In : *Virologia Humana e Veterinária*. 1. Ed. Thieme Revinter. Rio de Janeiro,
6. Simões, R.S.Q, 2020. Coronavírus : SARS-CoV, MERS-CoV e SARS- CoV-2. In : *Saúde do Ensino à pesquisa*, doi.org/10.29327/522782
7. Simões, R.S.Q., Ferreira, M. S., de Paula, N.D., Machado, T.R., Pascutti, P.G (2021). *Computacional Modeling in Virus Infections and Virtual Screening, Docking and Molecular Dynamics in Drug Design*. In : *Networks in Systems Biology : Aplications for Disease Modeling*, Springer, doi.org/10.1007/978-3-030-51862-2_12
8. Simões, R.S.Q., Rodríguez-Lázaro, D (2022). *Classical Classical and Next-Generation Vaccine Platforms to SARS-CoV-2: Biotechnological Strategies and Genomic Variants*, *Int. J. Environ. Res. Public Health* 2022, 19, 2392. <https://doi.org/10.3390/ijerph19042392>



PROCESSO CIVIL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: CONTRAPONDO O IDEAL DA IGUALDADE DE ACESSO À JUSTIÇA

Rodrigo Rachid de Souza

Universidade Santa Úrsula – USU

José Antônio Sena do Nascimento

Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/IBGE

RESUMO

Realizou-se resumo expandido do artigo intitulado PROCESSO CIVIL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: CONTRAPONDO O IDEAL DA IGUALDADE DE ACESSO À JUSTIÇA, da autoria de Raquel Vieira Paniz. O Artigo se inseriu no tema acesso à justiça e teve como objetivo averiguar os contornos assumidos pela garantia de acesso à justiça no bojo do desenvolvimento sustentável da República Federativa do Brasil, de forma a contrapor as atuais limitações fáticas dessa importante garantia constitucional com o ideal da igualdade de acesso à justiça para todos, consubstanciado no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16 (ODS 16) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. Quanto aos métodos foi aplicado raciocínio indutivo, abordagem descritiva e levantamento bibliográfico, partindo-se da análise da construção cultural da garantia de acesso à justiça, para, então, delimitar o panorama doutrinário e legal em que a garantia se insere e examinar os gargalos que apresenta no cenário jurídico brasileiro contemporâneo. O trabalho demonstrou que um discurso em prol da igualdade de acesso à justiça para todos que não seja aderente à realidade fática se traduz em verdadeiro entrave à concretização do ODS 16 e, portanto, ao desenvolvimento sustentável nacional.

Palavras-Chaves: Desenvolvimento Sustentável; Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16; Processo Civil; Acesso à Justiça.

INTRODUÇÃO

O artigo se inseriu na temática acesso à justiça, apresentando o conceito de desenvolvimento sustentável como valor supremo e objetivo fundamental do Brasil e que, dentre outras providências, demanda o estabelecimento de uma agenda permanente voltada para a implementação da igualdade de acesso à justiça de forma ampla, como manifestação da garantia de acesso à justiça. Neste sentido o trabalho se alinhou com o estudo do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16 (ODS 16) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Desenvolvimento Sustentável e apresentou os fundamentos legais e gargalos no cenário jurídico brasileiro contemporâneo para o alcance do efetivo acesso à justiça.



A relevância do estudo residiu na necessidade de apresentação dos dispositivos legais e trabalhos doutrinários que fundamentam o amplo e efetivo acesso à justiça como forma proteção à igualdade e na demanda pela indicação dos principais entraves para o alcance desta realidade.

O estudo teve como objetivo averiguar os contornos assumidos pela garantia de acesso à justiça no bojo do desenvolvimento sustentável da República Federativa do Brasil, de forma a contrapor as atuais limitações fáticas desta garantia constitucional com o ideal da igualdade de acesso à justiça para todos, consubstanciado no ODS 16 da Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável.

MÉTODOS

Aplicou-se raciocínio indutivo, abordagem descritiva e levantamento bibliográfico, partindo-se da análise da construção cultural da garantia constitucional de acesso à justiça, para, então, delimitar o panorama doutrinário e legal em que a garantia se insere e examinar os gargalos que apresenta no cenário jurídico brasileiro contemporâneo.

O levantamento bibliográfico incluiu a análise da construção cultural da garantia de acesso à justiça e o panorama doutrinário e legal em que a garantia de acesso à justiça contemporaneamente se insere, com destaque para os dispositivos constitucionais que fundamentam a abrangente concepção teórica de acesso à justiça como acesso à ordem jurídica justa.

Foram indicados como gargalos ao acesso amplo e igualitário à justiça a concessão desmedida do benefício de justiça gratuita, a posição de vantagem que a audiência de mediação e conciliação concedeu ao réu em detrimento do autor das ações judiciais e a presença no ordenamento jurídico pátrio de um modelo de processo instrumental e de resultados ao invés do modelo participativo que se caracteriza pelo incremento da atuação das partes.

RESULTADOS

A pesquisa indicou o arcabouço jurídico-processual que fundamenta a tutela do desenvolvimento sustentável e da sua efetivação através do amplo e igualitário acesso à justiça, em alinhamento com o ODS 16.

Foi mencionado que os gargalos da garantia de acesso à justiça no hodierno cenário jurídico nacional representam entraves à concretização do ODS 16 e, portanto, ao desenvolvimento sustentável nacional.

Quanto ao primeiro gargalo, ao dispor sobre o benefício de justiça gratuita, Raymundo informou que “esta garantia tem sido utilizada como escudo para o ajuizamento de lides temerárias contribuindo para o aumento de processos judiciais” (RAYMUNDO, 2014, p. 185).



No que se refere ao segundo gargalo, Merçon indicou que “o réu já chegará na assentada conhecendo as alegações do autor, mas a recíproca não é verdadeira. Este não tem oportunidade de contrapor o debatido, nem tempo hábil para preparar uma defesa eficiente” (MERÇON, 2018, p.18).

Quanto ao terceiro gargalo, em relação à natureza instrumental do processo Medeiros Neto; Machado esclareceram que:

também no que diz respeito à distribuição da justiça, na solução dos conflitos, é inexorável o caráter instrumental do processo. No ponto já se afirmava na exposição de motivos do CPC de 1973 que o processo civil é um instrumento que o Estado põe à disposição dos litigantes, a fim de administrar justiça (MEDEIROS NETO; MACHADO, 2016, p.167).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa atingiu seu objetivo, neste sentido verificou-se que a busca pelo desenvolvimento sustentável deve ser uma agenda permanente e pautada da realidade concreta, inclusive no que se refere ao acesso de todos à justiça em conformidade com o alcance do ODS 16.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: Informação e documentação: Referências. Rio de Janeiro, p. 24. 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 10520: Informação e Documentação: Citações em Documentos: Apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

MERÇON, Victória De Pontes et al. A obrigatoriedade da audiência de conciliação do art. 334 do código de processo civil de 2015: uma análise crítica. 2018.

MEDEIROS NETO, Elias Marques de; MACHADO, Pedro Antonio de Oliveira. Princípio da cooperação no processo civil. **Revista Thesis Juris**, v. 5, n. 1, p. 163-191, 2016.

PANIZ, Raquel Vieira. Processo civil e desenvolvimento sustentável: contrapondo o ideal da igualdade de acesso à justiça. **Revista de Doutrina Jurídica**, v. 113, p. 1-11., 2022.

RAYMUNDO, Gisleni Valezi. Acesso ao Poder Judiciário e o benefício da Justiça gratuita: uma grandeza não contabilizada. **Constituição, Economia**



*Agenda 2030 da ONU para o
desenvolvimento sustentável – SEPEI USU*

**e Desenvolvimento: Revista Eletrônica da Academia Brasileira de Direito
Constitucional**, v. 6, n. 10, p. 185-200, 2014.



MEDIAÇÃO PARAPROCESSUAL NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO: IMPLICAÇÕES E MUDANÇAS NO TRATAMENTO DOS CONFLITOS

Thiago Libanio Silva
Universidade Santa Úrsula
Adriano Rosa da Silva
Universidade Santa Úrsula

RESUMO

O presente resumo expandido abordará a “Mediação paraprocessual no Código de Processo Civil brasileiro: Implicações e Mudanças no Tratamento dos Conflitos” está centrada na mediação de conflitos de interesses, regulamentada pelo Código de Processo Civil – Lei 13.105 de 16/03/2015 e Lei de Mediação nº 13.140 de 26/06/2015. Essa regulamentação abrange as fases pré-processual e processual, também chamada de paraprocessual. O estudo analisará as implicações e mudanças no tratamento adequado dos conflitos, visando encontrar possíveis lacunas, debilidades ou entraves que possam dificultar e desestimular a mediação paraprocessual, uma vez que são grandes as críticas e dúvidas dos operadores do direito de como funcionará a aplicação das referidas leis na prática. Nos últimos anos ocorreram diversas mudanças nos procedimentos e técnicas da mediação para torná-la eficiente e célere para tratar conflitos, ao tempo que restaura as relações sociais, visando à pacificação social, torna o acordo duradouro e diminui a quantidade de processos no judiciário de vários países. No Brasil, no ano de 2010, foi aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ a Resolução nº 125, que dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário. É importante aprofundar o conhecimento nas regulamentações acima mencionadas para evitar o descrédito e desuso da mediação, pois se espera, ao positivar a mediação judicial na forma de lei, que haja mudanças significativas. O assunto da mediação no Brasil é atual e de absoluta importância para evitar morosidade no judiciário, embora no exterior a mediação seja utilizada há anos. Urge-se a necessidade de reflexão sobre inserção de tal mecanismo no sistema jurídico brasileiro, com escopo de impulsioná-lo com projetos e ideias inovadoras para sua efetiva aplicação, já que a cultura do julgamento pelo Juiz, no momento, não se compatibiliza com a crise que vive o Poder Judiciário brasileiro.

Palavras-Chaves: Conciliação; Mediação Paraprocessual; Tratamento do conflito; Resolução de disputas; Facilitador.



INTRODUÇÃO

Este resumo expandido tem como objeto de estudo “A mediação Paraprocessual”, cuja delimitação se faz necessária para “Mediação paraprocessual no Código de Processo Civil brasileiro: Implicações e mudanças no tratamento dos conflitos”. Está centrada na mediação de conflitos de interesses, regulamentada pelo novo Código de Processo Civil de 2015, em vigor desde 16 de março de 2016 (BRASIL, 2015a) e Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015 (BRASIL, 2015b), chamada de Lei da Mediação. Essas regulamentações abrangem as fases processual e pré-processual, esta última chamada de mediação paraprocessual, que consiste na realização de mediações antes do ajuizamento do processo.

O objetivo geral é analisar as implicações e mudanças no tratamento adequado dos conflitos, tendo como hipótese a existência de lacunas, debilidades ou entraves que possam dificultar, desestimular e desvalorizar a mediação paraprocessual. A justificativa são as relevantes e numerosas críticas e dúvidas dos operadores do direito (advogados, juízes, promotores e mediadores) de como funcionará a aplicação da lei na prática.

Os objetivos específicos são: descrever as debilidades, lacunas ou entraves; caso confirme a hipótese levantada, pesquisar nos direitos internacionais aspectos positivos que possam ser utilizados ou adaptados pelo direito brasileiro para atender aos propósitos da mediação e de seus operadores; e elaborar lista de recomendações para melhorias.

A palavra Mediação vem do latim “mediare”, que significa mediar, intervir e dividir. Enquanto método de resolução de conflitos, apresenta-se como procedimento autocompositivo, colaborativo de solução de controvérsias. As pessoas envolvidas são auxiliadas por um terceiro facilitador imparcial e neutro, chamado de mediador, o qual ajudará as pessoas envolvidas a encontrarem soluções satisfatórias de modo que ambas ganhem com as decisões que foram tomadas por elas próprias. É aplicada quando há discordância dos envolvidos quanto aos seus interesses que podem ser aparentes ou ocultos.

As autoras Stella Breitman e Alice Porto (2001) aduzem que a mediação é uma prática que faz refletir sobre as limitações dos recursos em relação à crise vivenciada pelos indivíduos, sendo também um processo informal.

O doutrinador Christopher Moore (1998) aponta o ofício do mediador: [...] interferência em uma negociação ou em um conflito de uma terceira parte aceitável, tendo um poder de decisão limitado ou não autoritário, e que ajuda as partes envolvidas a chegarem voluntariamente a um acordo, mutuamente aceitável com relação às questões em disputa (MOORE, 1998, p. 28).



A mediação surgiu a partir dos anos de 1970, nos Estados Unidos, por causa do aumento dos processos de divórcios. A proposta era diminuir a animosidade, restabelecer a comunicação e fortalecer as responsabilidades parentais. Foi disseminada aos outros países ganhando formato diferente e avanços em suas normatizações e práticas.

No Brasil no ano de 2010 foi aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça-CNJ a Resolução nº 125, que dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário (BRASIL, 2010), incentivando a prática desse método, assim espera-se que, com a positivação em forma de lei, possa se dar o devido respeito e incentivo à mediação.

Os propósitos principais da mediação são ambas as partes ganharem por meio da cooperação; evitar a judicialização de processos; restabelecer a paz social, dentre outros objetivos. As pessoas, ao procurarem o procedimento da mediação, querem solucionar seus conflitos de modo consensual, sem que o juiz decida por elas.

A mediação pode ser comum ou especial, conforme (BRAGA NETO 2008): A comum é aquela mediação privada (extrajudicial), a qual se divide em independente, na qual os interessados escolhem qualquer pessoa de sua confiança para dirimir o conflito; e a institucional, organizada por associações ou câmaras.

A especial, por sua vez, é aquela realizada no âmbito judicial, dividindo-se em: mediação judicial (processual), que acontece quando o processo está protocolado (neste modelo a participação das partes é obrigatória); e a mediação pré-processual, chamada de mediação paraprocessual, realizada antes do ajuizamento da ação sendo facultativa a participação dos envolvidos, desenvolvida nos centros de mediação e conciliação, sob a supervisão de um juiz. Caso não haja acordo, lavra-se termo de audiência frustrada, as partes são orientadas a protocolarem o processo para julgamento.

A mediação paraprocessual, proposta por Riskin (1997), divide-se em: mediação facilitadora e avaliadora. Na facilitadora, o mediador auxilia os interessados por meio de perguntas a encontrarem uma solução dando ênfase na lide sociológica (ressentimentos e mágoas); já na avaliadora, o mediador pode gerar opções e sutilmente sugerir às partes, o objetivo é resolver a lide processual (questões de cunho patrimonial). No Brasil convencionou-se chamar mediação facilitadora de “mediação” e avaliadora de “conciliação”, as quais, por vezes, são confundidas.

Existem vários modelos de mediação: o tradicional, o circular-narrativo e o transformativo. Nesta pesquisa será estudado o modelo tradicional, adotado pelo Poder Judiciário Brasileiro. De modo geral estes modelos ganham amplo espaço na solução dos



conflitos para serem evitadas contendas processuais inúteis e depreciativas. Esses modelos convertem-se numa enorme plataforma de soluções para as complicações no campo forense, envolvendo intensos laços de relacionamento entre indivíduos.

Não obstante os objetivos já citados em relação à mediação, esse método visa também avaliar as melhores opções para resolução da disputa, favorecer a imaginação das partes, ocasionando, assim, apaziguamento das relações divergentes. Pelo fato do mediador não conhecer a fundo a realidade dos envolvidos na discussão, deve focar no apoio e no atendimento humanizado. A responsabilidade pelo cumprimento do acordo assumido é de todos, cada um deve se comprometer com sua parcela de obrigação pensando no presente e futuro.

O processo de mediação é célere, se comparado aos demais procedimentos extrajudiciais, como a arbitragem ou mesmo os processos judiciais, sendo apenas mais lento que a conciliação, uma vez que a mediação pode demandar mais de uma sessão. O conhecimento destinado a solucionar as diferenças de maneira pacífica, negocial, o restabelecimento da comunicação e a restauração da relação compõem aglomerado de variáveis que colacionam efetividade ao procedimento de Mediação.

A aplicação da mediação vai depender do caso concreto. Dentro do processo mediativo, existe portfólio de instrumentos, procedimentos, técnicas e ferramentas, os quais se ajustam conforme o conflito de interesses existente entre as partes, buscando sempre análise dos acontecimentos vividos pelas partes, o nível de intensidade, a natureza da ação, grau de relacionamento, bem como envolvimento do grupo familiar e social.

Experiências de sucesso em vários países como Estados Unidos da América, França, Argentina e Paraguai contribuíram para aprimorar os trabalhos nos tribunais brasileiros. A porta da resolução de conflitos é mais uma opção para ajudar o judiciário. Essa concepção, considerada como múltiplas portas de resolução de conflitos, deve ser compatibilizada com as outras portas já existentes, já que não precisam concorrer, mas se manterem em harmonia.

MÉTODOS

Para a elaboração do presente estudo foi adotada a pesquisa bibliográfica. Foram utilizados artigos, livros, manuais e leis que tratam dos métodos alternativos de resolução adequada de conflitos, centrados no instituto da mediação paraprocessual positivada na legislação brasileira. A inspiração para pesquisar tal assunto veio após me tornar mediador e instrutor dos cursos de mediação e conciliação judicial.

Os questionamentos que surgiram de como seria na prática a aplicação da mediação paraprocessual potencializaram o incentivo ao presente estudo. A pesquisa foi estruturada com intuito de encontrar lacunas, entraves ou



debilidades que possam desvalorizar a mediação paraprocessual no Brasil e fazê-la cair em desuso, além de fazer comparativo com direito internacional com finalidade de buscar melhorias.

Na coleta dos dados foi utilizado o método “quanli-quantitativo”. Primeiramente foram estruturados os tópicos, depois foram feitos fichamentos e perguntas visando estabelecer um raciocínio para a pesquisa. Ao longo da pesquisa foi elaborado um quadro com lembretes.

Quanto ao tipo de estatística, optou-se pela análise descritiva, cujos dados serão apresentados em tabelas e gráficos. Tendo em vista que o Brasil é um país continental, para delimitar a coleta dos dados estatísticos, foi escolhido o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, pelos avanços na política de tratamento adequado dos conflitos e nas suas normatizações em relação à mediação, pela forte política de capacitação dos mediadores; e ainda por manter atualizadas as informações da produtividade da mediação, as quais são publicadas mensalmente no site do Tribunal.

Com finalidade de encontrar ideias que possam auxiliar e impulsionar a mediação paraprocessual no Brasil, foi feita uma comparação com os países: Argentina, Estados Unidos, França e Paraguai. Estes países possuem anos de experiências, com legislações das décadas de 80 e 90, tendo muito a contribuir para a experiência brasileira.

RESULTADOS

A pesquisa preliminar (ainda em andamento) até o momento confirma a hipótese levantada de que existem debilidades, lacunas e entraves que impactarão negativamente no processo mediativo. Algumas dúvidas e críticas dos operadores do direito são pertinentes, outras não merecem guarida.

É importante descrever estas dúvidas e críticas. Os advogados têm receio de perderem o mercado de trabalho, os quais reclamam da inexperiência dos mediadores e acham o processo de mediação enfadonho, já os juízes e promotores não sabem como funcionará o procedimento na prática. Essas dúvidas se justificam por que a lei deixou a responsabilidade de regulamentar a mediação com detalhes aos Tribunais, e poucos cumpriram essa atribuição ou tenham esse pensamento por falta de conhecimento dos regramentos que tratam dos métodos autocompositivos, ou por terem passado por alguma decepção no processo mediativo.

Não é possível mensurar ainda se existem inexperiências dos mediadores, pelas características desta pesquisa, sendo recomendável estudo de campo. Prospera o receio dos advogados em perderem trabalho, embora a lei menciona a obrigatoriedade do advogado na fase judicial, não o fez para a fase pré-processual, apenas recomenda-se a presença do advogado.

Em relação ao procedimento ser demorado o que demanda várias sessões de audiência foi encontrado que mediação é voltada para



restabelecer a comunicação e as relações. No processo mediativo são realizadas várias sessões para tratar os conflitos, diferente do método adversarial. Em uma análise aprofundada sobre o assunto, o doutrinador Roberto Bacellar (2004) diz o inverso, este fala que o método heterocompositivo é mais enfadonho e demorado, pois requer produção de provas e o julgamento pelo juiz. Essas etapas são demoradas e em alguns tribunais os processos tramitam por muitos anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este resumo expandido não teve o escopo de esgotar a assunto, mas trazer reflexões para subsidiar ideias a fim de melhorar o desenvolvimento dos métodos autocompositivos, a valorização dos mediadores e a satisfação dos jurisdicionados.

Na mediação paraprocessual, o facilitador deve mostrar aos envolvidos o que pode ou não ser feito por eles, acrescentando que o objetivo é restabelecer a comunicação e buscar novas perspectivas de um futuro melhor, deixando de lado as mágoas ou sofrimentos.

A mediação é um caminho sem volta, por seu valor significativo na humanização dos conflitos e no respeito às emoções, sentimentos e interesses dos mediados, mostrou-se essencial a sua permanência e aprimoramento para implementação de um direito mais justo, direcionado ao resgate da paz social.

REFERÊNCIAS

BACELLAR, Roberto Portugal. Juizados Especiais – A nova mediação paraprocessual. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2004.

_____. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Brasília: **Diário Oficial da União**, 17 mar.2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>.

_____.Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015. Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei no 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto no 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2o do art. 6o da Lei no 9.469, de 10 de julho de 1997.Brasília: **Diário Oficial da União**, 29 jun.2015. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2015/Lei/L13140/htm>.

_____.Ministério da Justiça. Conselho Nacional de Justiça. **Manual de mediação judicial**. 6. ed. Brasília, 2016. Disponível em:



<<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/07/f247f5ce60df2774c59d6e2dddbfec54.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

_____. Ministério da Justiça. Conselho Nacional de Justiça. **Manual da Mediação Judicial**. 4. ed. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/storage/25/6543737/1477049314/W9IJzwnKbkWcDqe m0YbKw/6543737.pdf>>.

_____. Ministério da Justiça. Conselho Nacional de Justiça. Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010. Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Brasília, 29 nov. 2010. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2579>>. Acesso em 30 jul. 2016.

BREITMAN, Stella; PORTO, Alice C. **Mediação familiar: uma intervenção em busca da paz**. Porto Alegre: Criação Humana, 2001.

COBB, Sara. Resolución de conflictos: una nueva perspectiva. In: **Acta Psiquiátrica de América Latina**, 1991.

FISHER, R.; URY, W. L.; PATTON, B. **Como Chegar ao Sim: A Negociação de Acordos sem Concessões**. Harvard Law School 1981. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Imago, 2005.

GARCEZ, José Maria Rossani. **Negociação Adrs Mediação Conciliação e Arbitragem**. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2003.

GOULART, Juliana Ribeiro; GONÇALVES, Jéssca. **Conheça os principais modelos de Mediação de Conflitos**. Artigo. Disponível em: <http://emporiiodireito.com.br>.

LIMA ROCHA, Fernanda Bontempo Valadares Guimarães. **Mecanismos alternativos de solução de conflitos o descompasso do modelo de justiça brasileiro**. Dissertação de Mestrado em Direito. Faculdade de Ciências humanas, sociais e da saúde. Belo Horizonte. 2012. 40 p.

MOORE, CHRISTOPHER, W. **O processo de mediação: estratégias práticas para a resolução de conflitos**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

MORAIS, José Luis Bolzan; SPENGLER, Fabiana Marion. **Mediação e Arbitragem: alternativas à Jurisdição**. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.



RISKIN, Leonard: Dispute Resolution and Lawyers. West Publishing Company, 1997.

ROCHA, Fernanda Bomtempo Valadares Guimarães de Lima. **Mecanismos alternativos de solução de conflitos**: o descompasso do modelo de justiça brasileiro. Belo Horizonte: [s.n.], 2012.

ROSEMBERG, Marshall B. **Comunicação não violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais**. São Paulo: Agora, 2006.

SALES, MORAIS Lídia Maria de. **Justiça e Mediação de Conflitos**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

SAMPAIO, Lia Regina Castaldi; BRAGA NETO, Adolfo. **O que é mediação de conflitos**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

SPLENGER NETO, Theobaldo; SPLENGER, Fabiana Marion. **Mediação enquanto política pública [recurso eletrônico]**: o conflito, a crise da jurisdição e as práticas mediativas. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012.

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. **Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas**. São Paulo: Método, 2008

VEZZULLA, Juan Carlos. **A mediação de conflitos com adolescentes autores de ato infracional**. Florianópolis: Habitus, 2006.



PENSÃO ALIMENTÍCIA E SUAS TRATATIVAS DE RESOLUÇÃO PERANTE O CEJUSC

Ione Ferreira Nunes
Universidade Santa Úrsula
Adriano Rosa da Silva
Universidade Santa Úrsula

RESUMO

O resumo expandido irá abordar sobre: Pensão Alimentícia e suas Tratativas de Resolução Perante o CEJUSC. Em pese o artigo 1694 do Código Civil e o ordenamento jurídico brasileiro versar e tiver sua conceituação expressa, a verba de natureza alimentar infelizmente não é cumprida como de fato deveria ser. É sabido que a verba de caráter alimentar em face do alimentado abastece o princípio da dignidade da pessoa humana, princípio esse exaltado na nossa lei maior, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Muito embora sabemos que a verba alimentar é de caráter urgente, é de observar que pessoas necessitam buscar a tutela jurisdicional para pleitear os alimentos assim poder manter sua subsistência. No tocante ao CEJUSC (Centro Judiciário de Solução de Conflito e Cidadania), espalhados em todo território nacional, são unidades do Poder Judiciário, responsáveis pela realização ou gestão de sessões e audiências de conciliação e mediação, que auxiliam a Justiça sem prejuízo de outros métodos consensuais.

Palavras-Chaves: Pensão Alimentícia; Conciliação; Dignidade da Pessoa Humana; Processo.

INTRODUÇÃO

A introdução deve expor preliminarmente o tema, apresentar definições, conceitos, pontos de vista e abordagens, e o estado atual do conhecimento sobre o assunto selecionado.

A parte introdutória abre o trabalho propriamente dito, anunciando o assunto, apresentando a contextualização do mesmo, quanto ao seu alcance, suas implicações e seus limites. A introdução do artigo tem a finalidade de apresentar o problema investigado e indicar sua origem e relevância (sua importância teórica e/ou prática), situando o leitor no contexto da pesquisa realizada.

Na introdução, o autor indicará o objetivo geral do estudo e os objetivos específicos a ele relacionados ou a designação das hipóteses de trabalho. Espera-se que, na introdução do artigo, sejam feitas referências às



possibilidades de contribuição do estudo desenvolvido, sem, no entanto, antecipar soluções ou conclusões a que se chegou no trabalho.

MÉTODOS

Para realização da pesquisa efetuamos um recorte temporal e espacial, concentrando o estudo entre os anos de 2019 a 2022 e no contexto da comarca de Patos de Minas, mais especificamente, no estudo dos casos registrados no CEJUSC da referida comarca. Estamos realizando também a leitura de legislação e documentos relativos à pensão alimentícia e as práticas da mediação e conciliação para resolução de conflitos no campo jurídico. O levantamento desses dados nos permitirá demonstrar através de quadros e gráficos como a efetividade desses procedimentos e de que forma podemos observar a construção efetiva da valorização da dignidade da pessoa humana.

RESULTADOS

Na Comarca de Patos de Minas/MG são utilizados mecanismos para evitar ou minimizar o desgaste que um tipo de ação dessa pode trazer para aquele que necessita receber a verba alimentar. Esses mecanismos são procedimentos de Mediação e Conciliação realizados pelo CEJUSC. Temos que uma parte significativa das ações de alimentos são resolvidas na primeira audiência de conciliação realizada pelo CEJUSC da Comarca.

O CEJUSC (Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania) são unidades do Poder Judiciário, responsáveis pela realização ou gestão de sessões e audiências de conciliação e mediação, que auxiliam a Justiça sem prejuízo de outros métodos consensuais.

O CEJUSC da Comarca de Patos de Minas/MG teve seu início de funcionamento em 20 de junho de 2013. Atualmente possui uma estrutura composta por cinco conciliadores que são vinculados ao TJMG (Tribunal de Justiça de Minas Gerais), além de conciliadores voluntários que atuam de forma esporádica no CEJUSC com o intuito maior de ter a oportunidade de buscar conhecimento e auxiliar na resolução dos conflitos. Ao longo desses anos durante o funcionamento e atuação do CEJUSC, este foi e mantém eficácia na resolução dos conflitos processuais, atuando ainda em acordos pré-processuais e mutirões de conciliação de diversas vertentes.

No que diz respeito aos mediadores, há uma lista de voluntários que são chamados de acordo com a demanda existente no CEJUSC. Os conciliadores e mediadores que atuam no CEJUSC da Comarca, são pessoas graduadas em curso superior a pelo menos dois anos, e para se tornarem conciliadores e mediadores atuantes realizam um curso preparatório oferecido pela EJEJF (Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes), localizada na cidade de Belo Horizonte/MG.



No que diz respeito às questões que versam sobre a obrigação alimentar o CEJUSC atua como intermediário, auxiliando as partes na resolução do conflito, não tendo a presença e atuação direta do Juiz nessas lides. O CEJUSC atua ainda como apaziguador dos conflitos por inadimplemento de pensão alimentícia, sempre buscando a obtenção de um denominador comum quanto a majoração, redução ou parcelamento do débito, sempre tentando conciliar os interesses das partes e evitar a penhora de bens ou a prisão do devedor.

Nos casos em que restarem infrutíferas as tratativas pelas partes no CEJUSC, o processo seguirá seu curso normal, dando prosseguimento aos próximos atos até a sentença final que poderá ser condenatória ou homologatória, caso no curso do processo as partes resolvam fazer um acordo. Na Comarca de Patos de Minas/MG é de dizer que chegam ao conhecimento do CEJUSC cerca de 42 (quarenta e duas) audiências de conciliação referente à pensão alimentícia, incluindo nesse numerário, ações de divórcio e investigação de paternidade, sempre combinado com pedido de alimentos.

É de salientar que esses dados se referem aos meses de Maio a Julho de 2022, onde no setor da conciliação o percentual é em torno dos 51% (cinquenta e um por cento), sendo 54,71% no mês de março, 43% no mês de abril, 57,14% no mês de maio e 50,9% no mês de junho. No setor da Mediação, por ser um procedimento pouco utilizado na Comarca de Patos de Minas/MG, não há resolução de questões de natureza alimentar, ficando o setor da Mediação responsável, quase exclusivamente aos processos que versam sobre a Lei nº. 11.340/2006, Lei Maria da Pena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O CEJUSC da Comarca de Patos de Minas/MG é uma ferramenta do Poder Judiciário de extrema importância e eficácia para a Cidade, uma vez que, produzem por mês, uma média de 50% (cinquenta por cento) da resolução dos conflitos que versam sobre alimentos na audiência de conciliação.

O CEJUSC de Patos de Minas/MG além de contribuir na pacificação entre os litigantes focando sempre na resolução do conflito, recebe na mesa de conciliação vultoso inadimplemento de pensão alimentícia, onde, ao indagar as partes sobre o inadimplemento da verba alimentar tem-se que as justificativas em sua boa parte são: o desemprego, alegando que perdeu sua fonte de renda, não possuindo outro meio de arcar com o valor da pensão alimentícia.

Há ainda outras justificativas para o inadimplemento da natureza alimentar, como a constituição de nova família e novos filhos decorrentes da nova união, desaprovação em pagar o valor estabelecido pelo Judiciário ou



solicitado pela genitora do menor, portanto e a desconfiança do alimentante sobre a real destinação da verba.

A verba de natureza alimentar pode ser acordada entre as partes e levada a conhecimento do Poder Judiciário através do CEJUSC para que seja regularizada e homologada, contudo, há ainda a grande maioria que necessita buscar esteio do Judiciário para que o menor receba os alimentos que lhes são devidos.

Quando a parte necessita buscar a Tutela Jurisdicional do Estado para suscitar o direito do menor ao recebimento da verba de natureza alimentar, ao final a justiça estabelecerá um quantum como pagamento da pensão alimentícia, que, na Comarca de Patos de Minas/MG costuma-se ser estabelecida com base no salário-mínimo no percentual de 30% (trinta por cento), variando este percentual para mais ou para menos dependendo de cada caso.

Sendo assim podemos trazer que **CONCILIAR É SEMPRE O MELHOR CAMINHO** para ambas as partes.

REFERÊNCIAS

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm

ORTEGA, Flávia Teixeira, 2016. Jusbrasil. 15 dúvidas sobre pensão alimentícia. Disponível em: <https://draflaviaortega.jusbrasil.com.br/noticias/417118717/15duvidassobre-pensao-alimenticia>

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Direito das Famílias, 2ª edição Revista Atualizada e Ampliada, Forense, 2021.

CAHALI, Francisco José. Dos Alimentos. In: Direito de Família e o Novo Código Civil, de Maria Berenice Dias e Rodrigo da Cunha Pereira (coords.), Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

GOMES, Orlando. Direito de Família. 14ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002, p.427.



LINGUAGEM SIMPLES - UM MOVIMENTO SOCIAL PELA CIDADANIA E ACESSIBILIDADE

Heloísa Tavares Martins

Universidade Santa Úrsula

Adriano Rosa da Silva

Universidade Santa Úrsula

Márcia Teixeira Cavalcanti

Universidade Santa Úrsula

RESUMO

O presente trabalho conceitua o movimento Linguagem Simples, apresenta um panorama da sua evolução no Brasil e no mundo e o relaciona com os conceitos de cidadania, transparência, inteligibilidade e acessibilidade e demonstrando sua ligação com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16 da ONU.

Palavras-Chaves: Linguagem Simples, Transparência, Acessibilidade, Cidadania.

INTRODUÇÃO

A Linguagem Simples (LS), movimento que existe desde os anos 1970, principalmente nos países de língua inglesa, é um conjunto de regras e diretrizes pensadas para facilitar a vida de quem lê um texto. Ele existe também em alguns países da América Latina, como México, Chile e Colômbia (BARBOZA, 2010).

O emprego de palavras conhecidas, o uso de frases curtas e diretas, a formatação sem poluição visual, a informação principal em primeiro lugar e depois as secundárias, o cuidado de acrescentar o significado quando não é possível evitar o termo técnico, são exemplos de seus recursos (PLAIN, 2022).

O Relatório de 2018 do Indicador de Alfabetismo Funcional – INAF (INAF, 2022), pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), afirma que 29% da população brasileira entre 15 e 64 anos são de analfabetos funcionais. Dos que se consideram alfabetizados, 34% possuem nível elementar de leitura, 25% têm nível intermediário e somente 12% são proficientes em leitura.

Percebe-se, então, que menos da metade da população brasileira possui capacidade de acesso às informações oferecidas pelo Poder Público ou pela iniciativa privada, porque não tem instrução suficiente para compreender o que está sendo informado.

Em contrapartida, segundo Fischer (2018), órgãos públicos e empresas utilizam uma linguagem complicada e cheia de jargões, que



prejudica a compreensão do interlocutor e põe em risco a imagem de empresas e governos, por falta de transparência.

MÉTODOS

Este artigo foi desenvolvido a partir de uma revisão teórica sobre a LS, apresenta seus conceitos e sua evolução no Brasil e no mundo, e demonstra a ligação com os conceitos de Alfabetismo no Brasil, Acessibilidade, Transparência e Cidadania. Para tal, foram consultados livros e artigos. A base eletrônica utilizada na busca por artigos, realizada no período de janeiro a julho de 2022, foi o Google Acadêmico (<https://scholar.google.com.br/>), a partir dos descritores Linguagem Simples; Linguagem Clara; Alfabetismo no Brasil; Acessibilidade; Transparência; Cidadania.

DESENVOLVIMENTO

Ao longo dos últimos 50 anos, a LS se apresentou como um movimento mundial, originado nos Estados Unidos na década de 1970, com foco na transparência de documentos legais e comerciais para dar condições aos consumidores de tomar decisões com mais embasamento.

Mais do que um conjunto de práticas e técnicas de redação que facilitem a leitura, a LS é uma causa social, uma luta pelo direito das pessoas a ter acesso à informação de forma clara e de fácil compreensão (DA COSTA, 2020).

O *National Archives and Records Administration* (NARA), foi criado em 1985 com o objetivo de custodiar os registros do governo dos EUA, e também edita o *Federal Register*, espécie de Diário Oficial do governo, que contém normas, proposições de normas, notícias de agências e organizações federais, além de ordens executivas e outros documentos presidenciais, e dá suporte a escritores para atender ao Memorando Presidencial de 1º de junho de 1998, o *Plain Language in Government Writing, Drafting Legal Documents: How to comply with the Presidential Memo on Plain Language* (BARBOZA, 2010).

Barboza (2010) relata que a partir de 1995, além do governo americano, diversas organizações sem fins lucrativos e importantes grupos profissionais passaram a apoiar o movimento. E a *Plain Language Association International* (PLAIN), entidade que reúne defensores da LS e profissionais de todo o mundo, foi criada no Canadá, como uma organização sem fins lucrativos, em julho de 2008 (PLAIN, 2022).

Cuesta, Reyes e Roseth (2019) narram um experimento realizado pela Unidade Administrativa Especial de Cadastro de Bogotá, Colômbia, para avaliar os efeitos de simplificar a linguagem.



Na Espanha, no final dos anos 1980, já havia iniciativas de utilização da LS pelo Programa de Alfabetização de Pessoas Adultas, desenvolvido na Andaluzia com bons resultados (RAMÍREZ, PÉREZ e LANNE-LENNE, 2019).

Em 2015, a Guarda Civil Espanhola firmou uma aliança estratégica com o Instituto Leitura Fácil, uma organização social cujo objetivo é a promoção da acessibilidade cognitiva, com o uso da LS (RAMÍREZ; PÉREZ; LANNE-LENNE, 2019).

No Brasil, ainda há poucas iniciativas de aplicação da LS. Podemos citar algumas ações, ainda isoladas, mas que estão ganhando visibilidade:

- o Estado do Ceará, através do Laboratório de Inovação e Dados (ÍRIS)⁴, criou o Programa Linguagem Simples Ceará;
- o Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná - TRE-PR divulgou a Cartilha Linguagem Cidadã⁵;
- o Município de São Paulo, através do Laboratório de Inovação em Governo - (011).lab, mantém o Programa Municipal de Linguagem Simples⁶;
- o Instituto Federal do Mato Grosso - IFMT lançou a Cartilha Linguagem Simples⁷;
- o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDFT lançou o Guia Rápido Como Escrever em Linguagem Simples⁸;
- o Estado de Minas Gerais, através do Laboratório de Inovação em Governo - Lab.MG lançou o Guia Linguagem Simples na Gestão Pública⁹.

A partir desse breve histórico, podemos afirmar que o uso da LS é um meio de desenvolver o exercício da cidadania, que é a condição do indivíduo de exercer seus direitos, civis, políticos ou sociais, e de cumprir com seus deveres.

No Brasil, esses direitos e deveres estão muito bem estabelecidos na legislação, mas não ficam claros no momento de informar à população em geral quais são, o que significam e como ter acesso a eles.

Falta transparência, parte importante do conceito de cidadania. É através dela que a administração pública, a justiça e o legislador dão conhecimento ao cidadão do que está sendo feito com o consentimento dado por ele a seus representantes eleitos.

⁴ <https://irislab.ce.gov.br/>

⁵ https://www.trepr.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.tre-pr.jus.br/comunicacao/noticias/arquivos/cartilhalinguagemcidadada/@@download/file/Cartilha%20-%20Linguagem%20Cidad%C3%A3.pdf

⁶ <https://011lab.prefeitura.sp.gov.br/linguagem-simples/inicio>

⁷ https://ifmt.edu.br/media/filer_public/38/12/381225128c1d43c490447c99c23d79ff/cartilha_orientativa_eu_uso_versao_final.pdf

⁸ <https://www.tjdft.jus.br/institucional/aurora/tjdftsimples/guia-rapidodelinguagensimples.pdf/view>

⁹ https://www.planejamento.mg.gov.br/sites/default/files/documentos/gestaogovernamental/guia_de_linguagem_simples.pdf



As informações produzidas ou custodiadas pelo Estado devem ser disponibilizadas ao cidadão como um direito assegurado (MELO E CARNIELLO, 2021) e a preocupação com esse direito vem crescendo no Brasil, mas não haverá transparência se não houver inteligibilidade, que o iDicionário Aulete (2022) define como a qualidade do que é inteligível, que se compreende bem.

Em muitos casos, os dados estão informados conforme determina a lei, mas ocultos por jargões, fórmulas complicadas e palavras difíceis, porque não há interesse político em que eles sejam claros.

Para De Mello Secchin (2008), disponibilizar simplesmente a informação não significa dar transparência, é imprescindível que as informações estejam em linguagem simples, de forma que o cidadão comum possa compreender.

Entretanto, o emprego da linguagem simples depende de um empenho de quem oferece a informação. Segundo Barboza e Nunes (2007), a Linguagem Simples tem sido entendida como aquela cujo conteúdo, vocabulário e estruturas são simplificados, com o objetivo de ser acessível e facilmente entendido por pessoas de vários níveis de entendimento. É necessário um trabalho de adaptação da informação, com a utilização de técnicas e parâmetros já estudados e estabelecidos por pesquisadores qualificados. Há um esforço envolvido, além da vontade real de informar.

Uma definição adequada de Linguagem Simples pode ser encontrada no site da PLAIN: “uma comunicação está em linguagem clara quando o texto, a estrutura e o design são tão claros que o público-alvo consegue encontrar facilmente o que procura, compreender o que encontrou e usar essa informação” (2022)¹⁰.

O desenvolvimento da cidadania necessita de diversos fatores, mas nos parece que eles se iniciam com a possibilidade do atendimento à perspectiva de bem-estar, justiça e inclusão social. Neste sentido, acreditamos que o trabalho se relaciona com o ODS 16 da ONU - Paz, Justiça e Instituições Eficazes, particularmente no que tange aos seguintes itens:

- 16.6 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.

No Brasil, o item 16.6 foi readequado para: “Ampliar a transparência, a *accountability* e a efetividade das instituições, em todos os níveis” (IPEA, 2022)¹¹, sob a justificativa de que a tradução para a língua portuguesa da expressão “*accountable institutions*” por “instituições responsáveis” não transmite bem o significado original do termo, daí a substituição por “*accountability*”, cujo significado diz respeito à transparência, responsabilidade objetiva e subjetiva, controle, obrigação de prestação de

¹⁰ Plain Language Association International (<https://plainlanguagenetwork.org/plain-language/o-que-e-linguagem-clara/>) Acesso em 23 ago. 2022.

¹¹ <https://www.ipea.gov.br/ods/ods16.html>



contas, justificativas para as ações que foram ou não realizadas, premiação e/ou penalidade (PINHO E SACRAMENTO, 2009), e de que o conceito de efetividade é mais completo que o de eficácia (IPEA, 2022).

A *accountability* está intimamente ligada aos objetivos propostos pela LS, porque levar informação de forma clara, sucinta e objetiva garante que ela seja transparente e acessível.

- 16.7 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.

O uso de LS pelas instituições na divulgação de suas tomadas de decisão permite que a resposta, a inclusão, a participação e a representatividade sejam melhor sustentadas, uma vez que a sociedade compreende mais e melhor o que está sendo feito.

- 16.10 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.

Acesso à Informação é o direito, previsto na Constituição Brasileira, de qualquer pessoa solicitar e receber dos órgãos e entidades públicos, de todos os entes e Poderes, informações públicas por eles produzidas ou custodiadas. E tanto a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) quanto a Lei de Acesso à Informação (BRASIL, 2011) estabelecem a obrigação de se utilizar linguagem clara e acessível nas informações ao cidadão. Mas muito pouco é dito sobre o que se entende por isso e como levar essa clareza e acessibilidade às comunicações oficiais. Por isso a necessidade de se conhecer, entender e aplicar as diretrizes da LS pelas instituições brasileiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscamos demonstrar a importância de se utilizar a LS no relacionamento entre instituições e pessoas. Isso se demonstra ainda mais relevante quando as instituições são órgãos públicos, que devem não só prestar contas de seus atos e decisões ao cidadão comum, como também permitir o acesso à informação e direitos, dando condições a que efetivamente exerçam sua cidadania.

Encontramos apenas os seis registros de iniciativas de desenvolvimento em LS apontados. Uma quantidade quase desprezível, se levarmos em conta que há 26 Estados, o Distrito Federal e mais de 5.000 Municípios no Brasil.

Além disso, relacionamos o conceito de LS aos conceitos de transparência e acessibilidade, indispensáveis quando se fala de exercício da cidadania e de relacionamento com instituições públicas e privadas.

Por fim, conectamos a LS ao ODS/ONU 16, especialmente aos itens que tratam de acesso à informação, transparência e cidadania, evidenciando a importância e atualidade do tema.



REFERÊNCIAS

AULETE, Francisco J. Caldas; VALENTE, Antonio Lopes dos Santos (ed.). **iDicionário Aulete**. 2022. Lexikon Editora Digital Ltda.. Disponível em: https://www.aulete.com.br/site.php?mdl=aulete_digital. Acesso em: 05 abr. 2022.

BARBOZA, Elza Maria Ferraz; NUNES, Eny Marcelino de Almeida. A inteligibilidade dos websites governamentais brasileiros e o acesso para usuários com baixo nível de escolaridade. **Inclusão Social**, v. 2, n. 2, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/100503>. Acesso em: 19 jul. 2021.

BARBOZA, Elza Maria Ferraz. A linguagem clara em conteúdos de websites governamentais para promover a acessibilidade a cidadãos com baixo nível de escolaridade. **Inclusão Social**, v. 4, n. 1, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/100443>. Acesso em: 26 jun. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 24 fev. 2021.

_____. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.: **Lei de Acesso à Informação**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 24 fev. 2021.

CUESTA, Ana María; REYES, Angela; ROSETH, Benjamin. **La importancia de ser claro**: programa de lenguaje claro: evidencia en la reducción de la carga administrativa en colombia. Programa de Lenguaje Claro: Evidencia en la reducción de la carga administrativa en Colombia. 2019. Disponível em: <https://publications.iadb.org/es/la-importancia-de-ser-claro-programa-de-lenguaje-claro-evidencia-en-la-reduccion-de-la-carga>. Acesso em: 09 set. 2021.

DA COSTA, M. R. Linguagem simples: informação pública e institucional com clareza. 2020.



DE MELLO SECCHIN, Lenise Barcellos. Controle Social: transparência das políticas públicas e fomento ao exercício de cidadania. Revista da CGU, v. 3, n. 5, p. 28-45, 2008.

FISCHER, Heloisa. Clareza em textos de e-gov, uma questão de cidadania [recurso eletrônico]. 1ª ed. Rio de Janeiro: Com Clareza, 2018.

INDICADOR DE ALFABETISMO FUNCIONAL – INAF. INAF BRASIL 2018: Resultados Preliminares. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1ez-6jlrRRUm9JJ3MkwxEUffltjCTE16/view>. Acesso em: 26 ago. 2022.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **ODS 16**: promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Brasília: Ipea, 2019. 82 p. (Cadernos ODS). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/191114_cadernos_ODS_objetivo_16.pdf. Acesso em: 19 out. 2022.

MELO, Silvia Leticia Araújo de; CARNIELLO, Monica Franchi. A comunicação pública como instrumento de desenvolvimento, democracia e construção de cidadania: análise das práticas de transparência e acesso à informação no Município de São Luís, MA. Interações (Campo Grande), v. 22, p. 819-837, 2021.

MORE: Mecanismo online para referências, versão 2.0. Florianópolis: UFSC Rexlab, 2013. Disponível em: <http://www.more.ufsc.br/>. Acesso em: 12 ago. 2022.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2022**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 02 mar. 2022.

PINHO, José Antonio Gomes de; SACRAMENTO, Ana Rita Silva. Accountability: já podemos traduzi-la para o português?. Revista de Administração Pública [online]. 2009, v. 43, n. 6, pp. 1343-1368. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-76122009000600006>>. Acesso em 19 out. 2022.

PLAIN LANGUAGE ASSOCIATION INTERNATIONAL. 2022. Disponível em: <https://plainlanguagenetwork.org/>. Acesso em: 23 ago. 2022.



____. O que é Linguagem Clara? 2022. Disponível em: <https://plainlanguagenetwork.org/plain-language/o-que-e-linguagem-clara/>. Acesso em: 23 ago. 2022.

RAMÍREZ, Juan Daniel; PÉREZ, Jorge; LANE-LENNE, L. U. I. S. Lectura Fácil y Language Claro del Acceso a la Información al Derecho a Comprender. Cuadernos de la Guardia Civil: Revista de seguridad pública, n. 58, p. 91-107, 2019.



DIFERENCIAIS ESTRATÉGICOS DE ORGANIZAÇÕES DE IMPACTO SOCIAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

Giovanna Morelli Araújo

Universidade Santa Úrsula

Marcelle Rossi de Mello Brandão

Universidade Santa Úrsula

Fábio dos Santos Gouvêa

Universidade Santa Úrsula

RESUMO

Para conhecer diferenciais estratégicos de organizações que atuam no terceiro setor, essa pesquisa delimitou-se a fazer uma análise de dois negócios de impacto social, tais como: Fundação Lemann e Instituto Ayrton Senna. No percurso metodológico do estudo, utilizamos o recorte apresentado na ferramenta de gestão modelo C sobre as oportunidades de mercado. Pretende-se dessa forma responder ao seguinte problema de pesquisa: qual oportunidade de mercado em educação é atendida por organizações do terceiro setor? Para tanto, foi realizada uma busca na literatura para conceituar os negócios de impacto social e identificar modelos de negócios que permitiram escolher a melhor proposta de atuação. A pesquisa tem uma abordagem qualitativa e caráter descritivo. O método de estudo comparativo facilita a compreensão sobre as organizações através da investigação empírica. Esse nível de análise, pode contribuir com a teoria sobre estratégia na investigação a partir de inúmeras indagações sobre as organizações de impacto social e suas estratégias para diferenciação e subsistência.

Palavras-Chaves: Terceiro setor; negócio de impacto social; oportunidade de mercado; modelos de negócios.

INTRODUÇÃO

De acordo com o relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO - Os grandes desafios a serem enfrentados pelo Brasil quanto a educação básica são as questões relacionadas à qualidade e a igualdade pois são essenciais para atender às necessidades do país e para a construção de uma sociedade de conhecimento.

A precariedade na educação mostra-se como um dos problemas sociais do Brasil porque há crianças que ainda não têm acesso ao ensino formal ou a escola que frequentam estão lotadas e oferecem poucas condições. Ainda de acordo com os dados da UNESCO, outra questão problemática é que o Brasil não investe na educação de forma adequada,



embora investida mais em educação do que muitos outros países em desenvolvimento.

A questão social observada sobre a educação no Brasil, nos remete à busca de conhecer os modelos de negócios de impacto social, ou de forma mais específica, conhecer as oportunidades de impactar socialmente identificadas pelas empresas do terceiro setor. Cada vez mais, os negócios que buscam um impacto social ambiental significativo vêm crescendo, especialmente na área de educação, uma área importante para o Brasil, observamos um movimento de organizações do terceiro setor atuando com esse propósito de negócio.

Inicialmente, foram feitas buscas nas plataformas Scielo de artigos científicos e no Google Acadêmico para identificar estudos que utilizassem os modelos de negócios para leitura de negócios de impacto social. Na plataforma Scielo foram encontrados 140 artigos sobre o tema Terceiro Setor e 58 artigos sobre Negócios de Impacto Social. Sobre o tema Terceiro Setor, no Google Acadêmico foram encontrados 4.200 resultados para artigos de revisão em Português publicados em qualquer tempo. Se considerar os últimos cinco anos, esse número cai para 1930 resultados. Sobre Negócios de Impacto Social, no google acadêmico, também utilizando os parâmetros de artigos de revisão e publicações em Português, tempos: 2.430 resultados até o momento e se considerarmos os últimos 5 anos, 982 resultados. No entanto, ao analisarmos os dois temas pesquisados ano a ano, percebemos que houve um crescimento na produção científica sobre eles. O estudo apresenta a relevância científica do tema e como a comunidade científica vem se interessando sobre a temática.

Entendemos que os negócios sociais são empresas sem fins lucrativos e instituições filantrópicas, que visam solucionar problemas sociais e ambientais em que há uma lacuna de assistência por meio do Estado. Se assimilam aos negócios tradicionais nos quesitos: produtos, serviços, clientes, mercados, custos e receitas, porém, apresentam como diferencial o seu propósito, que passa a ser: atender diligências da sociedade sem soluções. Os negócios sociais viabilizam incluir a população de baixa renda no mercado de trabalho, e tem como foco proporcionar melhores condições de vida da sociedade e a preservação da biodiversidade. Foi criada a expressão BoP (Base of Pyramid) - base da pirâmide - para identificar a sociedade com o menor poder aquisitivo.

Na procura por distintos modelos para analisar as oportunidades de mercado e diferenciais de negócios de impacto sociais e do terceiro setor, encontramos o modelo Completo, ou Modelo C, que ajuda os empreendedores a moldarem negócios sociais, com ênfase na elaboração das capacidades organizacionais, fluxo de negócio e Teoria da Mudança, relacionadas à formação de negócios sociais, visando equilibrar a geração de valor financeiro e valor social específicos ao conceito de negócios sociais (BRANCO; UFER; RIBEIRO; BRANDÃO, 2018). Os fatos nos despertam



curiosidade por observarmos casos práticos de notório sucesso de instituições do terceiro setor atuando na área da educação. Na busca de conhecer diferenciais estratégicos. Assim, a partir da problemática exposta até o momento, e utilizando os critérios do modelo C no pilar das “oportunidades de mercado”, chega-se ao seguinte problema de pesquisa: Quais referenciais estratégicos de organizações do terceiro setor, que atuam com impacto na educação, são identificados como oportunidades de mercado no modelo C?

Buscando elucidar a questão, foi feito um estudo comparativo que tem como objetivo geral: conhecer os referenciais estratégicos de duas organizações do terceiro setor com impacto social na educação, utilizando o pilar das oportunidades de mercado do modelo C. Para tanto, tem-se como objetivos específicos: A) conhecer fontes de receitas das organizações investigadas do terceiro setor; B) identificar os clientes ou beneficiários dos serviços das organizações investigadas e C) conhecer a proposta de valor das organizações pesquisadas. Essa pesquisa delimitou-se a fazer uma análise comparativa, com base nos critérios de oportunidades de negócios do modelo C em dois casos de negócios de impacto social: Fundação Lemann e Instituto Ayrton Senna.

Essa pesquisa delimitou-se a fazer uma análise comparativa, com base nos critérios de oportunidades de negócios do modelo C em dois casos de negócios de impacto social: Fundação Lemann e Instituto Ayrton Senna.

A oportunidade de analisar os dados empíricos com base em um modelo que já foi testado, é importante para a consolidação do conhecimento científico que está sendo aplicado no estudo prático. O estudo pretende ajudar outras organizações de impacto social a construírem suas propostas de valores como diferenciais; o estudo busca contribuir também com a consolidação do modelo C como metodologia para análise de organizações do terceiro setor que entregam valor de impacto social.

MÉTODOS

Para elaboração deste estudo, inicialmente foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre o tema em busca de artigos publicados em periódicos de extrato superior de acordo com a classificação Qualis nas bases de publicações Google Acadêmico e Scielo.

Após a definição do problema e objetivos, delineou-se a estratégia de pesquisa e definiu-se a abordagem qualitativa e caráter descritivo como o caminho apropriado para atingir o objetivo do estudo, conhecer os diferenciais de duas organizações de impacto social, Fundação Lemann e Instituto Ayrton Senna, considerando as oportunidades no mercado de educação.

A pesquisa descritiva tem como objetivo descrever um fenômeno ou situação em detalhes, permitindo abranger com clareza as características de



um indivíduo, um grupo ou uma situação, bem como desvendar a relação entre os eventos. (POUPART, 2008).

Para nos auxiliar na delimitação do universo da pesquisa, buscamos informações no portal brasileiro de dados abertos do Instituto de Pesquisa Economia Aplicada - IPEA do Governo Federal. Nele foi possível encontrar o mapa das organizações da Sociedade Civil, ou Mapa das Organizações da Sociedade Civil (OSCs), é uma plataforma remota de transparência pública colaborativa com dados das OSCs de todo o país. Tem como metas relevantes: dar transparência à atuação das OSCs, ressaltar mais sobre a importância e opções de projetos e atividades dirigidas por essas organizações; conceder dados e estimular pesquisas sobre OSCs; e apoiar os gestores públicos a tomarem decisões sobre políticas públicas que possam ter conexão com OSCs. O Mapa é administrado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ele possui um crescimento de base de dados oficiais, oriundos de fontes públicas e privadas, atualizadas de modo contínuo.

Nele foi possível identificar a quantidade de OSCs (Organizações da Sociedade Civil), cuja natureza jurídica são fundações privadas que atuam no terceiro setor, no Brasil todo, a quantidade de entidades são 815.676. Só na Região Sudeste são 323.522 entidades. A seleção dessas instituições foi feita através da consulta avançada no site, pesquisando por município e fundação privada, que finalmente apareceu na planilha Excel de forma integral. A pesquisa identificou 390 Fundações privadas que atuam no Terceiro Setor no município do Rio de Janeiro, caracterizado aqui como Universo da Pesquisa. Chamou-nos a atenção o elevado número de OSCs com apoio provenientes de organizações familiares e, ou, empresas familiares que apoiam iniciativas de desenvolvimento em Educação no Brasil.

No entanto, na delimitação do campo, restringimos à aquelas que ofertam cursos de formação livre, não atrelados à educação formal; organizações que oferecem serviços de educação para promoção do desenvolvimento social e impacto com foco na educação; missão essa eventualmente atrelada em sua proposta de valor, a ser identificada dentro da análise das oportunidades de mercado.

No sentido de conhecer os diferenciais de organizações do terceiro setor, com atuação no mercado de educação, no município do Rio de Janeiro, que notoriamente são geradoras de impacto social, adotaremos o método comparativo como metodologia ideal para apoiar a realização do estudo das organizações identificadas no projeto.

No presente trabalho, o método será aplicado dando suporte ao levantamento de informações sobre as duas organizações que atuam no terceiro setor, com impacto social em educação, no município do Rio de Janeiro, buscando identificar principalmente quais as semelhanças e diferenças entre as duas instituições.



A Fundação Lemann é uma instituição sem fins lucrativos que aposta em uma educação inovadora, e colabora com iniciativas que geram soluções. Apoiar lideranças que estão engajadas em resolver conflitos sociais no Brasil e Instituto Ayrton Senna, que é uma organização sem fins lucrativos que impulsiona o crescimento das oportunidades de crianças e adolescentes por meio da educação. Está em prol da inovação, investigando constantemente novos conhecimentos para replicar os desafios de um mundo em transformação.

Bulgacov (1998) também chama atenção para os cuidados que a aplicação do método comparativo requer nas definições de todos os passos ou procedimentos de investigação, tais como: definição do problema; variáveis envolvidas; população e seus critérios de definição; fundamentação teórica empírica; metodologia e procedimentos de levantamento; e instrumentos de coleta de dados. E alerta que as dificuldades estão presentes na grande diversidade de tipos de organização que levantam infindável número de possibilidades e hipóteses de comparação. Para Bulgacov (1998, p.56), o método pode ser definido resumidamente como “a comparação sistemática de um grupo determinado de organizações, ou grupos específicos de organizações, com a finalidade de estabelecer relações entre suas variáveis ou categorias analíticas”.

Para dirimir dúvidas sobre as infindáveis possibilidades de comparação, e se tratando de análise de diferenciais e oportunidades de mercado, neste estudo, adotou-se, para definição dos critérios de análise, o mapeamento das oportunidades de mercado apresentadas no Modelo C.

Neste estudo de análise comparativa, foram utilizadas as oportunidades de mercado identificadas no Modelo C., como forma de categorizar variáveis não paramétricas, buscando identificar as qualidades do que é oferecido do ponto de vista comercial, ou seja, o valor que será gerado para o cliente através de produtos ou serviços e quais atributos diferenciam a solução de outras similares.

Assim, o estudo observou os diferenciais estratégicos e impacto social de organizações distintas que atuam no mesmo ramo de atividade, terceiro setor, e com agregação de valor pelos serviços educacionais ao seu público social específico.

Para tanto, foi realizado um estudo empírico, com levantamento de dados e informações de caráter públicos na internet, em sites oficiais, redes sociais oficiais das organizações, bem como em meios de comunicação abertos, que notificaram fatos relevantes sobre as organizações que pretende-se estudar, a saber: Fundação Lemann e Instituto Ayrton Senna, para identificar as questões abordadas no guião de levantamento de informações que será realizado e conferido pelas pesquisadoras.

Foram coletados, textos e imagens, que possam embasar a análise para a compreensão dos fatores relevantes ao contexto das empresas, que representam a amostra dessas categorias no terceiro setor. Com base na



estrutura proposta na pesquisa, foi possível elaborar um roteiro para identificar o que norteará o levantamento de dados em campo e que será relatado no projeto de pesquisa.

RESULTADOS

A coleta de dados foi realizada no período de Abril e Maio de 2022, a partir dos sites oficiais das instituições objeto da pesquisa. Foram elaborados quadros para organizar os dados, de acordo com os critérios do Modelo C. A análise comparativa foi possível a partir da identificação das semelhanças e diferenças apresentadas pelas duas instituições, conforme apresentaremos na discussão dos resultados.



VIVÊNCIA DO COTIDIANO DE UMA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA EM TEMPOS PANDÊMICOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Lauer Marinho Sardenberg

Universidade Santa Úrsula

Adriano Rosa da Silva

Universidade Santa Úrsula

Márcia Teixeira Cavalcanti

Universidade Santa Úrsula

Márcia Valéria de Souza Almeida

Universidade Federal do Espírito Santo

RESUMO

A COVID-19 veio para transformar a forma de (re)pensar o fazer da gestão em saúde em todos os níveis de atendimento e a assistência à população. As ações para o enfrentamento da COVID-19 no nosso país tiveram início em março de 2020 e por isso todo sistema precisou se (re)organizar. A territorialização possibilita, na prática cotidiana, a criação de vínculo com as equipes de saúde co-responsabilizando os trabalhadores e os atores sociais de determinada região. **Objetivo: Apresentar o cotidiano de trabalho da Unidade de Saúde do Bairro da Penha em tempos pandêmicos.** O artigo é um relato de experiência e tem como base de dados também três momentos pré pandêmicos e pandêmicos 1 e 2 do Sistema De Gestão Informatizado Rede Bem Estar (SGI-RBE), especificamente dos procedimentos realizados na unidade de saúde do Bairro da Penha entre 20 março de 2019 e a março de 2022 e o relato de experiência do gestor da unidade de saúde foi demonstrado em resultados sistematizados. Foi necessário (re)inventar e que certamente tivemos os resultados positivos obtidos, que passaram pelo empenho e dedicação de cada um da nossa comunidade interna da Unidade de Saúde de Bairro da Penha que seguiram as orientações da gestão com afinco e dedicação a um bem estar comum.

Palavras-Chaves: Pandemia, Relato de Experiência, Unidade Básica de Saúde, Território.

INTRODUÇÃO

Os profissionais da Atenção Primária em Saúde - APS são responsáveis por um território que permite conhecer as características sociais da comunidade e os agravos à saúde que demandam intervenções, facilitando a eleição de “prioridades no (re)organizar” o atendimento. A territorialização possibilita, na prática cotidiana, a criação de vínculo com as equipes de saúde co-responsabilizando os trabalhadores e os atores sociais de determinada região. (SANTANA, MEDEIROS E MONKEN, 2022)



Esta realidade foi impactada a partir de março de 2020 (MARTINS E GUIMARÃES, 2022) e em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou de contaminação a pandemia, e no mesmo mês no nosso país já contava com contaminação comunitária (REICHERT, et al 2022). E em, 20 de março daquele ano inicial da pandemia foi quando se estabeleceram as mudanças causadas pelo Coronavírus-19 na Prefeitura Municipal de Vitória. Fomos desafiados pela gestão municipal a implementar medidas, procedimentos e rotinas assistenciais e de vigilância em saúde.

A questão que se colocava era observar quais os desafios que a experiência pandêmica trouxe para a gestão do trabalho na unidade de saúde Bairro da Penha. Como profissional de saúde do município de Vitória e gestor local da Unidade Básica de Saúde do Bairro da Penha assumi a incumbência de gerir esse desafio. Temos assim o OBJETIVO deste artigo: Apresentar o cotidiano de trabalho da Unidade de Saúde do Bairro da Penha em tempos pandêmicos.

MÉTODOS

O trabalho partiu da construção de um relato de experiência, que se caracteriza como uma proposta de compreensão do fenômeno a partir da descrição e análise de sujeitos que observaram e vivenciaram a experiência em destaque. Neste caso o foco do relato está no gestor da unidade, que sou eu - e avaliações externas dos outros três autores; utilizamos a tabulação de informações dos dados da produção ambulatorial eletrônica da unidade de saúde de bairro da penha – Sistema De Gestão Informatizado Rede Bem Estar (SGI-RBE).

RESULTADOS

Dessa forma, e diante da situação de emergência decretada mundialmente, a Unidade de Saúde do Bairro da Penha se (re)adequou à ocorrência, mudando o processo de trabalho, direcionando todas as ações para reduzir danos e salvar vidas, na produção de conhecimentos que auxiliou no enfrentamento e na mitigação dos danos causados pelo vírus pandêmico.

A pandemia gerou um novo fluxo. Todo o atendimento foi (re)direcionado para os problemas respiratórios e não pudemos contar com a equipe completa para isso, já que os servidores do grupo de risco foram afastados para o home office, conforme determinação ministerial. Os Agentes Comunitários de Saúde não podiam realizar visitas domiciliares, sua função finalística, devido ao risco de transmissibilidade e contaminação. O setor de Odontologia foi fechado, as consultas de agendamento prévio dos Enfermeiros e Médicos foram suspensas. A sala de vacina suspendeu/adiou



a vacinação de rotina e voltou seu trabalho para a campanha de vacinação da influenza, antecipada em um mês, conforme deliberação ministerial.

Assim, o sistema informatizado e interligado utilizado na Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), Sistema de Gestão Informatizado Rede Bem Estar (SGI-RBE), com o qual trabalhávamos antes da pandemia, com planejamentos baseados em muitos relatórios e indicadores e gestão pela prevenção não atendia às nossas necessidades no momento inicial. O SGI-RBE facilita todo o processo normal de trabalho, pois realmente fazemos uma gestão pela saúde.

A pandemia modificou todo o processo, já que pela necessidade de prevenção, quanto a promoção e dos tratamentos necessários e sobrepostos à pandemia e demais patologias foram feitos de ordem prioritárias a vida na garantia de uma oferta assistencial qualificada em detrimento da quantidade como oferta à população. Conforme nossa Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), (Re)afirmando a saúde na atenção primária de Bairro da Penha como direito de todos e dever do estado.

No intuito de salvar vidas, suspendemos as consultas agendadas online, as buscas ativas de pacientes programados na puericultura. A vida se tornou prioridade em toda a nossa demanda programada. As grandes exceções foram os cuidados pré-natal e a consulta de saúde da mulher com coleta de preventivo. Entretanto, mesmo essa última inicialmente precisou ser interrompida, compensando-se posteriormente com atendimento em horários complementares aos sábados

O sistema orientado para a saúde ESF na APS é muito equânime, mas o combate à covid-19 gerou um custo efetivo ao bem estar da população. Com a transmutação de funções conseguimos e mantemos o combate, vencendo um dia por vez em uma unidade de saúde que hoje ainda é a Unidade que está em mudanças pela pandemia, mas já retomando a sua capacidade instalada e dando sua resposta efetiva a população cadastrada com a retomada da promoção a saúde e prevenção às doenças.

Quadro 1 – Produção Ambulatorial Eletrônica da Unidade de Saúde de Bairro da Penha – Sistema de Gestão Informatizado Rede Bem Estar (SGI-RBE) Vitória – ES.

Produção Ambulatorial Eletrônica	Período Pré-Pandêmico (20/03/2019 a 29/03/2020)	Fase Pandêmica 1 (20/03/2020 a 19/03/2021)	Fase Pandêmica 2 (20/03/2021 a 19/03/2022)



Atendimento de urgência em atenção básica	4.781	7.854	13.295
Busca ativa	0	67	1.705
Visita domiciliar por profissional de nível médio	21.364	5.236	23.176
Consulta/atendimento domiciliar por profissional de nível superior	388	22	121
Assistência domiciliar por profissional de nível médio	163	200	19
Consulta de pré-natal	524	319	325
Consulta puerperal	71	68	49
Primeira consulta odontológica em gestantes	35	0	0
Teleconsulta na atenção primária	0	2.705	3.533



Atendimento remoto de usuários por profissional de nível superior (exceto médico)	0	921	432
Atendimento remoto de usuários por profissional de nível médio	0	246	2.029
Consulta de pré-natal do parceiro	8	10	5
Coleta de material do colo do útero para exame citopatológico	282	245	204
Glicemia capilar	671	1.329	2.540
Teste rápido para detecção de Sars-Covid-2	0	96	0
Teste rápido de gravidez	123	142	88
*Testes rápidos	278	276	146



Total geral de todos os procedimentos da Unidade de Saúde	65.188	42.039	76.791
--	--------	--------	--------

*Teste rápido para detecção de hepatite C; Teste rápido para sífilis na gestante ou pai/parceiro; Teste rápido para detecção de infecção pelo HIV; Teste rápido para Hepatite B (HBSAG); Teste rápido para detecção de HIV na gestante ou pai/parceiro; Teste rápido para sífilis; Teste rápido para detecção de infecção pelo HBV.

**Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

As informações sistematizadas nesse Quadro 1 sistematizadas são de grande utilidade para embasar e fomentar a avaliação, com elaborações de ações para tomada de decisões no momento e futuras. Tudo com o benefício da saúde da nossa comunidade externa (usuários) e nossa comunidade interna (trabalhadores / servidores).

Os movimentos em resultados sistematizados produziram diferentes instâncias da política municipal de saúde, e no desenvolvimento de tecnologias de cuidado e vigilância - aprendemos a criar e trabalhar com estratégias exitosas no atendimento presencial e virtual aos usuários do nosso território.

O território como realmente esperávamos criou vínculos entre os atores sociais e os co-responsabilizou nas práticas realizadas na região tivemos junto a sociedade civil organizada no Bairro da Penha “padrinhos da quadra” os quais informava os casos suspeitos de COVID19 e em conjunto realizamos buscas ativas.

Percebemos em acompanhamento eram subnotificadas das buscas ativa em Produção Ambulatorial Eletrônica (que é um relatório que usamos de instrumento na rotina da gestão) que aparece zerada no Período Pré-Pandêmico e como gestor local fui orientando a toda nossa equipe e tivemos um tímido registro 67 buscas Fase Pandêmica 1 e contra ao expressivo número de 1705 buscas na Fase Pandêmica 2. Esse aumento deve a um cobrança instrutiva e em orientação sistematizada a equipe da unidade, com explicações e considerações do que é e como fazer as Buscas Ativas (BA) as quais foram realizadas em diversos meios: contatos telefônicos, aplicativo de whatsapp, ou mesmo atendimento remoto (meet e zoom), informações colaterais de vizinhos e visitas peridomiciliares.

A equipe com as BA fazia monitoramento diário e tomavam a decisão de encaminhar para atendimento especializado prevenindo agravamento do caso, ou reforçava as orientações para cuidado com a saúde em manutenção . Toda a supervisão do monitoramento ficou sob a responsabilidade da equipe de odontologia, que organizava as atividades, orientando a unidade de saúde quanto às tomadas de decisões. Vale



ressaltar que não houve interrupção desse trabalho, com funcionamento em tempo integral, inclusive georreferenciando os pacientes por meio da Rede Bem Estar. Muitas vezes utilizavam meios próprios em home office, por meio da organização de uma escala de trabalho, cobrindo dias úteis, final de semana e feriados.

Na parte de atendimento remoto um consultório foi adaptado para atendimento remoto em tempo síncrono com câmera e duas telas no mesmo computador e com os aplicativos de comunicação a distância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificamos com os dados que os impactos sobre a organização da UBS Bairro da Penha realmente deu à vida de todos um lugar de honra e diminuimos impactos das demais doenças. Os três períodos monitorados mostraram que já retornamos ao quantitativo geral de procedimentos da unidade como antes da pandemia, agregando até 11.603 procedimentos, em dados brutos do Período Pré-Pandêmico ao momento Fase Pandêmica 2.

O trabalho monitorado neste artigo gerou muita satisfação pelo alcance dos objetivos inicialmente propostos. Vislumbramos um novo momento pandêmico, com o despertar de novos desafios na Unidade de Saúde do Bairro da Penha. E com a finalização desse levantamento, direcionamos os esforços para abertura de novas frentes de atuação, na expectativa de um Sistema Único de Saúde fortalecido e mais comprometido com cada cidadão.

Este relato de experiência pode corroborar para compreensão do processo de gestão de uma unidade de saúde e a necessidade de nos prepararmos mais adequadamente para enfrentamento de momentos como estes em intercorrências pandêmicas. E sem dúvidas precisamos sempre gerir a gestão por dados e informações, o que já fazíamos em momento pré-pandêmico, tivemos que continuar em meio aos momentos pandemias.

Demonstramos neste estrato de dados sistematizados no SGI-RBE e o quanto foi necessário (re)inventar e que certamente tivemos os resultados positivos obtidos, que passaram pelo empenho e dedicação de cada um da nossa comunidade interna da Unidade de Saúde de Bairro da Penha que seguiram as orientações da gestão com afinco e dedicação a um bem estar comum.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 24 fev. 2021.



____. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.: **Lei de Acesso à Informação**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 24 fev. 2021.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **ODS 3: Saúde E Bem Estar**. Brasília: Ipea, 2019. 82 p. (Cadernos ODS). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/191114_cadernos_ODS_objetivo_16.pdf. Acesso em: 19 out. 2022.

Martins, Thalyta Cassia de Freitas e Guimarães, Raphael Mendonça **Distanciamento social durante a pandemia da Covid-19 e a crise do Estado federativo: um ensaio do contexto brasileiro**. Saúde em Debate [online]. 2022, v. 46, n. spe1 [Acessado 20 Outubro 2022], pp. 265-280. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-11042022E118>>. Epub 11 Abr 2022. ISSN 2358-2898. <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E118>.

MORE: Mecanismo online para referências, versão 2.0. Florianópolis: UFSC Rexlab, 2013. Disponível em: <http://www.more.ufsc.br/>. Acesso em: 12 ago. 2022.

Reichert, Altamira Pereira da Silva et al. Repercussões da pandemia da Covid-19 no cuidado de lactentes nascidos prematuros. Escola Anna Nery [online]. 2022, v. 26, n. spe [Acessado 20 Outubro 2022], e 20210179. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2021-0179>>. Epub 01 Out 2021. ISSN 2177-9465. <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2021-0179>.

Santana, Mauricéa Maria de, Medeiros, Katia Rejane de e Monken, Maurício **Processo de trabalho da Estratégia Saúde da Família na pandemia no Recife-PE: singularidades socioespaciais. Trabalho, Educação e Saúde** [online]. 2022, v. 20 [Acessado 20 Outubro 2022], e 00154167. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1981-7746-ojs00154>>. Epub 11 Mar 2022. ISSN 1981-7746. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-ojs00154>.



MEDICINA TRADICIONAL CHINESA E SUA INTERFACE COM AS PRÁTICAS DE ENSINO NA ENFERMAGEM: QUEBRANDO PARADIGMAS

Paulo Matheus Loureiro Costa

Universidade Santa Úrsula

Thalita Vitorino dos Santos

Universidade Santa Úrsula

Katy Conceição Cataldo Muniz Domingues

Universidade Santa Úrsula

RESUMO

Introdução: Unir saberes e práticas na elaboração de cuidados integrais à saúde da população é parte do currículo do curso de graduação de Enfermagem e constitui um desafio na atualidade. Elaborar currículos que contemplem as Políticas Públicas confere a instituição de ensino, um diferencial na formação dos futuros profissionais e consequentemente, se torna um facilitador de acesso ao mercado de trabalho. A Auriculoterapia Chinesa é uma técnica utilizada como método complementar no cuidado ao paciente e é parte integrante da Política Nacional de Práticas Integrativas Complementares (PNPIC) instituída pela Portaria nº.971/2006. **Objetivos:** É estudo é apresentar dados preliminares dos atendimentos de Auriculoterapia Chinesa realizados pelos acadêmicos de Enfermagem da Universidade Santa Úrsula (USU). **Método:** Trata-se de um estudo quantitativo do tipo relato de experiência dos atendimentos em Auriculoterapia Chinesa, realizado pelos alunos do sexto período do curso de graduação em Enfermagem. **Resultados:** Até o momento foram realizados 248 atendimentos, com predominância no sexo feminino (73,74%) e da faixa etária de 18 - 25 anos (58,76%). Também foi possível constatar que a grande maioria das pessoas que foram atendidas (85,89%) não conheciam a técnica de Auriculoterapia Chinesa. Dentre as queixas de maior incidência informadas pelos usuários destacaram-se: ansiedade (68,15%), insônia (14,11%), cervicalgia (dor em coluna cervical - 8,06%) e lombalgia (dor em coluna lombar - 5,65%). **Considerações finais:** A oportunidade de conhecer e utilizar outras formas de tratamentos capazes de proporcionar melhoria na qualidade de vida, já é uma realidade no nosso Sistema Único de Saúde (SUS). Desta forma, a Enfermagem pode e deve se capacitar cada vez mais, para recomendar e incentivar a utilização da Auriculoterapia Chinesa nos diversos níveis de assistência à saúde.

Palavras-Chaves: Estudantes de Enfermagem; Medicina Tradicional Chinesa; Promoção da saúde.



INTRODUÇÃO

O curso de Graduação em Enfermagem promove o ensino e aprendizado dos discentes oportunizando o desenvolvimento de competências e habilidades singulares para a formação profissional. Desta forma, é possível unir saberes e práticas na elaboração de cuidados à saúde da população.

A Universidade Santa Úrsula (USU) oferece aos alunos do sexto período, uma grade curricular diferenciada, com a inclusão da disciplina Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) de forma fixa, apresentando como ementa: “Apresentar as Práticas Integrativas e Complementares desenvolvidas no SUS, as perspectivas e saberes a elas associados para proporcionar um cuidado holístico e sua aplicabilidade nos cuidados de Enfermagem”. Aliado a esta disciplina e complementando-a, a grade contempla ainda, a disciplina de Programa de Integração Saúde, Ensino e Comunidade (PISEC), que corresponde a parte prática do processo ensino-aprendizado de cada período acadêmico cursado, proporcionando em cada semestre, a integração dos alunos com os cenários reais de prática. Isto posto, o PISEC VI propõe em sua estrutura, a oferta de uma das vinte e nove práticas inseridas na Política Nacional de Práticas Integrativas Complementares (PNPIC) (Brasil, 2006).

A prática escolhida foi a Auriculoterapia Chinesa, que é uma técnica da Medicina Tradicional Chinesa (MTC), uma racionalidade médica de sistema complexo, com princípios e fundamentos diferenciados da nossa racionalidade médica, a Biomedicina (Brasil, 2018).

A Auriculoterapia é um sistema independente da Acupuntura que é uma especialidade dentro da Medicina Chinesa. Ela é usada para tratamento e diagnóstico de várias enfermidades. O pavilhão auricular é considerado uma parte muito importante do corpo humano, por constituir um microsistema, capaz de funcionar como um receptor de sinais de alta especificidade. O estímulo periférico ocasionado pelas sementes, esferas ou micro agulhas, sobre a malha de corrente sanguínea e nervosa do pavilhão auricular, sensibiliza regiões do cérebro (tronco cerebral, córtex, cerebelo etc.), onde cada ponto da aurícula tem relação direta com um ponto cerebral, o qual, por sua vez, está ligado pela rede do sistema nervoso a determinado órgão ou região do corpo comandando suas funções (Melo; Domingues, 2022).

A relação ponto auricular-cérebro-órgão é o que torna a Auriculoterapia compatível com o tratamento das mais variadas enfermidades (Neves, 2009).

A Auriculoterapia Chinesa é considerada como terapia não farmacológica pela nossa racionalidade médica. O objetivo deste estudo é apresentar dados preliminares dos atendimentos de Auriculoterapia Chinesa



realizados pelos acadêmicos de Enfermagem no decorrer da disciplina de PISECVI.

MÉTODO

Trata-se de um estudo quantitativo do tipo relato de experiência dos atendimentos em Auriculoterapia Chinesa, realizado pelos alunos do sexto período do curso de graduação em Enfermagem.

Durante a realização da disciplina de PISEC VI, os alunos foram habilitados como Auriculoterapeutas em um curso livre com carga horária de oitenta horas, divididas em quarenta horas teóricas e quarenta horas práticas.

Para obtenção do certificado de conclusão do curso é necessário que os alunos cumpram a parte destinada à carga horária prática em atendimento à comunidade acadêmica e em conformidade com as demandas de ações de educação em saúde exigidas pelo curso (Setembro Amarelo, Outubro Rosa, Novembro Azul etc.).

Cada aluno adquiriu material específico de forma individual necessários para a aplicação da técnica. Os atendimentos são realizados em ações coletivas com a finalidade não só da oferta da terapia, mas para promoção e divulgação da PNPIC. Após a realização dos atendimentos, cada terapeuta busca um feedback entre 3 e 4 dias com os usuários, onde pode-se acompanhar a eficácia ou não do atendimento.

RESULTADOS

Todos os atendimentos são registrados, e no período compreendido de 12 de setembro a 21 de outubro de 2022, foram realizados 248 atendimentos, onde 73,74% atendimentos foram do sexo feminino e 26,26% do sexo masculino. A faixa etária predominante foi de 18 - 25 anos correspondente a 58,76% dos atendimentos e a grande maioria das pessoas que foram atendidas (85,89%), não conheciam a técnica de Auriculoterapia Chinesa conforme podemos observar no quadro abaixo:

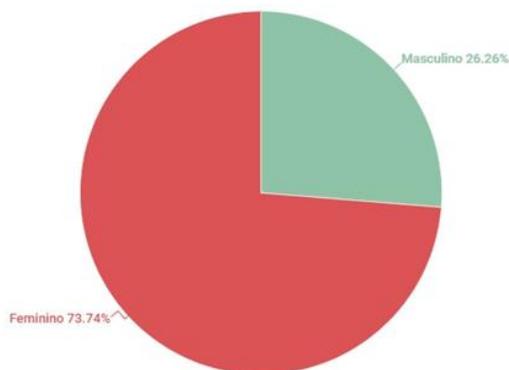


Gráfico 1 – Relação entre sexo nos Atendimentos de Auriculoterapia Chinesa

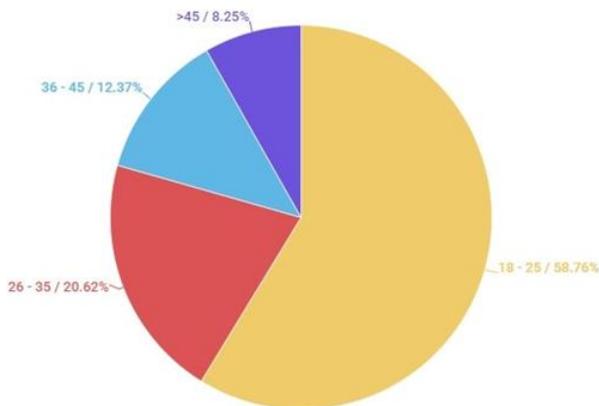


Gráfico 2 – Relação de Idade nos Atendimentos de Auriculoterapia Chinesa

Em relação a faixa etária dos usuários, a idade de maior prevalência foi de 18 a 25 anos, o que já era esperado, pois os atendimentos foram realizados em sua maioria no meio acadêmico (Campus da Universidade), local onde ocorre maior circulação de pessoas dessa faixa etária. A comunidade acadêmica toma ciência dos dias de atendimento por meio de post no Instagram oficial da Universidade e do Instagram do curso de Enfermagem. Além de cartazes espalhados pelo Campus e da propaganda boca a boca entre alunos, colaboradores e professores.

A Auriculoterapia Chinesa, é um método de intervenção não farmacológico e pode ser utilizado por qualquer categoria de profissionais de saúde no tratamento de diversos agravos, sem a necessidade da presença



do médico, que é o profissional com competência para efetuar diagnósticos e prescrições farmacológicas. Por conseguinte, o Enfermeiro que é o profissional que passa a maior parte do tempo gerenciando e fornecendo o cuidado aos pacientes, pode e deve se apropriar deste método de intervenção.

Dentre as queixas mais relatadas pelos usuários, aponta-se: insônia, ansiedade, depressão, algias de diversas etiologias, hipertensão arterial, distúrbios gástricos, vícios etc. No momento da abordagem inicial que antecedeu os tratamentos, nos atendimentos realizados pelos alunos, destacamos que as de maior incidência foram: ansiedade (68,15%), insônia (14,11%), cervicalgia (dor em coluna cervical - 8,06%) e lombalgia (dor em coluna lombar 5,65%), comprovadas pelo gráfico abaixo:

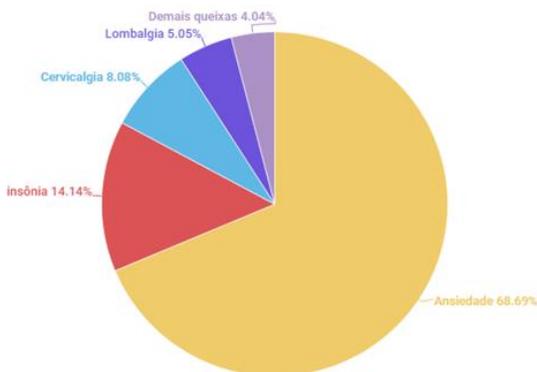


Gráfico 3 – Relação de queixas mais prevalentes nos Atendimentos de Auriculoterapia chinesa

Vale ressaltar que as mesmas pessoas que referiram ansiedade, também referiram cervicalgia e lombalgia. O que nos leva a pensar, que uma pessoa com distúrbio de ansiedade pode experimentar fatores limitantes que impactam em sua qualidade de vida. Com isso, observamos o quanto essa medida não farmacológica de intervenção pode oferecer benefícios.

Durante os feedbacks realizados pelos alunos por meio de contatos telefônicos e via WhatsApp entre 3 a 4 dias após realização do tratamento, observou-se relatos que merecem destaque: melhora significativa dos sintomas (92,86%), afinidade e desejo de manutenção do tratamento (4,08%) e relatos de nenhuma diferença observada após o tratamento (3,06%), como mostra o gráfico abaixo:

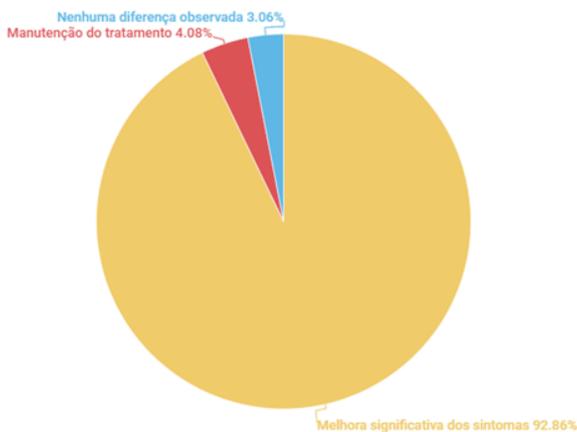


Gráfico 4 – Feedback nos Atendimentos de Auriculoterapia chinesa

Aqui nos cabe ressaltar que as mesmas pessoas que referiram apresentar melhoras significativas após o tratamento, também referiram afinidade e desejo de manutenção do tratamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os métodos alternativos de intervenção de saúde, podem ajudar na diminuição do agravo e dos sintomas de diversas doenças trazendo para a população, a oportunidade de conhecer e utilizar outras formas de tratamentos capazes de proporcionar melhoria na qualidade de vida.

Demonstramos com esse estudo em andamento e com dados ainda incipientes, que a Auriculoterapia Chinesa, inserida na PNPIC pela portaria nº971/2006, é uma das formas de tratamento reconhecidos e recomendados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) capaz de gerar resultados positivos na grande maioria das pessoas. Desta forma, a Enfermagem pode e deve se capacitar cada vez mais, para recomendar e incentivar a utilização da Auriculoterapia Chinesa nos diversos níveis de assistência à saúde, como descrito na política pública e em consonância com os princípios do nosso Sistema Único de Saúde (SUS).

Esperamos que novas instituições de ensino possam inserir em suas grades curriculares, disciplinas atuais capazes de contribuir para o processo de ensino aprendizado mais robusto e com ferramentas capazes de capacitar os futuros profissionais de Enfermagem.



REFERÊNCIAS

MELO, A.C.C; DOMINGUES, K.C.C.M. Apostila de Auriculoterapia Chinesa. Associação Brasileira de Enfermeiros Acupunturistas e Enfermeiros de Práticas Integrativas – ABENAH; Rio de Janeiro, 2022.

BRASIL. Portaria nº 971, de 03 de maio de 2006. Aprova a política Nacional de Práticas integrativas e complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da união, Brasília–DF, maio.2006. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0971_03_05_2006>. Acesso em 19 de outubro de 2022.

BRASIL.MinistériodaSaúde.Secretaria-Executiva.SecretariadeAtençãoàSaúde.GlossárioTemático:PráticasIntegrativaseComplementaresemSaúde.Brasília:Ministério da Saúde, 2018.

NEVES, M.L. **Manual prático de auriculoterapia** / Marcos Lisboa.Porto Alegre:Ed. Do Autor, 2009.



AValiação DO PERFIL HEMATOLÓGICO DE ATOBÁS-MARROM (*Sula leucogaster*) ATENDIDOS NA UNIDADE DE ESTABILIZAÇÃO DO RIO DE JANEIRO NO PERÍODO DE 2019 A 2021

Nina Basaldella Gonçalves

Universidade Santa Úrsula - USU

Marina Molinas Alcalá

Unidade de Estabilização do Rio de Janeiro/ PMP-BS

Maíra Duarte Cardoso

Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro - FIPERJ

André Luiz Medeiros de Souza

Universidade Santa Úrsula – USU

Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais – SEDEERI

RESUMO

No Brasil, é relatada a ocorrência do atobá-marrom (*Sula leucogaster*), uma ave marinha de hábitos costeiros, que por isso, se aproxima dos seres humanos, e das atividades antrópicas. Quando acabam adoecendo, ficam debilitadas, e é comum que estas encalhem em praias, e acabam sendo geralmente encaminhadas até o Centro de Reabilitação mais próximo. Na clínica de aves marinhas, o diagnóstico precoce é dificilmente alcançado, com isso a hematologia veterinária torna-se fundamental para a detecção precoce das doenças. O objetivo do trabalho foi avaliar o perfil hematológico dos atobás-marrons recebidos na Unidade de Estabilização do Rio de Janeiro, em Botafogo-RJ, através do Projeto de Monitoramento de Praias da Baía de Santos (PMP-BS) realizado desde Laguna/SC até Saquarema/RJ, no período de 2019 a 2021. Os dados levantados foram tabulados no programa com auxílio do software Jamovi, foi calculada a estatística descritiva, onde foram usadas ferramentas estatísticas como média, desvio padrão, valores máximos e mínimos. Além disso, o teste estatístico Kruskal-Wallis foi realizado, para observação das possíveis diferenças entre sexos e estágio de desenvolvimento. Não foram encontradas diferenças estatísticas significativas quanto ao sexo dos animais. Porém, quanto ao estágio de desenvolvimento, foram encontradas diferenças significativas em hemoglobina ($p = 0,017$), hematócrito ($p = 0,005$) e proteína ($p = 0,024$). Sendo, os maiores valores de proteína em juvenis e do hematócrito em adultos. Assim, o trabalho pode descrever os perfis hematológicos e bioquímicos apresentados dos animais atendidos no período de estudo na Unidade de Estabilização/RJ, através do PMP-BS. Também, contribuir para o desenvolvimento de novos estudos científicos do atobá-marrom, pois na literatura observaram-se poucos estudos atuais referentes ao perfil hematológico do animal.

Palavras-Chaves: Análise hematológica; Ave marinha; Diagnóstico; Dimorfismo Sexual.



PROMOÇÃO DE SAÚDE BUCAL NA ESCOLA: CONSTRUINDO AMBIENTES SAUDÁVEIS

Marília Domingues Alves

Graduanda em Odontologia da Universidade Santa Úrsula

Mariangela Rebelo Maia

Professora de Odontologia da Universidade Santa Úrsula

RESUMO

Promover saúde em ambientes educacionais vai além do processo saúde-doença, pois reforça a construção de hábitos saudáveis que impactarão na qualidade de vida individual e coletiva. A saúde e a educação são áreas estratégicas da sociedade que, trabalhadas a partir da escola, permitem pensar no cidadão que assume a sua parcela de responsabilidade por sua saúde e condições de vida. O objetivo deste trabalho é relatar a experiência dos acadêmicos de odontologia com ações de promoção de saúde bucal com a comunidade escolar, no entorno do campus. Inicialmente, para acompanhar o impacto das ações foi realizado um levantamento epidemiológico. As atividades realizadas foram educativas e preventivas, com palestra sobre saúde bucal, escovação supervisionada e aplicação tópica de flúor. Pelas atividades realizadas no primeiro semestre, conclui-se que os escolares participaram ativamente das ações e que a educação em saúde, principalmente quando envolve toda a comunidade escolar, é sempre uma boa estratégia para melhorar indicadores.

Palavras-Chaves: Promoção de Saúde. Ambiente Saudável. Saúde Bucal.



EFICIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO ENTRE O PROFISSIONAL E PACIENTE DE HARMONIZAÇÃO OROFACIAL

Lidyane Caldeira Leal de Faria

Universidade Santa Úrsula

Adriano Rosa da Silva

Universidade Santa Úrsula

Rodrigo Chaves

Universidade Santa Úrsula

RESUMO

Como a Organização Mundial da Saúde define saúde não só como ausência de enfermidade, mas como um estado de completo bem-estar físico, psíquico e social, a Odontologia moderna atentou-se para a saúde geral do paciente e não apenas para a presença de alterações orais. Assim, a estética tornou-se um parâmetro na melhoria das relações sociais e humanas, uma vez que a insatisfação com a autoimagem gera repercussões negativas no âmbito biopsicossocial. A sofisticação dos recursos estéticos e a possibilidade de esculpir o rosto fez com que as pessoas procurassem por um padrão de beleza que vise a perfeição. Com isso, é necessário que os pacientes recebam orientação adequada sobre cada procedimento a ser realizado, para que entendam as opções de tratamento e suas possíveis consequências para minimizar a quebra de expectativa e possíveis problemas jurídicos. Dessa forma, é importante ampliar o conhecimento e discussão sobre letramento em saúde, para indivíduos e comunidades, a fim de que se beneficiem pela compreensão e tomada de decisão sobre as questões de saúde. A partir disso, o presente estudo tem por objetivo demonstrar a relevância do letramento adequado tornando a comunicação entre o profissional e paciente de harmonização orofacial mais eficiente. Este será um estudo transversal descritivo, quali-quantitativo do tipo relato de experiência, em que será ministrada uma capacitação para os alunos da Especialização em Harmonização Orofacial (HOF) do Núcleo de Especialização das Faculdades Unidas do Norte de Minas (FUNORTE), Montes Claros-MG, para incentivar a prática do letramento ou alfabetização em saúde, durante as consultas.

Palavras-Chaves: Letramento em Saúde; Educação do Paciente; Odontologia; Estética.



A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA

Ludimila Carolina Bonfim de Sousa

Universidade Santa Úrsula

Marcelle Rossi de Mello Brandão

Universidade Santa Úrsula

RESUMO

Em uma sociedade dinâmica e conectada, a comunicação entre pessoas adquire um papel estratégico nas instituições públicas. Com o abrupto advento da pandemia de Covid-19, o tema se tornou ainda mais relevante, em função do trabalho remoto implantado nos órgãos públicos a fim de manter a prestação de serviços à sociedade. Considerando também o deslocamento e o aumento da produtividade observada no contexto do trabalho remoto, muitos órgãos públicos têm mantido essa modalidade de trabalho. Diante da urgente implantação desse regime de trabalho, servidores e gestores se veem desafiados a encontrar a medida adequada de equilíbrio do tempo entre a distribuição e execução de metas e prazos e o convívio familiar, tarefas domésticas e atividades escolares. Assim, o presente artigo tem como objetivo analisar estudos sobre modelos de gestão da comunicação em ambientes organizacionais. No que se refere a metodologia, a pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, a partir do método de revisão sistemática da literatura, pretende atender ao objetivo geral do estudo. A revisão de artigos se dará a partir das bases de dados: Scielo; Spell e Google Acadêmico e será realizada no período compreendido entre os anos de 2020 a 2022 a fim do levantamento das práticas e modelos adotados. A revisão teórica permitirá reunir principais pensamentos acerca da adoção de mecanismos de gestão da comunicação para a efetividade de órgãos públicos que estejam com seu corpo de servidores em modalidade de trabalho remoto. As análises dos estudos encontrados servirão de base para que as Instituições públicas consigam estabelecer estratégias e diretrizes que guiem a estruturação de seus modelos de gestão da comunicação interna dos órgãos.

Palavras-Chaves: Comunicação ambiente organizacional; Transparência em ambiente organizacional; Ferramentas de comunicação.



A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA NA PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL NO AMBIENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

Alexandra Bonfim de Sousa

Universidade Santa Úrsula

Márcia Teixeira Cavalcanti

Universidade Santa Úrsula

Reis Friede

TRF2 / UNIRIO / USU

RESUMO

A idealização constitucional de erguer uma sociedade livre, justa e solidária abre-se à inclusão social de grupos vulneráveis, como é o caso das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, possibilitando a estes grupos, em igualdade de condições, todos os direitos fundamentais que fazem jus. A acessibilidade garante o direito de ir e vir de todos os cidadãos, em especial os que possuem algum tipo de deficiência. Na falta de um ambiente ergonomicamente adequado e de uma plataforma eletrônica adaptada, esses grupos sofrem um impacto considerável ao acesso à Justiça. Considerando que uma das metas da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável é proporcionar espaços públicos acessíveis, inclusivos e seguros de forma universal, especialmente para as pessoas com deficiência, e que o Brasil assumiu compromisso em cumprir tais objetivos, sendo ratificado e recepcionado pelo Poder Judiciário Brasileiro, se faz necessária a análise dos procedimentos utilizados voltados para esse tema. Durante o Webinar sobre Sustentabilidade e Acessibilidade à Luz das Resoluções CNJ n. 400 e n. 401, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nos dias 04, 05 e 06 de outubro de 2021, o Ministro Luiz Fux ressaltou a “importância do fortalecimento da política de acessibilidade e inclusão no Poder Judiciário, com uma política de cotas aliada à criação de um ambiente físico e tecnológico acessíveis a toda a população”. Diante da necessidade da implantação de medidas que proporcionem um ambiente jurídico acessível para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás é desafiado a encontrar meios que possibilitem tal acesso. Assim, o presente artigo tem como objetivo analisar a habilidade e a atuação do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás para a atender e incluir pessoas com deficiência e mobilidade reduzida na prestação jurisdiccional. No que se refere a metodologia, a pesquisa é qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, a partir do método de revisão sistemática da literatura, pretende atender ao objetivo geral do estudo. A revisão de artigos se dará a partir das bases de dados: Scielo; Spell e Google Acadêmico e será realizada no período compreendido entres os anos de 2020 a 2022 a fim do levantamento das práticas e modelos adotados. A revisão teórica permitirá reunir principais



pensamentos acerca da adoção de mecanismos para a efetividade de abarcar tais pessoas no ambiente jurídico delimitado. As análises dos estudos encontrados servirão de base para que o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás consiga estabelecer estratégias e diretrizes que guiem a estruturação de seus modelos de inclusão social em seu ambiente interno.

Palavras-Chaves: Acessibilidade; Justiça; Pessoas com Deficiência; Pessoas com Mobilidade Reduzida, Agenda 2030.



ALERGIA À PROTEÍNA DO LEITE DE VACA E A SUA RELAÇÃO COM SISTEMA IMUNOLÓGICO DAS CRIANÇAS

Yasmin de Sousa Ribeiro da Cunha

Universidade Santa Úrsula

Débora Rocha Afonso Silva

Universidade Santa Úrsula

Renata Madureira Polinati

Universidade Santa Úrsula

Jaqueline Lepsch da Costa

Universidade Santa Úrsula

RESUMO

A alergia à proteína do leite de vaca (APLV) é considerada um dos mais potentes alergênicos no mundo, abrangendo grande parte da população em todas as faixas etárias, entretanto os estudos que avaliaram a relação entre a APLV e o sistema imunológico das crianças ainda são escassos. Trata-se de uma revisão narrativa da literatura com o objetivo de atualizar os achados sobre a relação entre a proteína do leite de vaca e o sistema imunológico das crianças, bem como identificar as principais características e os métodos diagnósticos da APLV nesta faixa etária. Foram avaliadas as bases de dados: PubMed, SciElo e BVS, entre o período de 11 de abril a 2 de junho de 2021. Foram encontrados 12 artigos dentre o período de dez anos (2011-2021), provenientes da Europa, Oriente Médio, Ásia e América do Norte, nos quais 9 demonstraram a interação positiva entre a proteína do leite de vaca e o sistema imune das crianças, como potenciais alergênicos dominantes, juntamente com o amendoim e o ovo. A maioria dos estudos realizados utilizaram amostra de crianças e bebês de aspecto saudáveis (25%), em período de amamentação (41,66%) ou que já apresentavam algum tipo de alergia alimentar (75%). Esses achados reforçam a importância da orientação e acompanhamento nutricional na introdução alimentar. No entanto, a triagem e o diagnóstico precoce no tratamento terapêutico desta alergia ainda são consideradas um desafio na prática clínica e requer mais estudos aprofundados sobre este tema. O estudo conclui que o aleitamento materno continua sendo a melhor forma de prevenção.

Palavras-Chaves: APLV; Alergia Alimentar; Sistema Imunológico.



ANÁLISE COMPARATIVA DAS RESOLUÇÕES SOBRE O TELETRABALHO DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DO CENTRO-OESTE COM O USO DA MATRIZ SWOT

Tatiane Pinheiro de Sousa Alves
Universidade Santa Úrsula
Marcelle Rossi de Mello Brandão
Universidade Santa Úrsula

RESUMO

A gestão pública no Poder Judiciário segue o princípio da eficiência. A criação do processo eletrônico foi um dos caminhos pensado como estratégia para sua obtenção, o que possibilitou a adoção do teletrabalho no âmbito do Poder. Ocorre que a pandemia do Covid-19 acelerou a transformação digital e a adoção massiva do regime de trabalho flexível. A literatura relata a ausência de norma unificada, incumbindo a cada órgão reger a execução do seu regime de teletrabalho, fato que justifica o estudo documental da gestão pública brasileira na esfera do Poder Judiciário quanto ao teletrabalho, sendo este o objetivo do presente artigo. Em relação a metodologia, a pesquisa qualitativa, foi realizada revisão sistemática, valendo-se dos procedimentos técnicos de pesquisa bibliográfica e de levantamento dos documentos. Considerando a ampla estrutura do Judiciário brasileiro, escolheu-se para o estudo documental a análise comparativa qualificada das Resoluções vigentes dos Tribunais de Justiça da região Centro-Oeste, utilizando a ferramenta de análise SWOT, a fim de identificar nas regulações as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças às instituições estudadas, e correlacionar esses fatores. Os resultados demonstraram como pontos fracos/ameaças, a necessidade de alinhamento das práticas relativas à definição dos participantes e das metas de produtividade, da capacitação dos gestores, de questões atinentes à comunicação, do isolamento do trabalhador, dos custos ligados à atividade externa e da vulnerabilidade dos dados. E como pontos fortes/opportunidade, a qualidade de vida, a retenção de talentos, a sustentabilidade, a produtividade ampliada e a redução de despesas operacionais. Conclui-se que o teletrabalho na área da Administração Pública, especificamente do Poder Judiciário, requer uma atuação estratégica que o torne aderente à esfera pública, voltando-se a disciplinar as peculiaridades locais, mas com foco no todo.

Palavras-Chave: Teletrabalho; Poder Judiciário; Regulamentação; análise SWOT.



REFERÊNCIAS

ANTUNES, Evelise Dias e FISCHER, Frida Marina. **A justiça não pode parar?!: Os impactos da COVID-19 na trajetória da política de teletrabalho do judiciário federal.** Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, v. 45, p. art. e38 [12], 2020Tradução. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6369000025920>. Acesso em: 08 jun. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 05 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.551, de 15 de dezembro de 2011.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12551.htm. Acesso em 20 de ago de 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm. Acesso em 20 de ago de 2021.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho.** Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília, DF, Senado, 2018.

BRASIL. **Decreto Judiciário nº 1.340/2019 do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.** Disponível em: <https://www.rotajuridica.com.br/wp-content/uploads/2019/05/aqui.pdf> Acesso em 20 de ago de 2021.

BRASIL. **Provimento nº 543/2021 do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul.** Disponível em: https://www.tjms.jus.br/legislacao/public/pdf-legislacoes/provimento_n._543-21-scsm.p df Acesso em 27 de jun de 2022.

BRASIL. **Resolução nº 227/2016 do Conselho Nacional de Justiça.** Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2295>. Acesso em 20 de ago de 2021.

BRASIL. **Resolução nº 98/2019 do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.** Disponível em: <https://tjdocs.tjgo.jus.br/documentos/508613> Acesso em 20 de ago de 2021.

BRASIL. **Resolução nº 175/2021 do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.** Disponível em:



DE OLIVEIRA, Diogo Pereira. **Impactos na implementação do Teletrabalho: Estudo de Caso do Instituto Federal do Mato Grosso do Sul. 2021.** Tese de Doutorado. Instituto Politecnico do Porto (Portugal). Disponível em:
https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/19088/1/Diogo_Oliveira_MAA_2021.pdf

ELESBON, Salomão Akhnaton Zoroastro Spencer. PANDEMIA, PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO E TELETRABALHO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA A LIDERANÇA ORGANIZACIONAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO. **Revista de Política Judiciária, Gestão e Administração da Justiça**, v. 7, n. 2, p. 54-75, 2022.

FILARDI, Fernando; CASTRO, Rachel Mercedes P. De; ZANINI, Marco Tulio Fundão. Vantagens e desvantagens do teletrabalho na administração pública: análise das experiências do Serpro e da Receita Federal. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 18, n. 1, p. 28-46, 2020.

GUERRA, Maria Helena Tavares da Silva et al. **Teletrabalho estruturado na administração pública: A Experiência do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.** 2020.

LEITE, Ana Luiza; LEMOS, Dannyela Da Cunha. Gestão de pessoas e o teletrabalho: desafios e possibilidades. *Revista do Serviço Público*, v. 72, n. 2, p. 330-359, 2021.

LEITE, M. S. R.; GASPAROTTO, A. M. S. ANÁLISE SWOT E SUAS FUNCIONALIDADES: o autoconhecimento da empresa e sua importância. **Revista Interface Tecnológica**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 184–195, 2018. DOI: 10.31510/inf.v15i2.450. Disponível em:
<https://revista.fatectq.edu.br/interfacetecnologica/article/view/450>. Acesso em: 16 out. 2022.

NOGUEIRA, A. M.; PATINI, A. C. **Trabalho remoto e desafios dos gestores.** *INMR - Innovation & Management Review*, [S. l.], v. 9, n. 4, p. 121-152, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rai/article/view/79292>. Acesso em: 30 nov. 2021.

OLIVEIRA, Míriam Aparecida Mesquita. **Teletrabalho e atitudes frente à mudança: estudo multicase no setor público brasileiro.** 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/35628>. Acesso em: 04 jun. 2022.



PALACIOS, Diego Marcial Torales. **Análise da implantação do teletrabalho na Administração Pública:** um estudo de caso na Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Mato Grosso do Sul. 2021.

ROCHA, Cháris T. M. da.; AMADOR, Fernanda S. O teletrabalho: conceituação e questões para análise. **Cadernos EBAPE.BR**, v.16, n.1, p.152-162, 2018.

ROCHA, Cláudio Jannotti da; MUNIZ, Mirella Karen de Carvalho Bifano. O teletrabalho à luz do artigo 6o da CLT: o acompanhamento do Direito do Trabalho às mudanças do mundo pós-moderno. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho, 3a Região**. Belo Horizonte, v. 57, n. 87/88, p. 101-115, janeiro/dezembro, 2013. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/74935>.

SILVA, Vitor Gustavo da et al. **A gestão do Teletrabalho**. 2014. Dissertação. Disponível em: <http://tede.metodista.br/jspui/bitstream/tede/59/1/VGSilva.pdf>

SILVA, Andréia Aparecida et al. **A utilização da matriz Swot como ferramenta estratégica—um estudo de caso em uma escola de idioma de São Paulo**.



MINIBIOGRAFIA DOS AUTORES

Conferencistas e Palestrantes

Adriano Rosa da Silva

Pós-Doutorado em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (2019). Doutorado em Educação Física na Universidade Gama Filho. Coordenador, Professor e Pesquisador do Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho para Qualidade do Ambiente Construído (MPGTQAC) da Universidade Santa Úrsula

Arlinda Cantero Dorsa

Mestrado em Comunicação e Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2000) e doutorado em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2006). Atualmente faz estágio pós-doutoral no PPGDL da UNISUAM. Pesquisadora do Instituto Histórico de Mato Grosso do Sul, professor titular e pesquisadora da Universidade Católica Dom Bosco.

Eduardo Winter

Mestrado e doutorado em Química Analítica pela Universidade Estadual de Campinas. Atua na área de pesquisa relacionada com a Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento, com foco em Prospecção tecnológica, Indicadores de Ciência. É coordenador da Área Interdisciplinar da CAPES e professor permanente do Mestrado e Doutorado Profissionais em Propriedade Intelectual e Inovação / INPI e Mestrado e Doutorado Profissionais em Desenvolvimento Local / UNISUAM.

Hilton Esteves de Berredo

Arquiteto, artista plástico e professor universitário. Doutor em Arquitetura (UFRJ/PROARQ, 2012). Sócio e Diretor artístico de Os Dois Produções Artísticas SC Ltda. Professor e pesquisador do Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho para Qualidade do Ambiente construído (MPGTQAC), da Universidade Santa Úrsula

Jacqueline de Cássia Pinheiro Lima

Doutorado Sanduíche no Instituto de Urbanismo de Paris, Universidade de Paris XII. Mestre em História Social da Cultura pela PUC-Rio (1999). Bacharel e Licenciada em História pela UERJ (1996). Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estácio de Sá.



Javier Corbalán Berná

Doctor en Psicología (1990). Psicólogo Especialista en Psicología Clínica (2004), y Postgrado en Innovación por la Universitat Politècnica de Catalunya (2003). Presidente Asociación Iberoamericana para la Investigación de las Diferencias Individuales AIIDI.

Jerson Lima Silva

Doutor em Biofísica no ano de 1987 (Instituto de Biofísica, UFRJ). É Professor Titular no Instituto de Bioquímica Médica da UFRJ. É membro da Academia Brasileira de Ciências (membro efetivo), da Academia Mundial de Ciências (TWAS) - para o Avanço da Ciência em Países em Desenvolvimento e da Academia Nacional de Medicina (membro titular). É presidente da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ)

Kátia Eliane Santos Avelar

Coordenadora do Laboratório de Referência Nacional para Leptospirose do Instituto Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Professora Titular e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local do Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM). Bolsista de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora do CNPq.

Maria Geralda de Miranda

Doutora em Estudos Culturais pela UFF. Pós-doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana pela UERJ. Pesquisadora da Universidade Santa Úrsula, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local da UNISUAM, e do Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá, ICTIM.

Ricardo Medeiros Pimenta

Pesquisador Titular do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC). Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI/IBICT-UFRJ). Pesquisador 2 do CNPq (bolsa de produtividade) e Cientista do Nosso Estado FAPERJ (2022 – 2024).

Paulo César Martinez y Alonso

Reitor da Universidade Santa Úrsula Dirigente da Rede UNIRB. Doutorado em Filosofia da Educação. Membro das Academias Carioca de Letras, Internacional de Educação, Luso-Brasileira de Letras, Letras do Estado do Rio de Janeiro, Direito e Semiologia, SP, do PEN Clube do Brasil, da União Brasileira de Escritores e da Associação Brasileira de Educação.



Paulo Henrique Chaves Cordeiro

Doutorado em Zoologia (2015), pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Museu Nacional do Rio de Janeiro (MNRJ); Mestrado em Ecologia, Conservação e Manejo de Vida Silvestre (1999), pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor da Universidade Santa Úrsula (desde 2010).

Paulo Maurício Pimenta Pereira Leite

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação /CAPES

Rodrigo Mariath Varela da Costa

Doutorado em Ciências Biológicas (Botânica) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2015) e pós-doutorado do Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro (2019). Tem experiência na área de Botânica, com ênfase em algas marinhas, atuando principalmente nos seguintes temas: taxonomia, ecologia e fisiologia.

Autores de Comunicações orais (Artigos completos)

Ana Carolina de Gouvêa Dantas Motta

Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO) e Doutora em Engenharia de Produção (COPPE/UFRJ).

Cicero Santos da Silva

Mestre em Desenvolvimento Local pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local do Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM).

Cíntia Mariza do Amaral Moreira

Professora e Pesquisadora do Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho para Qualidade do Ambiente Construído (MPGTQAC) da Universidade Santa Úrsula

Elisabeth de Almeida Figueiredo

Mestre em Desenvolvimento Local pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local do Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM).

Flavio Francisco Gonçalves

Mestre em Desenvolvimento Local pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local do Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM) e Subsecretário de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro.



Gilberto Bergamini Vieira

Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho para Qualidade do Ambiente Construído (MPGTQAC) da Universidade Santa Úrsula

Lucio Fabio Cassiano Nascimento

Doutorado em Ciência dos Materiais pelo Instituto Militar de Engenharia (2017) na área de materiais cerâmicos e poliméricos. Professor nomeado e coordenador de graduação do curso de Engenharia de Materiais do IME. Professor do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Local da UNISUAM. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - PQ2

Marcelle Rossi de Mello Brandão

Professora e Pesquisadora do Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho para Qualidade do Ambiente Construído (MPGTQAC) da Universidade Santa Úrsula

Márcia Teixeira Cavalcanti

Professora e Pesquisadora do Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho para Qualidade do Ambiente Construído (MPGTQAC) da Universidade Santa Úrsula

Marcos Antonio Diniz

Doutorando em Desenvolvimento Local pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local do Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM).

Marcos Francisco Linhares

Mestre em Gestão do Trabalho para Qualidade do Ambiente Construído (MPGTQAC) da Universidade Santa Úrsula

Mauro Guarany's (*in memoriam*)

Mestre em Gestão do Trabalho para Qualidade do Ambiente Construído (MPGTQAC) da Universidade Santa Úrsula

Natália Tomás Ribeiro Bispo

Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho para Qualidade do Ambiente Construído (MPGTQAC) da Universidade Santa Úrsula

Octavio Amaranto Magalhães

Administrador e Mestre em Desenvolvimento Local pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local do Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM)



Rachel Siqueira de Queiroz Simões

Instituto Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. Rio de Janeiro/RJ. Universidade Santa Úrsula. Rio de Janeiro/RJ

Ricardo Martins da Silva

Mestre em Gestão do Trabalho para Qualidade do Ambiente Construído (MPGTQAC) da Universidade Santa Úrsula

Roberta Bernardi Athayde

Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho para Qualidade do Ambiente Construído (MPGTQAC) da Universidade Santa Úrsula

Rosana Zeitune

Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local do Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM).

Autores de Resumos expandidos

Adriano Rosa da Silva

Professor e Pesquisador do Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho para Qualidade do Ambiente Construído (MPGTQAC) da Universidade Santa Úrsula

Fábio dos Santos Gouvêa

Mestre em Gestão do Trabalho para Qualidade do Ambiente Construído (MPGTQAC) da Universidade Santa Úrsula

Giovanna Morelli Araújo

Estudante da Universidade Santa Úrsula

Heloísa Tavares Martins

Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho para Qualidade do Ambiente Construído (MPGTQAC) da Universidade Santa Úrsula

Ione Ferreira Nunes

Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho para Qualidade do Ambiente Construído (MPGTQAC) da Universidade Santa Úrsula

Katy Conceição Cataldo Muniz Domingues

Enfermagem, Universidade Santa Úrsula



Lauer Marinho Sardenberg

Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho para Qualidade do Ambiente Construído (MPGTQAC) da Universidade Santa Úrsula

Marcelle Rossi de Mello Brandão

Professora e Pesquisadora do Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho para Qualidade do Ambiente Construído (MPGTQAC) da Universidade Santa Úrsula

Márcia Teixeira Cavalcanti

Professora e Pesquisadora do Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho para Qualidade do Ambiente Construído (MPGTQAC) da Universidade Santa Úrsula

Márcia Valéria de Souza Almeida

Universidade Federal do Espírito Santo

Paulo Matheus Loureiro Costa

Estudante da Universidade Santa Úrsula

Rodrigo Rachid de Souza

Mestre em Gestão do Trabalho para Qualidade do Ambiente Construído (MPGTQAC) da Universidade Santa Úrsula

Thalita Vitorino dos Santos

Estudante da Universidade Santa Úrsula

Thiago Libanio Silva

Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho para Qualidade do Ambiente Construído (MPGTQAC) da Universidade Santa Úrsula

Autores de resumos simples

André Luiz Medeiros de Souza

Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais - SEDEERJ e Universidade Santa Úrsula

Adriano Rosa da Silva

Professor e Pesquisador do Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho para Qualidade do Ambiente Construído (MPGTQAC) da Universidade Santa Úrsula



Alexandra Bonfim de Sousa

Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho para Qualidade do Ambiente Construído (MPGTQAC) da Universidade Santa Úrsula

Débora Rocha Afonso Silva

Biologia, Universidade Santa Úrsula

Jaqueline Lepsch da Costa

Nutrição, Universidade Santa Úrsula

João Marcelo Cordeiro

Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho para Qualidade do Ambiente Construído (MPGTQAC) da Universidade Santa Úrsula

José Antônio Sena do Nascimento

Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/IBGE

Lidyane Caldeira Leal de Faria

Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho para Qualidade do Ambiente Construído (MPGTQAC) da Universidade Santa Úrsula

Marina Molinas Alcalá

Unidade de Estabilização do Rio de Janeiro/PMP-BS

Maíra Duarte Cardoso

Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro-FIPERJ

Marília Domingues Alves

Graduanda de Odontologia da Universidade Santa Úrsula

Mariangela Rebelo Maia

Professora de Odontologia da Universidade Santa Úrsula

Nina Basaldella Gonçalves

Estudante da Universidade Santa Úrsula

Reis Friede

Professor e Pesquisador do Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho para Qualidade do Ambiente Construído (MPGTQAC) da Universidade Santa Úrsula



Rodrigo Chaves

Professor e Pesquisador do Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho para Qualidade do Ambiente Construído (MPGTQAC) da Universidade Santa Úrsula

Ludimila Carolina Bonfim de Sousa

Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho para Qualidade do Ambiente Construído (MPGTQAC) da Universidade Santa Úrsula

Marcelle Rossi de Mello Brandão

Professora e Pesquisadora do Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho para Qualidade do Ambiente Construído (MPGTQAC) da Universidade Santa Úrsula

Márcia Teixeira Cavalcanti

Professora e Pesquisadora do Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho para Qualidade do Ambiente Construído (MPGTQAC) da Universidade Santa Úrsula

Renata Madureira Polinati

Nutrição, Universidade Santa Úrsula

Tatiane Pinheiro de Sousa Alves

Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho para Qualidade do Ambiente Construído (MPGTQAC) da Universidade Santa Úrsula

Yasmin de Sousa Ribeiro da Cunha

Estudante da Universidade Santa Úrsula

PAULO CÉSAR MARTINEZ Y ALONSO
HILTON ESTEVES BERREDO
ADRIANO ROSA
MARIA GERALDA DE MIRANDA

AGENDA 2030 DA ONU PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – SEPEI USU



UNIVERSIDADE
SANTA ÚRSULA



**SEPEI
USU**

Simposio de Pesquisa, Pós-
Graduação, Extensão e Inovação
da Universidade Santa Úrsula

epitaya
Editora

